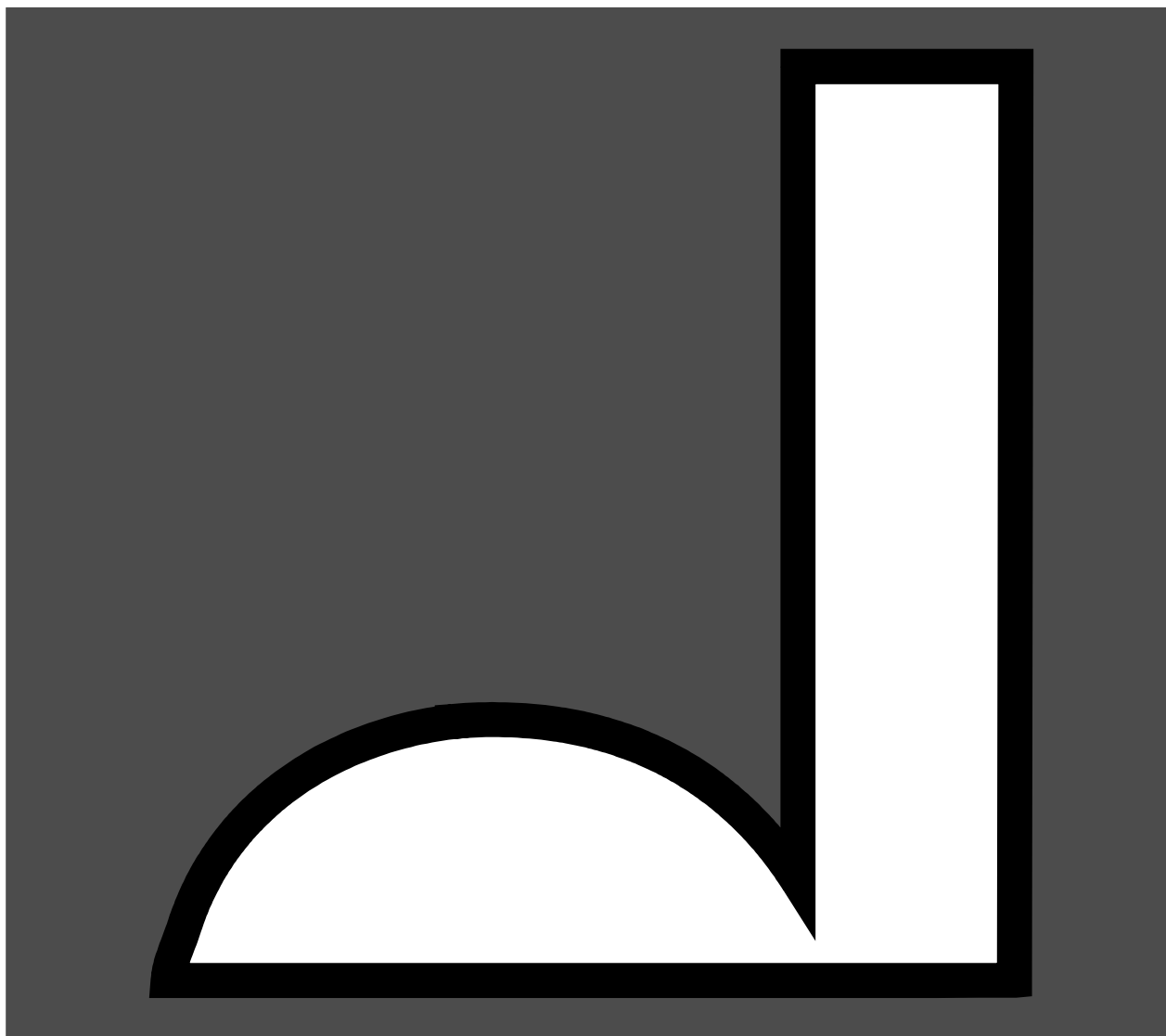




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**  
**ATAS DAS COMISSÕES**

---

**ANO LX - SUP. AO Nº 158 - SÁBADO, 1º DE OUTUBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – BLOCO – PT – AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL – PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p><b>MAIORIA (PMDB) – 21</b></p> <p><b>LÍDER</b> Ney Suassuna</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 21</b> Ney Suassuna</p> <p><b>Vice-Líderes do PMDB</b> (vago) (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p><b>LÍDER DO PTB – 4</b> Mozarildo Cavalcanti</p> <p><b>Vice-Líder DO PTB</b> Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias <b>Vice-Líder do PDT</b> (vago)</p> <p><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b> (PT/PL/PSB) – 17</p>	<p><b>LÍDER</b> Delcídio Amaral – PT</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p><b>LÍDER DO PT – 12</b> Delcídio Amaral</p> <p><b>Vice-Líderes do PT</b> Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p><b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro</p> <p><b>Vice-Líder do PL</b> Aeton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antonio Carlos Valadares</p> <p><b>Vice-Líder do PSB</b> (vago)</p> <p><b>LÍDER DO P-SOL – 2</b> Heloísa Helena</p> <p><b>Vice-Líder do P-SOL</b> Geraldo Mesquita Junior</p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA</b> (PFL/ PSDB) – 31</p> <p><b>LÍDER</b> José Jorge</p>	<p><b>Vice-Líderes</b> Álvaro Dias – PSDB Tasso Gereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino</p> <p><b>Vice-Líderes do PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 15</b> Arthur Virgílio</p> <p><b>Vice-Líder do PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan (vago) Flexa Ribeiro</p> <p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloízio Mercadante – PT</p> <p><b>Vice-Líderes do Governo</b> Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB</p>
EXPEDIENTE		
<p><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p><b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 26-10-2006

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

<b>1 – ATAS DE COMISSÕES</b>		<b>1.3 – Comissão de Agricultura e Reforma</b>	
<b>1.1 – Comissão de Assuntos Sociais</b>		<b>Agrária</b>	
21ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2005.....	00004	11ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2005.....	00043
24ª Reunião, realizada em 1º de setembro de 2005.....	00010	12ª Reunião, realizada em 7 de junho de 2005.....	00076
<b>1.2 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura</b>		13ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2005.....	00082
17ª Reunião conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realizada em 4 de agosto de 2005.....	00018	14ª Reunião, realizada em 15 de junho de 2005.....	00120
18ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 2005.....	00023	15ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2005.....	00145
19ª Reunião, realizada em 23 de agosto de 2005.....	00029	16ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2005.....	00175
20ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2005.....	00036		

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

**Ata da Vigésima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 18 de agosto de 2005, quinta-feira, às 09:30 horas.**

Às dez horas e quinze minutos, do dia dezoito de agosto de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, GILBERTO GOELLNER, MARIA DO CARMO ALVES, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, REGINALDO DUARTE, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, PAPALÉO PAES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, JOSÉ MARANHÃO, CRISTOVAM BUARQUE, MOZARILDO CAVALCANTI E JUVÊNCIO DA FONSECA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador Antônio Carlos Valadares nos termos do art. 89, inciso IV, designa o ilustre Senador Gilberto Goellner, membro titular da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, na vaga do Senador Jonas Pinheiro, licenciado. O Senador Antônio Carlos Valadares informa que fica retirado de pauta o item 4, PLS 312 de 2003 “que altera a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela Assistência Social” – para atender leitura de requerimento de envio do referido projeto à Comissão de Assuntos Econômicos. A pedido do relator – Senador Valdir Raupp, ficam retirados de pauta os itens 10 e 11, para reexame. O Presidente propõe o início da reunião pelos projetos não terminativos. Com a concordância, passa-se à apreciação dos itens da pauta. **Item 7 – EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, DE 1999.** “Altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências”. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Aprovado. **Item 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2004.** “Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar

novas modalidades de dano ao patrimônio cultural”.

**Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relator:** Senador Leonel Pavan. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **Item 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2004.** “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – em todas as etapas e modalidades da educação básica”. **Autoria:** Senadora Ideli Salvatti. **Relator:** Senador Cristóvam Buarque. **Parecer:** Favorável com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA PAUTA – Item 12 – REQUERIMENTO Nº 28, DE 2005 – CAS.** “Requer nos termos regimentais a realização, no âmbito da Subcomissão de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência, de Seminário sobre acessibilidade, a ser realizado de acordo com a programação da Semana da Valorização das Pessoas com Deficiência, que acontecerá no período de 17 a 28 de outubro de 2005”. **Autor:** Senador Eduardo Azeredo. **Resultado:** Aprovado.

Os demais itens da pauta 1, 2, 3, 5 e 6 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Paulo Paim, Reginaldo Duarte e Cristóvam Buarque.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo,** Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Nos termos do inciso IV, designo o ilustre Senador Gilberto Goellner membro titular da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência na vaga do Senador Jonas Pinheiro, que se licenciou do Senado Federal por motivo de saúde.

Fica retirado da pauta o item 4, PLS nº 312, de 2003, que altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de

1993, para instituir o abono anual para os beneficiários da prestação continuada paga pela Assistência Social, para atender leitura do requerimento de envio do referido projeto à Comissão de Assuntos Econômicos.

A pedido do Relator, Senador Valdir Raupp, ficam retirados de pauta os itens 10 e 11 para reexame.

Passemos à discussão do item 7 – parecer do Senador Eduardo Azeredo com emendas da Câmara dos Deputados ao PLS nº 586, de 1999.

O projeto altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para a compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional e dá outras providências.

Concedo a palavra, para relatar o item 7, ao nobre Relator, Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Srs. Senadores, trata-se de projeto que permite a utilização do Fundo de Garantia para compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional e dá outras providências.

Esse projeto trata, portanto, dessa questão importante para toda a população brasileira e cabe a esta Comissão pronunciar-se sobre emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999.

A primeira emenda, como já foi dito anteriormente, trata de supressão do art. 2º do projeto do Senado enviado à Câmara que estabelecia que o Poder Executivo regulamentaria essa lei em até 90 dias após a sua publicação.

De maneira correta, a Câmara procedeu à sua supressão, pois com base na ADIN 546 o Supremo Tribunal Federal decidiu que o Poder Legislativo não pode assinar prazo para que outro Poder exerça prerrogativa que lhe é própria.

Essa emenda visou, assim, a escoimar vício de inconstitucionalidade contido no art. 2º do projeto que havia sido aprovado pelo Senado e que, depois, foi à Câmara.

Por sua vez, a segunda emenda, também, na Câmara dos Deputados visou apenas a adequar a redação do art. 1º do projeto do Senado às normas relativas a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, definidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998. Trata-se, assim, de uma emenda de redação.

Nota-se, portanto, que as emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados, submetidas, agora, à apreciação do Senado Federal, não implicaram qualquer modificação quanto ao mérito e ao alcance da matéria.

O voto, portanto, por entendermos que as emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, corrigem vício de inconstitucionalidade contido em seu art. 2º e por procederem à adequação exigida nos termos da Lei Complementar nº 95, 1998, somos pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 586.

Segue a emenda de redação. Toda a justificação também aqui está e vou ler apenas uma pequena parte, Sr. Presidente.

Atualmente, a fim de adquirir uma casa própria, o trabalhador só dispõe da possibilidade de utilizar seus créditos no Fundo de Garantia se o imóvel for financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação, o SFH, ou obedecer as condições do mesmo.

Entretanto, o que temos observado, principalmente devido à diversificação econômica dos últimos anos, é o fato de que essa hipótese restritiva prejudica a liberdade individual e acaba tendo efeitos negativos sobre o sistema econômico como um todo.

O presente projeto de lei tem como objetivo fundamental permitir que o trabalhador integrante do Sistema Financeiro de Habitação possa contar com a possibilidade de se utilizar livremente dos respectivos créditos na aquisição da própria moradia. Com essa medida, permitir-se-á maior dinamismo ao setor da construção civil, contribuindo paralelamente com o aumento do nível de emprego.

Devemos também ressaltar que, com a instituição do Sistema Financeiro Imobiliário\* – SFI –, em 1997, a medida aqui proposta adquiriu importância ainda maior, visto propiciar o incremento da oferta de imóveis. Ressalte-se que, na Legislatura anterior, o então Senador Eptácio Cafeteira, havia apresentado proposta sobre essa mesma matéria.

Assim sendo, peço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores a aprovação do projeto, que teve origem no Senado e, aprovado pela Câmara, retornou a esta Casa, e, portanto, tem o acatamento das modificações feitas por meio de emenda de redação, com o intuito de se eliminar a inconstitucionalidade nele existente.

Sr. Presidente, o voto é favorável. E, se essa lei for aprovada, permitirá maior liberdade para o trabalhador se utilizar do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra para discutir.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, também concordo com o projeto de lei por considerá-lo importante, já que abre perspectivas para a utilização do Fundo de Garantia no que diz respeito à habitação. No entanto, Senador Eduardo Azeredo, não entendi a expressão: “(...) que prevê a liquidação ou a amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, concedido no âmbito de qualquer sistema de financiamento habitacional”. O que quer dizer “(...) concedido no âmbito de qualquer sistema de financiamento habitacional”? Porque me dá a impressão, talvez por não entender suficientemente a matéria, que haveria um sistema de financiamento habitacional oficial ou reconhecido e um outro não reconhecido. Qual exatamente a abrangência dessa expressão: “(...) no âmbito de qualquer sistema de financiamento habitacional”?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Senador Flávio Arns, ocorre que no Sistema Financeiro Habitacional – SFH –, o anterior, o tradicional, foi criado à época do BNH. Em 1997, foi criado o Sistema de Financiamento Imobiliário, que são sistemas autorizados pelo Poder Público, mas feitos por bancos e entidades particulares e pelas cooperativas.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Todos eles são autorizados?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Todos eles são autorizados, evidentemente. Não se trata de sistema financeiro não-autorizado. Mas, no princípio, só existia o SFH. Depois, criamos o SFI em 1997 e as cooperativas, que também têm sistemas de financiamentos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo pela explicação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois, não, Senador Flávio Arns.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o parecer favorável, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, às Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovem, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, como sou Vice-Presidente da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, teremos, lá, uma audiência pública para a aprovação do novo dirigente da Abin. Para tanto, peço-lhe a imediata votação de requerimento, de minha autoria – presido a Subcomissão de Assuntos Sociais –, tendo em vista a realização de seminário para pessoas portadoras de deficiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Em virtude da legítima justificativa apresentada por V. Ex<sup>a</sup>, atendo o pedido formulado por V. Ex<sup>a</sup>, e passo a ler o referido requerimento para a imediata apreciação:

Requer a realização, no âmbito da Subcomissão de Assuntos Econômicos, para pessoas com deficiência, de seminário, sobre a acessibilidade, a ser realizado de acordo com a programação da Semana da Valoração das Pessoas com Deficiências, que acontecerá de 17 a 28 de outubro, de 2005.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para a justificação do requerimento.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, trata-se de seminário em que discutiremos questões como melhor acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência.

O Senado Federal é um exemplo nesse sentido, já que a Casa está adaptando todas as suas dependências com o intuito de melhor atender às pessoas portadoras de deficiência.

Sr. Presidente, nesse seminário, previsto para outubro, faremos, então, uma ampla discussão dessas questões, evidentemente ligadas às pessoas portadoras de deficiência.

Comunico que, na próxima terça-feira, a Subcomissão irá se reunir a fim de discutirmos a pauta dessa semana de valorização das pessoas com deficiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, quero destacar também a importância do requerimento do Senador Eduardo Azeredo. Temos a Subcomissão de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência nesta Comissão, da qual o Senador Eduardo Azeredo é o Presidente. Mas, quero destacar o grande trabalho que o Senado Federal vem fazendo junto com os vários setores do Senado em relação ao programa de acessibilidade em termos físicos: rampas, banheiros, elevadores, para que o ambiente do Senado fique totalmente acessível; acessibilidade em termos de trabalho, de emprego, para que as empresas contratadas para serviços terceirizados também tenham aquele percentual legal e cumpra a lei no sentido de contratação de



pessoa com deficiência. Os meios de comunicação do Senado estão trabalhando em termos dessa acessibilidade para os surdos, para os cegos, para pessoas com deficiência. Duas semanas atrás, foi feito já um curso no Senado para os funcionários, para que seguranças, biblioteca, todos os setores possam lidar com a pessoa com deficiência que chegue ao Senado, tornando o ambiente acolhedor e receptivo.

O Presidente Renan Calheiros e sua esposa vêm se empenhando muito nessa questão, inclusive estão contribuindo para organização desse seminário, desse evento de acessibilidade. E essa subcomissão, então, pode contribuir, por intermédio da Comissão de Assuntos Sociais, e muito para essa iniciativa. É algo importante, necessário, todos os partidos estão envolvidos, e o Senado passa a ser também uma referência nesse esforço, que deve ser multiplicado pelas assembleias legislativas e câmaras municipais. Todo mundo deve se esforçar para que as casas legislativas se tornem acessíveis. Trata-se de uma iniciativa muito boa.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de cumprimentar os membros desta Subcomissão que trata da pessoa com deficiência pela iniciativa do seminário ora em debate. Até porque, Sr. Presidente, junto com o Senador Flávio Arns, estamos trabalhando muito no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sei que o Senador Flávio Arns fez um belíssimo trabalho. O Estatuto está em debate em praticamente todo País. Pretendemos, no dia nacional da pessoa com deficiência, naturalmente, no espaço da Subcomissão, trazer o debate, que façamos nesse dia uma discussão na própria Comissão de Assuntos Sociais sobre o Estatuto.

Eu acharia muito bom, Senador Flávio Arns. Estou aqui dialogando com V. Ex<sup>a</sup>, aproveitando este momento, no sentido de que se talvez nesse dia pudéssemos ter nem que fosse uma primeira visão do relatório, para marcar pela simbologia. Se o relatório nesse dia pudesse ser difundido para todo País com a visão já aprimorada – sei que V. Ex<sup>a</sup> fez – depois de ouvir todos os setores da sociedade. Entro nesse tema com um único objetivo, o de avançarmos ainda mais e ampliando os direitos das pessoas com deficiência. Sei que o País todo debate essa matéria com carinho e com respeito. Entendo que podemos avançar ainda mais.

Por isso, na verdade, estou cumprimentando a iniciativa desse seminário e, mais uma vez, ressaltando que seria muito bom que, num momento tão difícil por que passa o Congresso, estamos votando, mas, matérias de impacto, muito poucas, eu diria, estamos

conseguindo aprovar, as chamadas matérias mais polêmicas, não estamos votando nas comissões e muito menos no Plenário. Isso não é uma crítica ao Senado; trata-se da crise que aí está, é real, existe e não podemos desconhecer. Entendo que se o Congresso conseguisse aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, dentro de um prazo razoável, isso seria uma revolução positiva de uma lei que avança, para aqueles que tanto precisam ver os seus direitos respeitados.

Faço essa colocação, falando do Estatuto, mas fortalecendo a idéia do seminário, porque o próprio seminário é um palco também. Quem quiser provoque o debate do Estatuto.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Sr. Presidente, a sugestão do Senador Paulo Paim é muito interessante. Existe uma comissão de organização desse debate aqui no Senado Federal, e podemos perfeitamente, em conjunto, todos nós, levarmos essa sugestão para a organização e, sem dúvida, será acatada também.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – PE) – Não havendo mais quem peça a palavra para discutir, passa-se à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Azeredo.

O Senador Leonel Pavan pede a retirada do PLS nº 47, de 2004, em razão da impossibilidade do seu comparecimento a esta Comissão, tendo em vista sua participação em outra comissão.

Passamos ao Item nº 9, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, cujo Relator é o Senador Cristovam Buarque, que está chegando a esta Comissão. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras, em todas as etapas e modalidades da educação básica. O parecer é favorável, com emenda que apresenta.

Peço ao nobre Senador Flávio Arns que comece a fazer a leitura do parecer do Senador Cristovam Buarque do Item nº 9, pg 82.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Chega a esta Comissão o Projeto nº 180, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que trata da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras, assegurando sua oferta em toda a educação básica por meio da introdução do art. 26b, no Capítulo II, do Título V, da Lei nº 9.394, de 1996, LDB, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Acompanha-o aprofundada justificativa.

O projeto foi lido e distribuído às Comissões de Assuntos Sociais e Educação, onde poderá receber

emendas perante a primeira comissão, cabendo à última, Comissão de Educação, a decisão terminativa. O projeto não recebeu emendas.

Análise. Até se V. Exª permitir, como o Relator do projeto, Senador Cristovam Buarque,...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – PE) – S. Exª poderia fazer a análise.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Acabou de chegar. Exatamente. Então, eu pediria que o Senador Cristovam Buarque, que se deteve no projeto...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – PE) – V. Exª está em que página, Senador Flávio Arns, para o Senador Cristovam Buarque continuar?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – É a pg 82. Eu estaria começando a fazer a leitura da análise.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – PE) – Página 82.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – E, com prazer, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – PE) – Agradeço a V. Exª, Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PT – DF) – Sr. Presidente, agradeço também, porque não queria perder a chance de, pessoalmente, proferir esse parecer. Eu estava presidindo a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde estamos sabatinando o novo diretor da Abin. Mesmo assim, deixei a presidência com o Senador Eduardo Azeredo para poder vir aqui.

Não queria perder a chance de defender esse projeto e o meu parecer, pessoalmente. Agradeço bastante a paciência que tiveram de esperar, porque se trata de uma das decisões que considero mais importantes para corrigir uma injustiça que temos em relação aos nossos irmãos brasileiros portadores de deficiência. É claro que o Senador Flávio Arns poderia fazê-lo até com mais convicção, pois dedica a sua vida a isso. Agradeço a ele ter cedido a mim a chance.

Sr. Presidente, estamos com um projeto que, pelo exposto, na sua extensão e justificação, indica a necessidade de que, para a construção do conhecimento da linguagem e dos componentes de personalidade e cultura das pessoas surdas, seja necessário trazer para o Brasil salto de qualidade que se tem com a elaboração e divulgação da Língua Brasileira dos Sinais.

O direito dos surdos de participarem ativamente da cidadania se efetiva com o reconhecimento do dever da sociedade em propiciar os intérpretes em Libras nos eventos presenciais e nos meios de comunicação. Entretanto, essa conquista tem de ser incorporada

ao currículo escolar desde tenra idade, não somente para assegurar o progresso dos surdos na aquisição dos conhecimentos e habilidades, como também para criar uma cultura de multilingüismo, que conduzirá à superação dos preconceitos e à garantia dos direitos dessa e de outras minorias.

Além de se enquadrar nos princípios constitucionais da educação, em especial o que assegura a igualdade de oportunidades e a liberdade de aprender, é que é de todo louvor o projeto de lei da Senadora Ideli Salvatti.

Como forma de operacionalizar e garantir a eficácia de sua iniciativa, que se coaduna perfeitamente com a Lei nº 10.436/2002, apontamos a necessidade de uma referência explícita a sua adoção e regulamentação por todos os sistemas de ensino.

Quero lembrar que, quando se encontram em seminários pessoas com idiomas diferentes, sempre há intérpretes. Quando chefes de Estado se encontram com pessoas que falam linguagens diferentes, existem intérpretes; o Estado mantém intérpretes para essas funções. É fundamental manter intérpretes para aqueles brasileiros que querem conhecer a realidade e não são capazes de entender através do som. A Língua Brasileira de Sinais, Libras, permite isso.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 180 de 2004, com uma emenda. Que se dê ao PLS nº 180, de 2004, a seguinte redação no artigo 26-B: “Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes pública e privada de ensino, de acordo com as normas dos respectivos sistemas, a oferta da Língua Brasileira de Sinais na condição de língua nativa das pessoas surdas”.

O meu voto, com muita satisfação, é pela aprovação. Acho que, com isso, pagamos um débito com essas pessoas, brasileiras que, por razões naturais ou em decorrência de acidentes, perderam a capacidade de ouvir a linguagem comum de todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Quero registrar a minha inteira concordância com a argumentação do Senador Cristovam Buarque, que deu toda a fundamentação escrita e verbal para esse projeto de lei. A concretização da proposição em apreço é avanço importante para a comunidade surda.

Lembro que muitas pessoas surdas adquirem a linguagem oral, mas, se não for possível a aquisição da linguagem oral, essas pessoas tem de ter assegurada a aprendizagem, a infra-estrutura, o apoio, através da Libras, Língua Brasileira de Sinais.



A propósito, apelo às universidades que, por ocasião do vestibular, tenham bancas especiais para pessoas surdas, não só no que diz respeito à elaboração da prova, mas, particularmente, na correção da prova, na correção dos quesitos dissertativos. Por exemplo, a correção da redação de uma pessoa surda deve ser pensada com critérios diferenciados, não para favorecer, mas porque o desenvolvimento da linguagem da pessoa surda é diferente do desenvolvimento da linguagem de uma pessoa ouvinte. Posso dar o testemunho da Universidade Federal do Paraná, onde o Departamento de Lingüística envolveu-se profundamente na avaliação do desenvolvimento da linguagem da pessoa surda, para chegar a conclusões claras. Por exemplo, na correção da redação, avaliou-se o que seria erro de linguagem e o que seria característica da linguagem do surdo. Se isso não for feito, a pessoa surda sempre será reprovada no vestibular, quando ela, na verdade, tem condições de freqüentar praticamente qualquer curso e, nesse sentido, precisa ter sua diferença lingüística avaliada de maneira adequada. Não é para favorecer, mas também não é para prejudicar, em função de uma característica de desenvolvimento. Se fizermos isso, teremos uma sociedade mais justa, que dê oportunidades semelhantes para as pessoas, critérios diferentes, justos, para que as oportunidades sejam as mesmas.

Creio que a aprovação desse projeto, com relatório do Senador Cristovam Buarque, contribuirá para esses encaminhamentos. Portanto, sou favorável ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Sr. Presidente, só para reforçar as palavras do Relator, Senador Cristovam Buarque, e cumprimentar a autora, Senadora Ideli Salvatti, como também o Senador Flávio Arns, gostaria de dizer que a Linguagem Brasileira de Sinais, Libras, avança em todo o País.

Para não ser repetitivo, quero cumprimentar a Ulbra, universidade de Canoas, Rio Grande do Sul, que está dando gratuitamente para todos os seus alunos, que assim o quiserem, o curso da linguagem de sinais. Achei isso muito interessante e dou um depoimento de pai coruja. Minha filha se inscreveu espontaneamente para aprender a linguagem de sinais, já que ela atua nessa área. Achei muito bonita a iniciativa da Ulbra.

Parabéns ao Relator, à autora e ao Senador Flávio Arns, que tem trabalhado com muito carinho e muita paixão com esse tema!

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, quero-me congratular com o eminente Senador Cristovam Buarque pelo seu relatório. O projeto da Senadora Ideli Salvatti é muito importante, pois os excluídos poderão participar de toda a vida do nosso País, principalmente nos meios de comunicação. Hoje, a Libra é presente em todos os programas religiosos, de forma que se estendendo a todos os outros programas, haverá efetivamente a verdadeira inclusão das pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Deixo registradas minhas congratulações à autora do projeto e também ao Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PT – DF) – Sr. Presidente, quero fazer um complemento, que não foi colocado no relatório porque não seria procedente.

Primeiro, espero que essa lei para as escolas se aplique, no dia em que for preciso, também ao Congresso brasileiro. No dia em que tivermos aqui um Deputado ou um Senador portador de deficiência auditiva, que o Congresso cumpra a lei que estamos colocando para as escolas.

Segundo, quero aproveitar e dizer que, no fundo, a Senadora Ideli ouviu a voz dos que não ouvem. E, ao ouvir a voz dos que não ouvem, fez uma lei que se adapta às necessidades deles. Quero dizer que seria bom que nós, Parlamentares, ouvíssemos uma língua de sinais que o povo brasileiro está falando e que nós não entendemos. Quando passamos por uma rua e vemos um homem, uma mulher, uma criança deitados no chão, aquilo é uma linguagem, é uma língua de sinais que quer dizer a palavra miséria. Passamos ao lado, e não entendemos. Quando vemos meninos nos sinais de trânsito, pedindo esmolas, na hora em que deviam estar na escola, aquilo é uma língua de sinais, com o corpo inteiro, raquítico muitas vezes, dessas crianças, e não entendemos.

Talvez seja necessário que o Congresso Nacional, cada um de nós, Deputados e Senadores, aprendamos também a língua brasileira, como o povo fala para nós, manifestando a sua miséria. Talvez precisemos de um professor de língua brasileira de sinais para cada um de nós que representamos o povo brasileiro. A Senadora Ideli aprendeu no que se refere a um dos aspectos, que é o atendimento às necessidades dos que não ouvem. É preciso que ouçamos e entendamos em relação a todas as outras necessidades também do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares, PSB – SE) – Srs. Senadores, apenas para um esclarecimento final.

O que estamos discutindo? Em primeiro lugar, a Senadora Ideli Salvatti modifica o art. 26-b, da Lei nº 9.394, de 20/12/96, e introduz uma redação diferente a esse art. 26-b: “Será garantida às pessoas surdas em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes públicas e privadas de ensino a oferta da língua brasileira de sinais – libras, na condição de língua nativa das pessoas surdas”.

O Relator, muito bem designado por sinal, para dar parecer sobre essa matéria, Senador Cristovam Buarque, resolveu, com muita propriedade, dar uma nova redação a esse art. 26-b, da seguinte forma: “será garantida às pessoas surdas em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes públicas e privadas de ensino” – introduzindo esta expressão –, “de acordo com normas dos respectivos sistemas, a oferta da língua brasileira de sinais – libras, na condição de língua nativa das pessoas surdas”. Quer dizer, houve apenas uma mudança na redação, para melhorá-la, para adequar o dispositivo à realidade do sistema educacional brasileiro.

Portanto, quero parabenizar, felicitar a autora pela iniciativa louvável em trazer a lume essa proposta que vem ao encontro de milhares e milhares de pessoas que precisam, sem dúvida alguma, da garantia de um ensino da língua nativa das pessoas surdas, a língua brasileira de sinais – libras, bem como felicitar o nobre Relator, o eminente educador brasileiro, grande Ministro da Educação que foi, grande Governador do Distrito Federal, por este parecer que veio consubstanciar, sem dúvida alguma, o pensamento desta Comissão e também o pensamento de todos aqueles que estão a necessitar dessa garantia, ou seja, assegurar que, nas escolas públicas e privadas, haja o ensino da língua brasileira de sinais, os deficientes brasileiros, não só através de matérias como esta, mas de outras matérias da iniciativa de Senadores como Paulo Paim, Flávio Arns, Eduardo Azeredo e tantos outros.

Esta Comissão vem cumprindo rigorosamente esse papel, não um papel assistencialista, mas o de afastar de uma vez por todas a discriminação e assegurar que todos os brasileiros tenham os mesmos direitos de competir na escola e também no mercado de trabalho, em igualdade de condições com todos aqueles que disputam esse direito. Portanto, os meus parabéns novamente a esse grande Senador, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que deixou lá a presidência, para relatar essa matéria, o que denota, de forma cabal, o interesse que

sempre teve S. Ex<sup>a</sup> pela resolução dos problemas sociais de nosso País.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto por unanimidade.

Encerro a reunião, tendo em vista que é evidente a falta de quórum e que agora haverá uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde tenho várias emendas sobre a reforma política, que está sendo discutida naquela comissão.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 10h51min.)*

**Ata da Vigésima Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 1º de setembro de 2005, quinta-feira, às 09:30 horas.**

Às dez horas e dezoito minutos, do dia primeiro de setembro de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, com a presença dos (as) Senadores (as) **GILBERTO GOELLNER, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, REGINALDO DUARTE, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, JOSÉ MARANHÃO, FÁTIMA CLEIDE, MOZARILDO CAVALCANTI E JUVÊNCIO DA FONSECA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador Antônio Carlos Valadares Propõe inversão dos itens da Pauta. Com a concordância dos demais membros, passa-se à apreciação dos itens da pauta. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 353, DE 2003**, “Acrescenta parágrafo único ao artigo 107 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1977, que estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, visando remeter ao CONTRAN competência para determinar os tipos de veículos passíveis de utilização no transporte público de passageiros”. **Autoria:** Senadora Fátima Cleide, **Tramitando em Conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 108, DE 2004**. “Regulamenta o disposto no art. 107 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, quanto à prestação do serviço individual de transporte urbano de passageiros ou de bens por motocicletas e veículos similares”. **Autoria:** Senador

Marcelo Crivella. **Relator “ad hoc”**: Senador Augusto Botelho. **Parecer**: Contrário ao PLS nº 108/04, e favorável ao PLS nº 353/03, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Parecer. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2003**. “Transforma a Estação Ecológica de Anavilhanas, criada pelo Decreto nº 86061, de 2 de junho de 1981, em Parque Nacional de Anavilhanas”. **Autoria**: Senadora Serys Slhessarenko. **Relator**: Senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer**: favorável. **Resultado**: Lido o Relatório e encerrada a discussão. Ficou adiada a votação. O Senador Antônio Carlos Valadares passa a Presidência dos Trabalhos ao Senador Papaléo Paes. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2003**. “Altera a Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e dá outras providências, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo”. **Autoria**: Senador Tião Viana. **Relator “ad hoc”**: Senador Reginaldo Duarte. **Parecer**: Favorável. **Resultado**: Lido o Relatório e encerrada a discussão. Ficou adiada a votação. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2002**. “Inclui parágrafos no artigo 2º, da Lei nº 9434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde”. **Autoria**: Senador Ademir Andrade. **Relator**: Senador Augusto Botelho. **Parecer**: Favorável na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado**: Não sendo oferecidas Emendas na Discussão Suplementar, a Emenda nº 01-CAS (SUBSTITUTIVO) é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senador Antônio Carlos Valadares retoma a Presidência dos Trabalhos. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2004**. “Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia”. **Autoria**: Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores. **Relator “ad hoc”**: Senador Reginaldo Duarte. **Parecer**: Contrário às Emendas. **Resultado**: Concedido Vista à Senadora Fátima Cleide. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2002**. “Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades”. **Autoria**: Senador José Agripino. **Relator**: Senador Eduardo Azeredo. **Parecer**: Favorável. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido do Relator para Reexame. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2002 – COMPLEMENTAR**. “Vincula recursos para a Seguri-

dade Social”. **Autoria**: Senador Paulo Octávio. **Relator**: Senador Valdir Raupp. **Parecer**: Favorável nos Termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido do Relator para Reexame. Os demais itens da pauta 3, 4, e 6 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Fátima Cleide, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo e Juvêncio da Fonseca**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, 24ª reunião desta Comissão, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Nós passaremos, em primeiro lugar, à apreciação da pauta em relação aos projetos não-terminativos.

Item nº 10:

O PLS nº 353, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, tramitando em conjunto com o PLS nº 108, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella. A decisão é não-terminativa.

Solicito ao nobre Senador Augusto Botelho a leitura do parecer, tendo em vista que o Relator não se encontra neste momento na Comissão.

Ele tramita em conjunto com o PLS nº 108, cujo autor é o Senador Marcelo Crivella. Mas o relator dos dois projetos é o Senador Ney Suassuna. Autora: Senadora Fátima Cleide.

Tem a palavra o Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as proposições em pauta tratam do uso de motocicletas no transporte público, urbano e individual de passageiros. Cada vez mais frequentes, especialmente nas grandes cidades, o serviço de moto-táxi, como são comumente denominados, não são ainda regrados por nenhuma norma de âmbito federal. Em alguns casos, têm sua prestação regulamentada pelo Poder concedente, o Município; em outros, são prestados de forma clandestina.



Em todas as situações, contudo, faltariam os requisitos técnicos e profissionais capazes de reduzir o risco a que têm sido expostos tanto os condutores quanto os passageiros transportados. Segundo os autores dos projetos, a lacuna normativa deve ser preenchida pela União, ente federativo que detém as prerrogativas constitucionais para instituir diretrizes sobre transportes urbanos e para legislar sobre trânsito e transporte.

Embora tenham propósito análogo, as proposições adotam caminhos distintos. O PLS nº 353, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, ao acrescentar o parágrafo único no art. 107 do Código de Trânsito Brasileiro, remete ao Conselho Nacional de Trânsito – Contran – a competência para determinar os tipos de veículos possíveis de utilização no transporte público de passageiros. Alega sua autora que, sem invadir a competência municipal para organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de interesse local, fixada no art. 30, inciso V, da Lei Maior, a União deve regulamentar as condições de uso desses veículos, de forma garantir segurança e conforto na prestação de serviços de transporte público.

Para tanto, em face dos aspectos eminentemente técnicos que envolvem a matéria, considera mais adequado que a lei, ao invés de fazê-lo diretamente, determine ao Contran que estabeleça os requisitos mínimos para operação de serviços.

Por seu turno, o PLS nº 108, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, a par de incluir o transporte de bens na proposição, destina-se a regulamentar o mencionado art. 107 do Código de Trânsito Brasileiro. Nesse passo, estabelece de forma minudente os requisitos e condições a serem atendidos na prestação de serviços de transporte individual de passageiros ou bens por motocicletas, ciclomotores e similares. Lista os referidos requisitos e condições tanto no que se refere aos veículos quando no tocante aos condutores, exigindo, ademais, que as pessoas jurídicas autorizadas a prestar os serviços pelo Poder Municipal somente empreguem ou contratem profissionais que satisfaçam as regras impostas.

Distribuído o primeiro à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o segundo à CCJ e à Comissão de Assuntos Sociais, por força das relações de trabalho envolvidas, passaram ambos os projetos a tramitar conjuntamente e depender do exame das duas Comissões, em razão da aprovação do Requerimento nº 13.310, de 2004, Senador Antonio Carlos Valadares.

Da análise.

Louva-se desde logo o caráter meritório das iniciativas. Ao perceberem inerte o Poder Executivo federal

relativamente à fixação em regulamento das condições técnicas de segurança que devem prevalecer na prestação de serviços de transporte urbano por meio de motocicletas, os autores buscam suprir essa lacuna. De fato, não há como deixar de reconhecer que, à revelia da fixação dos preceitos legais necessários à proteção das pessoas que prestam ou são atendidas por serviços dessa natureza, estamos diante de uma realidade que se vai impondo a essas instituições. Dados publicados pela imprensa dão conta de que são milhares, anualmente, os acidentes que envolvem motocicletas no trânsito. Somente em São Paulo, observa-se a média de uma morte por motocicleta a cada dois dias. Em sua grande maioria, os acidentes, fatais ou não, envolvem a prestação de serviço de transporte de passageiros ou cargas.

Diante dessa circunstância, parece claro que a União não pode mais se afastar da obrigação de, no exercício de suas prerrogativas, impor condições essenciais a serem atendidas indistintamente em todos os Municípios. O tratamento da matéria, contudo, merece reflexão, conquanto seja seletivo e cuidadoso no estabelecimento dos critérios e condições para a prestação dos serviços.

O PLS nº 108, de 2004, adentra campo normativo mais próprio dos regulamentos expedidos pelo Contran do que de norma legal. Não apenas em razão da evolução tecnológica dos equipamentos, que pode ser mais dinamicamente absorvida por soluções do referido Conselho, mas, sobretudo, pela natureza jurídica dos textos legais.

(Estou lendo a análise do Senador Ney Suassuna sobre os projetos.)

As leis se destinam a regulamentar no sentido de estabelecer ou instituir regras e princípios e não a regulamentar o dispositivo de lei preexistente. As palavras de Plácido e Silva em seu Vocabulário Jurídico esclarecem a distinção entre os termos: regular é estabelecer a regra geral, a norma jurídica fundamental; regulamentar é prescrever a forma por que se cumpre a execução das regras jurídicas fundamentais ou as disposições legais. Não cabe à lei, portanto, regulamentar como expressamente pretende o mencionado projeto. Tal função normativa deve ser preenchida por decretos, resoluções, portarias e outros atos administrativos.

Nesse sentido, sem deixar de reconhecer o meritório conteúdo das normas regulamentadoras propostas no PLS nº 108, de 2004, parece mais consentâneo com nosso Ordenamento Jurídico o caminho adotado pelo PLS nº 353, de 2003, ao determinar que o Contran estabeleça as regras dos veículos e as condições a serem atendidas na prestação de serviços.

No entanto, ao fazer incidir a alteração proposta exclusivamente em relação ao art. 107 do Código de Trânsito Brasileiro, que trata de veículos de aluguel destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros, a proposição deixa de abordar o transporte de carga realizado por motocicletas. Por essa razão, faz-se necessário alterar também o art. 109, que se refere ao transporte de carga em veículos destinados a transporte de passageiros. Em ambos os casos, deve-se fazer menção expressa ao tipo de veículo a que se destina a modificação que se pretende introduzir, de modo a estabelecer de uma parte a necessária previsão legal para a existência desse tipo de transporte e, de outra, a imperiosidade do regulamento a ser expedido pelo Contran.

O substitutivo adiante formulado busca sanar as referidas insuficiências e igualmente promover um ajuste necessário na redução da emenda da proposição. Ao referir-se à Lei nº 9.503, de 1997, o projeto utiliza impropriamente a expressão “estabelece”, quando, na verdade, esta norma institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Ante o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2004, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2003, da forma seguinte. Lerei o substitutivo: “Altera os arts. 107 e 109 da Lei nº 503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com o objetivo de responsabilizar o Contran pelo estabelecimento de requisitos e condições a serem atendidos no transporte de passageiros e carga por motocicletas, veículos e similares.”

Esse é o parecer do Senador Suassuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Em discussão, a matéria.

A Senadora Fátima Cleide, que é a autora da proposição, tem a palavra para justificá-la.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa matéria é de suma importância para as cidades brasileiras, principalmente para os administradores públicos municipais. Quando eu apresentei este projeto, a intenção foi de retirar essa responsabilidade do âmbito das prefeituras que ficam extremamente pressionadas, ora por taxistas, ora por mototaxistas, ora por empresas do transporte público e nem sempre a avaliação que se faz e o resultado final dessas pressões atende a quem é o maior interessado em que o sistema seja de fato eficiente e eficaz, que é o consumidor.

Nesse sentido, fizemos uma ampla discussão com alguns setores do transporte público e apresentamos este projeto para que o Contran – Conselho Nacional de Trânsito, passe a efetivamente regulamentar e ser

o responsável pela definição de quais possíveis transportes possam ser utilizados para o transporte público, levando em consideração também o tamanho das cidades, as necessidades, a demanda existente e a estrutura já existente neste setor em cada Município.

Fico muito feliz com o relatório apresentado pelo Senador Ney Suassuna, e aqui, relator *ad hoc*, o Senador Augusto Botelho, que, com certeza, apresenta nas suas emendas um aprimoramento para este projeto.

Eu agradeceria se os nossos nobres pares pudessem votar o relatório do Senador Ney Suassuna, aqui lido pelo Senador Augusto Botelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senadora Fátima Cleide, o projeto de V. Ex<sup>a</sup> tramitou em conjunto com o de nº 108, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Mas o projeto que foi levado em consideração pelo Relator é o Substitutivo do Senador Ney Suassuna.

Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa louvável de apresentar...

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Inclusive, quero acrescentar que a minha preocupação é a mesma do Senador Marcelo Crivella, com uma pequena diferença. O Senador Marcelo Crivella apresenta no seu projeto, como alternativa, que nós aqui já regulamentemos. E a minha proposta, acatada pelo substitutivo do Senador Ney Suassuna, é de remeter essa competência pela regulamentação para o Conselho Nacional de Trânsito.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O que dá maior celeridade ao andamento, sem dúvida alguma, do dispositivo que V. Ex<sup>a</sup> propõe.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho. Em seguida, ao Senador Marcelo Crivella. O Senador Valdir Raupp também pediu a palavra.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois não.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sou Relator do item 9, e surgiram algumas dúvidas de última hora. Eu queria pedir a retirada de pauta para uma análise mais aprofundada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois não. O requerimento de V. Ex<sup>a</sup> foi atendido neste momento.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senador Augusto Botelho, em seguida, Senador Marcelo Crivella.



**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Usei a palavra apenas para ressaltar o caráter e a preocupação social da Senadora Fátima Cleide e do Senador Marcelo Crivella, porque esse problema de motocicletas e de motoboy é algo muito grave e necessário, porque o pobre acabará sendo transportado dessa forma mesmo.

Lá em Roraima ainda não temos esse serviço, mas o meu Estado tem uma característica diferente da dos demais Estados em relação à motocicleta. Em todos os Estados da Federação a proporção de motocicletas em relação aos veículos gerais é de 15%. Na realidade, temos 30% de motocicletas. Os prefeitos sofrem muita pressão dos grupos dos taxistas e motociclistas, porque não têm uma regulamentação. Se o Contran\* tomar uma decisão, será uma forma de evitar essa violência que é a motocicleta. Realmente, é um transporte útil, mas muito violento. Todo acidente de motocicleta é grave. É difícil haver um acidente de motocicleta em que não haja uma vítima sem lesão corporal.

Gostaria apenas de parabenizar a Senadora Fátima Cleide e o Senador Marcelo Crivella, que têm demonstrado que estão trabalhando aqui pelos pequenos – como a maioria nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PL – RJ) – Sr. Presidente, agradeço as palavras carinhosas do Senador Augusto Botelho e parabenizo a Senadora Fátima Cleide.

Nós, nesta Comissão, precisamos preocupar-nos com o motoboy, uma vez que esse é o emprego de centenas de milhares de brasileiros. A indústria da motocicleta está em pleno vapor. Proponho, então, a V. Exª, Sr. Presidente, e ao Plenário desta Comissão que possamos fazer uma audiência pública para verificarmos os filmes e os projetos do *airbag* de motocicleta.

Se conseguíssemos obrigar que cada motocicleta viesse com um *airbag*, seria uma maneira de evitar que esses acidentes causassem lesão na medula dos nossos rapazes. Para V. Exª ter uma idéia, o Corpo de Bombeiros de São Paulo alertou-me que todos os dias, Senador Antonio Carlos Valadares, existem 10 acidentes com motocicletas nas ruas, havendo dano permanente, além de duas mortes. Esse fato ocorre todos os dias em São Paulo. Quando chove, o número aumenta.

Sr. Presidente, também precisamos saber que esses acidentes sempre ocorrem quando a motocicleta trafega entre carros. Senador Valdir Raupp, é preciso que logremos, nesta Comissão, regulamentar o tráfego

das motocicletas. Devem elas andar como carros, atrás deles, como se fossem um automóvel numa pista? Ou vamos permitir que elas andem entre as pistas, que é o que fazem quando as duas pistas estão paradas, porque não há sentido no sujeito da motocicleta ficar parado atrás de um carro num engarrafamento no Rio de Janeiro ou em São Paulo, tendo ele tanto espaço para passar no meio, estando uma pista parada – ou as duas?

Precisamos analisar essa questão, Sr. Presidente, porque está morrendo muito jovem tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo ou em Salvador, Belo Horizonte, enfim, nas grandes capitais. Os morros não me preocupam. Nos morros do Rio de Janeiro, os carros e as kombis não levam as pessoas até o alto. Quem leva é o motoboy mesmo. Mas, ali, o número de acidentes é bem menor.

Nas rodovias, esses meninos andam sem equipamento próprio e sem *airbag*, tendo que trafegar rapidamente para entregar encomendas. Eles atravessam a cidade de um lado para o outro em dias de chuva. Sr. Presidente, lembro que, em dia de temporal, nem piloto de avião decola. Muitas vezes, já cheguei ao aeroporto e não houve vôo, porque não existiam condições de segurança – com equipamentos sofisticados e radares. Por que um garoto desses tem que trabalhar num dia de temporal, atravessando a cidade, passando pelas poças de água e correndo um risco enorme? As nossas ruas não estão em perfeitas condições de tráfego.

Então, faço esse apelo à Comissão e aos meus companheiros a fim de que nos debruçemos para dar uma regulamentação apropriada visando garantir a vida e a segurança dos nossos jovens motoboys.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo pela ordem.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Trata-se de outro projeto. Já está em fase de discussão esse projeto ou posso relatar outro?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – V. Exª pode falar.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Trata-se do PLS nº 177, de autoria do Senador José Agripino. A Senadora Ana Júlia Carepa havia pedido vista do referido projeto, porém não está mais participando da Comissão, segundo informações do Bloco do Governo. Então, foi-me solicitando que o retire de pauta para que um novo Senador possa trazer um voto em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> está sendo atendido. O projeto será retirado de pauta.

Continua em discussão o parecer do Senador Ney Suassuna. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se dê prosseguimento à sua tramitação.

Quanto ao Item 5, Senador Juvêncio da Fonseca, em homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, colocaremos em discussão o projeto e, assim que chegarem mais dois Senadores, nós o submeteremos a votação. Faremos a leitura do parecer e o colocá-lo em discussão enquanto aguardamos a presença de mais dois Senadores para submetê-lo a votação.

Senador Juvêncio da Fonseca, para o Item 1, que é não-terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, cujo Relator é o Senador Mão Santa, designo o Senador Reginaldo Duarte para relatar a matéria após a leitura do parecer de V. Ex<sup>a</sup>. Adotaremos o mesmo critério neste Item, ou seja, aguardemos mais dois Senadores para a sua votação.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o projeto de lei em exame, apresentado pela excelente Senadora Serys Slhessarenko, propõe que a Estação Ecológica de Anavilhanas seja transformada no Parque Nacional de Anavilhanas e que os seus limites permaneçam os mesmos.

Esse projeto é importante, Sr. Presidente, porque transformar uma estação ecológica em parque nacional significa que se dá melhor utilização à área uma vez que as estações ecológicas não permitem, de forma alguma, inclusive, a entrada de pessoas no local. Apenas serve para estudos, como é o caso da análise feita aqui.

As estações ecológicas têm como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, sendo vedada a visitação pública. Já o objetivo básico do parque nacional é a preservação de ecossistemas nacionais de grande relevância ecológica e beleza cênica. Porém permite, além da realização de pesquisas científicas, tanto quanto as estações ecológicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e de turismo. A visitação pública estará sujeita, contudo, às normas

e às restrições estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

Portanto, este Relator entende que é um avanço essa transformação da Estação Ecológica Anavilhanas em Parque Nacional de Anavilhanas, mesmo porque ela corresponde a 350 mil hectares, que não poderiam ficar, de forma nenhuma, restritos à visitação pública. Inclusive, essa área pertence ao Estado do Amazonas, junto aos Municípios de Manaus, Airão e Novo Airão.

Por tais motivos, Sr. Presidente, louvando a iniciativa da excelente Senadora Serys Slhessarenko, somos favoráveis à aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 1:

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para a leitura do parecer.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, tem o objetivo de alterar o art. 12 da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social e dá outras providências.

O projeto propõe alterar o *caput* do citado artigo para determinar que, trimestralmente, o gestor do Sistema Único de Saúde, na esfera federal, apresente às duas Casas do Congresso Nacional relatório circunstanciado sobre a sua atuação. Ao mesmo artigo propõe-se acrescentar Parágrafo Único para especificar que o relatório deverá conter informações sobre o montante e a fonte de recursos, autorias e ofertas de produção de serviços na rede assistencial do SUS.

A proposição foi distribuída às Comissões do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais, não recebendo emendas durante o prazo regimental. Na CMA, recebeu parecer pela aprovação e à CAS cabe a decisão em caráter terminativo.

Análise.

Cumprindo determinação constitucional, a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, institui o SUS. Aí então, a assistência médica de caráter institucional federal era prestada pelo Inamps.

Uma das diretrizes do SUS é a descentralização pública administrativa, com direção única em cada esfera do Governo e com ênfase na descentralização das ações para os Municípios e a regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde. É o que

determina o Inciso IX e suas alíneas do art. 7º da Lei Orgânica da Saúde.

A Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993\*, estabelece, em seu art. 12, que:

“o gestor do Sistema Único de Saúde, em cada esfera de governo, apresentará trimestralmente (...) relatório detalhado contendo, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período bem como sobre a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada.”

Convém esclarecer que o relatório ao qual se refere o art. 12 não coincide com a prestação anual de contas que o Poder Executivo tem constitucionalmente o dever de apresentar ao Congresso Nacional. É um relatório que deve concluir, além dos dados referentes aos recursos aplicados, informações sobre auditorias realizadas pelo Departamento Nacional de Auditoria\* do SUS e a oferta e a produção de serviços de saúde.

Outros dispositivos constitucionais corroboram com tal competência. O art. 70 e seu Parágrafo Único da Constituição Federal\* determinam que:

“a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta (...) será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo (...) e prestará contas a qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária.”

Quanto aos aspectos constitucionais, portanto, não vislumbramos óbices à aprovação da proposição em exame. Não foram identificados indícios de injuridicidade na proposição. Quanto à técnica legislativa, não existem reparos a fazer visto que a lei está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, especialmente as contidas nos arts. 7º e 12.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2003.

Esse é o relatório do Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senador Augusto Botelho, gostaria que V. Exª assumisse a Presidência, porque estou recebendo um telefonema urgente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT-RR) – A matéria vai ficar apenas em discussão porque não pode ser votada.

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Item nº 2, decisão terminativa.

Esclareço que na última sessão do dia 25 de agosto de 2005 foi aprovada a Ementa nº 1 da CAS. Não foram apresentadas emendas...

Esse projeto é o meu. Por isso não vou poder presidir a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Item 2, decisão terminativa, turno suplementar da Emenda nº 01-CAS, substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado 126, de 2002.

Inclui parágrafos no art. 2º da Lei nº 9.434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes pelo Sistema Único de Saúde.

Autor: Senador Ademir Andrade; Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer favorável na forma do substitutivo que apresenta.

Esclareço que na última reunião do dia 25 de agosto de 2005, foi aprovada a Emenda nº 01-CAS. Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT-RR) – Vou fazer apenas um comentário a respeito desse projeto.

O Brasil é o país que faz mais transplantes de órgãos para pessoas pobres, para as pessoas que não têm recursos. Ou seja, na rede pública. Assim, esse mérito nós temos. Mesmo assim, as filas de pessoas que estão aguardando córnea, rim, coração, fígado, pulmão e outros órgãos, são muito grandes. Muita dessas pessoas, no caso daquelas que estão esperando fígado, por exemplo, morrem na fila de espera de órgãos, sem achá-los. Nas filas de espera daqueles que estão esperando um pulmão, a metade morre.

Quando uma pessoa entra em morte cerebral em uma unidade de saúde privada ou pública – essa matéria visa mais o caso das privadas -, essa unidade deveria comunicar esse fato à Central de Transplantes de Órgãos, de captação de órgãos do Ministério da Saúde.

Havia sempre um problema na hora de se retirar o órgão, porque a seguradora, o plano de saúde não queria cobrir a retirada do órgão, porque realmente a pessoa já estava morta, com morte cerebral. O plano de saúde não prevê isso. A própria clínica também botava dificuldades.

Assim, as comunicações de morte cerebral para a Central de Transplante de Órgãos são reduzidas por causa disso; ou seja, porque isso vai acarretar um custo para a unidade que ofereceu os dados. Às vezes, até judicialmente se consegue obrigar a que seja retirado um órgão numa clínica particular.

Esse projeto visa a que todas as casas de saúde, todas as famílias que quiserem doar os órgãos de seus familiares não tenham mais problemas de pagamento. É lógico que o pagamento não é imediato. A clínica receberá através da tabela do SUS. Realmente, para se retirar um órgão, um rim ou os dois rins, no caso, para se colocar numa pessoa, o custo do procedimento cirúrgico é o mesmo de se fazer uma intervenção num rim, uma operação normal de rim. É um custo elevado.

Assim, o SUS, nós, todos os contribuintes vamos pagar para que as pessoas que estão sofrendo, nas máquinas de diálise, que estão sem enxergar, precisando de córnea, de fígado, de outros órgãos, de peles, o que também é muito importante, possam receber esses órgãos. Dessa forma, poderemos diminuir o tempo de espera por órgão nessas filas. Só quem convive com uma pessoa que está esperando a doação de um órgão é que sabe o quanto é grande o sofrimento daquela pessoa e da família, por causa da possibilidade da morte, que é iminente. Quando se chega na hora de transplantar um órgão, é porque a coisa está feia. As únicas pessoas que não têm risco de vida em transplantes e que estão na fila de espera são aquelas que estão esperando córneas. Em compensação, elas não estão enxergando, o que é outro sofrimento.

Por isso, esse projeto tem um alcance social muito grande. Gostaria de obter a aprovação de V. Ex<sup>as</sup> para esse projeto que foi feito pelo Senador Ademir Andrade. Eu sou apenas o relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Não havendo mais quem queira discutir, acredito eu...

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT-MS) – Eu pedi a palavra porque não se pode deixar de fazer uma referência a um projeto como esse, uma referência elogiosa à iniciativa do Senador Ademir Andrade, que já não está conosco aqui no Senado. É preciso também louvar o belo relatório produzido pelo Senador Augusto Botelho, que aperfeiçoou bastante o projeto. O projeto e sua emenda têm um mérito importantíssimo; ou seja, que as doações de órgãos não fiquem apenas no papel, em casos específicos como esses tratados no projeto. Se as entidades particulares não puderem participar de transplantes e as equipes que estiverem nessas entidades não puderem realmente realizar um transplante, seria realmente muito difícil se aplicar aí o princípio da doação de órgãos.

Por isso, esse projeto veio preencher uma lacuna muito especial dentro da área médica e também favorecer a população em geral.

Como disse o Senador Augusto Botelho, é certo que todo contribuinte vai concorrer para o ressarcimento dessa despesa. Como toda e qualquer intervenção cirúrgica feita pelo SUS, é realmente o contribuinte, a Nação brasileira, o Estado que comparecem com os recursos necessários. Gostaríamos que o Estado tivesse muito mais recursos, quanto mais melhor, para investir na saúde de seu povo. Gostaríamos ainda que essa saúde fosse para todo mundo de acesso fácil, uma saúde eficiente, para que pudéssemos ter qualidade de vida.

Parabéns ao Senador Ademir Andrade e, em especial, ao Relator Augusto Botelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Eu também quero parabenizar o Senador Ademir Andrade e o Relator, Senador Augusto Botelho.

Não havendo mais quem queira discutir e não sendo oferecidas emendas, na discussão suplementar, a Emenda nº 1 da CAS, substitutivo, é definitivamente adotada, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nós teríamos agora a relatoria do Senador Leonel Pavan, que não está presente.

Solicitaram a retirada de pauta dessa matéria. Nós acatamos essa solicitação.

Vamos discutir, em seguida, o item 7, não terminativo, emenda de plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2004, que dispõe sobre a regulamentação de enólogo e técnico em enologia.

O autor é o Senador Luiz Otávio e o Relator é o Senador Romeu Tuma. O parecer do Senador é contrário.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte como relator **ad hoc**.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, o relatório é do Senador Romeu Tuma, emenda de plenário.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, recebeu, em plenário, duas emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Luiz Otávio, pretende alterar o texto do art. 1º da proposição para autorizar o Poder Executivo a regulamentar as profissões de enólogo e de técnico em enologia, em conformidade com a legislação vigente no País.

Segundo a justificação do autor, a regulamentação de profissões é de competência do Poder Executivo.

Por sua vez, a Emenda nº 2, do mesmo autor, pretende suprimir o inciso III do art. 2º do projeto.

Segundo a justificação apresentada, o objetivo é tornar mais adequado, do ponto de vista da sistemática regimental, a proposição, eis que o Ministério



da Educação já reconhece o curso de nível médio de técnico em enologia.

Análise.

Em nosso entendimento, a Emenda nº 1 está fundamentada em equívoco jurídico: a criação dos conselhos profissionais, que são autarquias, é de iniciativa privativa do Poder Executivo, por se tratar de matéria administrativa.

Quanto à regulamentação constitucional, não há impedimentos constitucionais à indicação dos Parlamentares. Trata-se de matéria estritamente ligada ao Direito do trabalho, competência exclusiva do Congresso Nacional, art. 49 da Constituição.

A Emenda nº 2, por sua vez, prejudicaria, se acatada, os profissionais que possuem diploma de nível médio, expedidos antes do reconhecimento, pelo Ministério da Educação, do curso de Tecnólogo em Vinicultura e Enologia. Ou seja, aqueles que se formaram antes 23 de dezembro de 1998 ficariam impedidos de exercer a profissão de enólogo.

Mantemos então nosso entendimento pela manutenção do texto original, nos termos de nosso parecer.

Voto.

Dessa forma, opinamos pela rejeição das emendas apresentadas ao projeto de Lei do Senado, nº 226, de 2004.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Em discussão.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, como a emenda proposta em plenário tem como objetivo tornar a matéria mais adequada, do ponto de vista regimental, e também o reconhecimento pelo MEC da profissão, eu gostaria de pedir vista da projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Vista das emendas?

Fica concedido o pedido de vista.

Alguns itens relacionados para hoje foram retirados de pauta por solicitação de seus relatores. Outros itens são de decisão terminativa, e por isso não será possível votá-los neste momento.

Não havendo mais o que discutir, está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h02min.)*

#### COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**Ata da 17ª. Reunião (Conjunta) com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52ª Legislatura, realizada em 4 de agosto de 2005 às 10:00 horas.**

Às dez horas do dia quatro de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores Senadores Tasso Jereissati, José Jorge, Marco Maciel, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Delcídio Amaral, João Capiberibe, Sérgio Zambiasi, Aelton Freitas, Gérson Camata, Mão Santa, Juvêncio da Fonseca, César Borges, Antônio Carlos Magalhães, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Fernando Bezerra, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ney Suassuna e Augusto Botelho. Reúne-se a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura conjuntamente com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Magno Malta, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Alberto Silva e Gilberto Mestrinho. Deixam de comparecer por motivo justificando os Senhores Senadores Rodolpho Tourinho e Valdir Raupp. A presente reunião destina-se a deliberação de matéria. Item único – Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004. Não Terminativo. Ementa: “Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências”. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Aprovado. Observação: Foram apresentadas 32 (trinta e duas) emendas ao projeto. Na fase de discussão da matéria, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o assunto os senhores Senadores Gérson Camata, João Capiberibe, José Maranhão e Tasso Jereissati. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que a mesma foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da CI, Senador **Tasso Jereissati**, Presidente da CDR.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conjuntamente com a Comissão de Infra-Estrutura.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação do Decreto de Lei da Câmara nº 702, de 2004, que cria a Agência Nacional de Ação Civil, Anac, e dá outras providências.

Antes de passar a palavra ao Relator da matéria, indago aos Senhores Parlamentares se concordam com a dispensa da leitura da Ata anterior.

Aprovado.



Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Tasso Jereissati, o presente relatório reflete uma longa discussão que teve início na Câmara dos Deputados, com os Líderes no Senado Federal e num momento importante para a aviação comercial brasileira e para a indústria aeronáutica brasileira. Pediria a V. Ex<sup>as</sup> que, como esse projeto também deverá passar pela Comissão de Relações Exteriores e pela Comissão de Constituição e Justiça, adotemos procedimentos acelerados para que, votando o projeto no Plenário do Senado, tenhamos a criação da Anac já disponibilizada no menor espaço de tempo possível, num momento crucial para a aviação comercial brasileira, com impactos na indústria e no turismo, principalmente em função da importância da Agência Nacional de Aviação Civil.

Vou ler rapidamente e peço a paciência de V. Ex<sup>as</sup> para ouvirem a leitura que farei do relatório.

O Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 62, de 2004, cria a Agência Nacional de Aviação Civil, autarquia especial vinculada ao Ministério da Defesa, com sede no Distrito Federal e competência de regular e fiscalizar a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

A proposição origina-se na Mensagem nº 1795, de 2000, do senhor Presidente da República, que tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 3846, de 2000. O PLC nº 62, de 2004, corresponde ao substitutivo aprovado naquela Casa.

Segundo o projeto, a Anac terá independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes, devendo observar e implementar as orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil, Conac. Sua diretoria será composta por quatro diretores e um diretor-presidente, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, para mandato de cinco anos. Os diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de pena demissória decorrente do processo administrativo disciplinar. O projeto prevê um quadro funcional de 922 reguladores, 307 analistas de suporte à regulação, 526 técnicos de regulação e 50 procuradores federais, além de 394 cargos comissionados e 389 gratificações de exercício em cargo de confiança, de preenchimento exclusivo por militares oficiais e graduados, sendo que o preenchimento de uma gratificação exclusiva de militar bloqueia o preenchimento de um cargo comissionado equivalente e vice-versa.

A edição de atos normativos pela Anac será precedida de audiência pública e seus documentos permanecerão abertos à consulta pública, exceto quando sua divulgação puder violar a segurança do País, o segredo protegido ou a intimidade de alguém. As principais receitas da Anac serão as taxas cobradas pela prestação de serviços e pelo exercício do poder de polícia, cujos valores estão sendo atualizados, e os recursos do fundo aeroviário, que serão acrescidos de 50% da arrecadação das tarifas de embarque, a título de ônus pela exploração dos aeródromos civis públicos. Serão transferidos à Anac as dotações orçamentárias, o patrimônio, o acervo técnico, as obrigações e os direitos de organizações do comando da Aeronáutica correspondentes às atividades a ela atribuídas, ficando o Poder Executivo autorizado a extinguir o Departamento de Aviação Civil. Os militares em exercício no DAC passam a ter exercício na Anac, devendo retornar à Força Aérea no prazo máximo de sessenta meses, à razão mínima de 20% do total inicial a cada ano.

O projeto prorroga ainda as concessões de serviços aéreos, até a data de 31 de dezembro de 2010, assegurando às empresas aéreas a exploração de quaisquer linhas, observada exclusivamente a capacidade operacional de cada aeroporto e as normas regulamentares. Além disso, estabelece o regime de liberdade tarifária, segundo o qual as concessionárias e permissionárias determinarão suas próprias tarifas, cabendo à Anac, nas hipóteses de aumento abusivo ou de práticas prejudiciais à competição, estabelecer tarifas máximas ou mínimas.

O propósito do projeto, segundo a Exposição de Motivos Interministerial nº 6613, é fazer com que o Estado, ao invés de prestar serviços, resguarde e garanta a prestação dos mesmos nos moldes das agências federais reguladoras criadas recentemente, delegando ao setor privado a execução de determinados serviços públicos e a exploração de atividades em regime de concorrência. Cumpre destacar que o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados teve seu objeto limitado à criação da agência, enquanto o projeto original do Executivo tratava igualmente de matérias regulatórias. Por esse motivo, a própria ementa foi alterada com a supressão da expressão “ordenação da aviação civil”.

Nos termos do parecer da comissão especial constituída para apreciar o projeto, tal decisão justificase porque a manutenção de um texto tão abrangente e extenso, como o originalmente proposto, redundaria em divergências incapazes de serem solucionadas em curto prazo. Acrescenta ainda o parecer que aspectos relacionados à ordenação da aviação civil e à exploração dos serviços aéreos e de infra-estrutura

aeroportuária, que tanta discussão suscitaram, terão sua análise retomada na oportunidade em que a Casa iniciar o exame do projeto que institui o novo Código Brasileiro de Aeronáutica.

No Senado, a proposição foi distribuída às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Constituição de Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, num primeiro momento, e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, como consequência da aprovação do Requerimento nº 448, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati. Foram apresentadas 32 emendas perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, entre elas emendas dos Senadores Efraim Morais, Paulo Octávio, Magno Malta, Ney Sussana, Gerson Camata e Roberto Saturnino.

Quanto à análise, senhores Presidentes, país de dimensões continentais o Brasil tem na aviação um indispensável fator de integração nacional e de desenvolvimento econômico. O Brasil é detentor de uma aviação respeitada internacionalmente, tanto pela dimensão da sua frota quanto pelos índices de segurança alcançados. Os níveis de excelência da aviação nacional podem ser atribuídos, em grande medida, à dedicação e ao patriotismo da Força Aérea Brasileira, que foi responsável pela estruturação do setor desde os seus primórdios. Alguns segmentos, como a gestão de aeroportos e a indústria aeronáutica, passaram à esfera civil e continuaram a desempenhar suas atividades com grande competência. É chegada a hora de fazer o mesmo com a regulação e a fiscalização da aviação civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, que serão transferidas para a Agência Nacional de Aviação Civil.

A criação da Anac contribuirá para o fortalecimento da aviação nacional, mediante a adoção das mais modernas técnicas de regulação da atividade econômica. A exemplo do que tem ocorrido em outros setores, a criação de uma agência reguladora é condição indispensável para a construção de um marco regulatório capaz de atrair investimentos e de proteger os interesses dos consumidores. Além disso, permitirá a Força Aérea concentrar-se na sua missão precípua, que é a defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, conforme determina o art. 142 da Constituição.

O Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, oriundo de proposição do Executivo, é produto de um longo processo de discussão, durante o qual foram realizadas 13 audiências públicas e ouvidos 31 depoentes representativos de todos os setores interessados.

Fundamental para obter o consenso necessário à aprovação do projeto foi a decisão de restringir seu escopo à criação da agência, deixando-se para um ou-

tro momento a alteração do marco regulatório do setor, que é o Código Brasileiro de Aeronáutica, instituído pela Lei nº 7565, de 1986, orientação que consideramos adequada e que pretendemos manter. O projeto poderia ser aperfeiçoado, com vistas à harmonização do seu conteúdo com duas leis supervenientes a sua elaboração: a Lei nº 9986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras, e a Lei nº 10871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas agências reguladoras.

Também poderia ser aprofundada a orientação adotada pela Câmara dos Deputados, no sentido de restringir o escopo da proposição, exclusivamente a criação da Anac, suprimindo-se os dispositivos de natureza regulatória ainda constantes do projeto.

A despeito dessas considerações, entendemos, entretanto, que a urgência de que se reveste a criação da Anac recomenda a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, sem alterações, a fim de que ele possa seguir diretamente para sanção presidencial. As impropriedades mais graves poderão ser corrigidas por veto presidencial, outros aperfeiçoamentos poderão ser feitos posteriormente, por meio de nova proposição legislativa.

Gostaria de lembrar aos senhores Presidentes que já estamos conversando, de comum acordo, com as Lideranças, com a Casa Civil, especificamente com relação a alguns vetos dignos de registro e também dignos de uma avaliação mais rigorosa por parte do Poder Executivo.

Com relação ao voto, ante o exposto, o parecer é pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 32 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004. Esse é o meu voto, prezado Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, prezado Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– O parecer é favorável ao projeto e contrário às Emendas de nºs 1 a 32.

Em discussão o parecer.

Quem queira discuti-lo na Comissão de Infra-Estrutura e na Comissão de Desenvolvimento Regional, queira se manifestar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Sr.

Presidente, senhores relatores, primeiro penso que se trata de uma boa iniciativa do Governo, o Brasil já precisava dessa agência há muito tempo, o problema do transporte aéreo no Brasil ainda tem senões que

devem ser corrigidos, não por lei, mas por uma autoridade que se mantenha sobre o setor, que o dirija e que o regulamente, às vezes.

Estive recentemente na FCC norte-americana, que regula o problema do rádio e telefonia celular, entre outros, e vi algo muito interessante. Eles procuram regular pouco por lei e muito por portaria, porque a lei engessa e a portaria pode ser revogada, pode ser adiada, é mais elástica, principalmente em setores como computação, informática, telefonia celular e aviação também, que evolui, é muito rápida nas inovações técnicas e mecânicas que apresenta continuamente.

Queria falar ao ilustre Relator, Delcídio Amaral. É um perigo participarmos de uma sessão com ele. Ontem eu estava na Comissão de Educação, o Senador Delcídio foi até lá relatar um projeto, e imediatamente me telefonou alguém perguntando o que eu estava fazendo na CPI. Para onde ele vai, pensam que é a CPI que está se deslocando.

As minhas emendas objetivam apenas o aproveitamento de funcionários que são tecnicamente preparados e que já estão ali. Por exemplo: o ingresso no quadro desse artigo será feito mediante redistribuição, sendo restrito aos servidores que, em 31 de dezembro de 2004, se encontram em exercício nas unidades do Ministério da Defesa, cujas competências foram transferidas. Eles já estão ali, não precisam ser treinados.

A Emenda nº 30 diz o seguinte: Os empregados e servidores de órgãos e entidades de administração federal requisitados durante o prazo de que trata o § 1º do art. 37 poderão exercer funções comissionadas e cargos comissionados técnicos, salvo devolução do empregado à entidade de origem ou por motivo de rescisão do contrato. Elas objetivam exatamente o treinamento nessa transferência, porque é um setor muito sensível e não posso contratar à socapa e jogar para lá, porque é o pessoal que vai lidar com a segurança dos passageiros, das cidades, dos prédios. O que vimos ontem no acidente de Toronto foi um milagre, mas um avião daqueles, caso se precipitasse sobre edifícios numa cidade, seria uma catástrofe. Portanto, é um pessoal muito especializado e eu estava propondo o aproveitamento das pessoas treinadas.

Gostaria de fazer um apelo, mas me parece que, se acolher a emenda, ela volta. Esse é o problema do Senado, acolhe emenda e volta.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Com a palavra o relator, para o esclarecimento.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Queria dizer que é importante a ponderação de V. Exª, inclusive consideramos quando estávamos trabalhando sobre o texto que foi aprovado na Câmara. É absolutamente procedente, como também há al-

gumas observações, alguns artigos que foram aprovados que, no nosso ponto de vista, mereceria uma discussão melhor, mais aprofundada, mais qualificada no Senado Federal, especialmente no que se refere à mão-de-obra, porque, como V. Exª disse muito bem, é um setor delicado e não podemos simplesmente determinar alterações no quadro funcional da futura Anac, sob pena de colocar um setor absolutamente importante em risco. Mas, dentro de uma negociação ampla que foi feita com as Lideranças e também com o Governo, especificamente com a Casa Civil e com o Ministério do Turismo, com o próprio Ministro Walfrido, faremos os ajustes necessários para atender inclusive alguns pleitos, algumas emendas que são absolutamente procedentes. Mas em função do próprio quadro que vivenciamos hoje, em função de qualquer alteração, levar novamente o projeto à Câmara dos Deputados, entendemos que o mais sensato seria aprovar o texto proveniente da Câmara e depois faríamos ajustes, com o Poder Executivo, de tal maneira a atender, entre outras coisas, as preocupações que V. Exª aqui externou de uma maneira muito coerente, muito sensata. Mas eu mesmo, como relator, com assessoria do Senado e outros parlamentares, volto a insistir na importância de que poderíamos melhorar o texto. Penso que, no momento, devemos pensar pragmaticamente, disponibilizar para a aviação comercial brasileira, para a indústria aeronáutica, para o País, a proposta que veio da Câmara dos Deputados e aí promover os ajustes necessários, de comum acordo com o Governo Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Com a palavra o Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, Heráclito Fortes, Sr. Presidente, Tasso Jereissati, senhores Senadores, queria nos autoneamar para exercer o controle de qualidade nos serviços ofertados pelos nossos aeroportos, porque todos nós aqui viajamos, no mínimo, uma vez por semana e faz muito tempo que não tomo um avião no horário anunciado. Os atrasos são frequentes e isso começa a me preocupar. Há uma demanda enorme nos aeroportos. Os aeroportos estão superlotados e a infra-estrutura caminha muito distante dessa demanda. Preocupo-me, porque a taxa de embarque que pagamos é recolhida, reinvestida na melhoria e na ampliação desses aeroportos e cada vez mais a defasagem aumenta. Há retardo e cancelamento de vôos. Quanto mais em direção ao Norte ou Nordeste, pioram os serviços. Na nossa região, aqui temos Senadores do Pará e da Amazônia, os serviços de aviação são tristes. No aeroporto da minha cidade, V. Exª conhece muito bem, participei...

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Fui ver sua bela administração como Prefeito.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado. Participei de três solenidades para construir o aeroporto. A primeira, em 1995, com a presença da Bancada do Senado Federal, foi uma festa bonita, onde fiz discurso, porque imaginava ia sair o aeroporto. A segunda, em 1999, foi já na reeleição. Dessa vez me recusei a fazer discurso, porque me resguardei para fazê-lo na inauguração. Terminou meu mandato, assumiu o atual Governador e, em abril de 2003, lá foi de novo o Presidente da Infraero, Carlos Wilson, com toda a Bancada federal, anunciar a construção do aeroporto. E nada de aeroporto! Temos que exercer um controle melhor dos recursos. Eu, como pagador de taxa de embarque, quero saber em que está sendo aplicada a minha taxa de embarque. É evidente que concordo, senhor relator, que devemos aprovar agora a Anac, mas devemos apresentar um projeto de lei no sentido de que possamos controlar melhor os recursos públicos e transformar essas empresas públicas, como a Infraero, realmente numa empresa com controle público. Estamos trabalhando nessa direção e queria saber qual é o valor arrecadado por essa empresa que controla os nossos aeroportos. Depois da situação vexatória que está aí, diante de todos nós, como a Transbrasil, que deixou de voar praticamente há dois anos e ocupa todos os espaços, continua exatamente como se estivesse tudo normal. Não há controle e, por isso, a população e nós, que tomamos avião toda semana, passamos pelo imenso sacrifício de inclusive falhar com os nossos compromissos, porque os vôos atrasam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Mas estou inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– O Senador José Maranhão está com a palavra.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há nenhuma Senadora aqui, gostaria de dizer, primeiramente, que não conheço em profundidade o projeto submetido à discussão e votação dessa Comissão, razão porque me reservo o direito de conhecê-lo melhor para, analisando em profundidade, me pronunciar a respeito.

Em conversa agora com o Presidente, tive a informação de que há um entendimento no sentido de dar um tratamento de urgência à votação dessa matéria, já que ela se relaciona a uma questão nacional e de comércio internacional também. O contencioso entre a fábrica brasileira de aviões, Embraer, e uma fábrica

canadense. Não há dúvida nenhuma de que esse fato deve merecer o peso que tem na discussão e votação dos Senadores, mas gostaria de pedir vistas do processo, para ter um conhecimento mais profundo. Isso não é uma sangria desatada. No Brasil, na realidade, existem “n” questões que, pela sua magnitude, deveriam ter um tratamento especial desta Casa e não têm tido. Não vale a pena aqui citar os casos que exemplificariam a minha posição, mas eu, como pessoa muito ligada à aviação, gostaria de conhecer melhor esse projeto e, por isso, não abro mão do pedido de vistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, que co-preside esta sessão.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Quero fazer um apelo, em função da urgência que foi aqui tão bem caracterizada pelo Senador Delcídio, que hoje nos dá a honra da sua presença, já que ele é um dos grandes astros da televisão nacional...

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Quanto a isso, estou de acordo.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – E se dignou a vir participar aqui conosco. Na verdade, V. Ex<sup>a</sup>, esse projeto ainda vai passar por duas Comissões e pelo próprio Plenário. Existe aqui um entendimento, que faz parte de toda uma discussão que vem envolvendo esse projeto, de que, se esta legislação não estiver aprovada até novembro deste ano, podem acontecer prejuízos graves para a indústria de aviação nacional e para a indústria comercial de aviação nacional, porque passaremos por uma fase de transição, necessariamente neste período, em que o Brasil pode ficar sem homologadores e, desta maneira, no momento que existe uma grande concorrência internacional, os aviões fabricados no Brasil teriam que ser homologados não por homologadores nacionais, mas por homologadores ligados, de alguma maneira, aos nossos concorrentes internacionais. E como ainda temos Plenário e duas Comissões, Constituição e Justiça e Relações Exteriores, é o apelo que fazemos, em função da real necessidade de que isso aconteça, conhecedor que sou do seu espírito público.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Veja bem, Senador. Penso que o argumento da instituição homologatória nos projetos de construção aeronáutica é um argumento que não resiste à realidade, porque já temos um órgão homologatório e temos convênios, inclusive com o FAA, que é o órgão homologatório americano, e com a JAS, que é o órgão homologatório europeu. Portanto, considero que esse argumento não tem a menor consistência. O Brasil tem as suas aeronaves vendidas e voando no mundo inteiro porque tem um órgão homologatório próprio e que tem



se imposto pelo seu alto padrão técnico e de conhecimento científico e tecnológico, e, por isso mesmo, as nossas aeronaves passam primeiro pela homologação do órgão nacional, que tem convênios com o FAA e com o órgão de homologação para os países da unidade européia. Mas não há nada que impeça a prorrogação desse convênio, até porque é um assunto de interesse recíproco.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Maranhão, se V. Ex<sup>a</sup> permitisse, queria juntar-me à sugestão do Senador Tasso Jereissati e V. Ex<sup>a</sup>, posteriormente, conversaria com o representante da Embraer, porque algumas dessas informações, devido a interesses comerciais, são informações de caráter sigiloso. Como V. Ex<sup>a</sup> é membro da Comissão de Constituição e Justiça e se reunirá para discutir essa matéria posteriormente, teria tempo de tomar conhecimento, como também de se inteirar do projeto. Caso contrário, se não se convencesse, pediria vistas na Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Esse argumento eu aceito, mas o primeiro não. Aceito que a apreciação e o conhecimento mais aprofundado do projeto poderá se dar na Comissão de Constituição e Justiça, da qual também sou membro, e, para não me parecer aqui um fundamentalista em matéria de indústria aeronáutica brasileira, reservo-me ao direito de apreciá-lo e retiro meu pedido de vistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PL – PI) – Os dois Presidentes agradecem.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores membros da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os senhores membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aprovam o parecer como se encontra?

Aprovado.

Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11 horas e 27 minutos.)*

#### **Ata da 18ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-estrutura realizada em 16 de agosto de 2005 às 09:30 horas.**

Às nove horas e trinta minutos do dia 16 de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do

Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores Senadores José Jorge, Rodolpho Tourinho, Marco Maciel, Teotônio Vilela Filho, Delcídio Amaral, Aelton Freitas, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Gérson Camata, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Mão Santa, César Borges, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Roberto Saturnino, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Nezinho Alencar, Luiz Otávio e Augusto Botelho reúne-se extraordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Magno Malta, João Capiberebe, Alberto Silva e Juvêncio da Fonseca. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado”. Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador Valdir Raupp. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado. Observação: A matéria encontra-se em fase de discussão. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2005. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre o aproveitamento do asbesto/amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados”. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2005. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, que ‘dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências’, para modificar atribuições do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)”. Autor: Senador Francisco Pereira. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável a aprovação do proje-



to com 2 Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005. Não Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917 de 10 de setembro de 1973, (inclui novo trecho na Relação Descritiva das Rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)”. Autores: Deputado João Magalhães e outro(s) Sr(s). Deputados. Relator “Ad Hoc”: Senador Rodolpho Tourinho. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria não houve oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2002. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular”. Autor: Senador Arlindo Porto. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Parecer: Favorável a aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 07 – Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o Km 249 e o Km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo”. Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador Sibá Machado. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 08 – Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2005. Terminativo. Assunto: “Inclui na jurisdição federal os trechos rodoviários que especifica, coincidentes com a diretrizes da rodovia federal BR-497 estabelecida no Plano Nacional de Viação (PNV)”. Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 09 – Projeto de Lei da Câmara nº 29 de 2005. Não Terminativo. Ementa “Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo (disponibiliza um canal reservado ao Poder Executivo Federal, na área de prestação de serviços das operadoras de TV a Cabo)”. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria não houve oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 10 – Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2003. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a configuração interna das aeronaves utilizadas na aviação comercial de passageiros.” Autor: Senador Hélio Costa. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Favorável a aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado:

Adiado. Extra – Pauta: Item nº 01 – Requerimento nº 24, de 2005. Assunto “Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal combinado com os artigos 90, 93 e 94 do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública em sessão conjunta desta Comissão com a de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, a fim de que prestem os esclarecimentos necessários sobre a implantação do modal hidroviário nacional com ênfase na hidrovia Araguaia-Tocantins com a presença do Vice-Presidente da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga – ANUT, Almirante José Ribamar Miranda Dias; do ex-Diretor de Hidrovias e Desenvolvimento Regional da Companhia Energética de São Paulo, Dr. Joaquim Carlos Teixeira Riva; do Diretor de Transportes Hidroviários do Estado do Pará, Dr. João Tetuliano Lins Neto; do Secretário de Transportes do Estado do Pará, Dr. Amaro Klautau; do Presidente da Cosipar e Vice-Presidente da Fiepa, Dr. Luiz Carlos Monteiro.” Autor: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria não houve oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da sessão anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Esclareço às Srªs e aos Senhores Senadores que na pauta de hoje constam dez itens. Muito embora em sua maioria as matérias sejam terminativas, não havendo, portanto, número para deliberação, iremos – esperamos que os demais companheiros cheguem a esta sala – discutir os itens não deliberativos.

Antes, porém, vamos fazer a leitura do requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, 91 e 94 do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública em reunião conjunta desta Comissão com a de Desenvolvimento Regional e Turismo, CDR, a fim de que preste esclarecimentos necessários sobre implantação do modal rodoviário nacional com ênfase

na hidrovia Araguaia-Tocantins, com a presença do Vice-Presidente Associação Nacional de Usuários de Transporte de Carga, Anut, Almirante José Ribamar Miranda Dias, do ex-Diretor de Hidrovias e Desenvolvimento Regional da Companhia Energética de São Paulo, Dr. Joaquim Carlos Teixeira Riva, do Diretor de Transportes Hidroviários do Estado do Pará, Dr. João Tertuliano Lins Neto, do Secretário de Transporte de Mato Grosso, Luiz Antônio Pagot, do Secretário de Transportes do Estado do Paraná, Dr. Amaro (*sobrenome incompreensível*), do Presidente da Cosipa e do Vice-Presidente da Fiepa, Dr. Luis Carlos Monteir.

Sala das Sessões, Senador Flexa Ribeiro.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**Item nº 5:**

Não terminativo. Altera a Lei nº 5.917, de 7 de setembro de 1973. Inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Nacional. Solicito, tendo em vista que o Senador Jonas Pinheiro encontra-se em licença, ao Senador Rodolpho Tourinho que faça leitura do projeto.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente,** Senador Heráclito Fortes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005, visa alterar a Lei 5.917 que aprova o Plano Nacional de Viação, PNV, de modo a incluir novo trecho rodoviário na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, anexa ao PNV.

Novo trecho que o projeto denomina BR 379 deverá interligar as rodovias BR-101 e BR-116, próximas às localidades Teixeira de Freitas, na Bahia, e Teófilo Otoni, Minas Gerais, respectivamente.

Argumenta o autor em sua justificação que a criação da referida rodovia é de grande valia para o desenvolvimento da região onde se situa, na medida em que promove a integração dos vales de Mucuri, do Jequitinhonha com as regiões mais importantes dos Estados da Bahia e de Minas Gerais. Afirma, ademais, que essa integração propiciará a redução dos custos de transporte, melhoria da qualidade de vida da população de cerca 2 milhões de pessoas que habitam a região.

Não foram apresentadas emendas.

Na análise e no que tange aos aspectos legais, o projeto em exame encontra respaldo na Constituição Federal que inclui os transportes na reserva de competência legislativa da União, bem como a qualquer dos seus membros, a iniciativa para proposição de lei para tais matérias.

O projeto, portanto, não apresenta vícios de iniciativa ou de inconstitucionalidade que o desabone.

Por sua vez a Lei 5.917 estabelece entre os critérios exigidos para inclusão de novas rodovias ao PNV o de possibilitar a ligação em pontos adequados de duas ou mais rodovias federais já existentes. A proposta, assim, se mostra compatível com as premissas do Plano Nacional de Viação.

A proposição observa também os preceitos da Lei Complementar nº 95, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação das leis, pois se destina a complementar a Lei 5.917, de 1973, a esta se vinculando por remissão expressa. Além disso, está redigida consoante com as normas da boa técnica legislativa.

No que tange ao mérito, concordamos com os argumentos do autor, segundo o qual a criação da referida rodovia será fundamental para promover a integração dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha com centros mais importantes, contribuindo para o seu desenvolvimento, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do projeto de lei da Câmara, enfatizando, inclusive, Sr. Presidente, a necessidade pela qual o País passa hoje de melhoria da sua malha rodoviária. Tenho convicção de que este projeto do Senador Jonas Pinheiro vem exatamente no sentido de contribuir para essa melhoria, sobretudo em uma região tão necessitada como aquela região entre o meu Estado, a Bahia, e Minas Gerais. Entendo ser muito importante o projeto para a população dessa região. Quero louvar, além de ser favorável, o projeto do Senador Jonas Pinheiro, do meu Partido.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)**  
– Em discussão, a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

**Item nº 9:**

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2005. Ementa: acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo, disponibilizando um canal reservado ao Poder Executivo na área de prestação de serviços das operadoras de TV a cabo. A autoria é da Presidência da República. O parecer, favorável, é de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho. Estando S. Ex<sup>a</sup> ausente, solicito ao nobre Senador Mão Santa que faça o presente encaminhamento.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente,** segundo determinação de V. Ex<sup>a</sup>, passamos a apre-

sentar o relatório do Senador Teotônio Vilela Filho, que vem a esta Comissão para parecer do Projeto de Lei da Câmara PLC nº 29, de 2005, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo.

De autoria do Poder Executivo, a proposição tem por objetivo a criação, na grade de canais, operadoras de TV a cabo, de um canal obrigatório e gratuito reservado ao Poder Executivo Federal. De acordo com o estabelecido na proposição, o canal será operado pela Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e terá como missão documentar e transmitir atos e matérias de interesse do Governo Federal.

Aprovada na Câmara dos Deputados sem alterações, a proposição no Senado Federal foi distribuída às Comissões de Serviço e Infra-Estrutura e de Educação.

Análise.

Ao disciplinar o serviço de TV a cabo, a Lei nº 8.977, de 1995, estabeleceu a obrigatoriedade de oferta dos chamados canais básicos de utilização gratuita, que devem ser oferecidos ao consumidor aos pacotes básicos de programação. Destinam-se estes à veiculação da programação das geradoras de televisão aberta, instaladas na área de atuação da operadora de TV a cabo e dos demais canais previstos no art. 23, inciso I, da mencionada lei. Entre esses, destacam-se os reservados ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e ao Poder Judiciário, este último acrescido pela Lei nº 10.461, de 14 de maio de 2002, não se encontra no rol previsto na lei canal reservado ao Poder Executivo. Dessa forma, o projeto em análise procura estabelecer isonomia entre os Poderes, ao conceder ao Executivo a mesma prerrogativa de que já dispõe o Legislativo e o Judiciário.

A exposição de motivos que acompanha a proposição destaca que a Radiobrás, que opera a rede NBR de forma precária no canal previsto na alínea “f” do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 1995.

Trata-se de canal educativo cultural reservado para a utilização pelos órgãos que tratam de educação e cultura no Governo Federal e nos governos estadual e municipal, com jurisdição sobre a área de prestação do serviço. Evidencia-se a impropriedade da utilização desse canal para transmissões da Radiobrás, visto que a programação desta não se limita à veiculação de programas educativos culturais. Ademais, o canal previsto na lei deverá ser compartilhado pelos órgãos de educação dos governos estadual e municipal do local de exploração do serviço de TV a cabo, o que pode limitar severamente os reforços de divulgação do Governo Federal.

É de se notar também que o Projeto altera a redação do §9º do art. 23 da Lei nº 8.977, de 1995, para atribuir à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel – a regulamentação das condições de uso dos canais básicos de utilização gratuita. Tal medida encontra-se em consonância com o disposto no art. 212 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que confere àquela autarquia a regulação do serviço de TV a cabo.

Por fim, cumpre ressaltar que não foram observados vícios de constitucionalidade ou de técnica legislativa na proposição em exame.

Voto.

Diante dos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2005.

Sala das sessões. Relator: Senador Teotônio Vilela.”

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Em discussão, a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Tendo em vista a falta de Parlamentares suficientes para a votação de matérias terminativas, declaro encerrada a reunião.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu teria até hoje e falaria sobre isso se houvesse **quorum** para projetos terminativos. É que sou Relator do item nº 6, que trata da questão da medição dos pulsos telefônicos do serviço telefone fixo comutado no móvel celular. Mas o que quero trazer, dentro dessa total falta de transparência que existe nessas contas – não quero discutir este projeto –, outro ponto à discussão, que são as constantes clonagens a que tem sido submetido o meu telefone celular aqui, no Senado. Não tenho isso no meu telefone privado, mas nos números aqui do Senado isso tem sido uma constante. Não sei se isso acontece com outros Senadores ou não, mas estaria nessa preocupação que existe da falta de absoluta transparência que existe nessas contas de telefones. Não sei se aconteceu com outros Senadores; mas, na verdade, isso me preocupa muito, porque não há como controlar aquelas ligações que são ali colocadas como suas ou recebidas. Não se sabe. E depois não há nenhuma explicação da própria Mesa do Senado. Falarei sobre isso quando fizer esse parecer. Mas vou trazer um requerimento solicitando desta Comissão que a Anatel venha explicar como essas coisas podem acontecer. Penso que isso é grave.



E se nos atinge aqui, imagine o pobre consumidor lá fora, que mal consegue inclusive descobrir o que ele está pagando na conta desse telefone. Vou encaminhar um requerimento nesse sentido a esta Comissão de Infra-estrutura.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Exª encaminharia, então, o requerimento convocando...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Alguém da Anatel para que viesse explicar como acontecem essas clonagens, e como a população está sofrendo com isso, e como se pode parar com isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Exª tem absoluta razão. É um fato que ocorre constantemente. Eu quero até confessar que no último ano, ou nos últimos dez meses, eu felizmente não tive nenhum telefone clonado. Mas no ano passado eu devo ter tido, em um mês, quatro clonagens. Elas acontecem exatamente quando nós nos deslocamos para outra cidade. É quando acontece com maior frequência.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Mas deve ter algo que tecnicamente seja bloqueável.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Tem uma falha, e nós não somos obrigados a pagar o preço por ela.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Pois não, nobre Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Eu quero agradecer ao Presidente Heráclito Fortes e aos Senadores desta Comissão a aprovação, extrapauta, do nosso requerimento que solicita a realização de uma audiência pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional, para discutirmos a implantação do modal hidroviário em nosso País, com ênfase na Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Esta Comissão, Sr. Presidente, tem uma grande importância para a questão da infra-estrutura nacional. Todos nós sabemos da precariedade das nossas rodovias e da falta de investimentos nas ferrovias. E teremos que enfrentar a implantação do sistema hidroviário como uma solução, em conjunto com os outros modais, para escoar a produção nacional.

Eu quero agradecer a aprovação do nosso requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa indaga de V. Exª se está incluído dentro desse projeto um recurso que foi aprovado por meio daquele convênio feito entre o FMI e o Governo Brasileiro. Tinha

a construção de eclusas em um valor de duzentos e poucos milhões de reais.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Lamentavelmente, Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, o Estado do Pará luta há vinte anos para conseguir concluir as obras das eclusas de Tucuruí. Essas eclusas são necessárias para voltar a navegabilidade do Rio Tocantins, que foi interrompida pela Barragem de Tucuruí. Então, lamentavelmente, não tivemos, há vinte anos atrás, a força política necessária para quando da construção da barragem terem sido feitas as eclusas em conjunto. E até hoje estamos lamentando isso.

Agora mesmo, na semana passada, tivemos a informação de que o Ministro do Planejamento – fez um pronunciamento na tribuna do Senado a respeito disso – retirou os recursos que estavam alocados nessa verba liberada pelo FMI para a aceleração das obras que estavam previstas, inclusive com compromisso de campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para serem concluídas ano que vem, em 2006. Lamentavelmente, não serão mais concluídas em 2006, mesmo porque os recursos de duzentos milhões a que V. Exª se referiu há pouco foram retirados e redirecionados para outras obras. É lamentável, porque isso é uma questão de injustiça para com a população do Estado do Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Eu sugiro a V. Exª que em primeiro lugar verifique o que motivou a retirada: se foi algum problema envolvendo a concorrência da obra, ou se foi falta de detalhamento do projeto. Mas eu sugiro a V. Exª que como Senador do Pará se una com sua Bancada e lute pela manutenção desse recurso, evidentemente se houver viabilidade de seu uso este ano. Eu acho que a luta pela liberação de um recurso dessa natureza, tendo em vista a urgência da obra como V. Exª aqui relatou, merece um esforço maior, para vermos se conseguimos salvar esse recurso.

E o segundo questionamento. O deslocamento desse recurso se não for possível aplicar no Tocantins, vai ser aplicado em outras obras no Pará, ou o aquele Estado vai perder?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Eu acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Eu acho que é fundamental V. Exª se reunir com seus companheiros de Bancada, não somente do Senado mas também da Câmara, porque é lamentável um Estado como o Pará perder recursos dessa ordem. A sugestão que eu dou a V. Exª é de que verifique o mais rápido possível qual foi a causa do cancelamento. E em segundo, a substituição.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Eu agradeço a solidariedade do Senador e quero dizer que a Bancada do Estado está mobilizada e atenta, na tentativa de corrigir esse dano muito grande para o nosso Estado.

A informação que tivemos, Senador Heráclito Fortes, é de que se trata de uma ação política, porque as verbas estão sendo deslocadas para as obras que poderão estar concluídas ainda proximamente neste ano, quer dizer, o que não corresponde à necessidade dos cidadãos paraenses, pois sabemos que essa obra não estará concluída esse ano, mas, é importante a manutenção desse recurso para que ela possa estar concluída em 2006, como prometeu o Presidente Lula em campanha, ou no início de 2007, porque, se retirados esses recursos, vamos continuar lutando já no próximo período de um novo Governo.

Então, queremos aqui dizer que estamos atentos a isso e estamos tentando retornar com esses recursos, como V. Exª bem disse, lamentavelmente pelo que temos de informação, esses recursos retirados do Pará não irão para outras obras em nosso Estado, e sim para outras regiões do nosso país.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Flexa Ribeiro, esse acordo feito entre o Brasil e o Fundo Monetário Nacional exige que até o dia 31 de dezembro o recurso destinado já esteja devidamente aplicado. Ocorre que o Governo segurou o primeiro semestre por contingenciamento, e só a partir agora do mês de julho começou a discutir essas liberações.

Evidentemente que se tivesse viabilidade técnica para uso desses recursos, ainda esse ano, por parte do gestor da obra, não haveria nenhuma dificuldade. Talvez se o Governo, vendo algum problema técnico no projeto – aí sugeriria que V. Exª examinasse com detalhe – e esse recurso não pudesse ter sua conclusão esse ano, Senador Rodolpho Tourinho, que acompanhou também a questão do FMI, talvez por isso o recurso tenha sido tirado. Caso contrário, acho que cabe à Bancada trabalhar pela manutenção desse recurso. Na pior das hipóteses, que seja destinado a outra obra que esteja apta a recebê-lo, porque, ano que vem terá a segunda etapa. São três etapas, são três anos consecutivos, pelo menos que o Pará negocie, se for problema técnico e já que o dinheiro não vai para o Estado, vocês negociem como prioridade, pela Bancada, a alocação dos recursos, no início do ano que vem, e usem esse período para solução de alguma dificuldade técnica que exista no caso do projeto.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Assim será feito, Sr. Presidente.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Senador, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Com o maior prazer, Senador Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Só queria dizer que aparentemente sempre foi considerado um projeto do setor elétrico, como estou muito identificado com esse setor, e não é. Esse é um problema da área de transporte, não é do setor elétrico. Acho que foi um erro e é um erro que não pode se admitir, daqui para frente, é que nesses casos você é a parte na construção da barragem, que um pedaço pequeno seja do Ministério do Transporte e o grosso de tudo seja supervisionado, controlado e feito pelo Ministério de Minas e Energia. O grande problema de Tucuruí foi esse. Não acredito que haja nenhum tipo de problema técnico. O problema é tão antigo, tão antigo, que não entendo que haja.

O que tenho receio, Sr. Presidente Heráclito Fortes, é de que estejam fazendo caixa com isso, superávit primário – aquela velha história que a gente conhece –, às custas do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Mas esse recurso não cabe, até porque ele está fora do superávit primário. É um recurso que tem que ser utilizado até o dia 31 de dezembro. V. Exª tem razão. Esse recurso para a infra-estrutura...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Vai substituindo durante algum tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL-PI) – É para o Ministério dos Transportes, a obra é feita via Transportes.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Senador Tourinho, quero agradecer vosso aparte e dizer que, como V. Exª colocou, realmente não pode ser feito. No momento em que se faz uma barragem para gerar energia, se deixar de construir também as reclusas, apesar de, como bem disse o Senador Rodolpho Tourinho, ser de outro Ministério; a barragem é do Ministério de Minas e Energia e a eclusa do Ministério do Transporte.

Iria apresentar um projeto de lei proibindo a construção de barragens se não fosse, ao mesmo tempo, construídas as eclusas. Só que esse projeto já existe, Senador Rodolpho Tourinho, já existe, há vários anos, tramitando no Congresso e ele hoje está aprovado no Senado e em processo final na Câmara Federal. Vou tentar acelerar esse processo, para que se evite, como já foi feito com a Barragem de Lajeado em Tocantins, foi construída a barragem e não foram construídas as eclusas. Lamentavelmente, a população do querido Estado de Tocantins vai sofrer – Deus queria que não os 20 anos que estamos sofrendo no Pará para a construção das eclusas lá em Lajeado, como estamos ainda hoje lutando pela construção das eclusas de Tucuruí, com um agravante: que no caso do trecho



de Tocantins, ele era navegável de Marabá a Belém, e foi interrompido pela Barragem de Tucuruí.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Feitos esses esclarecimentos e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h40min.)*

**Ata da 19ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-estrutura na 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52ª Legislatura, realizada em 23 de agosto de 2005 às 09:30 horas.**

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Tasso Jereissati, Delcídio Amaral, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Gérson Camata, Valdir Raupp, Mão Santa, César Borges, Jorge Bornhausen, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Roberto Saturnino, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Nezinho Alencar, Luiz Otávio e Augusto Botelho, reúne-se extraordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, José Jorge, Sérgio Guerra, Teotônio Vilela Filho, Magno Malta, João Capiberibe, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Alberto Silva, Gilberto Mestrinho e Juvêncio da Fonseca. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado”. Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador Valdir Raupp. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: Aprovado. A matéria já havia sido discutida anteriormente, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi rejeitada pela maioria dos membros presentes. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2005. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre o aproveitamento do asbesto/amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados”. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário

Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria fazem uso da palavra para tecerem comentários os senhores Senadores Sérgio Zambiasi (autor), Paulo Paim e Roberto Saturnino. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2005. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, que ‘dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências’, para modificar atribuições do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)”. Autor: Senador Francisco Pereira. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável a aprovação do projeto com 2 Emendas que apresenta. Resultado: Concedido vista da matéria para Senador Roberto Saturnino. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2002. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no Serviço Telefônico Fixo comutado e do Serviço Móvel Celular”. Autor: Senador Arlindo Porto. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Parecer: Favorável a aprovação na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria faz uso da palavra para tecer comentários o senhor Senador Roberto Saturnino. Passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Observação: A matéria será apreciada em turno suplementar. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o Km 249 e o Km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo”. Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador Sibá Machado. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria fazem uso da palavra para tecerem comentários os senhores Senadores Roberto Saturnino e Gérson Camata. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 07 – Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2005. Terminativo. Assunto: “Inclui na jurisdição federal os trechos rodoviários que específica, coincidentes com a diretrizes da rodovia

federal BR-497 estabelecida no Plano Nacional de Viação (PNV).” Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Concedido vista da matéria para o Senador Roberto Saturnino. Item nº 08 – Projeto de Lei nº 510, de 2003. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a configuração interna das aeronaves utilizadas na aviação comercial de passageiros.” Autor: Senador Hélio Costa. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Favorável a aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatora. Extra-Pauta: Item nº 01 – Requerimento nº 25, de 2005 – Assunto: “Nos termos do art. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Sr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, para prestar esclarecimentos sobre as seguintes questões: 1 – A avaliação da ANATEL sobre o aumento expressivo nas clonagens na telefonia celular móvel. 2- As providências que a agência têm tomado no combate a esta prática. 3- As perspectivas da ANATEL para a efetiva solução do problema.” Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria, não houve orador inscrito para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e cinco minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que há oito itens na pauta da reunião de hoje.

Iniciaremos pelo item nº 3 da pauta até que os relatores dos dois primeiros itens retornem à Comissão.

**Item nº 3:**

Projeto de Lei do Senado Federal nº 193, de 2004, terminativo. Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na relação descritiva das rodovias do Sistema

Rodoviário Nacional o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no Município de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul. O autor da matéria é o Senador Sérgio Zambiasi, e o Relator, Senador Leonel Pavan, a quem concedo a palavra para o parecer.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro, registro que o Senador Sérgio Zambiasi tem-se debruçado quase que diariamente sobre este projeto. Tem trabalhado, e muito, para que chegássemos a um ponto final, já que houve polêmicas e amplas discussões. Graças ao empenho do Senador Sérgio Zambiasi, conseguimos hoje apresentar o nosso voto.

A rodovia de que trata a proposição permite, Srs. Senadores, o acesso de pessoas e veículos a partir da rodovia BR-293 até a fronteira do Uruguai, o que se caracteriza como ligação internacional. A responsabilidade da União em relação às atividades que extrapolam o âmbito nacional justificaria a incorporação da rodovia ao patrimônio federal, por possibilitar maior eficiência na execução de suas atribuições constitucionais, como a exploração dos serviços de transporte internacional de passageiros e o policiamento de fronteiras. Dessa forma, seria possível tomar a seu encargo os serviços de construção, pavimentação e manutenção da via, providência fundamental para assegurar o padrão de qualidade requerido para atender às movimentações entre os países.

Por esses atributos, consideramos meritória a proposição. No que tange aos aspectos legais, o projeto atende aos critérios exigidos para inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação, já que o trecho em questão configura conexão de caráter internacional. Além disso, não apresenta vícios de iniciativa de constitucionalidade ou juridicidade que o desabonem.

Sr. Presidente, acrescento ainda que essa rodovia terá extrema importância não apenas para escoamento de produtos, mas também para a questão turística. Sou da região litorânea de Santa Catarina, fui três vezes Prefeito de uma cidade turística, e o segundo maior potencial turístico da minha região é o Rio Grande do Sul, sendo a nossa Região Sul a que recebe o maior número de turistas internacionais. E essa rodovia, sem dúvida alguma, vai trazer grandes benefícios para a nossa economia, para o Rio Grande do Sul, para Santa Catarina, para o Brasil, e vai baratear os custos dos fretes, vai gerar mais emprego e, com certeza, essa região do Rio Grande do Sul será bem melhor a partir do momento em que for implantada definitivamente, reformada e ampliada essa rodovia. Por isso, Sr. Presidente, cumprimento o Senador Zambiasi pelo seu empenho, pelo brilhante trabalho que desenvolve no

Rio Grande do Sul e por ter realmente se dedicado para que esse projeto fosse aprovado.

O meu voto não poderia ser diferente: o meu voto é favorável. Peço a aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Em discussão o projeto.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– V. Exª tem a palavra.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, Senador Pavan, quero agradecer a sensibilidade de V. Exª, Senador Pavan, que conhece bem essa questão das rodovias do Sul do País, a sua assessoria técnica, e tenho certeza de que a inclusão desse trecho no Plano Nacional de Viação beneficiará sensivelmente, realmente, tanto a área econômica, o transporte, quanto a área turística. Estamos, com isso, incorporando esse trecho ao Plano Nacional de Viação e facilitando o acesso ao Uruguai via Artigas, que, como bem comentou o Senador Pavan, esse é um dos pontos de fluxo para que o turismo internacional Uruguai/Brasil amplie-se ainda mais, em função desses acordos com o Mercosul.

Esses são trechos que, muitas vezes, ficam em um verdadeiro limbo: não pertencem ao Estado, não pertencem ao Município e não pertencem à União. Com isso, estamos resolvendo um problema de fiscalização, de policiamento e de atenção seja ao trânsito internacional, seja ao turismo internacional com os nossos parceiros do Uruguai, que se utilizam da Ponte da Concórdia, ali, em Barra do Quaraí.

Realmente, quero deixar aqui os nossos agradecimentos, em nome do povo gaúcho, Senador Paim, tendo em vista a iminência de vermos aprovada essa incorporação para solucionar um problema histórico, um problema antigo, um problema que vem desde 1973, se não me engano. Portanto, estamos corrigindo uma falha para beneficiar os usuários da BR-293.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Pois não.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Primeiro, quero dizer que o Senador Paim, o Senador Simon e o Senador Zambiasi orgulham o Rio Grande do Sul. Eu também me orgulho, porque sou de Sarandi.

Temos uma missão muito grande com o Brasil, mas também uma missão muito grande com o Rio Grande do Sul, assim como os três Senadores que mencionei. Sou de Santa Catarina, mas uma pontinha do coração está no Rio Grande do Sul.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Não tenho nenhuma dúvida. É bom saber que o Rio Grande do Sul pode contar com a solidariedade de tantos que nasceram naquele Estado e que hoje conseguiram espaço político em outras regiões do País. Temos, por Santa Catarina, um carinho muito especial, razão pela qual queremos agradecer imensamente ao nosso Senador Pavan.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Para discutir, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Sr. Presidente, rapidamente quero cumprimentar o Senador Pavan pelo relatório e dizer que tenho muito respeito pelo Senador Sérgio Zambiasi, que é o Presidente da Comissão Mista do Mercosul. S. Exª estudou com muito carinho essa questão que é uma reivindicação, de fato, do Rio Grande do Sul; pela forma como foi encaminhado o projeto por ele construído. Eu gostaria de me somar – tenho certeza que juntamente com o Senador Simon e com todo o povo gaúcho – a essa iniciativa brilhante do nosso Senador Sérgio Zambiasi. Faço questão de explicitar o voto favorável, cumprimentando ambos: o Senador Sérgio Zambiasi, como autor, pela iniciativa – S. Exª, como ninguém, repito, na condição de Presidente da Comissão Mista do Mercosul, conhece esse tema; estudou, trabalhou –, e o Senador Pavan, que deu parecer favorável ao projeto. Parabéns a ambos, especialmente a quem teve a iniciativa: o Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Não havendo mais quem queira discutir...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT – RJ) – Uma brevíssima observação. É para dizer que o projeto é de grande importância e de interesse para Rio Grande do Sul, Santa Catarina e respectivas economias, mas é também importante para o Brasil, na medida em que é uma ligação que tem relação com o Mercosul. O desenvolvimento do intercâmbio certamente resultará dessa proposição do Senador Sérgio Zambiasi, razão pela qual também damos o nosso voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Não havendo mais quem queira discutir, vamos proceder à votação.

**(Procede-se à votação.)**

Há número regimental. A matéria está aprovada.

Vamos retornar agora ao Item 1 da pauta, que já foi discutido e relatado e está dependendo apenas de votação.

**Item nº 1:**

Acrescenta o § 64 à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que, nas regiões metropolita-



nas instituídas pelos Estados e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local no serviço telefônico fixo comutado.

O projeto é de autoria do Senador Valdir Raupp e já foi discutido. Vamos apenas passar ao processo de votação.

**(Procede-se à votação.)**

Foi aprovado o parecer do relator, e a matéria está rejeitada.

Passemos agora ao Item 4.

**O SR. (orador não identificado)** – Item 2, Sr. Presidente. Posso fazer o relatório agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Quanto ao Item 2, a pergunta é a seguinte: como o relator se encontra ausente, nós o substituiríamos? Há concordância para a substituição do Relator?(Pausa.)

Portanto...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, que se dê prioridade aos Relatores presentes nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Então, ficaria para o final.

**Item nº 4:**

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, Relator da matéria.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Sr. Presidente, confesso que, embora o parecer seja favorável, conforme construído pela Assessoria, por se tratar, de fato, de matéria complexa, já que mexe na estrutura do Ministério dos Transportes, o Senador Roberto Saturnino, com quem conversei, vai pedir vista da matéria, para que façamos um estudo detalhado. Inclusive, não sei se mantereí o meu parecer depois de haver conversado com os órgãos governamentais e com o autor da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Então, Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> não retira a matéria de pauta.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT – RJ) – Sr. Presidente, peço vista da matéria exatamente para reexaminá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo vista a V. Ex<sup>a</sup>.

**Item nº 5:**

Dispõe sobre a instalação de aparelho para medição de pulso telefônico no serviço telefônico fixo comutado e no serviço móvel celular. O autor é o ex-Senador Arlindo Porto, e o relator é o Senador Rodolpho Tourinho, a quem passo a palavra.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de autoria do ex-Senador Arlindo Porto, o referido sistema deverá permitir

o efetivo controle, pelos assinantes dos serviços, de suas chamadas locais e interurbanas na questão do serviço telefônico fixo comutado ou móvel.

O projeto estabelece ainda que as normas técnicas necessárias à implantação do sistema deverão ser expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações e fixa um prazo de 180 dias, a partir da expedição das normas pela Anatel, para que as prestadoras de serviço se ajustem à lei.

**Análise.**

O objetivo do presente projeto é proteger os usuários e assinantes dos serviços telefônicos fixo e móvel de cobranças abusivas feitas pelas operadoras, fato este grandemente facilitado por não existirem, na atualidade, meios práticos para se controlarem os gastos com ligações telefônicas, diferentemente do que ocorre com outros serviços telefônicos, como os de energia elétrica, água encanada ou gás canalizado.

A inexistência de leituras que possam ser efetuadas diretamente junto às unidades consumidoras torna os consumidores reféns das informações prestadas pelas empresas prestadoras de serviços de telefonia. Isso tem gerado, como bem ressalta o autor em sua justificacão, uma torrente de queixas e de reclamações dos assinantes, amplamente relatadas pela imprensa, referentes às contas telefônicas.

A adoção de mecanismos dessa natureza traria vantagens aos consumidores. Primeiramente, haveria grande ganho de transparência na cobrança e faturamento desse serviço. A possibilidade de verificar o consumo aferido por aparelho próprio do usuário e confrontá-lo com a fatura que lhe é apresentada propiciaria melhores condições de impugnar eventuais cobranças indevidas. De outro lado, também as operadoras teriam como contestar as eventuais reclamações improcedentes dos usuários mediante apresentação dos dados coletados pelo medidor.

Por conseguinte, não vemos como não aplaudir a iniciativa de propor que as empresas prestadoras de serviço de telefonia sejam obrigadas a tornar disponível a seus assinantes a instalação, junto aos seus aparelhos telefônicos, de um sistema que registre os gastos efetivos realizados com ligações telefônicas. Entendemos também que o atendimento pelas empresas que estatui esse projeto de lei não deverá implicar grandes dificuldades técnicas. Mas o projeto merece alguns reparos.

Em primeiro lugar, observa-se que a proposição faz menção a medidor de pulsos para telefones fixos e celulares. Cuida-se de impropriedade técnica, tendo em vista que a tarifacão das chamadas originadas em terminais móveis dá-se por minutos e não por pulsos. Na telefonia fixa, algumas operadoras, em feliz iniciati-



va, já não utilizam o sistema de pulsos, e os contratos de concessão que deverão vigorar a partir de 2006 determinam a cobrança por minuto para as empresas que exploram serviço no regime público. Tampouco são tarifadas por pulsos as chamadas de longas distâncias, mencionadas no projeto.

Deve-se ressaltar também que o PLS nº 39, de 2002, em seu art. 2º, confere atribuições a órgão do Poder Executivo em violação aos limites constitucionais da iniciativa parlamentar.

Entendemos também que o tema deva ser tratado no âmbito da Lei nº 9.472, a Lei Geral de Telecomunicações.

Em face dessas limitações, mas considerando o mérito da proposta, entendemos pertinente apresentar proposição substitutiva, a fim de que se possa aprovar a matéria com os ajustes necessários.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei, na forma da seguinte proposição substitutiva:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

XIII – O sistema de registro e medição gratuita que permita a verificação de consumo efetivo de serviço de telecomunicações, independentemente dos documentos de cobrança apresentados pelos respectivos prestadores.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, considero este um tema extremamente atual, aliás, objeto até de um requerimento que encaminhei hoje a V. Exª e que espero seja analisado em relação à não transparência das contas telefônicas, pois a população não tem como conferi-la, sendo obrigada a pagá-la. Trata-se de um tema extremamente importante, e o consumidor deve ser protegido.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Saturnino Braga.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto, efetivamente, é muito meritório. Quero cumprimentar o Senador Tourinho pelo seu parecer, que corrige algumas imperfeições na proposição original.

Entretanto, levanto uma dúvida referente à gratuidade dessa obrigatoriedade que o projeto atribui às empresas telefônicas. Sabemos que esses contratos de serviço público estão todos sujeitos a cláusulas de equilíbrio econômico, ligados à questão da tarifação. Introduzir um custo que é difícil avaliar no momento,

introduzir um custo pela gratuidade obrigatória, conforme o projeto e o substitutivo do Senador Tourinho, pode gerar um problema nessa questão do equilíbrio econômico.

Eu preferiria e sugeriria uma emenda em que fosse retirada só a expressão “gratuita”, para que a própria Anatel, na regulamentação, viesse a fixar, digamos, esse novo dispositivo, sem que necessariamente houvesse uma causa de desequilíbrio econômico nos contratos, o que causaria, enfim, até a rejeição e a demanda judicial dessa obrigatoriedade pelas empresas concessionárias.

Eu sugeriria ao Relator, Senador Tourinho, a retirada dessa expressão “gratuita”, mantendo o dispositivo e deixando à Anatel a decisão sobre a gratuidade ou não na regulamentação, tendo em vista o exame que a Anatel pode fazer sobre o acréscimo de custos que resultaria dessa obrigatoriedade.

Essa é a observação que tenho a fazer, Sr. Presidente, cumprimentando o trabalho do Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Retorno a palavra ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, entendo que a observação feita pelo Senador Saturnino procede. Devemos analisar isso porque a idéia é que, efetivamente, se assegure um sistema de transparência, Senador Saturnino. V. Exª disse muito bem. Eu não tinha atentado que, como esse é um tema complexo do ponto de vista técnico, depende e varia de empresa para empresa – esse é o ponto; algumas estão em estado tecnológico mais avançado que outras, o que pode variar e efetivamente causar um desequilíbrio econômico-financeiro.

Mas, quero deixar registrado que, por essa razão, acato a sugestão de V. Exª, mas deixando sempre claro – e confiando no trabalho que será feito pela Anatel – que o custo para o distribuidor deverá ser olhado com muito cuidado, porque não adianta também haver um sistema tão transparente se vier a custar um absurdo para um consumidor – creio que essa nem é a intenção de V. Exª.

Tenho certeza de que a Anatel terá que cuidar dessa questão e até observar que essa foi a vontade do legislador – difícil de ser colocada na lei, mas respeitará e tratará esse assunto.

Cada vez mais entendo que esse tema de transparência das contas de telefone é absolutamente essencial, devendo ser tratado com todo cuidado e carinho na medida em que a população tem sido penalizada por isso.

Desse modo, acato a sugestão de V. Ex<sup>a</sup>, que tem razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O Relator acata, portanto, a sugestão do Senador Roberto Saturnino. Submeterei a proposta a voto, retirando-se a expressão “gratuidade”.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

**(Procede-se à votação nominal)**

Votaram “Sim” 12 Srs. Senadores, completado o número regimental exigido.

Aprovado o substitutivo do Relator por 12 votos em primeiro turno. A votação em segundo turno se dará na próxima sessão.

**Item nº 6:**

Altera a Lei nº 5.917, de 7 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Nacional trecho que contorna a cidade de Serra, situada entre os quilômetros 249 e 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo. O autor é o Senador Magno Malta, e o relator é o Senador Sibá Machado, a quem passo a palavra.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Para economizar tempo, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, farei apenas um pequeno comentário.

Trata-se de trecho de rodovia federal que passava por dentro de um dos municípios do Estado do Espírito Santo. Num processo de reconstrução da rodovia, o trecho de vinte quilômetros passou a contornar o município e ficou sob responsabilidade municipal. A intenção do Senador é que aproveemos que esse trecho, que anteriormente era federal e que continua fazendo a ligação de dois pontos, seja inserido no Sistema Viário Nacional.

O parecer é favorável e peço o acatamento da proposta do Senador Magno Malta.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – É o relatório do Senador Sibá Machado.

Em discussão.

Com a palavra, o Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT – RJ) – Sr. Presidente, há uma solicitação do Ministério dos Transportes para que eu peça vista desse projeto de modo a permitir que seja feita uma avaliação de custos. Entretanto, Sr. Presidente, tendo em vista ser um trecho pequeno, de vinte quilômetros, e tratar-se de região muito importante do Estado do Espírito Santo, vou concordar com o parecer do Senador Sibá Machado e deixar para pedir vista no próximo item, que, esse

sim, envolve uma possível elevação de custos para o Governo Federal.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, vou ser bem rápido. O projeto tem seus méritos e agradeço ao Senador Saturnino a benevolência para com o Espírito Santo.

Trata-se do prolongamento da BR-101. Parte dessa rodovia passa dentro da ilha de Vitória: atravessa ponte, atravessa rua, atravessa o centro da cidade, atravessa a outra ponte para sair da ilha, entra pelo Município de Serra e acaba com o trânsito lá. Para diminuir os transtornos, está-se fazendo uma variante por fora da ilha de Vitória. A BR-101 passará fora da ilha, o que é muito simples e deveria ter sido feito à época em que se concretizou o projeto original, porque realmente não é sensato enfiar uma BR por uma ilha cheia de pontes, uma cidade histórica, com ruas antigas e estreitas. O objetivo é exatamente alterar o curso da BR-101, que é federal, retirando-a da ilha de Vitória.

Com todos os méritos, agradeço também ao Senador Sibá Machado pelo relatório.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

**(Procede-se à votação nominal.)**

Doze votantes. A matéria está aprovada.

**Item nº 7:**

Projeto de Lei do Senado nº 35/2005. Assunto: inclui na jurisdição federal os trechos rodoviários que especifica, coincidente com a diretriz da Rodovia Federal BR-497, estabelecida no Plano Nacional de Aviação. O autor é o Senador Aelton Freitas, e o relator é o Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trata-se de um projeto do Senador Aelton Freitas que se refere a trechos rodoviários em análise, que compõem a rodovia designada como MGT-497 – Rodovia Estadual Transitória –, assim consideradas as rodovias estaduais existentes cujos traçados coincidam com diretrizes de rodovias federais planejadas, conforme destaca o autor da proposição.

Implantada e mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Rodovia MGT-497 atende plenamente aos princípios requeridos para o enquadramento de rodovias no sistema rodoviário federal, como demonstra

a coincidência do traçado desses trechos com o da BR-497, constante do Plano Nacional Viário – PNV.

É, portanto, oportuna e adequada a inclusão da rodovia pretendida na jurisdição federal, o que concerne aos aspectos de mérito. Todos os outros aspectos legais também são atendidos. São quatro trechos, Sr. Presidente: Prata–Campina Verde, Campina Verde–Onorópolis, Onorópolis–Iturama e Iturama–Porto Alencastro.

Como está exposto, essa rodovia é hoje considerada transitoriamente estadual. Ela coincide com um trecho em rodovia federal. O objetivo é, evidentemente, haver uma rodovia que atenda não só ao próprio Estado de Minas Gerais, mas a outros Estados, porque faz a ligação com a BR-050, a BR-053, a BR-054, a BR-364 e a BR-365, facilitando o escoamento da produção da região, que abrange o Triângulo Mineiro e o Leste do Mato Grosso do Sul.

Entretanto, não sei se, neste momento, Sr. Presidente, é bom transformar uma estrada estadual em federal, tendo em vista o fato de as estradas federais estarem em péssima conservação pelo Brasil afora – e o Governo Federal não tem realmente aplicado recursos como era previsto. Estamos com a execução orçamentária até este momento – já se aproximando o mês de setembro – muito abaixo do que era esperado e necessário.

Mas, do ponto de vista geral, meu voto é favorável ao projeto. Faço apenas esta ressalva: não sei se será melhor para a região, porque as estradas federais têm pior conservação do que as estaduais. Hoje, na realidade, essa é a situação que enfrentamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Em discussão.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT-RJ) – Sr. Presidente, peço vista do projeto por solicitação do Ministério dos Transportes. Não estou julgando o mérito. Apenas peço tempo para que o assunto seja reexaminado pelo Ministério dos Transportes.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O pedido de vista é regimental.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Apenas pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se poderíamos ter um mapa rodoviário do Brasil na parede, que facilitaria para todos nós. É a sugestão que faço, pois ajudaria muito nos trabalhos desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Pedirei à assessoria que providencie imediatamente esse mapa para atender ao desejo de V. Ex<sup>a</sup> e à curiosidade de todos que quiserem ter acesso a ele.

#### **Item nº 8:**

Dispõe sobre a configuração interna das aeronaves utilizadas na aviação comercial de passageiros. O autor é o Senador Hélio Costa, e a relatora é a Senadora Fátima Cleide.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, peço a retirada de pauta desse projeto hoje. Encaminharei à Mesa uma solicitação de audiência.

Já dispomos de um parecer contrário do Ministério da Defesa a esse projeto. Em razão de representarmos, inclusive, os consumidores e sermos consumidores, entendemos o mérito da proposição do Ministro Hélio Costa. Mas trata-se de uma matéria que precisa ser bastante discutida, motivo pelo qual encaminharei à Mesa um pedido de audiência pública, tentando fazer com que ela seja realizada em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento e Turismo.

Penso que, aos turistas e principalmente aos usuários constantes, como nós, do transporte aéreo, interessa e muito este projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A retirada de pauta proposta por V. Ex<sup>a</sup> é pertinente, até porque estamos em fase final de votação de um projeto que cria a nova Agência de Aviação Civil, onde esse assunto irá exatamente ser ajustado. De forma que louvo a atitude de V. Ex<sup>a</sup> e aguardamos a solicitação para que se convoquem as partes para uma audiência pública.

Sobre a mesa, dois requerimentos, que passo a ler.

Primeiro requerimento. “Nos termos do art. 90, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, requero audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, Sr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, para prestar esclarecimentos sobre as seguintes questões: avaliação da Anatel sobre o aumento expressivo nas clonagens de telefonia celular móvel; as providências que a Agência tem tomado no combate a essa prática; as perspectivas da Anatel com a efetiva solução do problema.”

Além disso, na medida em que a consequência imediata de uma clonagem de telefone celular é o significativo ou até o exorbitante aumento na conta a ser paga pelo verdadeiro proprietário da linha telefônica, convém também que o Presidente da Anatel possa esclarecer mais as questões:

1. Avaliação da Anatel com relação ao formato atual das contas telefônicas.

Convém registrar que, no entendimento deste Senador, as contas telefônicas, em geral, são confusas e muito pouco transparentes.

2. O poder da Anatel em interferir nos modelos de contas telefônicas existentes no sentido de torná-las mais transparentes;

3. a proteção do consumidor que teve seu telefone celular clonado, na medida em que a ausência de transparência nas referidas contas pode levar o proprietário da linha menos atento a não identificar de imediato uma eventual clonagem e resultar no pagamento de um consumo indevido.

Sala das Sessões, 23/08/2005.

Senador Rodolpho Tourinho.”

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de dizer que se encontra sobre a mesa requerimento do Senador César Borges apenas substituindo o nome. O requerimento anterior solicitava a convocação do Ministro Olívio Dutra, do Ministério das Cidades. S. Ex<sup>a</sup> agora pede a substituição pelo Ministro Márcio Fortes.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de solicitar à Presidência, por estar relatando dois processos na Comissão de Meio Ambiente, que constasse em Ata o nosso voto favorável aos projetos aqui aprovados, por terem sido todos eles aprovados por unanimidade, por consenso. Então, eu gostaria que constasse em Ata o nosso voto favorável aos pareceres dos relatores dos diversos projetos aprovados.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> terá sua manifestação atendida pela Mesa.

Antes de encerrar a reunião, quero agradecer aos Senadores porque, parece, a Comissão hoje deslançou. Estávamos “engasgados”, Senador Saturnino, há alguns dias e parece que hoje, finalmente, desencantamos. Espero que continuemos mantendo esse ritmo nas próximas reuniões. Dos oito itens constantes da pauta, deixamos de votar apenas o Item nº 2, pela ausência do relator.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h04min.)*

**Ata da 20ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-estrutura na 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52ª Legislatura, realizada em 30 de agosto de 2005 às 9:30 horas.**

Às nove horas e trinta minutos, do dia trinta de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores Senadores Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Delcídio Amaral, Teotônio Vilela Filho, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Aelton Freitas, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Juvenício da Fonseca, César Borges, Gilberto Goellner, Jorge Bornhausen, Flexa Riberio, Roberto Saturnino, Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, Ney Suassuna e Luiz Otávio, reúne-se extraordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores. Demóstenes Torres, José Jorge, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Magno Malta, João Capiberipe, Sérgio Zambiasi, Gerson Camata, Alberto Silva e Mão Santa. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2002. Terminativo. (Turno Suplementar) Ementa: “Dispõe sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular.” Autor: Senador Arlindo Porto. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Parecer: Favorável a aprovação, na forma do substantivo que apresenta. Resultado: Aprovado em Turno Suplementar. Observação: Aprovado em 23/08/2005, em 1º Turno. – Não foram oferecidas emendas em turno suplementar, à matéria é dada como definitivamente aprovada. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2005. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre o aproveitamento do asbesto/amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados”. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2004. Não Terminativo. Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 103 da Lei nº 9.472, de 1997 para o fim de vedar a cobrança de assinatura básica pelas prestações de serviço telefônico fixo e móvel.” Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer: Conclui pelo pedido de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Adiado. Extra-Pauta: Item nº 01 – Requerimento nº 26, de 2005 – Assunto: “Requerimento nos termos regimentais, Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Dr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, com a finalidade



de prestar informações e esclarecimentos sobre a interrupção por parte da agência, no serviço 0800, de atendimento a usuários de telefonia.” Autor: Senador Heráclito Fortes e Senador Sibá Machado. Resultado: Aprovado. Não havendo orador inscrito para discuti-la, passa-se à votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Srs. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que há oito itens na pauta da reunião de hoje.

Iniciaremos pelo item nº 3 da pauta até que os relatores dos dois primeiros itens retornem à Comissão.

**Item nº 3:**

Projeto de Lei do Senado Federal nº 193, de 2004, terminativo. Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no Município de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul. O autor da matéria é o Senador Sérgio Zambiasi, e o Relator, Senador Leonel Pavan, a quem concedo a palavra para o parecer.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro, registro que o Senador Sérgio Zambiasi tem-se debruçado quase que diariamente sobre este projeto. Tem trabalhado, e muito, para que chegássemos a um ponto final, já que houve polêmicas e amplas discussões. Graças ao empenho do Senador Sérgio Zambiasi, conseguimos hoje apresentar o nosso voto.

A rodovia de que trata a proposição permite, Srs. Senadores, o acesso de pessoas e veículos a partir da rodovia BR-293 até a fronteira do Uruguai, o que se caracteriza como ligação internacional. A responsabilidade da União em relação às atividades que extrapolam o âmbito nacional justificaria a incorporação da rodovia ao patrimônio federal, por possibilitar maior eficiência na execução de suas atribuições constitucionais, como

a exploração dos serviços de transporte internacional de passageiros e o policiamento de fronteiras. Dessa forma, seria possível tomar a seu encargo os serviços de construção, pavimentação e manutenção da via, providência fundamental para assegurar o padrão de qualidade requerido para atender às movimentações entre os países.

Por esses atributos, consideramos meritória a proposição. No que tange aos aspectos legais, o projeto atende aos critérios exigidos para inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação, já que o trecho em questão configura conexão de caráter internacional. Além disso, não apresenta vícios de iniciativa de constitucionalidade ou juridicidade que o desabonem.

Sr. Presidente, acrescento ainda que essa rodovia terá extrema importância não apenas para escoamento de produtos, mas também para a questão turística. Sou da região litorânea de Santa Catarina, fui três vezes Prefeito de uma cidade turística, e o segundo maior potencial turístico da minha região é o Rio Grande do Sul, sendo a nossa Região Sul a que recebe o maior número de turistas internacionais. E essa rodovia, sem dúvida alguma, vai trazer grandes benefícios para a nossa economia, para o Rio Grande do Sul, para Santa Catarina, para o Brasil, e vai baratear os custos dos fretes, vai gerar mais emprego e, com certeza, essa região do Rio Grande do Sul será bem melhor a partir do momento em que for implantada definitivamente, reformada e ampliada essa rodovia. Por isso, Sr. Presidente, cumprimento o Senador Zambiasi pelo seu empenho, pelo brilhante trabalho que desenvolve no Rio Grande do Sul e por ter realmente se dedicado para que esse projeto fosse aprovado.

O meu voto não poderia ser diferente: o meu voto é favorável. Peço a aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Em discussão o projeto.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, Senador Pavan, quero agradecer a sensibilidade de V. Exª, Senador Pavan, que conhece bem essa questão das rodovias do Sul do País, a sua assessoria técnica, e tenho certeza de que a inclusão desse trecho no Plano Nacional de Viação beneficiará sensivelmente, realmente, tanto a área econômica, o transporte, quanto a área turística. Estamos, com isso, incorporando esse trecho ao Plano Nacional de Viação e facilitando o acesso ao Uruguai via Artigas, que, como bem comentou o Senador Pavan, esse é um dos pontos de fluxo para que o turismo

internacional Uruguai/Brasil amplie-se ainda mais, em função desses acordos com o Mercosul.

Esses são trechos que, muitas vezes, ficam em um verdadeiro limbo: não pertencem ao Estado, não pertencem ao Município e não pertencem à União. Com isso, estamos resolvendo um problema de fiscalização, de policiamento e de atenção seja ao trânsito internacional, seja ao turismo internacional com os nossos parceiros do Uruguai, que se utilizam da Ponte da Concórdia, ali, em Barra do Quaraí.

Realmente, quero deixar aqui os nossos agradecimentos, em nome do povo gaúcho, Senador Paim, tendo em vista a iminência de vermos aprovada essa incorporação para solucionar um problema histórico, um problema antigo, um problema que vem desde 1973, se não me engano. Portanto, estamos corrigindo uma falha para beneficiar os usuários da BR-293.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Pois não.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Primeiro, quero dizer que o Senador Paim, o Senador Simon e o Senador Zambiasi orgulham o Rio Grande do Sul. Eu também me orgulho, porque sou de Sarandi.

Temos uma missão muito grande com o Brasil, mas também uma missão muito grande com o Rio Grande do Sul, assim como os três Senadores que mencionei. Sou de Santa Catarina, mas uma pontinha do coração está no Rio Grande do Sul.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Não tenho nenhuma dúvida. É bom saber que o Rio Grande do Sul pode contar com a solidariedade de tantos que nasceram naquele Estado e que hoje conseguiram espaço político em outras regiões do País. Temos, por Santa Catarina, um carinho muito especial, razão pela qual queremos agradecer imensamente ao nosso Senador Pavan.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Sr. Presidente, rapidamente quero cumprimentar o Senador Pavan pelo relatório e dizer que tenho muito respeito pelo Senador Sérgio Zambiasi, que é o Presidente da Comissão Mista do Mercosul. S. Exª estudou com muito carinho essa questão que é uma reivindicação, de fato, do Rio Grande do Sul; pela forma como foi encaminhado o projeto por ele construído. Eu gostaria de me somar – tenho certeza que juntamente com o Senador Simon e com todo o povo gaúcho – a essa iniciativa brilhante do nosso Senador Sérgio Zambiasi. Faço questão de explicitar o voto favorável, cumprimentando ambos: o

Senador Sérgio Zambiasi, como autor, pela iniciativa – S. Exª, como ninguém, repito, na condição de Presidente da Comissão Mista do Mercosul, conhece esse tema; estudou, trabalhou –, e o Senador Pavan, que deu parecer favorável ao projeto. Parabéns a ambos, especialmente a quem teve a iniciativa: o Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não havendo mais quem queira discutir...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT – RJ) – Uma brevíssima observação. É para dizer que o projeto é de grande importância e de interesse para Rio Grande do Sul, Santa Catarina e respectivas economias, mas é também importante para o Brasil, na medida em que é uma ligação que tem relação com o Mercosul. O desenvolvimento do intercâmbio certamente resultará dessa proposição do Senador Sérgio Zambiasi, razão pela qual também damos o nosso voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos proceder à votação.

**(Procede-se à votação.)**

Há número regimental. A matéria está aprovada.

Vamos retornar agora ao Item 1 da pauta, que já foi discutido e relatado e está dependendo apenas de votação.

**Item nº 1:**

Acrescenta o § 64 à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que, nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local no serviço telefônico fixo comutado.

O projeto é de autoria do Senador Valdir Raupp e já foi discutido. Vamos apenas passar ao processo de votação.

**(Procede-se à votação.)**

Foi aprovado o parecer do relator, e a matéria está rejeitada.

Passemos agora ao Item 4.

**O SR. (orador não identificado)** – Item 2, Sr. Presidente. Posso fazer o relatório agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Quanto ao Item 2, a pergunta é a seguinte: como o relator se encontra ausente, nós o substituiríamos? Há concordância para a substituição do Relator?(Pausa.)

Portanto...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, que se dê prioridade aos Relatores presentes nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Então, ficaria para o final.

**Item nº 4:**

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, Relator da matéria.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Sr. Presidente, confesso que, embora o parecer seja favorável, conforme construído pela Assessoria, por se tratar, de fato, de matéria complexa, já que mexe na estrutura do Ministério dos Transportes, o Senador Roberto Saturnino, com quem conversei, vai pedir vista da matéria, para que façamos um estudo detalhado. Inclusive, não sei se mantereí o meu parecer depois de haver conversado com os órgãos governamentais e com o autor da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Então, Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> não retira a matéria de pauta.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT – RJ) – Sr. Presidente, peço vista da matéria exatamente para reexaminá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo vista a V. Ex<sup>a</sup>.

**Item nº 5:**

Dispõe sobre a instalação de aparelho para medição de pulso telefônico no serviço telefônico fixo comutado e no serviço móvel celular. O autor é o ex-Senador Arlindo Porto, e o relator é o Senador Rodolpho Tourinho, a quem passo a palavra.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de autoria do ex-Senador Arlindo Porto, o referido sistema deverá permitir o efetivo controle, pelos assinantes dos serviços, de suas chamadas locais e interurbanas na questão do serviço telefônico fixo comutado ou móvel.

O projeto estabelece ainda que as normas técnicas necessárias à implantação do sistema deverão ser expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações e fixa um prazo de 180 dias, a partir da expedição das normas pela Anatel, para que as prestadoras de serviço se ajustem à lei.

**Análise.**

O objetivo do presente projeto é proteger os usuários e assinantes dos serviços telefônicos fixo e móvel de cobranças abusivas feitas pelas operadoras, fato este grandemente facilitado por não existirem, na atualidade, meios práticos para se controlarem os gastos com ligações telefônicas, diferentemente do que ocorre com outros serviços telefônicos, como os de energia elétrica, água encanada ou gás canalizado.

A inexistência de leituras que possam ser efetuadas diretamente junto às unidades consumidoras torna os consumidores reféns das informações prestadas pelas empresas prestadoras de serviços de telefonia. Isso tem gerado, como bem ressalta o autor em sua

justificação, uma torrente de queixas e de reclamações dos assinantes, amplamente relatadas pela imprensa, referentes às contas telefônicas.

A adoção de mecanismos dessa natureza traria vantagens aos consumidores. Primeiramente, haveria grande ganho de transparência na cobrança e faturamento desse serviço. A possibilidade de verificar o consumo aferido por aparelho próprio do usuário e confrontá-lo com a fatura que lhe é apresentada propiciaria melhores condições de impugnar eventuais cobranças indevidas. De outro lado, também as operadoras teriam como contestar as eventuais reclamações improcedentes dos usuários mediante apresentação dos dados coletados pelo medidor.

Por conseguinte, não vemos como não aplaudir a iniciativa de propor que as empresas prestadoras de serviço de telefonia sejam obrigadas a tornar disponível a seus assinantes a instalação, junto aos seus aparelhos telefônicos, de um sistema que registre os gastos efetivos realizados com ligações telefônicas. Entendemos também que o atendimento pelas empresas que estatui esse projeto de lei não deverá implicar grandes dificuldades técnicas. Mas o projeto merece alguns reparos.

Em primeiro lugar, observa-se que a proposição faz menção a medidor de pulsos para telefones fixos e celulares. Cuida-se de impropriedade técnica, tendo em vista que a tarifação das chamadas originadas em terminais móveis dá-se por minutos e não por pulsos. Na telefonia fixa, algumas operadoras, em feliz iniciativa, já não utilizam o sistema de pulsos, e os contratos de concessão que deverão vigorar a partir de 2006 determinam a cobrança por minuto para as empresas que exploram serviço no regime público. Tampouco são tarifadas por pulsos as chamadas de longas distâncias, mencionadas no projeto.

Deve-se ressaltar também que o PLS nº 39, de 2002, em seu art. 2º, confere atribuições a órgão do Poder Executivo em violação aos limites constitucionais da iniciativa parlamentar.

Entendemos também que o tema deva ser tratado no âmbito da Lei nº 9.472, a Lei Geral de Telecomunicações.

Em face dessas limitações, mas considerando o mérito da proposta, entendemos pertinente apresentar proposição substitutiva, a fim de que se possa aprovar a matéria com os ajustes necessários.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei, na forma da seguinte proposição substitutiva:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

XIII – O sistema de registro e medição gratuita que permita a verificação de consumo efetivo de serviço de telecomunicações, independentemente dos documentos de cobrança apresentados pelos respectivos prestadores.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, considero este um tema extremamente atual, aliás, objeto até de um requerimento que encaminhei hoje a V. Exª e que espero seja analisado em relação à não transparência das contas telefônicas, pois a população não tem como conferi-la, sendo obrigada a pagá-la. Trata-se de um tema extremamente importante, e o consumidor deve ser protegido.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Saturnino Braga.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto, efetivamente, é muito meritório. Quero cumprimentar o Senador Tourinho pelo seu parecer, que corrige algumas imperfeições na proposição original.

Entretanto, levanto uma dúvida referente à gratuidade dessa obrigatoriedade que o projeto atribui às empresas telefônicas. Sabemos que esses contratos de serviço público estão todos sujeitos a cláusulas de equilíbrio econômico, ligados à questão da tarifação. Introduzir um custo que é difícil avaliar no momento, introduzir um custo pela gratuidade obrigatória, conforme o projeto e o substitutivo do Senador Tourinho, pode gerar um problema nessa questão do equilíbrio econômico.

Eu preferiria e sugeriria uma emenda em que fosse retirada só a expressão “gratuita”, para que a própria Anatel, na regulamentação, viesse a fixar, digamos, esse novo dispositivo, sem que necessariamente houvesse uma causa de desequilíbrio econômico nos contratos, o que causaria, enfim, até a rejeição e a demanda judicial dessa obrigatoriedade pelas empresas concessionárias.

Eu sugeriria ao Relator, Senador Tourinho, a retirada dessa expressão “gratuita”, mantendo o dispositivo e deixando à Anatel a decisão sobre a gratuidade ou não na regulamentação, tendo em vista o exame que a Anatel pode fazer sobre o acréscimo de custos que resultaria dessa obrigatoriedade.

Essa é a observação que tenho a fazer, Sr. Presidente, cumprimentando o trabalho do Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Retorno a palavra ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, entendo que a observação feita pelo Senador Saturnino procede. Devemos analisar isso porque a idéia é que, efetivamente, se assegure um sistema de transparência, Senador Saturnino. V. Exª disse muito bem. Eu não tinha atentado que, como esse é um tema complexo do ponto de vista técnico, depende e varia de empresa para empresa – esse é o ponto; algumas estão em estado tecnológico mais avançado que outras, o que pode variar e efetivamente causar um desequilíbrio econômico-financeiro.

Mas, quero deixar registrado que, por essa razão, acato a sugestão de V. Exª, mas deixando sempre claro – e confiando no trabalho que será feito pela Anatel – que o custo para o distribuidor deverá ser olhado com muito cuidado, porque não adianta também haver um sistema tão transparente se vier a custar um absurdo para um consumidor – creio que essa nem é a intenção de V. Exª.

Tenho certeza de que a Anatel terá que cuidar dessa questão e até observar que essa foi a vontade do legislador – difícil de ser colocada na lei, mas respeitará e tratará esse assunto.

Cada vez mais entendo que esse tema de transparência das contas de telefone é absolutamente essencial, devendo ser tratado com todo cuidado e carinho na medida em que a população tem sido penalizada por isso.

Desse modo, acato a sugestão de V. Exª, que tem razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O Relator acata, portanto, a sugestão do Senador Roberto Saturnino. Submeterei a proposta a voto, retirando-se a expressão “gratuidade”.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

**(Procede-se à votação nominal)**

Votaram “Sim” 12 Srs. Senadores, completado o número regimental exigido.

Aprovado o substitutivo do Relator por 12 votos em primeiro turno. A votação em segundo turno se dará na próxima sessão.

**Item nº 6:**

Altera a Lei nº 5.917, de 7 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir



na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Nacional trecho que contorna a cidade de Serra, situada entre os quilômetros 249 e 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo. O autor é o Senador Magno Malta, e o relator é o Senador Sibá Machado, a quem passo a palavra.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Para economizar tempo, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, farei apenas um pequeno comentário.

Trata-se de trecho de rodovia federal que passava por dentro de um dos municípios do Estado do Espírito Santo. Num processo de reconstrução da rodovia, o trecho de vinte quilômetros passou a contornar o município e ficou sob responsabilidade municipal. A intenção do Senador é que aproveemos que esse trecho, que anteriormente era federal e que continua fazendo a ligação de dois pontos, seja inserido no Sistema Viário Nacional.

O parecer é favorável e peço o acatamento da proposta do Senador Magno Malta.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – É o relatório do Senador Sibá Machado.

Em discussão.

Com a palavra, o Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT – RJ) – Sr. Presidente, há uma solicitação do Ministério dos Transportes para que eu peça vista desse projeto de modo a permitir que seja feita uma avaliação de custos. Entretanto, Sr. Presidente, tendo em vista ser um trecho pequeno, de vinte quilômetros, e tratar-se de região muito importante do Estado do Espírito Santo, vou concordar com o parecer do Senador Sibá Machado e deixar para pedir vista no próximo item, que, esse sim, envolve uma possível elevação de custos para o Governo Federal.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, vou ser bem rápido. O projeto tem seus méritos e agradeço ao Senador Saturnino a benevolência para com o Espírito Santo.

Trata-se do prolongamento da BR-101. Parte dessa rodovia passa dentro da ilha de Vitória: atravessa ponte, atravessa rua, atravessa o centro da cidade, atravessa a outra ponte para sair da ilha, entra pelo Município de Serra e acaba com o trânsito lá. Para diminuir os transtornos, está-se fazendo uma variante por fora da ilha de Vitória. A BR-101 passará fora da ilha, o que é muito simples e deveria ter sido feito à época em que se concretizou o projeto original, por-

que realmente não é sensato enfiar uma BR por uma ilha cheia de pontes, uma cidade histórica, com ruas antigas e estreitas. O objetivo é exatamente alterar o curso da BR-101, que é federal, retirando-a da ilha de Vitória.

Com todos os méritos, agradeço também ao Senador Sibá Machado pelo relatório.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

**(Procede-se à votação nominal.)**

Doze votantes. A matéria está aprovada.

**Item nº 7:**

Projeto de Lei do Senado nº 35/2005. Assunto: inclui na jurisdição federal os trechos rodoviários que especifica, coincidente com a diretriz da Rodovia Federal BR-497, estabelecida no Plano Nacional de Aviação. O autor é o Senador Aelton Freitas, e o relator é o Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trata-se de um projeto do Senador Aelton Freitas que se refere a trechos rodoviários em análise, que compõem a rodovia designada como MGT-497 – Rodovia Estadual Transitória –, assim consideradas as rodovias estaduais existentes cujos traçados coincidam com diretrizes de rodovias federais planejadas, conforme destaca o autor da proposição.

Implantada e mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Rodovia MGT-497 atende plenamente aos princípios requeridos para o enquadramento de rodovias no sistema rodoviário federal, como demonstra a coincidência do traçado desses trechos com o da BR-497, constante do Plano Nacional Viário – PNV.

É, portanto, oportuna e adequada a inclusão da rodovia pretendida na jurisdição federal, o que concerne aos aspectos de mérito. Todos os outros aspectos legais também são atendidos. São quatro trechos, Sr. Presidente: Prata–Campina Verde, Campina Verde–Onorópolis, Onorópolis–Iturama e Iturama–Porto Alencastro.

Como está exposto, essa rodovia é hoje considerada transitariamente estadual. Ela coincide com um trecho em rodovia federal. O objetivo é, evidentemente, haver uma rodovia que atenda não só ao próprio Estado de Minas Gerais, mas a outros Estados, porque faz a ligação com a BR-050, a BR-053, a BR-054, a BR-364 e a BR-365, facilitando o escoamento da produção da região, que abrange o Triângulo Mineiro e o Leste do Mato Grosso do Sul.

Entretanto, não sei se, neste momento, Sr. Presidente, é bom transformar uma estrada estadual em

federal, tendo em vista o fato de as estradas federais estarem em péssima conservação pelo Brasil afora – e o Governo Federal não tem realmente aplicado recursos como era previsto. Estamos com a execução orçamentária até este momento – já se aproximando o mês de setembro – muito abaixo do que era esperado e necessário.

Mas, do ponto de vista geral, meu voto é favorável ao projeto. Faço apenas esta ressalva: não sei se será melhor para a região, porque as estradas federais têm pior conservação do que as estaduais. Hoje, na realidade, essa é a situação que enfrentamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Em discussão.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT-RJ) – Sr. Presidente, peço vista do projeto por solicitação do Ministério dos Transportes. Não estou julgando o mérito. Apenas peço tempo para que o assunto seja reexaminado pelo Ministério dos Transportes.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O pedido de vista é regimental.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Apenas pergunto a V. Exª se poderíamos ter um mapa rodoviário do Brasil na parede, que facilitaria para todos nós. É a sugestão que faço, pois ajudaria muito nos trabalhos desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Exª tem razão. Pedirei à assessoria que providencie imediatamente esse mapa para atender ao desejo de V. Exª e à curiosidade de todos que quiserem ter acesso a ele.

**Item nº 8:**

Dispõe sobre a configuração interna das aeronaves utilizadas na aviação comercial de passageiros. O autor é o Senador Hélio Costa, e a relatora é a Senadora Fátima Cleide.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (PT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço a retirada de pauta desse projeto hoje. Encaminharei à Mesa uma solicitação de audiência.

Já dispomos de um parecer contrário do Ministério da Defesa a esse projeto. Em razão de representarmos, inclusive, os consumidores e sermos consumidores, entendemos o mérito da proposição do Ministro Hélio Costa. Mas trata-se de uma matéria que precisa ser bastante discutida, motivo pelo qual encaminharei à Mesa um pedido de audiência pública, tentando fazer com que ela seja realizada em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento e Turismo.

Penso que, aos turistas e principalmente aos usuários constantes, como nós, do transporte aéreo, interessa e muito este projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A retirada de pauta proposta por V. Exª é pertinente, até porque estamos em fase final de votação de um projeto que cria a nova Agência de Aviação Civil, onde esse assunto irá exatamente ser ajustado. De forma que louvo a atitude de V. Exª e aguardamos a solicitação para que se convoquem as partes para uma audiência pública.

Sobre a mesa, dois requerimentos, que passo a ler.

Primeiro requerimento. “Nos termos do art. 90, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, requero audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, Sr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, para prestar esclarecimentos sobre as seguintes questões: avaliação da Anatel sobre o aumento expressivo nas clonagens de telefonia celular móvel; as providências que a Agência tem tomado no combate a essa prática; as perspectivas da Anatel com a efetiva solução do problema.”

Além disso, na medida em que a consequência imediata de uma clonagem de telefone celular é o significativo ou até o exorbitante aumento na conta a ser paga pelo verdadeiro proprietário da linha telefônica, convém também que o Presidente da Anatel possa esclarecer mais as questões:

1. Avaliação da Anatel com relação ao formato atual das contas telefônicas.

Convém registrar que, no entendimento deste Senador, as contas telefônicas, em geral, são confusas e muito pouco transparentes.

2. O poder da Anatel em interferir nos modelos de contas telefônicas existentes no sentido de torná-las mais transparentes;

3. a proteção do consumidor que teve seu telefone celular clonado, na medida em que a ausência de transparência nas referidas contas pode levar o proprietário da linha menos atento a não identificar de imediato uma eventual clonagem e resultar no pagamento de um consumo indevido.

Sala das Sessões, 23/08/2005.

Senador Rodolpho Tourinho.”

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de dizer que se encontra sobre a mesa requerimento do Senador César Borges apenas

substituindo o nome. O requerimento anterior solicitava a convocação do Ministro Olívio Dutra, do Ministério das Cidades. S. Ex<sup>a</sup> agora pede a substituição pelo Ministro Márcio Fortes.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de solicitar à Presidência, por estar relatando dois processos na Comissão de Meio Ambiente, que constasse em Ata o nosso voto favorável aos projetos aqui aprovados, por terem sido todos eles aprovados por unanimidade, por consenso. Então, eu gostaria que constasse em Ata o nosso voto favorável aos pareceres dos relatores dos diversos projetos aprovados.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> terá sua manifestação atendida pela Mesa.

Antes de encerrar a reunião, quero agradecer aos Senadores porque, parece, a Comissão hoje deslançou. Estávamos “engasgados”, Senador Saturnino, há alguns dias e parece que hoje, finalmente, desencantamos. Espero que continuemos mantendo esse ritmo nas próximas reuniões. Dos oito itens constantes da pauta, deixamos de votar apenas o Item nº 2, pela ausência do relator.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h04min.)*

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

**Ata da Décima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1º de junho de 2005, às 9:00 horas.**

Às nove horas e quarenta minutos do dia primeiro de junho de dois mil e cinco, na Sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Vice-Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **ANA JÚLIA CAREPA**, **SIBÁ MACHADO**, **OSMAR DIAS**, **HERÁCLITO FORTES**, **DELCÍDIO AMARAL**, **AELTON FREITAS**, **LÚCIA VÂNIA**, **FLEXA RIBEIRO**, **RAMEZ TEBET**, **SERYS SLHESSARENKO**, **JONAS PINHEIRO**, **PEDRO SIMON**, **FLÁVIO ARNS**, **NEZINHO ALENCAR**, **LEONEL PAVAN**, **VALDIR RAUPP**, **IDELI SALVATTI**, **TEOTÔNIO VILELA FILHO**, **JORGE BORNAUSEN**, **EDUARDO SUPPLY**, **JOSÉ MARANHÃO**

**E GARIBALDI ALVES.** O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior, que é aprovada. A presente reunião destina-se à realização de **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento Nº 10/2005-CRA, com a presença do **Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Sr. José Fritsch**. Durante a reunião, foram apresentados dois requerimentos extra pauta: 1 – **Requerimento Nº 17/2005-CRA**, de autoria do Senador Flávio Arns que requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 15, de autoria do Senador Osmar Dias, já aprovado por esta Comissão, de realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir a criação de unidades de conservação ambiental. Requer ainda, que para o debate, além do representante do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura, sejam convidados os representantes dos municípios afetados. 2 – **Requerimento Nº 19/2005-CRA**, de autoria do Senador Sibá Machado que requer seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para avaliar e debater as consequências dos novos índices de desmatamento na Amazônia divulgados no dia 18 de maio pelo Governo Federal dando conta que entre 1º de agosto de 2003 e 1ª de agosto de 2004 a floresta perdeu 26.130 quilômetros quadrados. Solicita-se que seja convidada para esta audiência a Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente. **Os dois Requerimentos são aprovados.** Usaram da palavra durante a reunião os Senhores Senadores: Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Ana Júlia Carepa, Teotônio Vilela Filho, Jorge Bornhausen, Eduardo Suplicy e José Maranhão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Há quórum regimental. Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Inicialmente, requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, ontem foi um dia de manifestação do campo em todo o Brasil. A imprensa divulgou, desde Porto Alegre até os Estados do Norte e Nordeste, passando pelo Paraná, e eu tive a oportunidade de representar V. Ex<sup>a</sup> em Londrina, numa manifestação de onze mil produtores, que foram lá não para protestar apenas, mas para alertar o Governo da grave situação por que passa o agronegócio brasileiro.

E quando se fala em agronegócio, há aqueles que pensam que estamos falando de grandes produtores. O agronegócio é constituído, na sua grande maioria, por agricultores familiares, pequenos agricultores, médios produtores rurais, que estão vivendo o mesmo drama dos grandes porque, além da estiagem, o custo de produção alto, um plantio feito com dólar a R\$3,10, uma colheita com o dólar a R\$2,50, agora a R\$2,40, comercialização emperrada, há casos em que culturas praticamente estão fora do mercado, por exemplo, o trigo. O trigo da safra passada não consegue sequer ser comercializado porque não há preço no mercado, os produtores estão com trigo no armazém, não conseguem vender para fazer dinheiro, e ainda medidas adotadas em alguns Estados, reduzindo a zero a alíquota do trigo, interferindo no processo de comercialização. Há o problema sério, que estamos já destacando, do arroz, em função das importações que ocorreram – o Senador Jonas Pinheiro me dizia ontem: 80 mil toneladas por mês de arroz do Uruguai, da Argentina, abarrotando o mercado interno e, dessa forma, derrubando o preço do arroz a R\$10 a saca, quando o custo de produção foi de R\$30.

Nós temos um problema sério, e eu não confirmei ainda uma notícia do ingresso de uma doença em aviários de uma região importante de produção de frango. Se isso realmente ocorreu, será um drama, e isso é já resultado da falta de cuidado com a sanidade, já que não se disponibilizaram recursos suficientes para atender à demanda necessária e cuidar do nosso rebanho. Essa questão sanitária, todos reconhecem, é importante demais, mas o Governo não tem reconhecido com o Orçamento, porque não coloca dinheiro e não coloca estrutura para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento operacionalizar essa área importante do Ministério, que é cuidar da sanidade. As barreiras sanitárias – ontem mesmo o Senador Delcídio Amaral reconheceu isso, com conhecimento de causa – são utilizadas pelos importadores para barrar produtos de todos os exportadores e, no caso, o Brasil, que é o grande exportador de matéria-prima, vai ser penalizado com qualquer notícia no mercado internacional. Nós já tivemos o problema com a febre aftosa. A febre aftosa continua aí, precisando ser combatida, mas, para ser

combatida, precisa de contingente técnico, precisa de estrutura, precisa de Orçamento.

Então, eu estou trazendo, Sr. Presidente, e vou entregar às mãos de V. Ex<sup>a</sup>, deixando também nas mãos do Líder do PT nesta Casa, Senador Delcídio Amaral, a Carta do Paraná, que traz, em resumo, as reivindicações do setor agropecuário, que nada mais são do que a repetição daquelas reivindicações que nós fizemos aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, junto com a Comissão de agricultura da Câmara dos Deputados, foram essas reivindicações aprovadas pelos membros da Comissão, então não é uma reivindicação de um Senador, mas é uma reivindicação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da Comissão de agricultura da Câmara dos Deputados, e, aliás, houve, por parte do Governo, aceitação das propostas, um acordo feito praticamente com as Comissões das duas Casas, houve o anúncio dessas medidas em Rio Verde – e V. Ex<sup>a</sup> lá estava presente. Essas medidas foram anunciadas pela imprensa nacional, e todos os produtores rurais receberam a notícia de que essas medidas seriam adotadas; no entanto, elas continuavam ou sendo adotadas muito vagarosamente ou não sendo adotadas, algumas delas. Não vou repeti-las, para não me alongar, porque nós temos audiência pública, mas vou citar um caso só: o seguro da produção. Não dá mais para continuar empurrando com a barriga essa situação. Daqui a pouco teremos uma outra safra e se houver uma outra frustração? Duas em seguida? O produtor não aguenta. Tem que ter o seguro e para isso temos que garantir os recursos para que o instituto de resseguros possa sustentar essas intempéries climáticas que ocorrem em regiões, em Estados e não isoladamente em propriedade, porque daí as seguradoras não são atraídas para oferecer os seus serviços.

Em todos os países do mundo onde há um seguro atuante garantindo a produção existe no Orçamento a garantia de que se houver uma intempérie climática, um fenômeno climático que ocorra numa grande região, o orçamento oficial vai cobrir para que as operadoras de seguro não quebrem. Não vamos atrair no Brasil operadoras de seguro estrangeiras – e elas são bem-vindas apesar de gente com o discurso antiquado de que tudo que é estrangeiro não presta, não pode entrar no país – pode entrar sim desde que tragam dinheiro. Queremos que as empresas estrangeiras entrem para garantir um suporte para os produtores rurais para que não tenhamos mais o problema de frustração com a estiagem que tivemos agora onde os agricultores perderam praticamente tudo: no Rio Grande do Sul mais de 50% e no Paraná mais de 30%.



Não podemos mais continuar plantando sem seguro e o Governo tem uma lei aprovada pelo Senado, pela Câmara, ou seja, pelo Congresso e falta o quê? Colocar recursos no Orçamento para operacionalizar. Agora, escutamos falar sempre sobre o aumento da arrecadação e não sobra dinheiro para nada! Para onde está indo o dinheiro? Será que é só para pagar dívida externa, só para pagar juros da dívida?

Então, precisamos que o Governo adote, desde já, uma postura, porque essa crise que hoje está na agricultura vai se espalhar em todos os setores da economia. Hoje os jornais dão notícia da queda do crescimento econômico e isso é reflexo da crise na agricultura onde o comércio já não está vendendo mais nas cidades do interior e começa a dispensar 300 tratores do pátio de uma concessionária no Paraná que foram devolvidos por pessoas que não conseguem pagar o financiamento. Esta crise afeta Estados que são fabricantes de equipamentos, como o Rio Grande do Sul, que já demitiu mais de 8mil funcionários das empresas fabricantes. No Paraná, ocorre o mesmo com a Ford, que está instalada na região metropolitana de Curitiba.

Então, temos que interceptar, temos que bloquear este processo de empobrecimento, de endividamento do campo sob pena de espalhar esta crise por todos os segmentos da economia, o que seria irreversível.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Permita-me um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)**– Gostaria apenas de solicitar aos Senadores brevidade porque temos a palestra do nosso convidado de hoje e logo a seguir uma pauta muito exigente de comissões do Senado. Devemos ser breves, embora sem subestimar a relevância do que está sendo tratado aqui hoje.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Mas V. Exª não pediu para ele encerrar por causa do meu aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)** – De forma alguma.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – É que coincidiu.

**O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR)** – O aparte de V. Exª vai encerrar com chave de ouro o meu pronunciamento.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Quero dizer a V. Exª, que é uma pessoa excepcional, na minha opinião uma das pessoas que mais conhecem a agricultura do nosso País, briguei com o governador Itamar Franco porque ele teria feito um grande governo se tivesse colocado V. Exª como Ministro da Agricultura, várias vezes falei com Fernando Henrique no mesmo

sentido de que V. Exª deveria ser o homem, acho que as explicações de V. Exª são excepcionais. Não tenho a competência de V. Exª mas gostaria de dizer o seguinte: o Rio Grande do Sul, infelizmente, vive tudo o que V. Exª está dizendo multiplicado por três, porque lá a situação ainda foi mais caótica, foi brutal, uma seca como nunca aconteceu nos últimos 50 anos e o mais dramático é que o que sobrou da seca a enchente está levando. Os arrozeiros estão numa situação de queimar a produção, porque não têm o que fazer. Se o Governo não comprar um milhão e quinhentas mil toneladas de arroz esta Comissão deveria tirar uma nota para levar ao Presidente da República. Um milhão e quinhentas mil toneladas faz parte do estoque regulador do Governo e ele não estará botando dinheiro fora ou dando mas apenas fazendo o seu papel, quer dizer, ele compra agora, quando está uma situação dramática, guarda e logo adiante vai vender e a uma preço superior, o preço agora está baixo, mas vai subir o preço então. Mas isso o Governo tem que saber, porque senão vai dar uma crise. Os agricultores do Rio Grande do Sul estão quase que apelando para a violência. Acho que devia se tirar uma nota aqui da Comissão, pedindo ao Presidente da República que esse 1.5 milhão do estoque regulador. Obrigado ao aparte.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Vou encerrar, Sr. Presidente, avalizando a proposta do Senador Pedro Simon e pedindo a ele que possamos incluir também a comercialização do trigo que está parada. Comprar trigo, comprar arroz, tira do estoque, e tenho certeza de que o Governo não vai perder um centavo, porque depois vai repor esse arroz, esse trigo a um preço superior ao que estará pagando agora, garantindo um preço que ele próprio propôs.

Entrego a carta a V. Exª, peço ao Secretário da Mesa, e ao Líder do Governo aqui na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)** – Gostaria de sugerir aos Srs. Senadores o seguinte encaminhamento: para ser honesto, o governo tem dado atenção a este assunto.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – V. Exª é sempre honesto.

**O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)** – E sou oposicionista, como todos sabem, mas reconheço que o Governo tem dado atenção. Não faz quinze dias, tivemos praticamente uma reunião de Governo com as Comissões da Câmara e do Senado e representantes dos agricultores, Ministro da Fazenda presente, Ministro da Casa Civil, Ministro do Planejamento, Ministro da Agricultura, vários ministros. Saí de lá com a seguinte convicção: atenção demais e solução de menos. Penso que deveríamos conversar com o Líder Delcídio Amaral, conversar entre nós, porque

temos um problema muito grave diante de nós. Talvez coubesse uma audiência dos Senadores da Comissão com o Presidente da República, na qual tivéssemos

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Isso V. Ex<sup>a</sup> não tem força, só o Líder do Governo Delcídio Amaral, que ele marca.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Prudentemente falei dele. Então, efetivamente tenho conversado muito com o Comissão de Agricultura da Câmara que tem uma articulação bastante ampla, os Senadores que estão aqui presentes também a tem, mas algo tem que ser feito. Não é palavra pela palavra, frase pela frase, não é para fazer resultado político. É para ter solução mesmo. Alguma solução tem que ser encontrada.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente, é claro que o Senador Osmar já falou por todos nós sobre o assunto que estamos vivendo. Quero dizer que em Mato Grosso ontem também ocorreram oito manifestações em pontos diferentes do Estado. E a preocupação aumentou cada vez mais. Só que dizer que a proposta de uma audiência pública amanhã em Mato Grosso, na cidade de Primavera do Leste, o anúncio da presença da Comissão de Agricultura do Senado e da Câmara tem chamado muito a atenção. Essa audiência pública é promovida pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, já está confirmada a presença de aproximadamente oito mil produtores. E o Governador do Estado de Mato Grosso acaba de me ligar, colocando amanhã um avião da TAM à disposição dos Senadores e Deputados que queiram participar, prestigiar essa audiência pública.

Portanto, vamos ficar muito felizes. Senador Pedro Simon, estou dizendo sobre uma audiência em Primavera do Leste, terra de gaúcho, amanhã. É evidente se chegarmos amanhã lá levando a tiracolo o nosso Líder Senador Pedro Simon, Mato Grosso e os gaúchos vão agradecer bastante.

Portanto, estamos convidando. O avião pode sair daqui amanhã, às 7 horas, rumo a Rondonópolis e de lá fazemos a nossa transferência para Primavera do Leste que é próxima. Vão ficar lá três, quatro, cinco, seis, sete ou dez aviões menores – não importa. O que quero é que esta Comissão recrute o máximo possível de Senadores que possam ajudar a nós e aos produtores, amanhã, no Estado de Mato Grosso. O Marcelo já está com a inscrição pronta. Gostaria de, até o meio-dia, fechar a nossa listagem no Senado, porque, na Câmara, já há em torno dez Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Vou contar cinco minutos para conceder a palavra aos Senadores Delcídio Amaral e Flexa Ribeiro e começar a audiência marcada aqui. Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – (Intervenção fora do microfone.)

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Antes de o Senador Delcídio Amaral falar como Líder do PT e fazer os encaminhamentos, na sequência, junto a V. Ex<sup>a</sup>, temos que resgatar esta força da Comissão até para marcar audiências, porque acho que a Comissão é a autoridade para marcá-las. Apenas queria sugerir que, antes da fala com o Presidente, tivéssemos a lista das medidas anunciadas pelo Governo, chamássemos o Secretário Executivo – não precisa ser o Ministro –, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e passássemos item por item para ver o que foi feito e depois dizer ao Presidente da República, na sequência, que foi anunciado isto e foi concretizado isto. Aí teremos a informação precisa para que a Comissão de Agricultura possa acompanhar, pelo menos, a concretização das medidas anunciadas. Queria sugerir que esse encaminhamento também fosse feito para se chegar com documento adequado para o Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – A sugestão do Senador Flávio Arns é absolutamente prudente. Porém, há fatos novos, como os que foram apresentados aqui com o arroz, que têm que ser agregados. Teríamos que fazer um grupo entre nós e trabalhar esse assunto para irmos de maneira consistente nessa audiência.

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, serei breve. Quero apenas me associar aos nobres Senadores Osmar Dias, Pedro Simon e Jonas Pinheiro, que têm *expertises* no assunto que aflige a todos os brasileiros em todos os rincões do País, não apenas no Sul, Sudeste, Centro-Oeste, mas também na Amazônia, um problema que angustia todos os micro, pequenos, médios e grandes produtores rurais. Esse problema que acontece na safra deste ano já vem de anos anteriores. O Senador Jonas Pinheiro tem o relato a um projeto na CAE que já vem de algum tempo e não entra em votação. O nobre Senador Delcídio Amaral, Líder do PT, está com o compromisso de votar o alongamento da dívida assumida por esses micro e pequenos produtores rurais, que, sem dúvida, será resolvida no próximo 07 de junho, terça-feira, na CAE.

A proposta do nobre Senador Flávio Arns é, sem dúvida alguma, eficaz, se formos à audiência com o Presidente com a situação levantada e propostas concretas para serem solucionadas. A intermediação do nobre Líder do Governo do PT vai produzir efeitos que conduzirão à solução dos problemas, mas tenho que, com absoluta certeza, incluir nessa relação, nobre Senador Flávio Arns, o Ministro da Fazenda ou o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda porque lá é que vamos encontrar os obstáculos para a solução desses problemas. Já aprovamos aqui, na Comissão, Sr. Presidente, o convite ao Ministro Palocci, para que viesse até aqui para que pudéssemos trocar informações com S. Ex<sup>a</sup>. Mas me parece que até hoje não marcamos essa visita do Ministro Palocci. Então, eu gostaria que agilizássemos a visita do Ministro Palocci e incluir.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Não é que nós não marcamos. S. Ex<sup>a</sup> não marcou, nem vai marcar.

**O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA)** – Bem, a experiência do Senador Pedro Simon diz que S. Ex<sup>a</sup> não marcará. Eu gostaria que pudéssemos agilizar que S. Ex<sup>a</sup> confirmasse a data e que fosse incluído também o Ministério da Fazenda nesta relação que o Senador Flávio Arns solicita da reunião.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Ministro, na próxima semana, nós teremos uma audiência pública dos frigoríficos – ela ficou marcada para o dia 15 – dos pecuaristas, dos supermercados e unidades de conservação, cujo tema é também fundamental.

Sr. Presidente, eu tenho sistematicamente conversado com o Ministério da Fazenda para fazer com que venhamos a definir a data do Ministro Palocci. Registro aqui que ficou um pouco prejudicado o encaminhamento que estava sendo dado, até em função dessa reunião realizada com as duas Comissões. Eu assumo esse compromisso de me empenhar, ao longo desta semana, porque penso que independentemente de uma reunião com o Presidente, essa audiência pública com o Ministro Palocci é definidora de uma série de compromissos assumidos pelo Governo.

Faço coro aqui ao Senador Osmar Dias. O Ministro Roberto Rodrigues teve uma reunião ampla. Diga-se de passagem que o Ministro Roberto Rodrigues é um homem muito competente; conhece a área. Em Rio Verde de Goiás foi feita uma reunião, em que foram assumidos compromissos, entre os quais - e talvez eu quero aqui destacar o posicionamento do Senador Osmar Dias - o seguro para a agricultura, que é absolutamente necessário e importante. Se isso já tivesse sido disponibilizado, nós estaríamos evidentemente

te preparados para enfrentar as dificuldades que a agricultura e o agronegócio, como um todo, enfrenta, desde a fabricação de equipamentos no Rio Grande do Sul, às condições climáticas que várias regiões do País enfrentaram.

Portanto, Sr. Presidente, para resumir, até em função da nossa audiência pública, penso que deveríamos preparar esse documento com a Presidência. Isso não impede também que os Senadores e as Senadoras da Comissão de Agricultura tenham uma reunião com o Presidente da República. Mas creio que objetivamente temos que focar a audiência com o Ministro Palocci, porque S. Ex<sup>a</sup> é a pessoa chave nesse processo para dizer se aquilo que foi assumido em Rio Verde, Goiás, será cumprido ou não. Eu conversei com o Ministro Roberto Rodrigues sobre as barreiras, que não são as barreiras sanitárias, Senadores, mas as barreiras com relação ao cumprimento desses compromisso, que se situam no Ministério da Fazenda. Então, esse é o foro mais adequado para fazermos com que essas definições venham e o Ministro Roberto Rodrigues tenha a sua palavra cumprida, em função daquele encontro, Senador Jonas Pinheiro, de Rio Verde, em Goiás.

Então, esse é o meu compromisso e o meu empenho para definir, esta semana, a vinda do Ministro. Agora, evidentemente, isso não impede à luz até dessa nova realidade dos arrozeiros e do trigo, que venhamos a preparar uma pauta de sugestões para uma audiência com o Presidente da República.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Sr. Presidente, desculpe-me.

Há um assunto que é urgente, urgentíssimo. O problema do arroz está estourando. Quer dizer, eu acho que se nós conseguirmos, para o problema do arroz e do trigo, a audiência com o Presidente da República, essa questão já é uma grande coisa. Claro que nós vamos fazer uma pauta. Essa pauta vai levar um mês e cada vez terá mais coisa para acrescentar. Agora, este é um fato de uma urgência total.

**O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)** – Claro. Eu queria... a minha ponderação era consistente com o que disse, logo a seguir, o Senador Pedro Simon. Participei, com o Senador Jonas, de uma reunião com o Ministro da Fazenda. Participei de uma reunião com vários ministros, inclusive o Ministro da Fazenda, e entendi que o Ministério da Fazenda estava impedido de dar solução aos problemas que lhe foram apresentados.

O Ministro foi muito claro quando disse que não havia possibilidade material de tratar daquele assunto na forma como foi sugerido pelos produtores, pelo Ministro da Agricultura e por nós.



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Então, falou de dificuldades, falou de restrições que tiveram origem no fato de que no primeiro trimestre deste ano houve efetivamente um relativo excesso de arrecadação, mas houve um buraco ainda maior da Previdência. Falou de dificuldades da área dele com bastante tranquilidade e pediu um pouco de tempo.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Somente para terminar, Senador Flexa, senão não vamos concluir essa nossa conversa prévia.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – O fato concreto é que dessa última reunião já vão quinze dias e o Ministro da Fazenda eu tenho a impressão de que está com dificuldades muito grandes para encarar essa questão, inclusive aqui conosco.

Eu acho absolutamente prioritária a convocação, o convite feito ao Ministro da Fazenda e sinto o fato de ele não ter comparecido aqui ainda. Da última vez ele me perguntou se seria bem tratado aqui. Eu disse que como sempre seria muito bem tratado no Congresso, especialmente entre nós. Não é por aí.

O fato concreto é que as soluções não se estão delineando, o tempo está passando e novos elementos de crise estão surgindo, como os que foram hoje trazidos aqui pelo Senador Pedro Simon em relação à questão do arroz e também do trigo.

Então, eu acho que o Senador Delcídio se colaborasse conosco, e sempre colabora, no sentido de marcar uma audiência com o Presidente da República com esse quadro de urgência, eu penso que estaríamos cumprindo bem o nosso papel. Ao mesmo tempo, insisto com o Ministro da Fazenda que S. Ex<sup>a</sup> venha aqui. Eu acho que não faz bem ao conceito que o Ministro tem perante todos nós o seu não-comparecimento. S. Ex<sup>a</sup> deveria resolver isso.

Ouçõ o Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Dr. José Fritsch, sobre o tema da sua reunião de hoje.

O Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Dr. José Fritsch, atendendo a Requerimento, do Senador Pavan, nº10, de 2005, para prestar esclarecimentos a respeito de matéria de sua competência, especialmente sobre a realidade e as perspectivas da pesca no Brasil.

Quero agradecer o comparecimento do Ministro. Nós temos consciência da relevância do tema que ele vai tratar. Entendemos que o Brasil tem um imenso es-

paço para ocupar nesse campo, grandes potencialidades e dificuldades também relevantes. Não sabemos exatamente – como saberemos hoje – do quadro de oportunidades operacionais da sua área, mas seguramente ele deve ter também restrições orçamentárias e é importante que nós tenhamos conhecimento, no Senado, do tema dessa discussão de hoje.

A ordem para os trabalhos, em face do atrasado da hora, será a palavra do Ministro e depois a palavra do Senador Pavan, autor do seu requerimento, que vai discutir a matéria sobre a qual S. Ex<sup>a</sup> fará a exposição agora.

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – Em primeiro lugar minha saudação a todos os presentes aqui. É uma honra muito grande estar aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Eu acho que é uma decisão muito sábia do Senado de ter criado esta Comissão. Eu, que fui Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, no período em que fui Deputado dois anos, nós, na época, sentíamos dificuldade de esse tema ser debatido no Senado. Eu acho que é importante essa decisão e fico muito honrado de estar aqui cumprimentando o nosso Presidente, Senador Sérgio Guerra, e também o nosso Vice-Presidente, Senador Flávio Arns. Eu gostaria de cumprimentar os nossos Senadores Aelton Freitas, Flexa Ribeiro, Osmar Dias, que estava aqui, Jonas Pinheiro, que fomos Colegas na Câmara, Delcídio Amaral, a Senadora Ideli Salvatti, que também estava presente, os Senadores Ramez Tebet, Pedro Simon, Nezinho Alencar e Leonel Pavan, que é o nosso Senador por Santa Catarina, autor do requerimento.

*(Fora do microfone. Inaudível.)*

Do Brasil inteiro, pela função constitucional de Senador.

Para mim, é uma honra estar aqui e poder aproveitar esta oportunidade de, pela primeira vez, no Senado, poder apresentar o que estamos desenvolvendo, a partir da decisão do Presidente Lula de criar essa estrutura nacional. Só para vocês terem a visão, gostaria de aproveitar, através de uma exposição, que acelera e dá uma dimensão completa do que estamos fazendo, e depois abrir para um debate, para a intervenção do Senador Leonel Pavan e dos demais Senadores que queiram discutir esse assunto.

Primeiro, trata-se do que definimos e colocamos na Conferência Nacional de Agricultura e Pesca, que envolveu mais de mil delegados eleitos em todos os Estados, realizada aqui em Brasília, na verdade em Luziânia, no final do primeiro ano, que estabeleceu a nossa missão e as políticas que passamos a desenvolver a partir daí.



Basicamente, trata-se de promover o desenvolvimento sustentado, articulando atores e ações, estimulando a produção, promovendo a inclusão social e contribuindo com a segurança alimentar e o crescimento do Brasil. Por que usamos a palavra *desenvolvimento*? Porque, anterior à decisão do Presidente Lula, a área da pesca, da aquicultura, da piscicultura e da maricultura não estavam no conceito do Governo dentro de uma visão de desenvolvimento.

Por isso, vivemos, em todos os lugares, muitas vezes, as políticas restritivas, do ponto de vista dos órgãos federais, estaduais, no sentido de não viabilizar, a partir da piscicultura, da maricultura e da pesca, uma atividade econômica de desenvolvimento, geradora de emprego e renda, fazendo com que se aumente, inclusive, o consumo de um produto cada vez mais recomendado, do ponto de vista da saúde da população, que é o consumo do pescado.

Então, nessa visão, há a questão do desenvolvimento, mas também da sustentabilidade, que são pilares fundamentais que consideramos porque lidamos com água. Se não houver sustentabilidade, do ponto de vista das questões ambientais, podemos colocar em risco o que estamos produzindo em termos de futuro. Logicamente, há a inclusão social, a melhoria de vida de quem vive da atividade, especialmente os pescadores artesanais, para poder organizar a cadeia produtiva, pensando exatamente nesse potencial de que vamos falar daqui para frente.

Em janeiro de 2003, quando assumimos um pouco o quadro da situação dos problemas: o problema da sustentabilidade pesqueira, a dívida social, a exclusão da área da pesca como uma política de Estado, as políticas de programas muito difusos, desorganizados – só na área da pesca, por exemplo, havia cinco, seis áreas do Governo Federal que tratavam do assunto de pesca, e nós conseguimos trazer isso para um único espaço -, indefinição de normas e aspectos legais – inclusive, tramita aqui no Senado toda uma nova concepção de lei de pesca, que já passou por algumas fases aqui; acredito que deva voltar para a Câmara, porque houve um substitutivo global, a partir do momento em que nós assumimos. Isso foi construído, inclusive, com o Senador Garibaldi Alves, que era o Presidente da Comissão –, falta de informações organizadas, carência de mão-de-obra capacitada, insuficiência de infra-estrutura pesqueira, logística, alternativas de comercialização, reduzida a agregação de valor para o pescado e praticamente a inexistência de linhas de crédito para estimular o processo de crescimento.

O que o significa a pesca e a produção pesqueira dentro do conceito do agronegócio mundial? Representa 60 bilhões dólares de atividade econômi-

ca, responde por 16% da oferta mundial de proteína animal; soma 55 milhões em exportações anuais; é um mercado duas vezes maior do que o complexo de soja mundial, não brasileiro; sete vezes maior do que o negócio de carne bovina mundial; nove vezes maior do que a carne de frango e 20% maior do que toda a produção de calçados mundial. Isso representa o setor de pescado no mundo.

Esse é o mapa do Brasil. Coloquei o mapa do Brasil para mostrar um pouco o que temos de potencial mundial em termos de água, porque estamos tratando com a questão da produção de seres vivos aquáticos. E isso representa, no outro quadro, um pouco o que significa 8.500km de costa marítima; 3,4 milhões de km<sup>2</sup> de zona econômica exclusiva, porque essa é uma questão de soberania nacional; 12% do total de reserva de água doce do Planeta está no território brasileiro. E temos uma realidade que outros países não têm: temos 5 milhões de hectares de terras alagadas para geração de energia e que pouco eram utilizadas para a produção de pescado.

Temos um consumo crescente de pescado no Brasil. Só para vocês saberem, quando assumi a Secretaria o consumo **per capita** era de 6 quilos e 800 gramas e os dados estatísticos de 2004 elevaram para 8 quilos o consumo **per capita**/ano de pescado. Isso é um crescimento, em dois anos, muito grande, sabendo que existem regiões muito concentradas em termos de auto-consumo, no caso da Amazônia, que consome na média 36 quilos **per capita**/ano.

O Estado do Paraná, o Senador Álvaro Dias e o Senador Sibá Machado também chegou, é o Estado de menor consumo de pescado do Brasil, **per capita**.

A outra questão é que a ...recomenda às organizações da alimentação mundial recomenda que a população deva consumir 12 quilos **per capita**/ano, que seria o consumo ideal. Tem um déficit mundial para 2010 da ordem de 25 milhões de toneladas, o Brasil produz apenas pouco mais de um milhão de toneladas; e o Brasil teria condições, através de um processo de produção, de chegar a 10 milhões de toneladas anuais de pescado – quer dizer, nós temos esse potencial.

E outra questão é a produção. A captura anual do Brasil é de um pouco mais de um milhão de toneladas, variando um crescimento especialmente na área da piscicultura e da maricultura. Os programas que desenvolvemos, temos hoje toda uma política de subsídio e óleo diesel. Por que na chamada subvenção – uma palavra que a gente acaba evitando – por conta das questões internacionais, mas, hoje, temos uma política de subvenção de óleo diesel que é colocar o preço do óleo diesel a nível internacional, porque senão fica, na verdade, uma pesca desigual entre o

Brasil e outros países. Então, conseguimos modificar o Decreto, que foi modificado em 2004, estabelecendo que hoje praticamente o óleo diesel vendido para a pesca está no preço internacional, e em alguns momentos até menor.

Então, hoje, estamos na condição de termos praticamente investimentos, nessa subvenção, na ordem de R\$7 milhões de reais por ano. E esse ano, vamos incluir, já começamos no Rio de Janeiro, a pesca artesanal com esse benefício, porque até agora só era a pesca industrial que conseguia ter o benefício do subsídio de óleo diesel.

Outro programa que desenvolvemos e aperfeiçamos é o Seguro em Defesa da Pesca Artesanal. Por que isso é importante? Por que, através do Seguro em Defesa, podemos ter uma política de ordenamento pesqueiro, ou seja, garantir que no período da reprodução das espécies o pescador tenha um salário mínimo e seja impedido de pescar, a não ser para sua sobrevivência.

Então, com isso, antes da mudança de Decreto, estabelecia-se três anos de prazo para o pescador ter o direito. E reduzimos para um ano e logicamente houve um aumento de beneficiários na área do Seguro Defesa. Em 2002, noventa e poucos mil pescadores; em 2003, 113 mil; em 2004, 170 mil pescadores que são beneficiados com o benefício do Seguro Defesa.

E estamos aí com o recurso, mais ou menos da ordem de R\$150 milhões de reais de investimento, que são recursos do FATI. O Programa de Fábrica de Gelo, que é um outro programa que desenvolvemos para fazer com que a cadeia produtiva, especialmente da pesca artesanal, e a construção de pequenas unidades de frigoríficos em beneficiamento de pescados.

Renovação do registro geral é um problema enorme que estamos resolvendo agora. Começamos no Estado do Amazonas. Trata-se de fazer o recadastramento de todos os pescadores do Brasil, porque temos hoje mais ou menos em torno de 25%, Senador Simon, de pescadores que têm carteira de pescador e não são pescadores, é o falso pescador. Com este recadastramento vamos fazer esse trabalho em mais de mil municípios, a estrutura nossa vai fazer o recadastramento como estão fazendo no Amazonas. São três barcos indo para as comunidades, fazendo o recadastramento de todos os pescadores e há também pescadores que não têm carteira, especialmente quando é mulher pescadora que está excluída do direito de ter a sua carteira de pescador.

Outra área que trabalhamos é para ordenamento e estatística, fazemos censo pesqueiro, estamos fazendo todo o levantamento da infra-estrutura de embarcações, pescarias, pesca e produção. Estamos

investindo R\$2 milhões e estamos fazendo também ações de normatização e ordenamento de espécies. Hoje temos quotas de atuns, sardinha. Há ordenamento do pargo, da piramutaba, do polvo, do caranguejo, do peixe-sapo, da lagosta, da tainha e da isca viva. A isca viva é usada para pesca do atum. Estamos fazendo todo um trabalho em conjunto com os órgãos estaduais e em conjunto com o Ibama para poder fazer com essa parceria a questão de ordenamento das espécies, porque senão a gente acaba com o tempo não tendo mais estoques para pesca.

Um outro programa que estamos desenvolvendo é um monitoramento da frota pesqueira, todos os barcos estrangeiros arrendados, contratados pelo Brasil já são controlados por satélite, e vamos incluir todos os barcos de pesca oceânica, barcos de acima de 16 metros, para fazer também todo o monitoramento por satélite em todo o litoral brasileiro. Isso em parceria com a Marinha e também com a Aeronáutica. Aí vem a questão da aquicultura, que é um programa nacional de parques aquícolas, foi criado por um decreto do Presidente Lula, sugerido por nós, que faz o aproveitamento das águas públicas da União para atividade de cultivo. E fizemos uma regulamentação através de uma instrução normativa conjunta entre eu e a Ministra Marina Silva, que permite a utilização de 1% dos espelhos de água represados para a produção de peixe. Isto é a capacidade de suporte mínimo que a gente chama que não tem nenhum tipo de problema com relação às questões ambientais. E estamos trabalhando neste projeto com áreas específicas e prioritárias, sendo que as barragens Sobradinho, Furnas, Três Marias, Itaipu, Serra da Mesa e Tucuruí são os primeiros grandes projetos que estamos desenvolvendo nesta visão do aproveitamento desses parques aquícolas das barragens. O potencial a curto prazo é de 1 milhão de toneladas. E se se aproveitar todas as barragens do Brasil, poderemos chegar a produzir 10 milhões de toneladas só de peixe em tanque e rede. Isso corresponde mais ou menos à produção do segundo maior produtor de pescado do mundo, que é o Peru.

Aqui estão mais ou menos os desenhos desses projetos pilotos. Agora começa a desdobrar em várias regiões, com parcerias com as universidades, com órgãos estaduais, com empresas, associações, cooperativas, colônias de pescadores, desenvolvendo em outras regiões do Brasil. O projeto inicial foi na verdade esse desses grandes lagos do Brasil, para produção do peixe em tanque e rede. E as espécies são as mais variadas, seja as nativas como também as espécies exóticas, especialmente na região do Nordeste com o uso da tilápia como o carro chefe desse projeto.

Na carcinicultura, que é um outro assunto, a produção do camarão é um assunto muito importante para o Brasil, porque estamos crescendo muito em termos de produção, apesar de termos sofrido uma ação de *dumping* dos Estados Unidos, que prejudicou a nossa produção, agora retoma porque a gente abriu o mercado Europeu, muito importante, a busca de novos mercados, a política de agregação de valores está sendo feita junto com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior. A Siap abriu espaços também na exportação para a Europa com ações que fizemos em conjunto com as entidades. Temos uma rede de pesquisa toda voltada para a idéia de consolidar no Nordeste um centro da Embrapa na questão da carcinicultura. Há ações conjuntas. Temos atuado na área do zoneamento das áreas prioritárias. Temos um programa concreto que é o enfrentamento da doença da mancha branca que apareceu pela primeira vez no Brasil, em Santa Catarina. Ações conjuntas do Ministério da Agricultura para podermos enfrentar e dizimar essa problemática que é uma situação grave se ela se estender a outras regiões do Brasil, é a criação do Centro de Cassinocultura, em conjunto com a Embrapa, que é um trabalho que está sendo feito já desde o começo e que começa a ter alguns resultados importantes.

Nós também trabalhamos com espécies nativas. É um outro projeto importante porque hoje, por exemplo, o pirarucu, o pintado, o surubim, o pacu, o matrinxã e o tambaqui são peixes que têm procura em termos de mercado nacional e também mercado internacional. Então estamos desenvolvendo, eu diria, quatro grandes projetos: um é o Projeto Pirarucu, que é um trabalho que estamos fazendo no Amazonas e no Nordeste para dominar a reprodução do pirarucu, que é o único peixe não reproduzido em laboratório, em termos de indução, na reprodução induzida; desenvolvimento do projeto de piscicultura dos peixes do Pantanal, os peixes nativos amazônicos, e estamos desenvolvendo também, já aqui, no Brasil, começando a dar os primeiros passos, a piscicultura marinha, produzindo peixe em tanques-rede marinhos de uma espécie nativa, brasileira, do litoral brasileiro, chamado bijupirá; ele já é reproduzido e dominada a sua reprodução em laboratório.

Na área da maricultura, é uma outra área que estamos trabalhando muito, é o incentivo à produção de ostras, mexilhões e vieiras, e temos um projeto em conjunto com a FAO, que começa agora a dar os seus passos, que é a produção de algas no Nordeste com recursos da ordem de R\$15 milhões nos quatro anos. E basicamente a produção de algas vai envolver a participação das mulheres pescadoras.

Dentro desse programa todo é a implantação dos planos locais de desenvolvimento da maricultura que, num primeiro momento, responde em 64 Municípios do litoral brasileiro onde tem maricultura. Então estamos organizando tudo isso para, depois, dar o segundo passo que é a ampliação e a extensão das atividades de produção.

A Senadora Ana Júlia também está participando aqui e muito atenta às questões da pesca por conta do Estado.

Outro programa que desenvolvemos é a inclusão digital, que tem o objetivo de capacitar os pescadores para o uso de equipamentos mais sofisticados, em termos de poder ler uma carta náutica, de usar aparelhos que sejam da área da eletrônica e também, ao mesmo tempo, incluir filhos e filhas de pescadores na atividade que envolve também essa questão da inclusão digital, então centros de inclusão e o programa de enfrentamento do analfabetismo. 48% dos pescadores artesanais brasileiros são analfabetos, e isso é uma situação muito grave. Então estamos atuando em conjuntos com vários órgãos, com várias entidades e com o Ministério da Educação.

Outro programa que estamos desenvolvendo – e já foi aprovado inclusive com a participação do Congresso – é a Lei Pró-Frota Pesqueira, que tem recursos. Pela primeira vez, os recursos do Fundo da Marinha Mercante serão utilizados na ordem R\$1,5 bilhão, também com a ampliação da participação do Fundo Constitucional Norte e Nordeste, que entra também nesse investimento, e acredito que, a partir do final do mês de junho, nós já tenhamos a condição de começar os primeiros financiamentos. Quer dizer, com uma dificuldade muito grande para fazer com esse processo pudesse andar, e agora tivemos uma palavra praticamente final de que efetivamente o financiamento vai acontecer, e tem uma demanda já hoje grande de construção de barcos, que são barcos com capacidade de 150 a 200 toneladas cada um, que são barcos de grande porte, barcos a serem financiados com custos de R\$5 milhões, R\$6 milhões, R\$7 milhões por barco. Então é a política de substituição dos barcos estrangeiros arrendados para a construção da nossa política. Então desenvolver a indústria pesqueira nacional, a captura de espécies que não são capturadas, ocupar a nossa zona econômica exclusiva como território nacional, a soberania nacional e garantir as nossas quotas internacionais de pescado, porque temos quotas a cumprir, porque senão, com o tempo, podemos perder essas quotas e entregá-las para outros países porque não fazemos a captura daquilo que podemos fazer.

Além disso, desenvolvemos toda a política de crédito. Hoje nós temos o programa do Banco do Bra-

sil, agricultura e pesca, que são mais de 16 programas específicos de financiamento da atividade da pesca, aquicultura e piscicultura, tem R\$300 milhões do Banco do Brasil; do Banco do Nordeste nós temos mais R\$300 milhões distribuídos em três grandes programas do financiamento da pesca artesanal, da aquicultura e da pesca industrial; do Banco da Amazônia também temos R\$150 milhões garantidos para financiar também pesca artesanal, agricultura e pesca industrial, e, além disso, ainda temos os programas voltados ao Fundo Constitucional Centro-Oeste que financia a pesca artesanal e a agricultura, quer dizer que são os Estados que envolvem o Centro-Oeste, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, são R\$70 milhões. Então, esse é o volume de recursos que temos hoje para financiar a atividade de produção de pescado no Brasil. Além disso, nós desenvolvemos um grande programa de extensão pesqueira e aquícola que é objetivo de dar assistência técnica, transferir tecnologia, são R\$7 milhões que estão sendo investidos este ano em parceria com a Secretaria Especial de Agricultura e Pesca e Ministério do Desenvolvimento Agrário e também entidades e organizações não governamentais que estão habilitadas para fazer extensão e assistência técnica. O objetivo é difusão de tecnologia, acessar o crédito e organizar a cadeia produtiva, através do estímulo a cooperativas, associações, quer dizer, esse processo de organização.

Na área de pesquisa, é uma área em que também atuamos porque temos parcerias com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com a Embrapa e com universidades. Temos 39 projetos sendo desenvolvidos de investimento em pesquisa, isso envolvendo o Ministério de Ciência e Tecnologia e pesquisadores de universidades, de organizações governamentais, técnicos e pesquisador nos Estados. São 4 milhões para projetos em pesquisa, por exemplo, Embrapa/Pantanal, Pirarucu/Nordeste, couro de tilápia, melhoramento genético de tilápia e outras espécies. E estamos desenvolvendo todo um trabalho para ter um navio de pesquisa para fazer o estudo e conhecimento da nossa existência de pesca na zona econômica exclusiva do Brasil. Então, as 200 milhas. Este navio pesquisa teve um edital que não teve nenhum pretendente e estamos fazendo uma modificação porque era um contrato de um ano e ninguém se habilitava a entrar com um grande projeto desse com um navio de pesquisa e escola ao mesmo tempo para apenas um contrato de um ano. Então, estamos fazendo uma modificação para fazermos um programa de, no mínimo, financiar e contratar esse navio de pesquisa por 4 ou 5 anos, período em que teremos dois barcos de pesquisas do Governo brasileiro, um, de atividade de vida marítima, e outro, para

atividade mineral marítima no litoral brasileiro. Durante esse tempo, teremos os nossos barcos de pesquisa aliados com os barcos de pesquisa que as universidades têm que serão parceiros em fazer essa pesquisa a nível nacional.

O outro projeto que se desenvolve é terminais pesqueiros, e, nesse sentido, estamos investindo recursos significativos em parceria com os Estados. Hoje, praticamente, estamos viabilizando terminal pesqueiro do Rio de Janeiro, terminal pesqueiro de Santos que já foi recuperado e já está em operação, o terminal de Cananéia, de Laguna, também já está em operação, o terminal de Cabedelo já tem uma parte concretada do cais, Manaus está definindo a área, Belém já tem uma área mais ou menos definida, Vitória e Natal que são os terminais pesqueiros que vamos consolidar para que tenhamos exatamente a estrutura de desembarque da pesca, vale para a pesca industrial como também para a pesca artesanal.

Outro programa é de recifes artificiais. Esses recifes artificiais têm o objetivo de estimular ou impedir a pesca do arrasto, que é a pesca predatória no litoral brasileiro, especialmente nas enseadas. Estamos implantando com recurso do ano passado, concluindo agora, 2.600 recifes artificiais, são R\$3 milhões investidos no ano passado e, para este ano, tem mais R\$5 milhões previstos para implantar recifes artificiais.

Aqui, no desenho, a foto mostra apenas um exemplo daquilo que foi feito lá em Paraty e em Angra dos Reis. São 9 Estados do litoral brasileiro onde estão sendo implantados esses recifes artificiais.

Na área da comercialização, o trabalho que fizemos muito forte em parceria com a (*inaudível*), do Ministério de Comércio Exterior, comissões internacionais, e temos levado nosso produto de pescado para outros países, não só o camarão, a tilápia, hoje, tem os peixes nativos brasileiros que estão começando a ter mercado internacional. E é uma parceria que fizemos com a (*inaudível*), participando, inclusive, de eventos internacionais e muitas feiras, levando os empresários, as cooperativas, os frigoríficos que estão produzindo e processando já produtos de valor agregado. Além disso, a semana do peixe, que é o nosso carro-chefe, que fazemos em conjunto com a Abras, Associação Brasileira dos Supermercados. O resultado é espetacular, porque em muitos supermercados houve um aumento de 20 a 25% de vendas de pescado. Em muitos supermercados triplicaram as áreas de espaço de venda do pescado brasileiro. Hoje vemos vendas e promoções, em muitos lugares, de venda do peixe. Assim, a Abras é um parceiro importante nosso nessa área.

Lançamos agora um programa com a Conab de construção, de instalação de feiras de peixe, a chamada



feira do peixe. Serão 1200 feiras do peixe distribuídas para cooperativas, para associações de piscicultores e colônias de pescadores, para estimular a venda direta daquilo que eles produzem para o consumidor. Essas feiras são montadas de manhã e desmontadas de tarde. Elas podem ser instaladas em vários lugares diferentes, numa mesma cidade, durante a semana, para estimular a comercialização direta, para valorizar, dar ganho e maior retorno para as comunidades pesqueiras. Isso porque hoje essas comunidades estão refém praticamente dos atravessadores.

Assim, a feira tem o objetivo de estimular a organização e estimular também uma nova cadeia produtiva, estimular a organização da cadeia produtiva.

Temos um programa de alimento seguro e também trabalhamos muito com a questão da qualidade, com a questão da certificação na comercialização. A questão da qualidade do pescado é um problema sério.

Temos também uma articulação internacional importante. Quando a Secretaria foi criada não havia essa visão por parte do Governo. Isso foi passado para nós através do Itamaraty, do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente que atuava nessas áreas, através do Ministério da Marinha, da Capitania dos Portos, das universidades. Assim, essas são áreas onde atuamos. Na OMC temos uma pendência importante para o Brasil. Com o fim dos subsídios na área de pesca, ou seja, os países desenvolvidos estabeleceram que não haverá mais subsídios na área de pesca. Nós levantamos desde o primeiro ano, na FAO e na OMC, uma tese de que não poderíamos aceitar que o Brasil, Argentina ou outros países não desenvolvidos não tivessem políticas de incentivo para desenvolver sua estrutura industrial pesqueira, de pesca artesanal. Houve já a aceitação preliminar de um documento que já apresentamos no sentido de que os países não desenvolvidos e em desenvolvimento terão um tempo de moratória para desenvolver a sua estrutura industrial de pesca ou de captura de pesca oceânica. Já existe uma manifestação de muitos países no sentido de aprovar a posição do Brasil. Faremos essa defesa, no mês de julho, provavelmente na OMC. A definição será em setembro. Possivelmente teremos uma posição favorável com relação ao pleito do Brasil. Isso pode viabilizar vários outros projetos.

Nós participamos dos acordos internacionais da pesca do atum e afins. Participamos das reuniões e do comitê da FAO que envolve 150 países na área de pesca. Também na ONU, desenvolvemos ações, por exemplo, em conjunto com outras áreas do Governo, para ampliação da nossa zona econômica exclusiva. Hoje existe um projeto que já foi aceito pela ONU no sentido de que se possa ampliar mais 150 milhas na

Região Norte, no estuário do rio Amazonas, e mais 150 milhas na Região Sudeste-Sul; ou seja, acrescentando às nossas 200 milhas mais 150 milhas.

Com relação à nossa estrutura, ela é pequena. Temos uma subsecretaria, um secretário-adjunto. Meu gabinete atua na área da assessoria, relações públicas, imprensa. Há uma assessoria parlamentar e um conselho nacional de agricultura e pesca que funciona como um elemento de relação direta dos setores das atividades de pesca e agricultura com as ações do Governo. Temos uma subsecretaria de desenvolvimento que trabalha a área de pesca, agricultura e ordenamento, pesca industrial, pesca artesanal, agricultura continental e maricultura, registro, licenciamento e estatística. Temos uma outra subsecretaria de planejamento que atua na área internacional, assessoria internacional, infra-estrutura e logística – portos, estrutura portuária – pesquisa, crédito e comercialização. Temos vinte e sete escritórios estaduais, uma representação em cada Estado. Temos cinco gerências regionais para poder coordenar as ações em cada região. Total de servidores em Brasília: 142 servidores. O total de servidores nos Estados e a maioria dos servidores dos Estados são todos cedidos de outras áreas do Governo – Ministério da Agricultura, Ibama, Ministério do Meio Ambiente e outras áreas –, são 225, num total de 5 servidores, que são cinco gerentes regionais. O total da nossa estrutura de servidores da Secretaria é de 372 pessoas, no Brasil inteiro, desenvolvendo todas essas atividades que estamos fazendo na área da pesca. Para finalizar, tem dois assuntos que gostaria de dizer para vocês, que são problemáticos para nós porque são gargalos. Primeiro, conseguir ter um fluxo normal da visão da questão da sustentabilidade, do licenciamento ambiental, das atividades de maricultura e de piscicultura, de um esforço que fizemos junto com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ibama. Estamos conseguindo agora ter os resultados finais com a nossa resolução e o acordo. Está sendo feita toda atividade de licenciamento da piscicultura, a atividade de cultivo vai ser feita pelos órgãos estaduais, pois é impossível pensar que no Brasil consigamos, a nível nacional, aqui, em Brasília, fazer toda a atividade de licenciamento e de acompanhamento. Então, isso estamos conseguindo, é um gargalo ainda existente, não totalmente resolvido. E o outro gargalo é a questão do pró-frota. O Pró-Frota está fechando, a lei foi aprovada no primeiro ano, em 2003, e, até agora, não conseguimos fazer o Pró-Frota andar. Basicamente, as questões estão lá, na visão do Tesouro e da Fazenda, sobre a política de incentivos que se está fazendo para viabilizar o financiamento do Pró-Frota pesqueiro. No restante, nas outras áreas, não temos

nenhum tipo de problema, porque organizar a cadeia produtiva, financiar o produtor, financiar o frigorífico, com recursos, inclusive, alguma coisa que entramos, especialmente nas pequenas unidades de produção, isso anda com tranquilidade. Temos uma restrição muito forte com relação à questão orçamentária porque o contingenciamento foi feito como se fosse um corte horizontal, um corte vertical, e não estabeleceu o que a gente pudesse saber. Dentro das nossas áreas, o que a gente pode deixar, nessa área de contingenciamento, para não permitir que o principal deixe de andar. Então, temos um problema hoje com relação à questão da execução orçamentária para que a gente consiga fazer com que as nossas políticas todas andem, mas, eu diria, conseguimos criar no Brasil todo um conceito fundamental de que a pesca e a aquicultura são importantes para o Brasil, são geradoras de emprego, são geradoras de trabalho, são geradoras de economia, é uma política de desenvolvimento, porém, com a visão da sustentabilidade. Isso a gente tem trabalhado muito. Gostaria de, mais uma vez, dizer que fico muito feliz de poder estar aqui nesta Comissão do Senado, que trata das questões da agricultura, que trata da questão da produção e do agronegócio, e estarmos incluídos nesse debate nacional. Hoje, estou conseguindo fazer aquilo que a gente tinha sonhado, apesar de toda a restrição, mas se a gente tem boa vontade e iniciativa, evidentemente, os recursos, mesmo que pequenos, transformam-se em grandes coisas. Eu, que fui prefeito junto com o Pavan, quando era prefeito de Balneário de Camboriú eu fui prefeito de Chapecó, dizer que quantas e quantas coisas a gente consegue fazer às vezes com pouco recurso. Tenho um conceito muito claro no Brasil. Na área da pesca, na área da Sudepe... Quem lembra do tempo da Sudepe? Tinha muito dinheiro, só que o resultado desse muito dinheiro, na verdade, acabou quase se transformando em resultados sem significado. Então, o que trabalhamos? Trabalhamos a organização da cadeia produtiva e a organização da cadeia produtiva tem uma parceria, que é a parceria do Governo Federal, a parceria do governo do estado, mas a parceria principal tem de ser com o setor produtivo, porque senão é dinheiro do Governo Federal, dinheiro dos governos estaduais, que vai ser para fazer um frigorífico em determinado lugar e a gente encontra unidades de processamento abandonadas pelo Brasil afora com o dinheiro gasto do Governo Federal e que nunca deu resultados. A nossa lógica toda é organizar o setor. Tenho isso muito claro, venho de uma região onde isso foi necessário fazer. Na área do frango, na área do leite, na área de outros produtos, fizemos isso há trinta anos, que é a nossa região de Santa Catarina, que conheço muito bem, que o Pavan

e a Ideli, nossa Senadora, também conhecem muito bem. Então, essa é a lógica que estamos trabalhando na área do desenvolvimento, porque não entendo que a atividade de pesca, que a atividade de aquicultura possa ser uma atividade assistencial, porque se ela for uma entidade assistencial ela tem de ser reportada a outra área do Governo e não à área da Secretaria de Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca no Brasil. Então, Senador Sérgio Guerra, fico muito feliz de poder ter feito essa exposição e fico agora à vontade para responder e levantar os questionamentos iniciais do Senador Pavan, autor do requerimento e demais Senadores e Senadoras aqui presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Queria agradecer a palavra na exposição do Ministro Fritsch, dizer que consideramos a sua, pessoalmente fiquei bastante satisfeito com o que ouvi. É um programa complexo, amplo, equilibrado e imagino das dificuldades de construí-lo não deve ser fácil. São muitas frentes, um desafio imenso, uma potencialidade gigantesca, mas o fato de trabalhar de maneira organizada é uma boa decisão, concentrar a ação, planejar a ação, integrar essas ações na mesma área parece-me ser sensato.

Quero dizer o seguinte: para concluir, tenha certeza que sob o ponto de vista da constituição da agricultura do Senado, agricultura, reforma agrária e pesca também do Senado essa questão vai ser valorizada, acho que ela tem que tomar no Brasil a dimensão que merece e tenho certeza de que com o seu trabalho e a colaboração de muitos, sua intenção vai ser bem sucedida.

Com a palavra o Senador Pavan, autor de requerimento de convite.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sérgio Guerra, vice-Presidente Flávio, meu amigo Ministro e ex-Secretário José Fritsch, é com enorme prazer que nós o estamos recebendo nesta Comissão. Dizer que para mim foi orgulho poder assinar o requerimento para que V. Ex<sup>a</sup> pela 1ª vez estivesse aqui no Senado para falar do seu trabalho.

V. Ex<sup>a</sup> sempre foi transparente em suas ações, demonstrando hoje na apresentação, é a primeira vez que vejo um Ministro, quando chega a ser convocado aqui pelo Senado, coloca quantos funcionários tem no seu gabinete, na sua pasta. Mostra a transparência do seu trabalho. Fomos colegas há muito tempo, Deputado Federal juntos, fomos prefeitos e somos amigos da região oeste de Santa Catarina, apesar de eu ser Prefeito do Litoral norte e V. Ex<sup>a</sup> de Chapecó, no oeste. Sua competência nessa pasta tem sido reconhecida em todos os cantos do nosso Brasil. Porém, quero dizer, Ministro, que nós, como Senadores, temos re-

cebido inúmeras recomendações, pedidos por parte dos pescadores do Brasil inteiro, especialmente dos pescadores de Santa Catarina, dos pescadores artesanais. Fiz aqui um apanhado e vou ler sobre alguns assuntos, se V. Ex<sup>a</sup> me permite.

São assuntos que interessam aos pescadores artesanais de todo o Brasil.

A diminuição gradativa dos cardumes de sardinha e camarão levou as autoridades ambientais do Governo Federal a estabelecer um período de defesa para essas espécies na época de reprodução – estou um pouco rouco há 3, 4 dias.

Nada mais natural para se preservar recursos de que dependem milhares de pescadores em todo o País, mas a determinação do Governo Federal para preservar os cardumes acabou prejudicando centenas de famílias que vivem da pesca, no litoral de Santa Catarina, porque não foi realizado um estudo de impacto social ou a necessidade de criar mecanismos de exceção para a concessão do seguro desemprego.

Estou aqui relatando, Sr. Ministro, os dados que recebi. V. Ex<sup>a</sup> terá certamente dados para responder.

O problema, Ministro, é que o auxílio financeiro que os pescadores devem receber no período de defeso, simplesmente, não é pago. No período de defeso, cerca de 50 mil pescadores artesanais de Santa Catarina são, ao mesmo tempo, beneficiados pelo defeso, na medida em que essa estratégia garante futuros cardumes, e prejudicados porque não recebem o seguro-desemprego. Resumindo, são beneficiados no defeso até por que futuramente terão um cardume maior. Porém, prejudicados por que não recebem o seguro-desemprego.

Hoje, termina a época do defeso da sardinha e do camarão, segundo informações de vários pescadores que nos mandaram *e-mails* e telefonaram. No entanto, até agora os pescadores não receberam o seguro-desemprego. Ficaram três meses sem trabalhar e não receberam o seguro-desemprego.

Há uma promessa de que o primeiro pagamento seja feito no dia 10, justamente depois da pesca ser liberada. A minha assessoria do gabinete conversou com diversos pescadores que reclamaram estarem em desespero. Muitos viveram esse período em solidariedade. Quem tinha um pouquinho dividia com quem não tinha. Os sindicatos distribuíram cestas básicas para os pescadores, segundo os presidentes dos sindicatos. Mas isso não pagou a luz, a água e o gás. Muitas famílias, Sr. Ministro, disseram que sem gás tiveram que fazer fogo com lenha. Esses foram relatos inúmeros que recebemos.

Isso acontece, segundo eles, por uma questão técnica que já poderia ser resolvida. Para receber o

seguro-desemprego, o pescador tem que comprovar ter trabalhado pelo menos seis meses durante os últimos dois anos.

O problema é que, segundo os pescadores, o Ibama determinou dois períodos de defeso por ano para a sardinha. Um, na reprodução durante o verão, e outro no inverno, quando os cardumes se juntam. O primeiro período de defeso da sardinha foi em dezembro de 2003 a março de 2004. No mesmo ano houve outro defeso, entre os meses de julho a setembro, e depois de novembro a 01 de março de 2005. Somando os meses de defeso, no ano passado, temos sete meses, sobrando apenas cinco meses de trabalho para o pescador.

A maioria dos pescadores de sardinha não têm direito a um seguro-desemprego, e os que têm esse direito não receberam até agora. Essa é a conclusão dos fatos.

Hoje, também acaba o período de defeso do camarão e os pescadores artesanais também não receberam o seguro-desemprego. Pior ainda, segundo informaram os pescadores a nossa assessoria, que foram obrigados a furar, Sr. Presidente, o defeso para ter o que manter as suas famílias.

Em função disso, boa parte deles, Sr. Ministro, foi multada em R\$12 mil. Se um pescador artesanal conseguisse receber R\$12 mil por ano, não precisaria certamente do seguro-desemprego.

Apresentei à Mesa do Senado um projeto de lei, ontem, que determina, Sr. Ministro, o pagamento do seguro-desemprego aos pescadores no primeiro dia do defeso, pelo menos isso iria minimizar a situação. No caso, inicia o defeso, dá-se quinze dias, no caso para pagar a primeira parcela. Inclusive fui assessorado aqui pelo João Lidino, que é o Secretário Regional em Itajaí, que é uma região onde existem muitos pescadores. Os sindicatos, ministro, também informaram que o defeso prejudica a contagem de tempo para aposentadoria do pescador, porque esse tempo não conta como trabalhado. Existem casos de pescadores com setenta anos que não puderam se aposentar. Não conta para a aposentadoria a periculosidade e a insalubridade do trabalho no mar, segundo eles não conta. Outro caso em que houve várias reclamações é o empréstimo do Pronaf aos pescadores artesanais, por exemplo, no Banco do Brasil em Itajaí existe o dinheiro, V. Ex<sup>a</sup> colocou aqui que existe dinheiro de uma linha de financiamento para os pescadores. Existe. Um deles foi buscar R\$ 35 mil emprestados, para construir um barco pesqueiro, desses pequenos barcos, que chegam aí a um quilômetro da costa, pois, pasme, Sr. Ministro, o banco pediu um imóvel de garantia de R\$ 350 mil. Bom, se o pescador, o coitado do pescador

artesanal... Ele realmente ficou sem palavras. R\$ 35 mil! E o banco pede um aval, pede uma garantia de R\$ 350 mil. Se ele tivesse esse dinheiro, certamente iria comprar uma traineira, um desses grandes barcos, para poder sustentar a sua família e até exportar.

Queria aproveitar, Ministro, essa audiência pública para sugerir ao nobre amigo, com base em estudos da Univale, soluções para essa questão. A Univale, que V. Ex<sup>a</sup> conhece tão bem, é uma das maiores universidades do sul do Brasil, coloca-se à disposição para estudarmos, podemos marcar uma audiência, para que mudança no período do defeso e maior envolvimento político nessas questões. Ela quer, justamente os vários setores da pesca e da universidade, gostariam de ter essa audiência, para que pudéssemos estudar. V. Ex<sup>a</sup> sempre se colocou à disposição e não seria agora que não iria se colocar.

É primordial que se reveja todo o processo de ordenamento da pescaria da sardinha. Por isso essa audiência. Todos sabemos que a sardinha é quem sustenta grande parte dos nossos pescadores em Santa Catarina. Especialmente com relação ao período do defeso, que se encontra posicionado de forma inadequada. Essa afirmação é dos pesquisadores da Univale que alertam ainda para a tomada de medidas urgentes e inadiáveis, que possibilite a recuperação do estoque. Estou com a voz rouca aqui. É complicado para falar. Vou fazer um esforço, Sr. Presidente.

Os órgãos responsáveis pela pesca em nosso País, como o Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Agricultura e Pesca, subsidiados pelas informações científicas, podem implementar medidas para o ordenamento adequado e recuperação da maior pescaria brasileira, pela formação de um comitê permanente de gestão para a sardinha, apoiada por um comitê científico que faria as recomendações necessárias para o desenvolvimento sustentável da atividade. E que possamos, Sr. Ministro, marcar – já falei – uma audiência lá na Univale, com todos os pescadores e, se possível, com alguns Parlamentares desta Comissão – se assim tiverem interesse – e, com certeza, nós iríamos resolver, em parte, os problemas da sofrida categoria que tanto engrandece Santa Catarina e o Brasil.

Sr. Ministro, Sr. Presidente, eu fiz, aqui, um resumo e tentando me esforçar ao máximo para colocar o pensamento dos pescadores, para que o nosso Ministro que já conhece esse problema em grande parte, possa atendê-los e resolver aquilo que aqui foi levantado não apenas por mim mas pela minha Assessoria, pela Secretaria Regional de Itajaí e pela grande parte do Sindicato de Pescadores de Santa Catarina.

Termo, aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, enaltecendo os trabalhos que V. Ex<sup>a</sup> desenvolve, aqui, na Comissão, bem como o trabalho que é desenvolvido pelo meu amigo José Fritsch, o nosso Ministro, o Ministro de Santa Catarina. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Vou pedir ao Dr. José Fritsch para que responda às ponderações do Senador Leonel Pavan.

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – Gostaria, primeiro, de cumprimentar o Senador Leonel Pavan pela iniciativa de ter sugerido o Requerimento e feito a solicitação. Na verdade, o Senador Leonel Pavan traz uma série de questões que são da nossa responsabilidade e que não são da nossa responsabilidade mas vou colocar um pouco o que nós estamos fazendo. Por exemplo: a área de ordenamento é do Ibama – não é nosso. Esta foi uma falha que eu diria que, na hora de fazer a concepção – inclusive o Senador Roberto Freire, à época, tinha inclusive sugerido que na aprovação da Medida Provisória, a área de ordenamento viesse para a Secretaria. E acho que é uma coisa que precisamos resolver com o tempo porque nós somos da área de desenvolvimento e não atuamos na área de ordenamento porque não é da nossa competência. Por exemplo: todas as questões de defeso são definidas pelo Ibama. O que nós fazemos? Nós trabalhamos para que o setor esteja presente nos Comitês para podermos definir melhor as questões, por exemplo, com relação à sardinha. A definição de nós termos dois defesos na sardinha é uma reivindicação do setor e dos comitês científicos já apresentados há muito tempo. E o que nós tivemos como resultado? No primeiro ano, eu decidi: nós vamos trabalhar juntos com o Ibama para convencer o Ibama de que deveríamos ter dois períodos de defesa da sardinha que iria recuperar a capacidade produtiva. Pois bem. No segundo ano, nós saímos da condição de 25 mil toneladas para 40 mil toneladas de produção da sardinha – em um ano – e acredito que, com esse resultado, nós teremos, cada vez mais, a recuperação dos estoques, se nós continuarmos sendo sérios e firmes como nós estamos sendo – como nós, não mas o Governo, como o setor está sendo.

Então, as manifestações que o Senador Leonel Pavan traz acho que tem um pouco na origem de quem não está contemplado ou na forma como vinha fazendo, anteriormente, em relação à questão da captura. Por exemplo: no ano passado, nós tivemos uma produção excepcional e acredito que neste ano nós teremos de novo e não foram em sete meses. Nós tivemos um período de defeso no final do ano e no começo do ano e introduzimos um período de defeso no mês de junho



que foi um mês de período de defeso que era exatamente na análise feita pelas universidades.

Sr. Senador, eu quero receber o caso concreto do Banco do Brasil porque, quando tem essas coisas, há uma equipe minha na área de crédito que vai lá no Superintendente do Banco do Brasil, no Gerente do Banco do Brasil, para saber qual é o problema porque, muitas vezes, tem situações assim: tem pessoas que estão inadimplentes – ou por outras razões da vida – e acabam indo para o banco e não conseguem. Daí, encontram o Senador, encontram o Deputado e aquilo vira até uma carta anônima para servir como instrumento... e às vezes...

Então, eu quero só receber isso porque vou chegar **in loco** porque eu tenho essa responsabilidade. Se nós fizemos os acordos com o Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e agora vamos fazer também um acordo de crédito com o (*inaudível*), eu quero que os acordos de crédito lá na ponta de fato funcionem. Então nós trabalhamos assim. Fizemos isso já na área da lagosta, fizemos isso na área do camarão, fizemos isso na questão do pargo. Nós temos várias ações de organização da nossa participação através dos comitês científicos e o Senador... todas essas questões que o senhor levanta em relação à Univale, eu gostaria que a nossa assessoria pudesse destacar depois, eu destaco uma pessoa para poder lhe passar todas as informações da nossa participação como dos nossos pesquisadores, da Univale e do Ibama nos comitês científicos da sardinha, do atum, do polvo, do caranguejo, peixe-sapo, tainha e (*inaudível*) isca viva, que foram os dois últimos criados agora, onde a Univale, a Universidade Federal, a Universidade do Rio Grande, a Universidade do Paraná, inúmeras universidades participam desses comitês. Então, hoje todas as políticas que estão sendo definidas estão sendo definidas em conjunto, com uma diferença: pela primeira vez o setor produtivo nós estimulamos para organizar para estar presente para ajudar a definir, como foi, Ana Júlia sabe, a questão do pargo, o acordo do pargo, que num primeiro momento veio um acordo que foi derrubado a nível nacional pelo Ibama e nós reconstruímos e hoje a questão do pargo não passa a ser mais a exigência da exportação. Nós não vamos mais capturar pargo por conta de que os Estados Unidos exigem o peixe que seja o peixe-prato, porque o peixe-prato, pargo do tamanho peixe-prato não terá passado por nenhum ciclo reprodutivo. E se a gente quiser fazer ordenamento pesqueiro, o peixe tem que ter no mínimo três ciclos reprodutivos para depois ser capturado e ir para...

Então, esta é a lógica, isso é científico, isso é estudo. Com a lagosta (*inaudível*.)

Quer dizer, hoje nós fizemos um acordo em Santa Catarina e envolve também uma parte do Rio Grande e agora também alguma parte do Paraná que é o acordo da tainha. Nós fizemos um acordo que não precisou de nenhuma instrução normativa, não precisou de nenhuma lei e fizemos um acordo com o setor da pesca industrial atuneira com os pescadores artesanais e se estabeleceu lá na nossa região – sabem bem agora o que está acontecendo – para a captura da tainha, que a tainha ficou hoje uma captura exclusiva nas enseadas dos pescadores artesanais. O resultado de quê? Não precisou nenhuma regra, nenhuma lei e nenhuma instrução normativa pra fazer isso. E o que é que nós trabalhamos? É a organização do setor e fazer negociação. Acho que é desta forma que a gente vai conseguir andar.

E me coloco à disposição, Senador, para repassar para sua assessoria e para o senhor pessoalmente todos os trabalhos que nós estamos fazendo com questão científica envolvendo as universidades. Aliás, a Universidade de Itajaí, a Univale, é a universidade que tem o maior volume de recursos de convênios da Secretaria da Pesca em relação às outras universidades do Brasil, porque ela já tinha toda uma tradição especialmente na questão da pesca atuneira que a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Univale que eram as duas universidades e um pouco a Universidade do Rio Grande, que faziam esta articulação e fazem, e nós continuamos isso com muita seriedade porque nós entendemos que é desta forma que podemos trabalhar.

Então, Senador, estou totalmente à disposição para poder... eu já tive várias reuniões lá na Univale e na hora que o senhor marcar e vou ver dentro da minha agenda podemos fazer uma reunião ou mesmo quando vier para Brasília, estou totalmente aberto para fazer esse debate com o senhor e com os pescadores.

Agora tem uma situação concreta: a área da pesca artesanal hoje – defeso – 25% médio dos que recebem defeso não são pescadores por conta da existência do falso pescador. Legislação mal arrumada, mal feita acabou, na verdade, permitindo que alguém assine por alguém dizendo que é pescador e ele nunca foi pescador. Ele consegue a sua carteira, ele conseguiu o defeso e ainda consegue o financiamento da área da pesca porque ele tem uma carteira de pescador.

Então o que é que nós fizemos? O cuidado que a gente tem agora – e isso tem causado exatamente alguns descontentamentos inclusive com as entidades também porque tem às vezes nesse caso presidentes de colônias de pescadores, membros de diretorias que acabam facilitando coisas que não poderiam. Então o que é que a gente está fazendo? Cruzamento com o

Ministério do Trabalho em cruzamento com as nossas informações, da pesca com o FAT. Estamos fazendo a exclusão de quem é funcionário público e está pedindo seguro-defeso.

O que está acontecendo? Pessoas que tradicionalmente recebia... Eu vi. Fui fazer uma reunião lá na Barra do Sul, por esses dias, onde encontrei alguém dizendo: esses, esses e esses conseguiram um financiamento do Pronaf Pesca do Banco do Brasil e não são pescadores. A pessoa trouxe para mim, na hora. Quer dizer, essa é a realidade. Então, o que estamos fazendo? Cruzando informações.

Uma boa parte das pessoas que recebiam seguro e defesa, por exemplo, do camarão em Santa Catarina, e não no Sudeste e Sul, não recebem, porque recebiam indevidamente.

É um trabalho de moralização. Por isso, todo o cadastramento que vamos fazer até o final do ano tem o objetivo de não ter mais possibilidade de fazer carteira falsa, inclusive a carteira vai ser emitida por papel, não é da Casa da Moeda, porque, hoje, consegue-se fazer a falsificação de uma gráfica. Infelizmente, as coisas são assim.

Portanto, vamos fazer o cadastramento com cruzamentos com todas as informações do Ministério do Trabalho, com todas as informações de quem já recebeu seguro-defeso, seguro-desemprego em outra área. Então o cruzamento de quem é funcionário público federal, estadual ou de qualquer área, de não receber carteira de pescador. Esse é o trabalho que está sendo feito agora, e, com isso, com certeza, vamos ter um resultado muito positivo, porque, só na área do defeso, temos um desvio, por conta de falsos pescadores, recebendo o defeso, da ordem de R\$ 24 milhões a R\$ 30 milhões por ano. Esse é o prejuízo do FAT, por quem paga o seguro-defeso é o FAT.

Vamos continuar com a política de defeso, Senador, porque acho que ela recupera o tempo fundamental. São os estoques, porque, recuperando os estoques, vamos ter peixe para o pescador, vamos ter muito mais quantidade do que temos hoje.

Essa política de defeso não é nossa. Essa política de defeso tem dez anos ou mais que foi implantada, porém foi implantada de uma forma em que houvesse maiores estudos de ordenamento para poder saber o que se faz num determinado momento e o que se faz em outro determinado momento.

Por exemplo, conseguimos criar uma lógica, que é a seguinte: não só o estudo científico da universidade, mas a informação que vem do mar. Agora, estamos tendo, por exemplo, períodos de reprodução que, às vezes, levam 15 dias, por conta das questões climáticas. São correntes frias, cada ano a natureza muda.

Então, não dá para dizer que, em todo ano, no dia 15 de tal mês, começa o defeso. Checa-se com a informação que vem do mar.

Assim, esse trabalho acho que é sério, profundo, porque tem a participação das universidades e dos pesquisadores, porém é um trabalho que causa alguns incômodos, porque pessoas que achavam que sempre podiam ter direito não tem, porque nunca tiveram e foi-lhe concedido o direito. Então, é uma lógica que, para os Parlamentares, isso acontece, porque vem as manifestações, vem as caracterizações desse tipo e, às vezes, não temos a informação suficiente para poder fazer esse enfrentamento. Eu estou fazendo isso com muita seriedade, porque acho que isso recuperará toda a nossa possibilidade de termos o que tínhamos no passado em termos de produção pesqueira.

Quer dizer, levamos a pesca industrial mais para alto-mar, deixando a costa brasileira mais para o pescador artesanal, para o pequeno pescador, e acho que isso que recupera a melhoria de condição de vida, porque vai aumentar a pesca. Aumentando a pesca, todos vão ganhar; todos nós, porque, aumentando a pesca, até o peixe vai ficar mais barato.

Essa é uma lógica toda que estamos fazendo.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Sr. Presidente, gostaria de fazer mais uma indagação para o Ministro: se houve erros no passado sobre o defeso, cabe a cada governo que está lá corrigir os erros, se vem do passado ou de outra época. De modo que gostaríamos que o Governo revisse e corrigisse esses possíveis erros na questão do defeso.

Outra: a questão que os pescadores estão reclamando. Quanto ao seguro-desemprego, eles fizeram um requerimento no Ministério do Trabalho e há um cruzamento. São pessoas que realmente estão legalizadas. Por isso, estamos entrando com um projeto de lei, para que seja pago, 15 dias após o início do defeso, a primeira parcela, para não correr...

**O SR. MINISTRO (José Fritsch)** – Acho que esqueci essa parte. Qual é o nosso projeto? É que o pescador receba, anualmente, em cartão eletrônico e automaticamente no momento em que lhe for concedido o benefício, ele vai à Caixa Econômica, ao Banco do Brasil ou aos Correios receber o seu seguro por meio da autorização que é dada magneticamente.

Por que não fizemos isso agora? Porque estaria dando cartão eletrônico para uma montoeira de gente que nada tem a ver com a pesca. Então, primeiro vamos fazer o cadastramento. Já queríamos ter feito isso, mas quando apareceu toda a realidade que fizemos de 20% a 25% de gente que não é da pesca e que tem carteira, estaríamos realizando essa fraude. Por isso, atrasamos a distribuição do cartão, mas o objetivo é

que, a cada ano, o pescador tenha o cartão e que ele receba, por emissão do banco, o seu seguro já no começo do (*inaudível*.)

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Agradeço a contribuição.

Quero apenas dizer que estamos elaborando a lei justamente para garantir que isso possa ocorrer. A intenção do Ministro fazendo é a melhor possível: a lei para garantir.

Para finalizar, daqui a pouco vou lhe dar o nome da pessoa que foi ao Banco do Brasil buscar o empréstimo de R\$ 35 mil para quem o banco exigiu uma garantia de R\$ 350 mil.

Cumprimento a assessoria de V. Ex<sup>a</sup>. Como é a primeira etapa do ano, sempre há dificuldades. Há pouco fiz a V. Ex<sup>a</sup> a reclamação de que tentei falar com o Ministro diversas vezes e que não havido conseguido. Falava com alguém da sua assessoria que dizia que iria retornar, e até hoje a ligação não foi retornada. Talvez, tivéssemos evitado essa conversa aqui hoje, mas é bom porque, assim, o Brasil todo pode ficar sabendo do trabalho de V. Ex<sup>a</sup> e também da preocupação desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida pelo Senador Sérgio Guerra.

Estou satisfeito. Muito obrigado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Ministro José Fritsch, Secretário Especial da Agricultura e Pesca, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cumprimento o Ministro pela brilhante exposição e, especialmente, pelo denodado trabalho e pelo esforço hercúleo em levar avante a sua tarefa frente à Secretaria.

Sei das dificuldades que V. Ex<sup>a</sup> enfrenta. Há pouco, antes da sua exposição, V. Ex<sup>a</sup> teve a oportunidade de ver que tudo passa pelo Ministro Palocci, tudo passa pelas dificuldades de recursos. Fiz um aparte aos brilhantes pronunciamentos dos Senadores Osmar Dias, Pedro Simon e Jonas Pinheiro e ia me referir à falta do dinheiro. Acho que estou com memória falha, mas assisti no noticiário que o superávit primário está em 7%. Dinheiro existe, mas precisamos ter competência para aplicá-lo naquilo que é necessário para atender às necessidades dos menos favorecidos.

Mas vamos à pesca, Ministro. V. Ex<sup>a</sup> tem sido incansável no acompanhamento em nível nacional. Já esteve várias vezes no Estado do Pará, que tenho a honra de representar no Senado Federal. Lamento dizer que, como em todos os setores do Governo, existem promessas e expectativas e as coisas não acontecem. Estamos há dois anos e meio de Governo e, lamentavelmente, nada de concreto aconteceu. No Pará, podemos citar 15 ou 20 exemplos de coisas que estão prometidas e que, concretamente, não acontecem. Eu

quero estar errado. Eu quero dizer no plenário e nas comissões: “Eu estou errado, porque sou brasileiro, sou paraense e quero que as coisas aconteçam”.

No caso específico da pesca, meu querido Senador Leonel Pavan, do Estado de Santa Catarina, o Estado do Pará é o maior produtor de pescado do Brasil. O querido Estado de Santa Catarina, do Senador Leonel Pavan, é o segundo produtor de pescado do Brasil. O Senador Leonel Pavan tem a honra de também representar o Estado do Pará, pois tem a churrascaria, que frequento bastante.

Sr. Ministro, o Pará é o maior produtor de pescado. Segundo informações, o Estado produz, aproximadamente, 700 mil toneladas por ano. E nós ainda não temos um terminal pesqueiro, Sr. Presidente. V. Ex<sup>a</sup> disse que há um terreno em vista. Não há mais, Sr. Ministro. O terreno que V. Ex<sup>a</sup> estava pretendendo, que era a área da Petrobras, já foi doado para a Prefeitura.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Posso informar ao Senador Flexa Ribeiro depois.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Senadora Ana Júlia Carepa, se V. Ex<sup>a</sup> me pedir um aparte, posso lhe ceder.

O Prefeito já informou que toda a área da Petrobras foi cedida à Prefeitura para que seja instalado o centro administrativo.

Existia um terminal pesqueiro, que, no nosso entendimento, não atendia às necessidades do setor, mas as remediava. Lamentavelmente, por questões políticas, o Governo Municipal passado, irresponsavelmente, deixou afundar o terminal pesqueiro, feito com recursos do povo. Foi R\$1,5 milhão para o fundo do rio. Esse valor, bem ou mal, atendia. Mas, por questões políticas menores, o Prefeito anterior deixou ir para o fundo e estamos sem nada agora. Estamos vivendo como no início do século: o pescado ainda vem para a pedra, para o Ver-o-Peso, sem nenhuma higiene. Não é possível se entender isso.

Nós somos eleitos para trabalharmos pela melhoria da qualidade de vida da sociedade e não para irmos contra a sociedade.

Faço-lhe um apelo: temos que ter um terminal pesqueiro para o Estado, que é o maior produtor de pesca do Brasil. Não é possível que isso não aconteça no Pará. O terminal pesqueiro não é nem prioridade um, mas é prioridade zero. Peço-lhe, por favor, que esqueça esse terreno da Petrobras, porque lá não será. Veremos se a Senadora Ana Júlia Carepa tem outra notícia para nos dar.

Segundo caso. O setor pesqueiro do Pará está, como vários outros setores produtivos, em grande dificuldade. A frota pesqueira está sucateada.

O Pró-Frota, Programa de Financiamento da Frota Pesqueira, anunciado por V. Ex<sup>a</sup> há bastante tempo, não foi regulamentado e não financiou um só barco pesqueiro.

O Governo passado, emergencialmente, admitiu que fossem fretados, por arrendamento, barcos internacionais para que fossem conquistadas cotas para se aumentar a participação do País na Comissão Internacional da Captura de Atum no Atlântico. Naquela ocasião, elevou-se a cota de exportação do Brasil de duas mil para quatro mil toneladas, por meio desses barcos fretados, como medida emergencial. Depois, esses barcos seriam então construídos aqui nos estaleiros e devolvidos os barcos afretados. Era uma política do Governo anterior. O Governo atual desestimulou o fretamento, criou o programa do Profrota, não o regulamentou, não financiou a construção dos barcos, e o que aconteceu? A pesca do atum caiu, vamos perder agora – o senhor deve ter conhecimento disso – essa ampliação de mercado que foi ganha no passado, vamos perder mercado internacional e vamos perder exportação na balança comercial, que é um dos programas do Governo. Então, um pedido que é feito também pelo setor de pesca do Pará é que seja regulamentado o programa do Profrota, para que as empresas possam acessar esse financiamento, possam modernizar suas embarcações e possam sair da situação crítica em que se encontram, para aumentar sua produtividade. Porque, além de estarem com a produtividade baixa em função dos barcos sucateados, estão, com a questão do dólar a R\$2,40, trabalhando no vermelho. Ou seja, vão entrar em insolvência, ou já estão em insolvência. Todo o setor pesqueiro – e o senhor conhece, o senhor esteve lá por diversas vezes, tem sido um parceiro e tem sido sensível ao sofrimento desse setor – lamentavelmente brigou por muito tempo, quando o setor de pesca estava afeto ao Ministério da Agricultura. Lamentavelmente, saiu do Ministério da Agricultura e entrou para o Ibama, que trabalha contra o Brasil – esse é um valor de juízo meu, tudo que é do Ibama é contra o Brasil. Quero registrar aqui o seguinte: o Senador Leonel Pavan fez o registro de que não recebeu uma resposta de seu gabinete, e quero dizer que isso é prática desse Governo.

Ainda ontem, fiz uma ligação para o Presidente do Ibama, Dr. Marcus Barros, e lamentavelmente ele não respondeu. Está havendo uma audiência pública lá em Almeirim, hoje no meu Estado. Deus queira que não haja conflito lá, porque, se houver, ele será responsabilizado por não ter respondido à ligação que fiz. Eu ia avisá-lo desse possível conflito que haveria nessa audiência pública, e ele não teve a gentileza de me responder. Portanto, conversou com o Senador Luiz

Otávio, assumiu um compromisso com S. Ex<sup>a</sup> e não o cumpriu e depois não retornou minha ligação, ou seja, isso é uma prática lamentável. Então, quero lhe dizer exatamente essa questão.

O outro problema a respeito do qual eu gostaria que o senhor ajudasse o Brasil e ajudasse o Pará é a regularização das licenças de pesca, que é pela sua Secretaria. Os barcos estão pescando no Pará irregularmente. Sua Secretaria no Pará não está renovando as licenças, e os barcos estão pescando com as licenças vencidas, porque também não podem parar – refiro-me às licenças de pesca de pargo, de piramutaba, de outras espécies. O Ibama, que é sedento por multa, está neste caso até correto, porque está multando os barcos que estão pescando com as licenças vencidas pela Secretaria, que não as renova. E a solicitação do setor produtivo é que sejam agilizadas essas renovações da Secretaria.

Por último, o senhor falou sobre a questão do defeso. O setor produtivo defende o defeso, porque quem vive da pesca não quer que a espécie seja dizimada, quer que seja renovada, tem que ter um tempo para que ela se reproduza. Então, defendemos. Agora, o próprio Ibama, lamentavelmente, quando chega para fazer o defeso, dá licença para os barcos pesqueiros do Ceará virem pescar na costa do Pará. Quando está em defeso a costa do Pará, o barco do Ceará vem pescar lagosta na costa do Pará, e eles sabem disso. Há denúncia para o Ibama e ele faz de conta que não vê que eles estão vindo pescar no Pará e saem como se fosse outro tipo de peixe e, lá dentro do caminhão, há lagosta. O defeso, o senhor tem razão, tem que ser orientado por uma pesquisa, que é importante. Lamentavelmente, Sr. Ministro, temos um navio de propriedade do Ibama – V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento disso – Sr. Presidente Sérgio Guerra, lamentavelmente temos o navio Almirante Paulo Moreira, um navio de pesquisa, ancorado há dois anos no porto de Belém, Senadores Teotônio Vilela e Senadora Ana Júlia Carepa, parado por falta de manutenção, por falta de peças. É um navio de pesquisa, que não pode sair ao mar para fazer pesquisa, porque não tem manutenção, não tem verba para custeio e o Ministro precisa dessa pesquisa para orientar a questão do defeso.

O navio pertence à CPNorte e está sob a orientação do Ibama.

Quanto a esses quatro itens, Sr. Ministro, faço um apelo à sua cidadania, ao seu trabalho...

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Senador Flexa Ribeiro, peço que conclua a sua pergunta.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – ...ao seu trabalho, a sua brasilidade, para que ajude o Brasil e o



Pará para resolvermos isso, para continuarmos sendo o primeiro Estado exportador de pesca no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE)  
– Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)  
– Obrigada, Senador Presidente Sérgio Guerra, demais Senadores, Ministro, companheiro e amigo José Fritsch, não me surpreende a sua exposição, porque conheço a sua dedicação e a sua competência com um número de funcionários extremamente pequeno – essa que é a verdade – para o Brasil. Sei disso, inclusive da dificuldade na região da pouca quantidade de funcionários.

Seria importante que a Oposição não tivesse tantas contradições. Eu, particularmente, sempre critiquei esse modelo de política econômica, sei que V. Exª também, mas a Oposição aplaude e depois reclama, acha que é bom, que é isso mesmo e depois reclama. Diz que não deve haver mais gasto, mas quando se contratam pessoas e funcionários fundamentais, reclama. Aquilo que eles aplaudem, eu critico, graças a Deus, que é essa parte da política economia que nós também criticamos. A não-liberação de recursos é ruim para o País. É por isso que estamos pressionando o centro da base do Governo para que altere isso, sim, porque precisa de liberação de recursos. Esse é um exemplo concreto, porque não é só no Pará. Em todo o Brasil, na verdade, a frota pesqueira é defasada, essa é a verdade. A frota pesqueira do País inteiro é defasada. Conheço a luta e a dedicação do Ministro e de outros para fazer o Modelfrota, mas o problema é esse embate com a equipe econômica que, infelizmente, é igual 80% dela da administração anterior.

Quero fazer um esclarecimento em relação ao terminal pesqueiro. Há oito dias estão sendo discutidos, dependem só de respostas, um entendimento com a Eletronorte para utilização da área que era o terminal da Eletronorte no Município de Belém. Isso demonstra que o fato de a Petrobrás ter recusado não quer dizer imediatamente já estar em negociação com a Eletronorte o diálogo para que possa ser feito lá na área da Eletronorte.

Em relação ao terminal pesqueiro, ainda bem que o Senador se engana muito, que não teve ou que não tem informações de que não foi a administração anterior que afundou nenhum terminal pesqueiro, Ministro, até porque a sociedade não pode receber uma informação que não é verdadeira. Existe um laudo técnico da Capitania dos Portos, e não é de hoje. Esse terminal pesqueiro afundou por ele mesmo, por não ter condições de se manter, por ter sido construído tecnicamente errado. Gastou-se dinheiro público de forma incorreta. E não fomos nós que fizemos o laudo. Foi a

Capitania dos Portos, não foi a Prefeitura. O terminal afundou porque não tinha condições de se manter nem de resfriar o peixe que lá fosse colocado. Ele era inservível para aquilo que foi construído.

Sr. Ministro, o terminal pesqueiro já está em negociação. Trata-se de uma questão da área da Eletronorte.

Mas também temos uma preocupação. Sei inclusive do crescimento desse programa e até de sua implantação no Estado do Pará. O programa de alfabetização cresceu muito em nossa região, como acredito que também na região Nordeste. O percentual de pescadores analfabetos era maior ainda. Portanto, parabéns V. Exª por colocar um programa tão importante quanto da educação.

Outro tema que gostaria de colocar: eu havia falado com o Presidente Sérgio Guerra, e tínhamos até pensado em chamar o Ministro para discutir o assunto, que consideramos importante. Estive representando esta Comissão na reunião do Parlamento Latino Americano, e o principal tema discutido, entre outros, era a aprovação de um marco normativo para a atividade pesqueira dos países que compõem o Parlamento Latino Americano. Já entramos em contato com a sua equipe no Ministério, mostrando a proposta. A reunião de que participamos já era a segunda em que se discutia o assunto. Já havia sido apresentada uma proposta, de um parlamentar do Chile, se não me engano, que ficou responsável pela matéria, e na próxima reunião já será aprovada. Portanto, a proposta está em fase de receber emendas e ajustes no que diz respeito ao que deve ser o marco normativo. É lógico que ainda não existe um país ou um estado latino americano, e o marco normativo não é uma lei, mas um indicativo importante.

Entre outras coisas, o marco normativo apresentado contém pontos importantes, e nós o estamos apresentando ao Ministério a fim de que este possa nos subsidiar no que é fundamental. Mas já percebemos que algumas coisas não fazem parte como proposta desse marco normativo. Apesar de ele falar, por exemplo, “o que é definição da jurisdição dos países sobre as águas marinhas”, determina: “os recursos bioaquáticos e hidrobiológicos existentes no mar territorial, nas águas marinhas interiores, nos rios, lagos, lagoas e canais naturais e artificiais constituem bens nacionais, e, conseqüentemente, sua administração, manejo e controle serão regulados pelo Estado”. Ou seja, tal definição considera como bens nacionais os recursos biológicos existentes no mar territorial em que o Estado possui jurisdição, mas omite algo que já existe em nossa Constituição e a que Vossa Excelên-

cia fez referência, que é o conceito de zona econômica exclusiva e plataforma continental.

Não sei se o Ministro pode nos responder, mas pelo menos já ficam aqui as demandas, pois é importante que possamos emendar e, se for o caso, até alterar, no sentido de aperfeiçoar esse marco normativo com situações já existentes na legislação de vários países, principalmente de um país tão importante, o mais importante da América Latina, que é o Brasil. Em especial, no que se refere a mar territorial, já que possui a maior área. E isso também não é só na Constituição. A própria Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar já fala sobre o assunto. Portanto, essa Convenção normativa deveria adequar-se a isso. Então, era mais essa ponderação, Ministro, que gostaríamos de fazer, e solicitar que façamos essa alteração, tendo em vista ajustarmos esse marco normativo à Convenção das Nações Unidas em relação ao mar, e principalmente também à nossa Constituição.

Vamos falar com o Ministro sobre outras questões com as quais estamos preocupados, até para que o Ministro possa responder depois para quem for representar a Comissão de Agricultura no Senado já leve proposta concreta. A proposta poderá ser enviada antes, porque devemos, inclusive, fazê-lo, para que já se possa defendê-la. Convém enviá-la não só para o Relator, mas para todos os países, e defender aquilo que é de interesse de todos os países, especialmente do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL) – Sr. Ministro, parabéns pela exposição de V. Ex<sup>a</sup>.

Seja bem-vindo a esta Casa. Sr. Ministro!

O baixo São Francisco, como é chamado o trecho do rio São Francisco a partir da jusante de Paulo Afonso, sofreu impacto ambiental, econômico e social de imensas proporções, com a construção das hidrelétricas do sistema Chesf.

De forma muito eloquente, o drama dos pescadores e dos agricultores do baixo São Francisco, uma vez que, represadas as águas nas várias represas e sobretudo nos grandes reservatórios, deixaram de existir as enchentes no rio. Ora, essas enchentes – vou falar rapidamente aqui para que se tenha uma compreensão – traziam esperança para o agricultor, pois fertilizavam as terras das margens do rio e também irrigavam essas terras, o que propiciava a agricultura, que fez com que o baixo São Francisco, durante muito tempo, fosse a região onde mais se produzia arroz de excelente produtividade e grande produtividade no Brasil.

Em relação à pesca, o represamento das águas resultou no total aniquilamento e extinção dos peixes,

porque algumas variedades precisavam da piracema para reproduzir, ou seja, tinham que nadar em direção à nascente do rio, e esse processo de reprodução foi aniquilado com a barragem. Ademais, outras variedades de peixes que se reproduziam nas lagoas formadas pelas enchentes, às margens do rio, também se extinguíram.

O drama social continua até hoje e é muito grande. Depois de muita luta, conseguimos algumas ações por parte do Governo Federal. No Governo FHC, às margens do rio em Alagoas, foram criados projetos pela Codevasf, como Marituba, Itiuba e Boacica, visando procurar, tanto na área da agricultura quanto da pesca, corrigir essas distorções causadas pelas enchentes.

Também com esforço imenso do Ministério da Agricultura – na época não existia ainda o Ministério da Pesca –, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, da Codesvasf e da Embrapa, criou-se um pólo de piscicultura no baixo São Francisco e estudos foram desenvolvidos de pesquisa, nos quais se comprovou que a produtividade de tambaqui e de tilápia eram das maiores do Brasil e do mundo ali no baixo São Francisco. Em relação ao tambaqui, chegou-se a produzir 20 toneladas por hectare/ano – é uma produção altamente significativa, e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso – e, de tilápia, 40 toneladas por hectare/ano. Isso é muita coisa, é uma das maiores produtividades do mundo.

Iniciou-se, então, um processo de desenvolvimento da piscicultura em todo o baixo São Francisco, tendo Penedo como um pólo – foi uma luta muito grande para que Penedo ficasse definido como um dos pólos –, e um verdadeiro mutirão permitiu que, rapidamente, em 2002, houvesse uma produção de 11 mil toneladas de peixes, de tambaqui e tilápia.

A euforia foi muito grande e a esperança também, porque, afinal, enxergava-se nisso – até que enfim! – uma forma de se compensar aquela população que sofreu tanto com os impactos das hidrelétricas.

Ora, quando essa esperança volta, o entusiasmo ocupa as pessoas, os produtores do baixo São Francisco, e essa produção de 2002, de 11 mil toneladas, encheu todos de alegria, de otimismo, até porque a perspectiva, o potencial estudado é de 200 mil toneladas de peixe/ano no baixo São Francisco, gerando emprego, renda e, realmente, mudando a fisionomia de uma região que ficou imensamente prejudicada.

Há uma enchente artificial, por parte da Chesf, fruto de um erro – hoje, comprovadamente um erro de manobra inadmissível, dado o conhecimento que a Chesf tem do baixo São Francisco e o conhecimento da tecnologia e do manejo de vazão da barragem de Xingó

e das barragens sucessivas do complexo Chesf -, que praticamente destruiu a produção de piscicultura.

Hoje, está-se retomando a muito custo esse processo produtivo. Neste ano, a produção deve estar em torno de seis mil toneladas, mas a dificuldade é muito grande, Ministro, porque não existe seguro. Então, os pescadores não foram indenizados pela enorme perda, por conta desse acidente.

Não está havendo apoio do Governo Federal em relação a ração ou a alevinos, para que novos lotes de peixes sejam desenvolvidos. Há um problema seriíssimo na relação com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. É preciso que haja uma intervenção federal para que se reconheça que os produtores foram vítimas de um acidente não deles, mas de um acidente de uma empresa estatal – e um acidente entre aspas, porque, na verdade, foi um erro inadmissível. Foi acidente para eles, pescadores, que foram vítimas desse processo.

E o quadro lá, Ministro, é de desânimo, é de descrença; é um quadro dramático que se vive, hoje, no baixo São Francisco. Então, há um verdadeiro movimento no sentido de que o Governo dê uma atenção rápida, urgente, porque estamos correndo o risco de colocar a perder todo um trabalho de pesquisa, todo um treinamento dado a pequenos agricultores, todo um ordenamento para gerar emprego, gerar renda em uma região já muito sofrida e que, dessa forma, poderá sofrer muito mais.

Encerrando, Ministro, deixo algumas reivindicações dos produtores da região, que enumero de uma forma muito sucinta.

Eles reclamam da falta de uma política federal de seguro, como já citei, da produção aquícola, que dê segurança ao investidor do setor. Eles reclamam também da extrema burocracia nos processos de cessão de águas públicas e de licenciamento ambiental da atividade aquícola, que impede o acesso dos piscicultores ao crédito financeiro oficial. Em terceiro lugar, Ministro, reclamam, e me pedem para reivindicar junto a V. Ex<sup>a</sup>, em relação à deficiência nos serviços de assistência técnica, pesquisa e capacitação dos piscicultores. E também que falta um levantamento e caracterização das áreas com potencial de produção aquícola, para orientar os investidores do setor, o que levou o Ministério do Meio Ambiente a elaborar um projeto para transformar a área do reservatório do Xingó num dos maiores potenciais piscícolas da região e um parque nacional, acabando de uma vez por todas com a possibilidade de desenvolver atividade econômica naquela área.

É importante essa intermediação do Ministério, para que, de uma forma seja protegido o parque na-

cional, haja também condições, que não são incompatíveis, para que se desenvolvam atividades de piscicultura em todo aquele cânion de Xingó, onde se revela também uma produtividade imensa. Também se refere à limitação do mercado consumidor regional, que tem causado um excesso de ofertas de peixes e aviltado o preço do subproduto. Sobre esse ponto, Ministro, precisamos atingir o mercado internacional. A tilápia tem uma grande aceitação no mercado externo. Mas precisamos tratar o peixe. É preciso industrializá-lo; o mercado externo aceita muito bem a tilápia, mas precisamos atender às exigências desse mercado. E para isso, inclusive o Governo Federal está implantando, e já um projeto antigo que agora está sendo implantado em Propiá e Penedo, duas pequenas fábricas, isso é uma partida. É importante que se concluam essas obras e outras sejam incentivadas, para que a tilápia, que é a grande produtividade revelada no baixo São Francisco, possa ser produzida em grande escala para a exportação e sobretudo para gerar renda e emprego para aquela população.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Quero saudar a palavra do Senador Teotônio, e dizer que a participação de V. Ex<sup>a</sup> foi extremamente positiva, lúcida, construtiva. E, como nordestino, conheço também esse quadro, que é muito rico em potencialidades e muito grave do ponto de vista atual.

Senador Jorge Bornhausen, o último Senador inscrito.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Sr.

Presidente; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; Sr. Ministro, em primeiro lugar, congratulo-me com a presença de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa, para prestar esclarecimentos a respeito do andamento das ações da Secretaria que preside.

Em segundo lugar, gostaria de fazer algumas colocações para obter esclarecimentos, que considero da maior importância para o nosso Estado, Santa Catarina.

Tive a oportunidade de, há cerca de dez dias, ter um encontro com empresários da pesca e com o próprio Presidente do Sindipe, em Santa Catarina. Nessa ocasião, colhi aquelas apreensões, e quando verifiquei que V. Ex<sup>a</sup> estaria presente no Senado, nessa oportunidade, mesmo não sendo membro desta Comissão, quis estar presente, não só para prestigiar um integrante do meu Estado com o **status** de Ministro, mas também para colaborar com os questionamentos que recebi e obter os esclarecimentos que, tenho certeza, nos serão dados.

Dois assuntos da maior importância – no meu entendimento – foram levantados na reunião.



O primeiro diz respeito a uma presença que tem trazido incômodos à área de pesca na tentativa de dominar as direções e as ações do setor por parte do Ministério do Meio Ambiente, especialmente o Ibama. A preocupação vem em função de recente portaria do Ministério do Meio Ambiente, que foi designado para compor a Câmara Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas de Extinção e de Espécies Sobre-explotadas ou Ameaçadas de Sobre-explotação, vinculada à Comissão Nacional de Biodiversidade, Conabio. Qual é a preocupação? É que essa comissão vai estudar cerca de 374 espécies do setor de pesca e vai, portanto, tomar providências em relação a esse setor. O fato de essa comissão ter sido composta por parte do Ministério do Meio Ambiente leva ao entendimento do sindicato e dos empresários de que há um equívoco na ação governamental. O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Ibama, poderia ser parte dessa comissão, que, necessariamente, tinha de nascer na secretaria especial que V. Ex<sup>a</sup> dirige, até porque lá estão os elementos com maior conhecimento para acompanhar e dar segurança aos empresários de pesca em face da atuação que a secretaria terá sempre, olhando também os interesses do País, dos produtores e do emprego. A reclamação, no meu entendimento, é procedente. Nessa comissão, há cerca de 12 integrantes, e está a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em terceiro lugar, atrás da Secretaria de Biodiversidade e Florestas e do Ibama. Porém, como integrantes da comissão, há o Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico – uma ONG -, a Sociedade Brasileira de Ictiologia – uma ONG -, a Sociedade Brasileira de Estudos Elasmobrânquios – uma ONG -, a Sociedade Botânica do Brasil – uma ONG -, a Sociedade de Microbiologia do Brasil, a Sociedade dos Zoológicos do Brasil, a Fundação Biodiversitas – uma ONG. Não há uma presença dos empresários da pesca, para acompanhar um estudo feito fora da secretaria especial, que deveria e teria de ter essa atribuição, que está sendo absorvida pelo Ministério do Meio Ambiente.

Ausentes os interessados, e a Secretaria sendo um dos 12 integrantes, a voz de Santa Catarina ficará, única e exclusivamente, com o Ministro. Nós nos preocupamos com isso, porque o setor é importante na economia do nosso Estado. Trazemos essa preocupação, porque entendemos que a Secretaria devia, na questão de pesca, fazer a comissão, integrada por técnicos e também por empresários do setor. V. Ex<sup>a</sup> já conhece bem os empresários do setor, e é evidente a importância que têm a opinião de um empresário como o Sr. Arlindo Isaac da Costa, que está na pesca desde garoto, um empresário vitorioso que não se envolveu, inclusive, com incentivos fiscais; a opinião de um em-

presário como Eduardo Kovalski e como o Sr. Moon; a opinião de um técnico como o Dr. Mauro Machado, que domina o setor. A Carpesc formou muitos técnicos. Temos muito sucesso na criação de mariscos e de ostras. Santa Catarina tem sido beneficiada por essa ação de empresários e de técnicos.

Então, a nossa posição é de solidariedade ao setor e o nosso pedido é que V. Ex<sup>a</sup> modifique essa situação junto ao Presidente da República, para que o setor de pesca seja examinado pela Secretaria e que a presença dos interessados se faça também com técnicos, para termos um bom resultado em relação a 374 espécimes que estão sendo examinadas.

Essa é a minha colocação e eu gostaria de ouvir a sua opinião a esse respeito.

A segunda, eu ouvi com atenção, mas com muita preocupação, um dos empresários presentes fazer um relato sobre a questão dos incentivos. Por isso a preocupação que trago para esta reunião, no Senado, e para consideração e esclarecimentos por parte do Ministro.

O empresário fez um relato, cujas anotações tive a oportunidade de colher, de que, graças ao decreto de 30 de janeiro de 2004, a quem ele atribui a competência da Secretaria, ele cumpriu as exigências para ter os benefícios do decreto, ou seja, os 20% de subvenção no valor do óleo diesel na refinaria. E, com isso, ele, que tem 12 embarcações, fez todo o trabalho de remodelação de equipamentos nessas embarcações, contando com esse objetivo. E relata, perante o presidente e outros empresários, que até agora recebeu cerca de R\$48 mil, correspondentes a março, abril e maio de 2004. Segundo o sindicato, ele já deveria ter recebido R\$250 mil.

A sua estranheza está no desconhecimento da fórmula no cálculo desses incentivos, que são feitos na refinaria, e o maior interessado não tem possibilidade de acompanhamento por falta de esclarecimento de como isso está sendo feito, o que é grave sob vários aspectos.

É evidente que na medida em que é requerido o incentivo dentro da lei, ele naturalmente se torna um realizável dentro da empresa. Ao não ter conhecimento do cálculo não pode ser contabilizado. Essa falta de contabilidade desse realizável significa uma distorção de balanço, que é negativa para os acionistas, para os sócios e para o próprio Fisco. Só na medida em que vai recebendo – e com um recebimento cujo atraso já supera um ano –, isso se torna um grande empecilho à transparência dos balanços das empresas, ao acompanhamento dos acionistas e com o perigo ainda da fiscalização da Receita Federal determinar que está havendo, por parte do empresário, a falta de colocação



de um realizável que, no mínimo, é de curto prazo e, no máximo, poderia ser de médio prazo. Essa preocupação é absolutamente coerente.

Evidentemente, ele fez também uma colocação de que quando começou o governo do Presidente Lula, mil litros eram vendidos por R\$717,80, que representavam US\$309,40. Hoje, essa mesma quantidade custa R\$1.282. Portanto, corresponde a US\$505. Tem que se ver que houve uma profunda diferença cambial entre o primeiro momento do Governo atual e o estágio em que vivemos, em que a cotação do dólar está em 2,40.

A colocação para a qual peço esclarecimento é, primeiro, a necessidade – e se for possível, dar agora. Se não for possível, que isso seja feito da melhor forma possível por parte do Ministro – de uma exposição clara dos parâmetros utilizados para o cálculo do benefício.

Segundo, que a Secretaria obtenha das refinarias os valores que eles têm a pagar e que estão retidos junto a essas empresas, para que elas possam pelo menos regularizar seus balanços e não fiquem sujeitas a multas e autuações por parte do Fisco.

Que passe a haver uma informação do crédito mês a mês, para que os balanços sejam atualizados e corrigidos na forma da legislação e do que exige a Receita Federal. Que também se estabeleçam para as refinarias prazos definitivos em relação a esses pagamentos de incentivos, senão os incentivos deixam de ser incentivos e passam a ser problemas e quem fez com que a sua frota fosse melhorada ou aumentada com base nesse benefício, em boa hora concedido, vai ter um alto prejuízo.

Eu acho essa preocupação absolutamente procedente, gostaria de poder sair daqui tranquilo em relação a uma solução da questão dos incentivos, dos seus prazos, do seu cálculo, da sua colocação a tempo nos balanços mensais das empresas, para que pudéssemos dar tranquilidade àqueles que estão realizando um trabalho que dá divisas ao País e empregos ao nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço pelos seus esclarecimentos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA)** – Sr. Presidente, peço a palavra para corrigir um dado do meu pronunciamento. Eu cometi um engano e me referi à produção de pesca no Pará de setecentos mil toneladas/ano, mas essa produção é nacional; a do Pará é de duzentos mil toneladas.

**O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)** – Agradeço a participação de todos que contribuíram para que esta audiência tivesse uma boa qualidade. Perguntas consistentes, uma forma adequada de o Senado trabalhar acho que foi representada nessa

audiência de hoje. Fomos ao mérito das questões de maneira bastante segura e quero saudar também a contribuição do Ministro para essa discussão. S. Ex<sup>a</sup> enfrenta as questões, esclarecendo-as da forma mais democrática o possível. Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup> pela pronta atenção em comparecer a nossa convocação.

Antes de passar a suas respostas, quero apenas resolver uma questão de ordem. Aprovamos requerimentos para a convocação da Ministra do Meio Ambiente para discutir a criação das unidades de conservação ambiental dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, e a Ministra já marcou audiência para a semana que vem.

Há um requerimento do Senador Flávio Arns que apenas acrescenta ao que já estava decidido a idéia de uma audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente que também aprovou requerimento com a mesma finalidade, no mesmo dia. Tenho a impressão de que mesmo com o quórum reduzido podemos decidir isso porque é de bom senso, é tranquilo. O Senador consubstanciou a sua proposição e eu queria considerá-la aprovada com a anuência de V. Ex<sup>as</sup>.

Aproveitando a ausência do Ministro por um minuto, quero dizer que amanhã a reunião para a qual o Senador Jonas nos convoca é relevante, onde estarão presentes nove a dez mil produtores rurais. Há uma situação grande de efervescência no campo, que não é inventada, tem conteúdo.

Penso que a aproximação da Comissão a esse problema é extremamente saudável para que nosso papel seja valorizado e interativo e tenhamos uma participação mais concreta na questão. Há um impasse que tem que ser resolvido, a limitação na área financeira. Não estou entrando no mérito dessa limitação nem da sua razão, e há demandas na área de agricultura muito fortes, que são, parecem-me, inadiáveis. Quanto mais atuarmos neste assunto melhor para todos nós.

Saímos às 7 da manhã e voltamos no final da tarde, se for o caso. Dá tempo de tomar um avião e voltar para os seus Estados se for o caso.

Concedo a palavra ao Ministro José Fritsch.

**O SR. MINISTRO (José Fritsch)** – Quero dizer que a contribuição dos Senadores aqui sobre as questões que envolvem a nossa atividade na verdade são todas elas pertinentes, por conta da preocupação com relação ao desordenamento que nós herdamos. Porque, se formos analisar ação do Governo Federal, a área de organização do setor pesqueiro parou quando fechou a Sudepe. Isso faz de 12 a 15 anos. Acho que a Sudepe estava praticamente finda quando o Presidente Sarney resolveu paralisar as suas atividades, mas já tinha passado por várias questões que, na verdade, desautorizavam qualquer ação política de organização.

Então, nós herdamos isso e iniciamos um processo de reorganização do setor. Quer dizer, hoje aquilo que o Senador Leonel Pavan falava aqui sobre questão de crédito, quando eu assumi a Secretaria, o conceito de crédito para a pesca era o pior possível, porque alguém, mesmo que fosse pescador artesanal ou empresário da pesca, que fosse para o Banco do Brasil ou para uma área de crédito buscar recursos de todo o setor de crédito estava com três pés atrás, esperando para ver se tinha...

Então, todo esse conceito se criou por conta da atividade que se desenvolveu de uma maneira tão desordenada e pela ausência do Governo. E, quando o Governo não existe, a anarquia se estabelece. A anarquia, na verdade, se constitui por quem pode mais sobre os que podem menos. Um pouco essa é a lógica, infelizmente, quando não há regulamentação. Hoje, temos necessidade de organizar a frota pesqueira. A política de arrendamento de barco, Senador Flecha Ribeiro, era uma política predatória contra o País, e nós a interrompemos e constituímos um novo patamar, que é total transparência, edital, licitação, em que as empresas estrangeiras, por meio de processo de arrendamento, se habilitam para fazer a pesca que nós estamos fazendo hoje. São mais de 60 barcos estrangeiros pescando. Só que todos eles legalizados e todos eles controlados, quando antes ninguém sabia para onde que ia, e hoje conseguimos organizar isso.

Evidentemente, para cumprir a nossa quota, precisamos ter barcos de pesca arrendados hoje. E essa política está continuando, até que tenhamos condição de ter barcos de pesca sendo viabilizados por empresas brasileiras e construídos aqui.

Então, hoje mesmo que o Profrota não esteja em funcionamento, vemos nos setores de áreas de estaleiros de pesca muita atividade de renovação de frota, de construção de novos barcos. É só buscar várias regiões do Brasil onde há tradição de construção, para vermos muito movimento nesse sentido, mesmo que se busquem créditos tradicionais, que não é o Profrota.

Hoje, busca-se o BNDES, com o fim de conseguir algum tipo de financiamento para fazer com que a frota pesqueira se renove. Por conta de quê? Por conta dessa posição nacional que o Brasil tem de aumentar as suas capturas.

Então, mesmo não tendo, a nossa briga é para que tenhamos de fato o Profrota, porque permite investimentos de 15 a 18 anos, investimentos de médio prazo eu diria, e isso dá uma estabilidade para o setor. Por isso, a nossa disputa com a Fazenda, com o Tesouro, para que tenhamos isso, como houve em outras áreas anos atrás, para que exista não uma política privilegiada, mas condições um pouco mais fa-

voráveis, em função de uma atividade que precisa ser desenvolvida no Brasil.

Então, é nessa lógica que estamos trabalhando.

Com relação à questão das licenças, por exemplo no caso do pargo, saiu uma instrução, uma norma, uma portaria que estabeleceu prazo para se habilitar na captura do pargo. E o prazo termina no dia 20 de junho agora, em que as empresas, os barcos, logicamente dentro das condições daquele acordo que foi feito já de que vamos aumentar o tamanho de malha progressivamente para chegar ao ponto em que teremos pargos sendo capturados depois de uma terceira geração ou uma terceira desova, de poder de estar reproduzindo os estoques. No caso da piramutaba, também está em andamento esse processo de legalização e de adequação dos apetrechos de pesca e dos barcos para fazer uma pesca responsável.

**O SR. (Orador não identificado)** – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – Logicamente, por exemplo, na área do pargo, há uma portaria que estabelece prazos, e as empresas têm de habilitar-se, mas, para isso, precisam ter as condições. Então, há toda uma ação, e há limite de barcos. Isso já está definido. Não lembro quantos; acho que são quarenta e poucos barcos de pargo, algo desse tipo.

Com relação ao terminal, os terminais pesqueiros hoje, para nós, são vitais, pensando no desenvolvimento do País em termos de política de pesca. E isso interessa aos Estados, aos Governos estaduais, também. Então, é uma parceria que fizemos com os Governos estaduais, municipais e com o Governo Federal. Inclusive, estamos fazendo toda uma discussão sobre como gerenciar esses terminais pesqueiros públicos. Não tenho a convicção de que esses terminais devam ser geridos pelo Estado. Isso é um equívoco. Precisamos fazer com que o setor gerencie os terminais pesqueiros públicos, garantindo os conceitos fundamentais de que a atividade não passe a ser privada com o tempo, que lhe seja preservada a condição pública. Estamos trabalhando essa lógica em todos os terminais pesqueiros, e isso precisa ser construído com o setor. É preciso haver articulação política. Em alguns lugares, as coisas andam um pouco mais, em termos de terminais pesqueiros, porque há uma motivação, uma articulação maior; em outros lugares, menos. Há disputas internas, às vezes, nos Estados, mas hoje existe um programa nacional.

O tribunal pesqueiro de Manaus. Estive esses dias em Manaus; são quatorze áreas diferenciadas para buscar a solução para uma, em termos de possibilidades. Em Belém, há várias possibilidades de construção

desse terminal pesqueiro. O terminal pesqueiro de Natal tem uma proposta, que não sei se vai resolver, mas vamos buscar outros lugares. No terminal pesqueiro de Cabedelo, já há uma construção: são cem metros de cais concretados; ele foi feito e abandonado. Vamos recuperá-lo. Há o terminal pesqueiro de Vitória e o do Rio de Janeiro. Há mais de um ano, estamos operando no terminal pesqueiro de Santos, que era para ser um supermercado; é um terreno do Governo Federal que estava indo para uma enorme rede de supermercados. Nós o recuperamos, e hoje é um terminal pesqueiro. Então, é isso o que estamos fazendo. Os recursos são pequenos, mas conseguimos viabilizar isso, com as parcerias que estamos fazendo – não tudo de uma vez, porque não há como, mas vamos progressivamente desenvolvendo esse programa.

A Senadora Ana Júlia Carepa fala da questão do Parlamento, o que é um tema importante.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sobre o navio...

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – Ah, o navio-pesquisa. Fizemos todo um levantamento dos navios-pesquisa disponibilizados hoje. Há alguns do Ibama, em grande parte sucateados, e alguns das universidades. Por exemplo, há o Atlântico Sul, da Universidade do Rio Grande, o do Instituto de Pesca de Santos, o da Universidade do Rio Grande do Norte, digo, de Pernambuco, mas são todos barcos de pesquisa que têm os seus limites. Então, o que estamos fazendo? A contratação, até que os dois barcos de pesquisa biológico-marítima e mineral-marítima... Se não me engano, são recursos, hoje, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa, mais especificamente da Marinha, para o projeto de construção de dois desses grandes barcos de pesquisa. Até lá, a idéia é a de que façamos o fretamento de um barco para pesquisa e escola ao mesmo tempo, porque precisamos dar conta hoje da capacitação de profissionais para a atividade pesqueira. Hoje, precisamos disso, e não temos barcos para o treinamento. Há toda uma atividade acadêmica, mas é preciso haver estágio, experimentação e destreza nas atividades de mar, de pesca.

Então, a idéia do barco, que estamos construindo... O processo é de licitação, de arrendamento desse barco, de pagar por mês...

**O SR. (Orador não identificado)** – Ele funcionava, fazia pesquisa lá na região.

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – É o que estou dizendo: estamos buscando essa articulação para poder suplementar. Por exemplo, o (*inaudível*), esse barco fazia o (*inaudível*). O (*inaudível*) parou há quatro anos e é a conclusão de toda a pesquisa das Regiões Norte

e Nordeste. Nós não temos barcos para fazer. Se esperarmos pelo que está ali, levaremos quantos anos para fazer? Não há dinheiro do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente. Então, temos uma parte de recursos para isso. Até que sejam construídos esses barcos maiores de pesquisa, esses dois que estou falando, vamos ter uma função nossa, que é estabelecer um processo de pesquisa, para cumprir a nossa agenda internacional e também a agenda nacional.

**O SR. (Orador não identificado)** – Não poderia ser feito um convênio com o Ibama para recuperar o barco e colocá-lo em funcionamento?

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – O caso é o seguinte: o barco Atlântico Sul, por exemplo, que é um barco significativo, que vai até a Antártida. Ele é da universidade. Quando pára um motor, fica parado às vezes seis, sete meses, às vezes um ano, até que se consiga importar a peça. Então, a idéia que temos é que façamos isso de forma suplementar até que... E hoje há praticamente o aceite de todos os órgãos de pesquisa de que devemos fazer isso. As universidades, os pesquisadores, há toda uma armação montada politicamente – positiva, digo, porque às vezes a palavra armação é negativa –, uma armação e uma amarração, do ponto de vista técnico e científico, para que possamos solucionar um problema que temos: saber quais são os nossos estoques, para podermos fazer ordenamento pesqueiro; saber o que há no fundo do mar ou na área da zona econômica exclusiva, para ver quantos barcos desse tipo de arte de pesca ou desse tipo de espécie vão fazer pescaria. Então, é um trabalho sério, porém, não é tão fácil fazê-lo porque há, muitas vezes, algumas divergências que precisam ser superadas.

Com relação à questão do Parlamento Latino-Americano, creio que a nossa contribuição será positiva porque temos hoje todo um debate na Infopesca – entidade da qual sou Presidente, que trata das questões da pesca no continente latino-americano, dividido com outras entidades que envolvem, por exemplo, a América Central –; e temos um trabalho com a questão do Mercosul para buscar uma unificação do ponto de vista de procedimentos e de legislação.

Então, essa iniciativa... Inclusive a nossa assessoria já apresentou alternativas em relação ao que está sendo discutido lá, para que possamos ter não uma unificação de legislação, mas que as legislações entre os países da América Latina possam ter sintonia para poder haver ações conjuntas, acordos conjuntos, acordos de cooperação e de desenvolvimento do setor que envolvem interesses, por exemplo, de Brasil, Argentina, Uruguai, assim como foi importante a nossa posição com relação à questão de a União Européia

vir fazer a pesca aqui, no litoral brasileiro, no Uruguai e na Argentina, em que tomamos uma posição de não permitir isso.

Então, é importante ressaltar que o Parlamento Latino-Americano contribui nesse sentido, por considerar que todos os nossos países – talvez com a exceção do Peru, em termos de capturas –, praticamente estamos na mesma situação em termos de desenvolvimento da pesca em nível mundial, em nível dos nossos continentes, das nossas águas marítimas.

O Senador Teotônio Vilela Filho traz um assunto que é muito importante e revestido de um grau de gravidade, eu diria, porque o que vivemos na enchente do rio São Francisco? Vivemos uma situação que praticamente inviabilizou todas aquelas atividades de cultivo de tilápia que existiam no rio, nas barragens e também naquelas lagoas que se formam nos viveiros. Então, tivemos um problema porque o Ibama não fez... Por conta da lei, o Ibama não podia estabelecer aquilo como uma situação de exceção. Lá ninguém tem atividade legal, ninguém tem licenciamento ambiental para a atividade, porque isso tudo ainda está para se resolver – infelizmente herdamos isso. O que aconteceu? Não havia licença ambiental e o Banco não refinanciava – grande parte desses projetos têm financiamento do Banco do Nordeste.

Assim, não conseguimos, naquele momento, porque foi um momento inicial, fazer o que fizemos, por exemplo, em Paranaguá, com a questão do acidente do navio. Na época as condições políticas não estavam colocadas para que pudéssemos ter uma ofensiva nesse sentido, como fizemos agora, por exemplo, quando a seca do sul viabilizou o seguro-defesa para os pescadores da região, de parte do rio Uruguai, ou como fizemos na questão do acidente do navio em Paranaguá. Poderíamos ter feito o mesmo, na época, se tivéssemos as condições políticas de fazê-lo, naquele acidente em Cataguazes. E houve esse problema no rio São Francisco, em que não se conseguiu viabilizar aquilo que era o elementar. Havia uma situação de exceção, e os pescadores poderiam estar recebendo o seguro-defesa por um período de dois, três meses, o que minimizaria um pouco a situação em que eles estavam. E grande parte dos financiamentos não chegam a mil reais; três salários mínimos dariam até para pagar o tal financiamento. Não foi viabilizado.

O que estamos conseguindo fazer agora? Estamos conseguindo fazer com que parte do licenciamento seja feito pelo Estado. Assim, os piscicultores poderão refinancear sua atividade. Aliás, já há uma proposta de rebate do Banco do Nordeste para que o pagamento seja menor do que foi o financiamento, por conta de situações especiais.

Fora isso, temos uma parceria importante, com essa visão da revitalização do baixo São Francisco. Lá estamos investindo no laboratório do Seraqua, fazendo com que o laboratório efetivamente seja de melhoramento genético. Importamos genética melhorada de tilápia para o Brasil. Estamos reproduzindo e desenvolvendo e vamos repicar isso em todos os laboratórios do Brasil. E também estamos trabalhando o que não aconteceu no passado: a organização da cadeia produtiva. Lá houve um problema similar com o arroz irrigado. Fez-se uma política de produção de arroz e pouco se desenvolveu em termos de industrialização do arroz. Aí venderam arroz em casca e faliu todo mundo. Aconteceu isso com grande parte da irrigação da região.

O que estamos fazendo? Estimulando o processo produtivo com organização da cadeia produtiva, que é produção com qualidade genética, alevino de qualidade, organização do produtor, frigorífico e comercialização. Essa é a lógica. Mas a lógica não produz resposta tão rápida, por conta do tipo de organização que precisa ser feito. Lá há dificuldade de organização de cooperativas. Temos essa resistência em algumas regiões do Brasil, pois produzir pescado... Por exemplo, hoje tem empresas atuando para investir no setor de processamento, de beneficiamento, de industrialização, de aproveitamento do seu produto.

Então, acredito que o que está sendo construído em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, aquela coordenação toda de revitalização do baixo São Francisco, vai ajudar para que consigamos ter a consolidação de uma cadeia produtiva que, com certeza, vai dar grandes resultados. Porque, hoje, se pensarmos na tilápia, ela tem mercado de consumo mundial e mercado de consumo nacional garantido.

Então, estamos viabilizando crédito, discutindo as questões de crédito, discutindo a organização do processo de cadeia produtiva. E comercialização, qualidade, tudo isso faz parte do processo. Estamos trabalhando, mas os resultados não são tão rápidos, em função da própria condição de organizar uma cadeia produtiva desse tipo.

O Senador Jorge Bornhausen, catarinense no Senado, levanta uma questão. No setor de ordenamento de estoque e de espécies – como já falei, mas o senhor não estava aqui na manifestação –, a parte de ordenamento não é da competência da pesca. Foi tentado na medida provisória que criou a secretaria – e o Senador Roberto Freire tinha feito uma movimentação nesse sentido – que toda a atividade de ordenamento também estivesse na secretaria de pesca. Mas, infelizmente, isso não aconteceu. Então, ainda estamos numa situação não tão bem resolvida. A área do Ibama



deveria ser uma área de fiscalização. E a área da pesca deveria ser a atividade de ordenamento, porque ela tem a ver com as espécies que podem ser produtivas ou não produtivas e pode estabelecer as regras.

Então, vivemos uma situação onde a legislação impede que façamos um comitê que organize todas as questões que envolvem a sobrepesca, as espécies inexploradas e as espécies exploradas, as que se podem pescar e as que não se podem pescar, as que têm estoques a pescar, quotas ou não.

Essa condição está no Ibama, no Ministério do Meio Ambiente. E o que fizemos? A situação da Instrução Normativa nº 05, nós conseguimos desdobrá-la. É aquilo que o senhor fala sobre ter representante de zoológico. Nós conseguimos avançar, porque conseguimos transformar a instrução normativa em três comitês de trabalho para definir políticas diferenciadas que estavam num único bolo. Conseguimos separar a área da pesca, conseguimos separar a área de animais e de fauna. Hoje, daquela informação que é de dezembro do ano passado, evoluímos. Os resultados estão na fase final, e conseguimos um grande feito: tratar a questão da pesca num único lugar e não misturado com problemas de animais, borboletas, zoológico, outras coisas que não têm relação com a pesca. Esse avanço se conseguiu.

A instrução normativa ainda não está em vigor, ela não está sendo executada. Mesmo que tenham falado alguma vez que estava sendo executada, na verdade, havia outra situação, um problema da empresa do seu Arlindo, em Florianópolis. A Ida é a Presidente do Sindicato. Foi feita uma prática de pesca meio assim: “faz, depois será resolvido”. E o Ibama foi lá e multou. Só que o pessoal do sindicato usou, do ponto de vista político, a idéia de que era a instrução normativa, sim, que estava sendo aplicada, que estava penalizando a área, o setor. Na verdade, isso não ocorreu. Houve uma ilegalidade, que até agora não está resolvida porque a empresa está respondendo ao Ibama os problemas que teve com a pesca ilegal.

Conseguimos resolver isso, trazer, separar. Esse é exatamente o avanço. Espero que, nos próximos meses, tenhamos uma nova instrução normativa que exatamente estabelece essa regra.

Como o setor participa? Criamos o Conap, Conselho Nacional de Agricultura e Pesca. O Conap foi dividido em vários comitês. Um dos comitês trata da questão da pesca industrial; outro, da pesca artesanal; outro, da questão de crédito, da questão tributária. Foram feitas duas reuniões até agora. Cada mês, praticamente há reunião tratando dessa temática, e isso é discutido no conjunto do setor e transmitido para debates em órgãos do Governo.

Construímos isso para que o setor pudesse não ter só representação nossa no Governo, mas que pudesse ter a representação do setor sobre a definição das ações. O exemplo que dei da sardinha é um exemplo concreto. O caso da tainha, agora, o senhor deve ter acompanhado. Estimulamos um acordo entre o setor atuneiro e a pesca artesanal, para poder fazer com que a pesca da tainha fosse garantida nas enseadas exclusivamente para pesca artesanal. Foi um avanço. Mas não precisamos de nenhuma instrução normativa, de nenhuma lei, de nenhum decreto novo. Nesse sentido, estamos trabalhando dessa forma.

Evidentemente, temos a limitação. O ordenamento é problema da legislação e da nossa competência. Acredito que, quando esse processo da pesca se transformar numa perspectiva ministerial, evidentemente, a parte de ordenamento vai estar na atividade finalística, que é a atividade da pesca, da aquicultura e da maricultura.

Com relação à questão do óleo diesel, hoje todas as questões são regulamentadas pela legislação, e há um decreto, de 2004, que estabeleceu o procedimento hoje de a pesca industrial pagar o preço de óleo diesel em nível internacional. Nos últimos tempos, está pagando menos do que o preço internacional. Isso tudo está na legislação e no decreto. E é transparente. Agora, o efeito gerador do crédito só vai ocorrer quando se assinar o decreto, depois de ter concluído todo o processo de documentação de análise na Secretaria, juntamente com a Petrobras, para que a empresa receba.

Cada mês, cada semana, estou assinando, empresa tal, número do barco tal, registrado tal, analisando quantos barcos tem a empresa, se tem crédito. Só que o crédito só se viabiliza se a empresa estiver em dia com a questão da legislação federal, que são os documentos do Cadin e companhia. Pode estar assinado para o crédito, estar autorizado a fazer, mas, na hora de a empresa receber o dinheiro, se estiver com problema no Cadin, ela não recebe. Essa é a legislação. Tenho que cumprir a lei.

Todos os critérios estão hoje na lei e no decreto. Isso é transparente. A nossa assessoria poderia passar as informações sobre como isso é feito, se é publicado tudo. Cada processo de concessão de subvenção de óleo diesel é um processo individual de cada empresa. As informações que tenho é que, praticamente, quando sai a publicação, não tendo nenhum tipo de problema de Cadin, os sindicatos recebem e repassam para as empresas. Esse é um procedimento muito transparente.

Senador, vamos fazer um melhoramento de controle do processo, porque vamos implantar no setor de barco de pesca o mesmo que hoje é usado em alguns

postos de gasolina sobre o controle de abastecimento. Estamos desenvolvendo um projeto conjunto com a pesca artesanal e também com a Petrobras e a BR Distribuidora – outras empresas vão poder se habilitar, Senador Eduardo Suplicy –, em que vamos fazer o controle do fornecimento de subsídios de óleo diesel na entrada da bomba do barco. Isso será controlado também com a quantidade de litros de óleo diesel que o motor consome. Com o rastreamento que vamos fazer por satélite de todos os barcos nacionais com capacidade superior de 16 metros – é mais ou menos esse o estudo –, vamos poder saber... Há o problema, de certo descontrole por conta da forma como vinha sendo organizado o setor. Há barcos em relação aos quais, às vezes, não temos certeza de que todo o óleo diesel fornecido foi efetivamente colocado em movimento para a pesca. Pode ser que esse óleo diesel esteja sendo usado para outra coisa.

Com esse sistema, vamos fazer um maior controle sobre a questão do subsídio, do benefício do óleo diesel. Logicamente, estão todos abertos os critérios. Os sindicatos conhecem todos os critérios, processo por processo, porque é ele que instrui o processo de subsídio de óleo diesel. Então, o (*inaudível*) tem todas as informações de todas as empresas. Em Florianópolis, o sindicato que ela preside também tem todas as informações de todas as empresas. No Rio do Janeiro e em qualquer Estado, os sindicatos têm todas as informações porque são eles que instruem todo o processo de benefício do subsídio de óleo diesel. Não há nada escondido sobre as informações de como se procede.

Eu e minha equipe estamos totalmente à disposição.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC)** – Sr. Ministro, aproveitando as suas respostas, gostaria de fazer duas observações. A primeira, V. Exª reconhece que o ordenamento na questão da pesca não está adequado devidamente por falta de competências que deveria ter a Secretaria.

**O SR. MINISTRO (José Fritsch)** – Na área de ordenamento.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC)** – Faço uma sugestão a V. Exª: para que não estejamos vivendo situações como essa, em que o Ministério do Meio Ambiente esquece ou coloca em setor secundário os maiores interessados na pesca, e o Ministro é obrigado a fazer uma série de manobras internas para conseguir ouvir oficialmente aqueles que trabalham no setor, estamos – é do seu conhecimento – com um projeto de lei da Câmara, que dispõe sobre a política pesqueira nacional. Pelo que sei, tem havido entre os Relatores nas Comissões e a Secretaria um entendimento sobre

o texto desse projeto. Ele já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e está agora na Comissão de Assuntos Sociais, com o Senador Valdir Raupp.

**O SR. MINISTRO (José Fritsch)** – Exatamente.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC)** – Surgiu a V. Exª – e me disponho a trabalhar nesse sentido, se for necessário fazer a emenda –, que nesse projeto se faça a alteração desse ordenamento, que se coloque de forma legal essa hegemonia da Secretaria em relação ao setor pesqueiro, para que não haja conflito de jurisdição prejudicial aos que trabalham no setor de pesca. Com o seu reconhecimento, a minha sugestão é nesse sentido: que se aproveite agora – esse projeto já está em fase final no Senado – exatamente essa tramitação. Que a Secretaria apresente uma sugestão específica ao Relator – e eu estou à disposição, repito a V. Exª –, para corrigirmos essa deficiência em benefício do bom andamento da Secretaria e em benefício do setor pesqueiro, para que ele não seja atrapalhado por um organismo que o ignora ou só cria problemas, segundo o seus depoimentos.

Então, essa é a minha primeira colocação. Eu gostaria de saber depois se está de acordo com que façamos esse procedimento, para ordenar realmente a Secretaria na direção dos benefícios para o País.

O segundo ponto é em relação aos incentivos fiscais. Eu quero dizer que ouvi esse depoimento. Mas há um documento dirigido ao Ministro, Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, datado de 29 de abril de 2005, da Empresa Comércio e Indústria de Pescados Kowalski Ltda, em que ela coloca estas questões: o atraso nos incentivos fiscais, o recebimento feito apenas em relação a março, abril e maio de 2004; a falta de conhecimento para a atualização dos seus balanços e do seu risco legal, porque o fato gerador se dá no momento da compra e, portanto, há necessidade legal de se incluir como realizável o incentivo. Realizável, dependendo do modo, de curto, de médio e de longo prazo. Ele pede esclarecimentos em seu benefício para poder se organizar. Eu acho que ele está fazendo uma consulta, e essa consulta merece uma resposta. E que os pagamentos se façam em prazos para que isso não prejudique os empresários do setor, que aceitaram o desafio do Governo; cumpriram uma legislação estabelecida em um Decreto de 2004, já da Secretaria de Pesca.

Peço, então, que o Ministro responda a essa correspondência, para que o interessado possa ter conhecimento do que realmente ocorre, e não fique nessa dúvida nem fique com o atraso, que é realmente inaceitável, em relação aos pagamentos, já que, segundo sua correspondência, todos os dados foram devidamente entregues.

Finalmente, eu queria fazer um esclarecimento ao Ministro. Em momento algum, na reunião que tivemos a que não estava presente a Sr<sup>a</sup> Ida, houve qualquer reclamação por parte do representante da Pioneira da Costa, em relação à questão do Ibama. Ela não foi colocada na reunião, razão pela qual também não coloquei aqui. Eu o respeito muito. Considero o Sr. Arlindo Isack da Costa o grande pioneiro realmente da pesca em Santa Catarina. Eu o tenho na mais alta conta como seu amigo e até como seu companheiro de pesca amadora.

Acho que, se o Ministro aceitar essa posição de alterar o Código Nacional de Pesca, se assim podemos chamá-lo, em tramitação no Senado, corrigindo esse erro de origem e que não é a sua responsabilidade; mas defendendo com isso o setor pesqueiro, eu só tenho a colaborar em relação a isso. Segundo, ficaria muito satisfeito se pudesse essa carta ser respondida e os esclarecimentos serem dados. Finalmente, sugiro que o setor catarinense de pesca possa ser chamado pelo Ministro, para que tenham uma conversa em relação a esses assuntos que os preocupa e são preocupações também da minha parte, porque sou representante do nosso Estado, no Senado Federal.

Agradeço as considerações finais em relação aos dois pontos.

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – Bem, sobre uma questão da lei, quero dizer para o Senador que são bem-vindas todas as sugestões que vão nessa direção, porque há hoje no conceito da visão do desenvolvimento do setor, tanto da pesca quanto da aquicultura, cada vez mais claro que a área de ordenamento deveria estar subordinada às funções da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Então, esse sentimento existe e vem cada vez mais sendo manifestado nas mais diversas ocasiões, como o senhor mesmo manifestou aqui. Então, eu acho que nós estamos vivendo um momento importante.

O ano passado, na Comissão coordenada pelo Senador Garibaldi Alves Filho, esse ponto foi debatido dentro da articulação daquele substitutivo global que foi apresentado e aprovado. A análise do setor é de que não haveria as condições políticas de colocar isso no debate, no ano passado. Então, eu acho que a sua iniciativa é louvável nesse sentido de se poder introduzir nesse momento. Nós estamos considerando que isso é muito importante.

Em segundo lugar, com relação ao que o senhor estava se referindo, ao problema concreto, eu tenho uma informação. Eu me lembro de que o Karim, que é o responsável pelo setor de análise da questão do óleo diesel, teve um lote de encaminhamentos de Santa Catarina em que a documentação veio como notas

com fotocópias, que não eram autenticadas. Então, houve um problema e precisou voltar todo o processo, para que ele pudesse ser instruído dentro da legalidade. Eu sei que houve esse problema. Eu vou conferir perfeitamente. A partir disso, houve várias manifestações das empresas por escrito, a partir das quais nós fomos buscando qual era o problema. Na verdade, um dos problemas era exatamente esse encaminhamento que o sindicato fez na instrução do processo. Então, eu vou ainda buscar a informação correta para poder lhe dar uma melhor resposta sobre os problemas que existem nesse caso.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Bem, já estavam encerradas as inscrições. Eu apenas iria submeter à Comissão o requerimento do Senador Sibá Machado, na linha do outro, também de Convocação da Ministra Marina Silva, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, para tratar da questão do desmatamento que se deu na Amazônia e preocupa a todos. Nós discutimos isso aqui e penso que não há problema em fazer também essa audiência conjunta.

Eu ouço a palavra da Senadora Ana Júlia e depois concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador José Maranhão.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Eu penso que se pode considerar aprovado, mas eu queria apenas fazer uma proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Pois não.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Em relação àquela proposta feita, de ir ao Ministro, eu sei que já se foi ao Ministro, mas acho que foi numa outra conjuntura, inclusive juntamente com a Comissão da Câmara, depois de uma participação no Encontro dos Secretários Estaduais de Agricultura.

Penso que precisamos montar a nossa pauta com o objetivo de colocar as prioridades ao Ministro da Fazenda. Então, eu queria propor que já fizesse parte dessa pauta, como uma das questões urgentes, necessárias e atrasadas, porque é necessário que o Ministério da Fazenda e o Tesouro façam a sua regulamentação, o Profrota. Isso é fundamental e todo tipo de pressão é necessária para que isso aconteça. E não basta somente o Ministro. Eu acho que a pressão que parte do Parlamento é importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Eu queria sugerir à Senadora e à Comissão que, em conjunto com o Senador Osmar Dias, a Senadora Ana Júlia concluísse o conteúdo de qual será a posi-

ção que nós levaremos ao Ministro e ao Presidente da República.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente Senador Sérgio Guerra, Sr. Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch, eu gostaria de cumprimentá-lo. Obrigações na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania impediram-me de estar aqui desde o começo, mas eu quero cumprimentá-lo por sua atuação, sobretudo procurando desenvolver o setor da pesca, com muitas inovações na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, criada pelo Presidente Lula.

É possível que V. Exª tenha dado essa informação, mas eu gostaria de saber – se já o fez, tudo bem – se o Ministério teria uma estimativa, hoje, do número de pessoas, no Brasil, que tratam da pesca. Se há uma estimativa daquelas pessoas, que, nas diversas regiões brasileiras – e, obviamente, haveria aqueles que trabalham na pesca, na região costeira, marítima, no oceano Atlântico, que seria um tipo de pesca, e os outros que, sobretudo, trabalham com a pesca nos rios, em água doce, nos lagos e lagoas –, dependem diretamente da atividade produtiva pesqueira. Ai, quem sabe V. Exª já tenha uma estimativa sobre os que trabalham diretamente na produção pesqueira, bem como daqueles que trabalham no comércio da pesca, mas em todas as cidades brasileiras. Avalio que seja interessante conhecer esse dado.

Eu gostaria de, nesta oportunidade, reiterar um convite que fiz a V. Exª, e não pudemos ainda efetivá-lo, no sentido de V. Exª conhecer uma vila típica de pescadores que existe no litoral norte – não sei se o Senador e Presidente Sérgio Guerra conhece – de São Paulo. Entre a cidade de Ubatuba e Parati, há uma vila de pescadores cuja população talvez atinja 500 ou 600 pessoas, quem sabe um pouco mais.

Como, nesse local, há uma pequena baía onde pequenos barcos podem acostar, há muitos anos, há mais de 100 anos, desenvolveu-se uma usina de açúcar ou álcool, brotando uma vila de pescadores, de pessoas que vivem da pesca e de um certo turismo, hoje em dia.

Antes da Rio-Santos, o Senador Severo Gomes, por ter uma fazenda em São José dos Campos, ia muito a Ubatuba, mas, de barco, descobriu esse vilarejo. Adquiriu ali uma casa de pescador, fez uma reforma, gostou muito e acabou mostrando-a para o ex-Senador e ex-Presidente Fernando Henrique, que fez o mesmo: adquiriu uma pequena casa de pescadores e ali ficou por muitos, até que ambos venderam as suas propriedades. Sendo amigo e convivendo com eles, certo dia, o então Senador Fernando Henrique

Cardoso me emprestou a casa por um período. Ele foi estudar na França e eu fiquei ali, cuidando da casa. Fiquei incumbido de apenas pagar a remuneração da caseira. Por seis meses fiz isso e gostei tanto, que acabei adquirindo um pequeno terreno e fiz uma casa, no meio da vila, no morro.

Por essa razão, tornei-me amigo dos pescadores. Por vezes, reúno-me e converso com eles, e penso que seria uma ótima oportunidade de V. Exª conhecer esse lugar, que é especialmente bonito, aprazível, mas onde as pessoas vivem da pesca. Haveria, ali, a oportunidade de se conversar sobre o que seria adequado, sob o ponto de vista de melhor desenvolver a atividade pesqueira, para falar das diversas providências que V. Exª teria que tomar.

Então, eu gostaria de efetivar o convite, para, no momento adequado, V. Exª poder passar lá, inclusive teria o prazer em hospedá-lo na minha residência, mas, para passar um dia que fosse e ter um diálogo. Ali, há uma escola para os filhos dos pescadores e seria o local adequado, ou até poder-se-ia fazer um diálogo com os pescadores, na praia, ao ar livre ou no ambiente da escola em uma das salas de aula. Enfim, acho que isso poderia ser muito interessante e produtivo. Certamente as autoridades de Ubatuba, o Prefeito de Ubatuba, teriam interesse em estarem lá em uma ocasião como essa. V. Exª já visitou o Município de Ubatuba – outra região que também é de interesse dos pescadores –, mas aí seria um complemento dessa sua atividade e dentro obviamente de suas atribuições.

Então, fica aqui formulado esse convite.

Meus cumprimentos a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Meus

cumprimentos ao Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Guerra, e ao Sr. Ministro José Fritsch. Serei bem objetivo, porque, além de o tempo estar se esgotando, é evidente a falta de **quorum**. À essa altura, uma pergunta mais demorada naturalmente dificultaria o atendimento de outras perguntas já formuladas aqui.

Hoje, no Nordeste, há uma grande expectativa, especialmente na região do semi-árido, onde estão situados os maiores açudes da Região. Todos os Estados nordestinos têm grandes reservatórios de água, e a utilização econômica dessas águas tem sido muito limitada, especialmente no que diz respeito ao potencial que todas elas oferecem para a piscicultura de água doce.

Percebe-se que há um esforço muito grande de cooperativas de pequenos pescadores, mas faltam-lhes os mínimos recursos para se instalar nessas áreas uma piscicultura economicamente viável, que seja capaz de



contribuir, de forma mais importante, para a produção de alimentos protéicos, na Região Nordeste, que sofre de carência alimentar. Além do mais, seria uma forma de empregar toda essa mão-de-obra disponível que não tem outra atividade senão a pesca.

Por isso, Sr. Ministro, já que o Brasil resolveu criar uma Secretaria Especial, em nível de Ministério, para o desenvolvimento da pesca, gostaria de saber quais são os planos, os projetos, os recursos envolvidos, para o desenvolvimento desse tipo de pesca, ou seja, a pesca que se desenvolve nas áreas de açudagem do Nordeste, especialmente no Estado da Paraíba, que é o meu Estado de origem? De quanto o Ministério dispõe para incentivar esse tipo de atividade? Que tipo de incentivo o Ministério está concedendo? Esses projetos, esses planos, são permanentes ou se são apenas planos eventuais, que não dão a necessária continuidade, como tem acontecido até hoje? Constantemente sou procurado por lideranças da área de pesca da açudagem todas as vezes que me desloco, que visito as zonas de açudagem, no Estado da Paraíba. Percebo que há uma insatisfação muito grande na demanda de projetos e pela aprovação de projetos nessa área. De maneira que eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> discorresse um pouco sobre esse assunto para que pudéssemos levar essas informações de forma mais efetiva aos interessados no Estado da Paraíba especialmente.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – E também o número de pessoas envolvidas na pesca.

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – O Senador Supply traz um tema sobre o qual estamos trabalhando em duas frentes. Na exposição que fiz, mencionei que estamos fazendo no Brasil – e espero que possamos concluir isso nos próximos meses – um censo pesqueiro – estamos investindo R\$2 milhões para fazer todo um censo pesqueiro, e em várias regiões o trabalho já foi feito. Aliás, contando com o dinheiro investido no ano passado, são R\$4 milhões – R\$2 milhões este ano – gastos para se fazer o levantamento da infra-estrutura do setor, embarcações, que tipo de pesca se faz, quais os apetrechos de pesca usados, como é a produção. Tudo isso, logicamente, envolvendo pessoas ligadas a todas essas atividades. Estamos concluindo esse levantamento. Acredito que em agosto ou setembro teremos concluído o censo nacional do setor pesqueiro brasileiro, que trará informações precisas sobre a pesca industrial e a pesca artesanal feitas no litoral marítimo e também no interior.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Isso é feito em cooperação com o IBGE?

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – É feito com várias entidades nacionais. O IBGE também tem uma

participação. Na verdade são convênios que fizemos para fazer isso **in loco**.

**O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível.)**

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – É.

A outra atividade, Senador Supply, em que estamos trabalhando é no cadastramento dos pescadores brasileiros. Hoje temos, mais ou menos, pelas informações que o governo acumula, 700 mil pessoas vivendo da atividade da pesca de pequeno porte. Só que esses números não coincidem, por exemplo, com o número de carteiras que temos no Brasil. Para quantificar mais precisamente a atividade, estamos fazendo esse censo. Começamos no Amazonas e vamos fazer isso no Brasil inteiro. Vamos visitar **in loco** mais de mil comunidades pesqueiras para fazermos o levantamento da atividade pesqueira e o cadastramento dos envolvidos, com a emissão de carteira nova para acabar com o que há hoje: o falso pescador.

Temos, no quadro dos pescadores, em torno de 20% a 25% de pessoas que não têm nada a ver com a pesca, mas que têm carteira de pescador, conseguem o seguro defeso e ainda conseguem financiamento e várias coisas que se acabam acumulando em torno disso.

Acredito que, com essas duas ações que serão concluídas até o final do ano, teremos uma radiografia da atividade pesqueira no Brasil. Poderemos tirar conclusões sobre o que significa a indústria pesqueira em termos de mão-de-obra; o que é a pesca de captura em alto-mar, quantas pessoas estão envolvidas nisso e também na aquicultura, na maricultura e na piscicultura.

Quanto à maricultura já se tem mais ou menos todas as informações, porque já fizemos um estudo dentro do programa coordenado pelo Felipe com o objetivo de desenvolver a maricultura, legalizar e ordenar toda a atividade nos 64 municípios do litoral brasileiro onde essa atividade acontece. Vamos organizar e ordenar todos esses espaços. Todas as atividades estão sendo levantadas com esse objetivo.

O setor que oferece maiores dificuldades no que diz respeito à obtenção de informação é a piscicultura. Hoje temos muito pouca gente registrada como piscicultora. A maioria dos piscicultores são produtores que têm um açude em sua propriedade e que fazem da atividade da piscicultura uma atividade econômica, porém ela é igual à produção de leite, de milho, de suínos, de frango, de frutas. Ela não é caracterizada como uma atividade própria. Em meio à produção, a atividade da piscicultura é mais uma. Esse empreendedor não tem carteira, registro, nada. Conseguir-se descobrir que ele existe quando ele procura uma li-

inha de crédito, quando vai buscar um financiamento. Somente aí ele aparece como piscicultor. Essa é uma dificuldade que a gente tem de levantar exatamente os dados da piscicultura, mas como a atividade que estamos desenvolvendo de assistência técnica e extensão pesqueira, que é um programa em parceira inclusive com o MDA, são R\$7 milhões que estamos colocando nesse programa, vamos ter condições de poder levantar também todas as questões que envolvem dados e informações sobre a área da piscicultura no Brasil. Então acho que é uma maneira de podermos também ter informações novas.

Com relação ao que o Senador José Maranhão levantou, hoje tem, na área do semi-árido, temos uma articulação interministerial para desenvolver várias frentes, uma delas é a área da piscicultura, aproveitando os lagos. Inclusive, na minha exposição, nós fizemos um pouco: qual é o potencial? O Brasil tem cinco milhões de hectares de terras alagadas por barragens para a geração de energia, e não produz peixe, só produz energia. Então temos um programa nacional, está sendo desenvolvido em algumas barragens e agora começa. De acordo com o desdobramento desses projetos, estamos fazendo com que alguns programas localizados ou regionais possam ser contemplados. Então, na área do semi-árido, participamos daquele trabalho em conjunto com o Ministério de Integração Nacional, juntamente com os governos estaduais, na busca de alternativas que possam gerar emprego e renda nas atividades que são do semi-árido, e a água é fundamental nessas regiões. Então é um trabalho conjunto.

A nossa área é uma área que estimula o processo produtivo, mas na lógica de organizar a cadeia produtiva, porque hoje a concepção que temos do setor é que a atividade da piscicultura é uma atividade para gerar alimento para o consumo das pessoas, mas também é uma atividade – o Senador Garibaldi sabe de toda a discussão da área da pesca e da aquicultura no Nordeste, como o senhor tem todo esse conhecimento – que se potencializa numa atividade econômica, porém ela precisa ser organizada. Então o nosso trabalho está muito no sentido de poder viabilizar a organização – cooperativa, frigorífico, cadeia produtiva –, e aí entramos com algum tipo de recurso, mas viabilizamos também recursos através de linhas de crédito. Por exemplo, em muitos lugares, estimulamos o frigorífico, e, às vezes, o frigorífico da nossa parte é, na verdade, a compra de alguma máquina, de algum equipamento para processar o peixe, então o outro é para ajudar na comercialização, o outro é melhorar a condição do alevino para o produtor. Então nós, por exemplo, não temos recurso da secretaria para fazer

açude, isso não temos, porque entendemos que a atividade pode-se desenvolver buscando alternativas de consolidação de açudes em terras particulares, nos pequenos, médios e grandes produtores.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB)** – Acho – desculpe-me a intervenção – que não seria razoável recursos para financiar a construção de açudes se não estamos utilizando nem o potencial que já está instalado com os açudes existentes. A minha pergunta por isso não tem essa finalidade. A minha pergunta é: que programas efetivamente o Ministério tem para estimular esse tipo de piscicultura, que praticamente não existe ou está muito incipiente ainda por falta de informação aos pescadores, por falta de recursos, por falta de projetos específicos? Então por isso estou perguntando: quais são os recursos de que o Ministério dispõe para atender a essa finalidade, a essa demanda que realmente existe?

Os pescadores estão trabalhando de forma não só artesanal, mas muito ineficiente, sem boas características de organização etc, e sabe-se que hoje existem já experimentadas e aplicadas em muitas áreas técnicas modernas de desenvolvimento de piscicultura nas áreas da açudagem, em água doce. Então, era importante que isso chegasse ao Nordeste brasileiro para aproveitar. O senhor falou aí de cinco milhões de hectares de terras ocupadas por águas represadas em açudes etc, pois bem, essas águas do Nordeste estão nesse estado de virgindade total, não têm praticamente utilização.

Temos o maior reservatório de água da Paraíba, o açude Coremas/Mãe D'Água, que tem 1,3 bilhão m<sup>3</sup>, alguma coisa significativa, que é o maior açude do Estado. Não temos tanta água quanto o Rio Grande do Norte e o Ceará. O açude foi construído com duas finalidades: o desenvolvimento da piscicultura e a prática de irrigação. Mas foi construído há 60 anos. Quando eu estava no Governo do Estado, construí um canal de transposição necessário para levar essas águas ao solo das várzeas de Souza, que estão a 53 km de distância, onde era possível se praticar a irrigação. Mas a parte de piscicultura não existe, não como se pratica atualmente, utilizando técnicas modernas que tornam a atividade rentável e grande empregadora de mão-de-obra. Lamentavelmente, isso não existe.

E, no momento em que foi criado esse Ministério, fiquei animado, eu disse: agora, vamos ter uma solução para esses problemas. Daí a insistência com que estou pedindo ao senhor, se possível, que informe os projetos específicos para essa área e os recursos nele envolvidos. Que recursos são? De que forma o Ministério pretende atuar para motivar toda essa mão-de-obra potencialmente boa, mas praticamente ocio-

sa, a se organizar, se estruturar e passar a ser uma atividade econômica que emprega, que gera renda e que produz alimentos ricos em proteínas?

Ainda quando eu estava no Governo do Estado, fui procurado por organização de pescadores da Galícia, que, dentro de um convênio que existe na Espanha, vieram para várias partes do Nordeste com o objetivo de praticar a chamada pesca oceânica. Sabemos que não se pode frustrar uma atividade econômica e que, se esses pescadores não tivessem acolhida na Paraíba, eles iriam para outros Estados da Federação. E acolhemos essa gente, sabendo que esse não é um tipo de pesca socialmente interessante para o Nordeste, para o Brasil.

Mas fiquei sabendo da extensão e profundidade do programa porque me tornei amigo do Embaixador da Espanha, que me deu algumas informações, mostrando o interesse do Primeiro Mundo na produção de alimentos protéicos baratos. Eles financiam os barcos aos pescadores por um prazo de 25 anos, praticamente a fundo perdido, juros praticamente zero, sem outra maior exigência que não a de apresentar a produção e oferecer o pescado no mercado para atender às necessidades alimentares das camadas mais pobres da população.

O Brasil, com essa costa imensa, com rios e lagos intermináveis, praticamente não evoluiu nesse aspecto, tanto assim que, quando surge alguma iniciativa, ela geralmente vem de fora. E a pesca que se faz termina sendo predatória, sem a menor fiscalização, sem o menor acompanhamento, porque a pesca é feita em alto mar, em pequenos barcos que transbordam a sua produção para verdadeiras fábricas flutuantes que processam o peixe e o remetem para o exterior. Quando eu vejo essas coisas, percebo o quanto é importante para a economia nacional, para a vida nacional, o Governo se dedicar de forma mais efetiva ao apoio, ao estímulo de uma atividade que é fundamental para o País. Fundamental não apenas como uma atividade econômica – é claro que tem que ser uma atividade econômica –, mas, sobretudo, como uma atividade que coloca no mercado alimentos ricos em proteínas e a baixo custo.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Vou passar a palavra ao Ministro José Fritsch para suas palavras finais e respostas às ponderações feitas pelo Governador José Maranhão, que, com sua experiência, veio melhorar ainda mais este debate que fizemos hoje.

Quero também agradecer ao Ministro Fritsch pela sua presença. Fizemos uma reunião produtiva. Mais de trinta Senadores estiveram aqui hoje, numa demonstração de que a questão da pesca não deixa

de ser relevante. O Senado considera essa questão importante.

A presença de V. Ex<sup>a</sup>, Ministro, foi um fator de agregação de interesse. O destino do Brasil tem um encontro marcado com o desenvolvimento dessa potencialidade. Nós acreditamos que um trabalho estruturado, organizado numa secretaria, com essa finalidade, com esse objetivo, com esse foco, é algo que só será positivo para o País.

Concedo a palavra ao Ministro José Fritsch, para suas palavras finais e esclarecimentos às ponderações do Senador José Maranhão.

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – Em função do adiantado da hora, não consigo dar a resposta que o Governador gostaria de receber. Eu apresentei, no começo, um pouco da nossa política. Eu poderia dizer agora que, por exemplo, no Estado da Paraíba, o terminal pesqueiro de Cabedelo, a escola de pesca – essa discussão começou quando V. Ex<sup>a</sup> era Governador –, numa parceria com a Espanha, com a Agência de Cooperação Espanhola, com o objetivo de consolidar uma escola de pesca, inclusive um escola que vai ser referência nacional. Nós já discutimos, com mais de dez municípios, a questão da implantação de frigoríficos de pescado, agregação de valor, organização e capacitação de produtores, com aproveitamento dos postos salinizados...

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB-PB) – Essa idéia da escola de pesca foi uma espécie de contrapartida exigida pelo Governo do Estado da época, como uma forma de compensação às vantagens que o Governo da Galícia, da Espanha, tinha lá; ou seja, autorização para pescar em águas continentais no litoral da Paraíba.

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – Eu teria dificuldade para fazer uma análise completa de novo. Nós temos um programa nacional de aproveitamento dos lagos, barragens e reservatórios de água no Brasil. Esse é um programa nacional, que está sendo desenvolvido em várias regiões do Brasil com o objetivo de fazer com que o pescador ribeirinho, o morador ribeirinho de barragens produza peixe. Qual a sistemática? O tanque-rede. Essa é a política. Junto com o tanque-rede tem que vir o frigorífico, tem que vir unidade de produção de alevinos, tem que vir crédito. Ou seja, tem que vir toda essa lógica. Nós construímos essa lógica e dentro disso há recursos nossos. De acordo com cada projeto, nós entramos com os recursos que faltam para desenvolvê-los. É o tal do gargalo que sempre existe em qualquer atividade. Essa é a nossa lógica.

Assim, a minha explicação é meio genérica. Mas depois eu poderia passar para V. Ex<sup>a</sup> tudo que apresentamos aqui.

Senador Guerra, primeiro, gostaria de dizer que fico muito feliz, eu, que fui vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, de poder estar aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Eu acho que isso é muito importante para o Brasil. Nunca a área da agricultura, a área de produção de alimentos teve tanta influência no debate internacional. O Senado tem um papel muito claro com relação a isso. O papel do Senado de ter essa interlocução internacional, mas muito mais numa área que produz um alimento que é cada vez mais disputado no mundo: o produto do pescado.

Quer dizer, hoje, em alguns países da Europa, o consumo do pescado está aumentando 1 kg **per capita** por ano, depois do advento do problema da Vaca Louca e da febre, da tal “gripe do frango asiático”. Então, começa a haver procura maior do pescado como um alimento saudável, um alimento que tem segurança maior do que outros. Então, temos essa responsabilidade. Na medida em que o Senado traz esse debate – e acho que foi muito rico –, sinto-me muito orgulhoso de estar aqui, Senadores ainda presentes, porque o interesse por esse assunto foi grande aqui.

Fico muito feliz de poder contribuir nesse debate. Temos dificuldades nessa área que começa praticamente do nada; em termos orçamentários era praticamente do nada. E conseguimos hoje, mesmo sem muito dinheiro, sem muito orçamento, criar uma dinâmica no Brasil, para desenvolver a produção, aumentar o consumo, fazer com que as cadeias produtivas efetivamente sejam organizadas. Este é o nosso maior papel: o de consolidar e facilitar o processo de organização da cadeia produtiva, porque, se isso acontecer, todos vão ganhar, o Brasil vai ganhar. Muitos empregos são gerados por meio dessas atividades. Evidentemente, a nossa preocupação é de desenvolvimento, mas também de sustentabilidade. Muito obrigado por esta oportunidade.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – E V. Exª come mais carne ou peixe?

**O SR. MINISTRO** (José Fritsch) – Ultimamente, muito peixe.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – E recomenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Agradeço a presença de todos, do Senador Suplicy, do Governador Maranhão, do Ministro e de seus assessores.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h18min.)*

**Ata da Décima Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 7 de junho de 2005, às 09:30 horas.**

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia sete de junho de dois mil e cinco, na Sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, OSMAR DIAS, HERÁCLITO FORTES, DELCÍDIO AMARAL, AELTON FREITAS, FLEXA RIBEIRO, RAMEZ TEBET, RODOLPHO TOURINHO, EDISON LOBÃO, DEMÓSTENES TORRES, GERSON CAMATA, JONAS PINHEIRO, VALDIR RAUPP, PAULO PAIM, ANTONIO CARLOS VALADARES E AUGUSTO BOTELHO**. O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador **Flávio Arns**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, informa que a presente reunião destina-se à apreciação das seguintes proposições: **Item 1: Projeto de Lei da Câmara, nº 31, de 2004 (Não Terminativo)**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público. O Senhor Senador Flávio Arns, Vice-Presidente no exercício da Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Osmar Dias, cujo relatório é favorável, com uma emenda de redação que apresenta, e pela rejeição da emenda apresentada pela Senadora Ana Júlia Carepa. Após a discussão da matéria pelo Senhor Senador Gerson Camata, o **parecer é aprovado**. Em seguida, o Senhor Senador Flávio Arns, Vice-Presidente no exercício da Presidência, coloca em votação o **Item 2 da Pauta: Projeto de Lei do Senado, nº 39, de 2003 (Não Terminativo)**, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, e dá outras providências, com relatório contrário ao projeto. O Senhor Relator, Senador Flexa Ribeiro, solicita a **retirada de pauta do projeto, para reexame**, no que é atendido. O Senhor Senador Flávio Arns, Vice-Presidente no exercício da Presidência, coloca em discussão o **Item 3: Projeto de Lei do Senado, nº 145, de 2001 (Terminativo)**, de autoria do Senador Luiz Pontes, que “dispõe sobre a política agrícola”, e concede à palavra ao Relator, Senador Jonas Pinheiro, cujo relatório é pela aprovação do projeto. O Senador Osmar Dias pede a palavra para a discussão da matéria. Encerrada a discussão, o Senador Flávio Arns, Vice-Presidente no exercício da Presidência, adia a votação para o final da reunião e passa à discussão do **Item 4 da Pauta: Projeto de Lei do Senado, nº 157, de 2003 (Terminativo)**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que inclui como beneficiários de crédito rural especial e diferenciado



os agricultores provenientes de assentamentos criados em virtude da implementação de empreendimentos de utilidade pública e interesse social. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, cujo relatório é Pela Aprovação, com uma emenda de redação que apresenta. O Senhor Senador Flávio Arns, Vice-Presidente no exercício da Presidência, concede a palavra ao Relator, Senador Antônio Carlos Valadares. A seguir, usam da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Osmar Dias e Flexa Ribeiro. Prosseguindo, o Senhor Senador Flávio Arns, Vice-Presidente no exercício da Presidência, procede à votação nominal do Projeto, e, logo após, da emenda apresentada. Terminada a votação, o Senhor Senador Flávio Arns, Vice-Presidente no exercício da Presidência, declara o resultado: **aprovados o projeto e a emenda por unanimidade**. Logo após, o Senhor Senador Flávio Arns, Vice-Presidente no exercício da Presidência anuncia a votação do **Item 3**, cujo Relator é o Senador Jonas Pinheiro, que já emitiu seu parecer favorável. Procede-se à votação nominal, e a matéria é **aprovada por unanimidade**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Flávio Arns**, Presidente em exercício.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Bom dia a todos.

Há quorum regimental.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Inicialmente, Srs. Senadores, requeiro a dispensa da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião se destina à apreciação de proposições.

Antes de iniciarmos a apreciação do Item nº 1 da pauta, quero lembrar a todos os Srs. Senadores que amanhã teremos audiência pública conjunta com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Portanto, amanhã, 8 de junho, quinta-feira, às 10h, na Ala Senador Nilo Coelho, sala 6.

Essa audiência reunião conjunta será realizada em cumprimento ao Requerimento nº 15/2005 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador Osmar Dias, e do Requerimento nº 17/2005, de autoria do Senador Flávio Arns, minha pessoa, com a finalidade de discutir a situação de produtores rurais que estão sendo desapropriados de suas terras para a

criação de oito unidades de conservação ambiental sem terem sido ouvidos na forma da legislação pertinente, para tratar do zoneamento ambiental nos Estados de Paraná e Santa Catarina.

É uma audiência pública para discutir a criação de unidades de conservação nos dois Estados, em função do grande debate que vem acontecendo em relação a esses temas naqueles Estados. Estão convidados à audiência pública o Secretário de Biodiversidade e Florestas, Deputado João Paulo Capobianco; o Chefe da Embrapa na parte de monitoramento por satélite, Evaristo de Miranda; o Diretor de Ecossistemas do Ibama, Valdir Ortega; assim como dois representantes do Estado do Paraná, da Federação da Agricultura, e do Estado de Santa Catarina, no caso de Santa Catarina, e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e da FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Será uma audiência importante, necessária, que acontecerá amanhã, dia 8, às 10h, na sala Nilo Coelho, sala 2. Corrigindo aqui em função da alteração da sala, que passa a ser a sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Não sei se o Senador Osmar Dias gostaria de fazer algum comentário sobre a realização dessa audiência pública.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, assim como V. Exª, estou preocupado em cumprir a legislação em vigor. Meu requerimento teve esse propósito de convocar audiência pública, que não foi realizada ainda, dando oportunidade a todas as pessoas envolvidas, às comunidades envolvidas, a debaterem o tema da criação das unidades de conservação, reiterando minha posição favorável à criação das unidades de conservação. Essa posição foi manifestada logo que surgiram os primeiros comentários sobre a criação das unidades de conservação. Assim como V. Exª o fez, eu também, mas em função até de que há uma confusão criada propositadamente por algumas pessoas no Paraná no sentido de que eu estaria contra, quero reafirmar minha posição favorável, desde o início, à criação de das unidades de conservação, mas cumprindo a legislação.

Os que fazem aqueles arroubos e se colocam como os únicos defensores do meio ambiente esquecem que a criação de uma unidade de conservação feita sem audiência pública esbarra na lei e pode-se tornar nula.

Então, os que querem efetivamente a criação das unidades de conservação devem seguir os passos estabelecidos pela lei, e a lei determina que a audiência pública seja realizada. Se ela não foi, estamos propondo que ela seja realizada aqui, dando oportunidade ao debate, para sabermos, inclusive, quais serão

os direitos daqueles que durante décadas preservaram os recursos naturais daquelas regiões e, por isso mesmo, se torna possível a criação das unidades de conservação. Se aquelas pessoas não estivessem lá trabalhando, mas preservando os recursos naturais, não teria o que conservar agora, e elas não podem ser penalizadas.

É só isto que quero: que essas pessoas sejam respeitadas, os seus direitos sejam respeitados sob o ponto de vista legal, constitucional, e que tenhamos a criação, sim, das unidades de conservação pela importância das espécies que estão sendo preservadas – araucária, peroba –, mas, evidentemente, preservando também os direitos daqueles que foram os verdadeiros responsáveis pela conservação da natureza naquela região.

Então, não estou aqui dando nenhuma importância ao panfleto patrocinado oficialmente no Estado do Paraná, pago para deteriorar a imagem de pessoas que fazem política com seriedade, porque isso não vai me atingir de forma nenhuma.

Há panfletos que estão sendo distribuídos. É um jornal que é mais um panfleto do próprio governo do Estado. Mas o governo do Estado devia estar preocupado, inclusive, em participar dessa audiência pública. E louvo aqui, inclusive, a posição do Vice-Governador, Orlando Pessuti, que também manifestou o desejo da realização das audiências públicas igualmente fizemos aqui no Congresso Nacional. Por isso, o meu objetivo com o requerimento apresentado é exatamente o de permitir o debate para que não se cometam injustiças.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Exatamente. Também quero destacar a importância desta audiência pública sob esta ótica, reforçando o argumento de que a necessidade de audiência está muito mais em relação ao aspecto, eu diria, processual. Quer dizer, os procedimentos adotados e que são decorrentes da legislação, como já foi enfatizado, e que têm que ser observados para a criação das unidades de conservação e até pensando em termos da própria participação da comunidade, da sociedade demonstrar e debater esta importância e também a importância de que estão envolvidos nesse processo de proteção dessas áreas. Então, amanhã, às 10 horas, na sala dois da Ala Nilo Coelho.

Passamos à apreciação do Item nº 1, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que altera a Lei nº 4.504, de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamento de imóveis rurais destinados à agricultura familiar promovidos pelo poder público.

Na reunião do dia 4 de maio do corrente, foi concedida vista à Senadora Ana Júlia Carepa, que apresentou uma emenda.

Com a palavra, o Relator, Senador Osmar Dias.  
**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Só para lembrar, Sr. Presidente, esse é o projeto que regulariza a situação daqueles assentamentos localizados em áreas comuns – rural e urbana – e que não têm uma definição como agricultores familiares, ficando, portanto, impossibilitados em obter qualquer financiamento na agricultura familiar, ficando também impossibilitados de pagar o ITR e obrigados a pagar o IPTU, que onera demais esses assentamentos, inviabilizando-os.

V. Exª, que também representa o Paraná, sabe que temos as vilas rurais, onde 15 mil famílias aguardam a regularização da situação, qual seja, a efetivação de um programa que destinou cinco mil metros quadrados por unidade familiar, uma casa de alvenaria com 44,5 metros quadrados, com infra-estrutura de água, energia elétrica e sistema sanitário. E, para participar do programa, o candidato deve cumprir cumulativamente alguns requisitos: ser trabalhador rural volante, ter experiência agropecuária, idade máxima de 55 anos, ser morador do município há dois anos, não possuir imóvel, exercer atividade remunerada em caráter temporário em áreas rurais, possuir renda familiar de até três salários mínimos por mês, estar morando em sub-habitação e família constituída com filhos.

Então, foi um programa de habitação mais com uma característica de agricultura familiar com essa área de cinco mil metros quadrados, permitindo a complementação ou a suplementação da renda. São 15.600 famílias já assentadas em 400 vilas rurais do Paraná e há outros projetos no Brasil que serão contemplados com esse projeto de lei do Deputado Osmar Serraglio.

O que a Senadora Ana Júlia Carepa propôs é uma emenda que restringisse os beneficiários àqueles trabalhadores com ocupação sazonal ou temporária.

Não acatei a emenda pelas justificativas do próprio autor do projeto, Deputado Osmar Serraglio, que discutiu comigo o que significaria essa emenda. E ele ponderou o seguinte: Não é interessante introduzir tal exigência porque ela imporá uma aferição cuja periodicidade não é esclarecida na emenda. E, ademais, não obsta que seja principal em um ano e não principal no outro. Nesse caso, como se irá proceder? Cancelar-se-á o parcelamento? Se o trabalhador é sazonal num ano, de repente ele conquista um emprego com carteira assinada, e queremos todos os trabalhadores com carteira assinada, então, não podemos criar nenhum incentivo contrário à formalização no mercado de trabalho. E está correto o Deputado Osmar Serra-

glio, ao dizer: “se criarmos essa exigência de que seja o trabalhador sazonal, ele vai ter que ficar sazonal o resto da vida, não vai poder buscar o seu direito de trabalhar com carteira registrada, com direitos sociais assegurados. Sobremais” – é o termo do Deputado Osmar Serraglio – “se a principal ocupação tem que ser sazonal, significa que se deseja intensificar a sazonalidade?”

É o contrário: queremos intensificar a formalidade do mercado de trabalho.

De igual modo, se deve ser temporária a ocupação, significa que o incentivo é que, ao invés de encontrar a fonte permanente de subsistência, deva priorizar a temporalidade, sob pena de perder o imóvel. O que já dissemos aqui.

Em suma, ser ou não ocupação principal caberá ao agricultor familiar sobre isso decidir, diante dos encargos que assume, eis que não se trata de simples imóvel rural, mas de propriedade conurbada, pois que aquinhoadada de toda a infra-estrutura urbana. Daí por que não merece prosperar a emenda, até em homenagem ao princípio da livre iniciativa, consagrado na Carta Magna.

Pedi para o Deputado Osmar Serraglio fazer essa argumentação porque ele é autor do projeto, é advogado, o que deu para perceber até pelos termos utilizados. E acatei os argumentos do Deputado Osmar Serraglio, rejeitando a emenda da Senadora Ana Júlia.

Peço aos Senadores que votem pelo relatório como ele está sendo apresentado, que é: “aprovar o projeto, com a emenda de redação que apresentei, rejeitando a emenda da Senadora Ana Júlia”.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – O relator concluiu em seu relatório pela aprovação do projeto, que é a Emenda nº 1, de redação, e pela rejeição da emenda apresentada pela Senadora Ana Júlia Carepa. Então, isso está em discussão agora.

Passo a palavra para o Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB-ES) – Muito obrigado.

Queria apenas um aparte, porque houve um momento aqui em que, sem querer, interrompi o relator, que fazia a apresentação da justificativa do próprio autor do projeto.

Mas há um outro ponto que queria colocar naquele momento, que é o seguinte: a emenda, primeiro, prega a sazonalidade. Quer dizer, se algum dia esse trabalhador rural conseguir um emprego definitivo, ele perde o direito ao módulo. Mas, pior, ele tem que ser sazonal, temporário, não pode ser temporário porque vai ter que ser a vida toda – a própria emenda se contradiz –, e ter uma renda insuficiente, como sazonal,

para a manutenção da família. Quer dizer, se num certo momento ele tiver uma renda que mantenha a família, também ele perde o benefício. Quer dizer, a emenda é um desastre.

Então, penso que o texto original é o texto cujo objetivo é exatamente assegurar o morador da agrovila e até incentivar essas agrovilas, uma boa idéia para a agricultura, principalmente perto de conglomerados urbanos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Mais um Senador que queira discutir? Então, a discussão está encerrada.

Não mais havendo quem queira encaminhar, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para ficar registrado. Então, foi aprovado o relatório, o que significa que a emenda foi rejeitada e aprovada a emenda de redação?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Exatamente. Então, foi aprovado o projeto com a Emenda nº 1, de redação de V. Ex<sup>a</sup>, e rejeitada a emenda apresentada pela Senadora Ana Júlia Carepa.

Passamos ao item 2 da pauta:

Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária no Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Com a palavra, o Relator, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias, pela ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Apenas para anunciar a presença, aqui, do Suplente do Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, o Sr. Antenor Bonfim, que participará, amanhã, da audiência pública que V. Ex<sup>a</sup> comunicou no início da reunião, sobre a criação das unidades de conservação.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a lembrança de V. Ex<sup>a</sup> e quero, também, dar as boas-vindas ao suplente de Senador e também amigo, o Sr. Antenor Bonfim.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu pediria à Presidência a retirada de pauta do processo para reexame do parecer. Estive em reunião com o

autor do projeto, o Senador Paulo Paim, e dessa reunião com o Senador, eu gostaria de fazer um exame do parecer e retornar com o processo em nova reunião da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Muito bem. Em função da solicitação do Senador Flexa Ribeiro, o item 2 fica, então, retirado da pauta para reexame e posterior reapresentação a esta Comissão.

Passamos ao item 3 da pauta, que é de natureza terminativa.

Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2001, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.

Com a palavra, o Relator, o Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. RELATOR** (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Lei nº 8.171 é a Lei Agrícola – ela é de 1991. E o capítulo XXI, art. 29, trata especificamente da edificação rural, prevendo que o Poder Público incentivará prioritariamente – e aqui vem: itens 1, 2, 3 e 4. O eminente Senador Luiz Pontes propõe essa alteração, incluindo neste art. 94, Da Edificação Rural, na Lei Agrícola, mais um item. É sobre o estabelecimento de tarifas especiais para promover o desenvolvimento da aquicultura. E justifica: porque a aquicultura é importante e carece de um apoio governamental e, neste caso, especificamente, de tarifas especiais de energia elétrica.

Portanto, é um projeto muito simples, mas que considero de uma importância muito grande para o desenvolvimento da aquicultura no Brasil. Daí, o meu relatório com o parecer favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – O parecer do Senador Jonas Pinheiro é favorável.

Em discussão, o parecer.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias. (Pausa)

Desculpe-me. Agora há pouco, V. Ex<sup>a</sup> mencionou o Senador Antenor Bonfim como Suplente do Senador Alvaro Dias. Mas, obviamente, a palavra é para V. Ex<sup>a</sup>, Senador Osmar Dias. Desculpe-me.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Eu sou bem mais novo que o Senador Alvaro Dias, mas não tem problema. Está em família.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DAS** (PDT – PR) – É apenas para concordar com o parecer do Senador Jonas Pinheiro e lamentar que talvez não possamos votar hoje essa matéria, porque é terminativa. Mas a minha concordância é com o parecer do Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Faremos o seguinte: encerraremos a discussão, não faremos a votação, porque, por ser de natureza terminativa, há necessidade de votação nominal. Como estamos em sete Senadores, e talvez venham mais dois, a sugestão é passarmos para o Item 4 da pauta, pois, nesse meio tempo, talvez tenhamos o quórum para fazer a votação nominal em relação ao Item 3.

Senador Jonas Pinheiro, V. Ex<sup>a</sup> ia mencionar posição nesse sentido também?

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Qual é quorum necessário?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Nove Senadores. Estamos em sete. Deixamos a votação nominal para o final desta reunião. E se o quorum for naquele momento suficiente, faremos a votação nominal.

Estamos pedindo para a Assessoria verificar a presença dos demais Senadores.

Enquanto isso, passamos ao Item 4 da pauta, que é o Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural especial e diferenciado os agricultores provenientes de assentamentos criados em virtude da implementação de empreendimentos de utilidade pública e interesse social.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o relatório em relação ao Item nº 4 da pauta, que também é de natureza terminativa e por isso exige votação nominal.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE)** – O PLS nº 157, de 2003, que altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural especial e diferenciado os agricultores provenientes de assentamentos criados em virtude da implementação de empreendimentos de utilidade pública e interesse social, de autoria do Senador Delcídio Amaral, encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos para a apreciação em caráter terminativo.

Mas o seu art. 1º determina que os assentamentos criados em virtude da construção de empreendimentos de utilidade pública de interesse social equiparam-se aos assentamentos integrantes ao Programa Nacional de Reforma Agrária, enquanto o parágrafo único do mesmo artigo atribui ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a responsabilidade pelo cadastramento desses assentados.

Passemos à análise, Sr. Presidente.



O problema dos agricultores deslocados para a construção de barragens, rodovias e outras obras de utilidade pública é muito grave e merece especial atenção do Legislativo.

De acordo com o movimento dos atingidos pelas barragens do Brasil, o número de agricultores prejudicados pela construção de barragens no País é grande.

Apenas como exemplo da gravidade do problema, notícia vinculada por **O Estado de S.Paulo**, de 22 de abril de 2003, informa que a Tractebel Energia negou o pedido de assentamento ou indenização das 400 famílias atingidas pela construção da usina de Canabrava, cadastradas em julho do ano passado com autorização do Ministério Público no Estado de Goiás.

A empresa alega que só se responsabiliza pelas famílias cadastradas em 1998, antes do começo da obra. Também foi enunciado que os atingidos pelas barragens estão realizando uma série de protestos na bacia do Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Os agricultores ocuparam os canteiros de obra da barragem de Campos Novos e estão bloqueando a estrada da ponte do Barracão, no norte do Estado gaúcho. Já são mais de 1.500 famílias atingidas por barragens que estão acampadas e o número deve aumentar durante o dia.

De modo geral, os atingidos por barragens querem a criação de uma linha especial de crédito para custeio e investimentos nas propriedades que foram destruídas com a construção das barragens. Também requerem das empresas a compra de terra para assentamentos, pagamento de crédito de famílias que foram excluídas e a revisão do processo de indenização.

Como exemplo da gravidade do problema, sabemos que o Executivo promulgou o decreto, em 10 de outubro de 2003, que institui o grupo de trabalho interministerial, encarregado de analisar as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, representativa dos atingidos por barragens, e encaminhar proposta para equacionamento dos pleitos apresentados.

O grupo, num prazo de 120 dias, a contar da designação dos seus membros, elaborará e encaminhará para a apreciação da Câmara de Políticas Sociais do Conselho de Governo relatório abordando alternativa para equacionamento das demandas apresentadas.

Quanto à técnica legislativa, seria recomendável corrigir a denominação do Incra, uma vez que não foi grafada corretamente.

Em vista do exposto, manifestamos pela aprovação do PLS de 2003, nos termos em que se apresenta, com a seguinte emenda de redação: “Substitua-se nos arts. 1º, 2º e 3º a expressão Instituto de Colonização e

Reforma Agrária por Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária”.

Era só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – O Relator concluiu, então, pela aprovação do projeto com a Emenda nº 01 que, na verdade, é uma emenda de redação.

Passa-se à discussão da matéria.

Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Senador Flávio Arns, o nosso Estado, V. Exª sabe, participou muito e contribuiu bastante para o fornecimento de energia elétrica. Essas hidrelétricas foram construídas, desalojando muitas famílias de produtores que tiveram que ser assentadas em outras áreas.

É claro que elas foram compensadas com o assentamento em outras áreas, mas começar de novo é difícil. Começar sem infra-estrutura, com um lote novo, às vezes sem a casa, começar sem o curral, sem os animais. Então, é preciso realmente considerar que essas famílias sofreram uma interrupção nas suas atividades, que precisam ser compensadas com crédito para investirem nessas pequenas propriedades que receberam em troca daquelas que perderam com a inundação pela construção das hidrelétricas.

Então, não só no nosso Estado, mas em todo o País isso aconteceu. Acho que o projeto é oportuno, justo, uma bela iniciativa, que devemos votar a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Concordo com V. Exª também, porque realmente o alcance social desse projeto de lei é bastante grande e vai beneficiar, sem dúvida alguma, pessoas que, em função de necessidades econômicas e de desenvolvimento, foram desalojadas também das suas terras.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, quero me solidarizar com o Senador Osmar Dias e parabenizar o autor do projeto, o Senador Delcídio Amaral, e o Relator, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O Estado do Pará, também grande produtor de energia hídrica, sofre das mesmas injustiças, as dificuldades sofridas pelos pequenos agricultores atingidos pelos seus deslocamentos em função das construções de barragem, o não-atendimento de suas necessidades em seus deslocamentos e em seus atendimentos com relação aos novos assentamentos e atendimentos em tecnologias, em financiamentos. Ainda hoje estamos vivendo uma situação singular, porque precisamos concluir as eclusas de Tucuruí para permitir a navegabilidade do rio Tocantins de Marabá até Belém, e os atingidos pela construção da barragem estão ocupando hoje a área das eclusas.

Quer dizer, nós temos dois grandes problemas: o primeiro é o contingenciamento dos recursos necessários à conclusão das obras, que, em parte, estão no Orçamento da União, de R\$200 milhões e contingenciados; e o segundo, que as famílias que estão prejudicadas pela construção da barragem estão ocupando hoje a área da construção das eclusas.

Então, esse projeto, que vem ao encontro da necessidade do atendimento dessas famílias atingidas pelas construções dessas obras de engenharia necessárias para a geração do desenvolvimento e de emprego e renda para a sociedade brasileira, quer dizer, se nós não fizermos essas obras de engenharia para a geração da energia hídrica, vamos encontrar, num futuro próximo, o Brasil sem poder continuar o caminhar, ou sem poder se desenvolver. Já tivemos, no passado, o “apagão” e o teremos no futuro se não retomarmos essas obras.

Então, votarei favoravelmente ao projeto. Parabéns tanto o autor do projeto quanto o parecer do Relator.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma explicação adicional.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sabemos que, quando o Governo promove a construção de obras estruturantes, como hidrelétricas ou rodovias, deixa, sem dúvida alguma, a perspectiva de desenvolvimento para a região que é beneficiada com essas obras, mas, ao mesmo tempo, cria problemas sociais, e esses problemas sociais redundam quase que no abandono ao deus-dará das populações rurais, que viviam da prática da agricultura e para quem, em face das obras, são concedidos assentamentos sem uma infra-estrutura mínima, inclusive de crédito, para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas.

Com esse projeto do Senador Delcídio Amaral, poderemos considerar, de forma efetiva e concreta, com base numa legislação aprovada pelo Legislativo, o agricultor assentado dessa forma, em virtude de obras de hidrelétricas ou de rodovias, como se fosse o assentado da reforma agrária, que dispõe de crédito subsidiado, de uma maior assistência dos órgãos governamentais, no sentido de proporcionar estruturas edificantes para a realização de suas atividades econômicas.

Por isso, Sr. Presidente, é da maior utilidade a aprovação dessa matéria, porque, do contrário, nós teríamos duas modalidades de assentados: aqueles que

são protegidos pela reforma agrária e que merecem, sem dúvida alguma, o apoio das entidades governamentais, e os assentados que, praticamente expulsos da prática da agricultura com a realização de obras que vão repercutir no futuro do desenvolvimento do País, não teriam a mesma assistência dessas entidades governamentais. Agora, sim, serão equiparados os assentados da reforma agrária e os assentados decorrentes da realização de obras estruturantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

**(Procede-se à votação nominal.)**

O projeto está aprovado por unanimidade.

Voltamos ao Item 3 da pauta, cujo Relator é o Senador Jonas Pinheiro. S. Ex<sup>a</sup> emitiu parecer favorável.

Em votação.

**(Procede-se à votação nominal.)**

O Item 3 da pauta também foi aprovado por unanimidade.

Antes do encerramento desta reunião, lembro a V. Ex<sup>as</sup> a audiência pública que será realizada amanhã, às 10 horas, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, para tratarmos das unidades de conservação da natureza e, particularmente, das dificuldades processuais que surgiram nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h15min.)*

**Ata da Décima Terceira Reunião (Conjunta Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Décima Primeira Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de junho de 2005, às 10:00 horas.**

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia oito de junho de dois mil e cinco, na Sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente da CMA, com a presença dos Senadores: **FLÁVIO ARNS**, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, **ANA JÚLIA CAREPA**, **OSMAR DIAS**, **HERÁCLITO FORTES**, **DELCÍDIO AMARAL**, **FLEXA RIBEIRO**, **RAMEZ TEBET**, **EDISON LOBÃO**, **JONAS PINHEIRO**, **PEDRO**

**SIMON, LEOMAR QUINTANILHA, MAGUITO VILELA, NEZINHO ALENCAR, ÁLVARO DIAS, LEONEL PAVAN, IDELI SALVATTI, JOSÉ MARANHÃO, AELTON FREITAS, CESAR BORGES e AUGUSTO BOTELHO.**

O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador **Flávio Arns**, coloca em votação a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente Leomar Quintanilha informa que a presente reunião destina-se à **Audiência Pública** nos termos do Requerimento Nº 15/2005-CRA, de autoria do Senador Osmar Dias e dos Requerimentos Nºs 17/2005-CRA e 19/2005-CMA, ambos de autoria do Senador Flávio Arns, **a fim de discutir a situação dos produtores rurais que estão sendo desapropriados de suas terras para a criação de oito Unidades de Conservação Ambiental, bem como para tratar do Zoneamento Ambiental nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.** O Senhor Presidente da CMA, Senador Leomar Quintanilha, convida para compor a mesa o Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANO, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. ANTONIO APARECIDO CARPANEZZI, Pesquisador da Embrapa-Florestas, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Sr. IVAN BAPTISTON, Coordenador-Geral de Unidades de Conservação do Ibama; Sr. ENORI BARBIERI, Vice-Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina; Sr. VALDIR COLATTO, Diretor da Secretaria de Articulação Nacional do Governo do Estado de Santa Catarina; Sr. CARLOS AUGUSTO CAVALCANTI ALBUQUERQUE, Assessor da Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e Sr. ÁLVARO LUIZ SCHEFFER, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. O Senhor Presidente da CMA concede a palavra ao primeiro orador, Senhor João Paulo Capobianco, do Ministério do Meio Ambiente e, a seguir, a cada um dos outros oradores. Terminada a exposição dos convidados, o Senhor Senador Flávio Arns, Vice-Presidente da CRA, no exercício da Presidência, passa a palavra ao Senador Osmar Dias, autor de um dos requerimentos que deu origem à Audiência Pública. Em seguida, o Senhor Presidente da CMA, Senador Leomar Quintanilha, pede para ouvir, antes de passar a palavra ao Dr. Capobianco para responder ao Senador Osmar Dias, o Senador Flávio Arns, que é autor do outro Requerimento desta Audiência Pública. **Extra-pauta, são apreciados: Item 1) Requerimentos 20/2005 – CRA e 23/2005 – CMA**, de autoria do Senador Osmar Dias, para que sejam encaminhados a essas Comissões (CRA – CMA) todos os documentos e informações, inclusive cópia dos contratos com especialistas, organizações, etc, relatório de vistoria

de campo, datas e locais vistoriados, estudos técnicos, em especial dos de variabilidade genética, sócio-econômicos, e outros especializados, referentes à criação das unidades de conservação ambiental nos Estados do Paraná e Santa Catarina, no prazo de 10 dias. **Resultado: Aprovado. Item 2) Requerimentos 21/2005-CRA e 24/2005 – CMA**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, para que sejam encaminhados a essas Comissões (CRA – CMA) todos os documentos e informações, inclusive cópia dos contratos com especialistas, organizações, etc, relatório de vistoria de campo, datas e locais vistoriados, estudos técnicos, em especial dos de variabilidade genética, sócio-econômicos, e outros especializados, referentes à criação das unidades de conservação ambiental no Estado do Pará, no prazo de 10 dias. **Resultado: aprovado.** Usaram da palavra durante a reunião, os seguintes Senadores: Osmar Dias, Flexa Ribeiro, Leomar Quintanilha, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Leonel Pavan e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Flávio Arns**, Presidente em exercício.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Convido os Srs. Parlamentares a tomarem assento em suas bancadas para que possamos iniciar a reunião.

Há número regimental, declaro aberta a décima terceira reunião conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e da décima primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permanecem sentados.

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de discutir a situação de produtores rurais que estão sendo desapropriados de suas terras para a criação de oito Unidades de Conservação Ambiental, sem terem sido ouvidos na forma da legislação pertinente. E para tratar do Zoneamento Ambiental nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, nos termos do Requerimento nº 15/2005, de autoria do Senador Osmar Dias, e do Requerimento nº 17/2005, de autoria do Senador Flávio Arns.

Iniciaremos convidando para compor a mesa o Sr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e



Florestas do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Antonio Carpanese, pesquisador da Embrapa-Florestas; o Sr. Valmir Ortega, Diretor de Ecossistemas do Ibama. Em seu lugar veio o Dr. Ivan Batiston. Chamo, ainda, Enori Barbieri, Vice-Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina; Valdir Colatto, Diretor da Secretaria da Estatal de Articulação Nacional do Governo do Estado de Santa Catarina; Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque, Assessor da Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e Álvaro Luiz Scheffer, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Para um melhor resultado possível nessa reunião, nessa audiência pública, ouviremos efetivamente os argumentos e os subsídios que trazem para o debate com os eminentes Senadores. Vamos conferir a cada um dos participantes o tempo de dez minutos para suas respectivas exposições.

Vamos iniciar com o Sr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Tem V. S<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Sr. Senador, Presidente da Comissão, demais Senadores presentes, Senhoras e Senhores, inicialmente gostaria de agradecer a oportunidade de trazer ao Senado explicações sobre o processo de criação das Unidades de Conservação que visam proteger as florestas de araucária nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Faço apenas uma consulta ao Sr. Presidente sobre um problema para o qual gostaria de uma orientação: temos uma apresentação que detalha o processo, e temo que seja um pouco mais longo do que 10 minutos. Pergunto, então, se posso prosseguir na apresentação ou se devo fazer um resumo um pouco apressado talvez. Não sei qual seria o melhor encaminhamento, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sugeriria, já que vem com imagens, e, normalmente, imagem fala mais do que mil palavras, talvez fosse interessante V. S<sup>a</sup> fazer apresentação, mas procurando enxugar o que entendesse oportuno.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Está certo! Muito obrigado. Fá-lo-ei o mais rápido possível!

Vamos começar, então, por favor! Não sei quem está operando o equipamento.

Pode passar, por favor, o próximo!

Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores presentes aqui nesta reunião, rapidamente, apenas para nos localizarmos, esta é a área da cobertura original do Estado do Paraná. Podemos verificar ali a área em debate, que chamamos floresta com araucária ou que é classificada pelo IBGE como Floresta Ombrófila Mista, uma grande mancha que originalmente cobria toda a região central, indo até

nos limites do Estado com Santa Catarina, uma região muito importante e dominada, originalmente, por essa formação florestal.

Próximo!

Esse é o de Santa Catarina. A mesma coisa. Observem que temos, na região litorânea, a chamada Floresta Ombrófila Densa, mas, em todo interior, temos extensas áreas originais da Floresta Ombrófila Mista, passando Abelardo Luz até a divisa, inclusive, do Brasil, no seu limite Oeste.

Próximo!

Essa é a situação atual do Estado, da cobertura vegetal no Paraná, em 2000, que se caracteriza por uma intensa preservação na região litorânea. Temos ali, entre a Capital, Curitiba, e o litoral, uma extensa área de cobertura florestal da Floresta Ombrófila Densa, não é a floresta com araucárias. Mais para o interior, temos uma fragmentação muito grande, com remanescentes de pequena dimensão que constituem hoje o que sobrou dessa floresta original.

Próximo!

Esse é o mesmo caso de Santa Catarina. Novamente se repete isso! Temos, na região serrana litorânea, uma densa cobertura, também da Floresta Ombrófila Densa. Mais para o interior, na área de ocorrência original da Floresta Ombrófila Mista, das matas com araucária, temos uma situação bastante preocupante com muitas áreas pequenas e muito pulverizadas.

Próximo!

Esse é um mapeamento que traduz o Decreto nº 5.092, de 2004, do Presidente da República, que definiu em todo o País as chamadas Áreas Prioritárias para a Consideração da Biodiversidade. Esse é um trabalho realizado por mais de 1.200 especialistas no Brasil inteiro, por região, que se reuniram para trabalhar e definir as áreas prioritárias.

Observem ali, na Guarapoava, mais ali no centro-sul do Estado, essa mancha vermelha que vai até Palmas e depois continua em Santa Catarina.

Próximo, por favor!

Santa Catarina, ali, Abelardo Luz, Ponte Serrada. Aquela é uma grande área que foi considerada por todos os especialistas como a grande área importante, do ponto de vista da biodiversidade, para a proteção dessa Floresta Ombrófila Mista, em função de características biológicas e genéticas de ecologia da paisagem.

Próximo!

Chegamos, finalmente, às áreas em estudo. Como podem ver, grande parte das áreas que estão aí assinaladas constavam das Portarias nºs 507 e 508, editadas pelo Governo Federal, pelo Ministro do Meio Ambiente, no final do ano de 2002, portanto na gestão anterior à



nossa. Essas portarias foram criadas identificando as áreas que estão aí assinaladas, que se concentram naquela mancha vermelha que mostrei como áreas prioritárias para a biodiversidade, exceção de Tuneiras do Oeste, que é uma área um pouco mais afastada em direção ao interior do Paraná, que pode ser vista no Noroeste do Paraná.

Essas áreas ali assinaladas, Srs. Senadores, foram definidas como áreas para estudos e criação de novas áreas de concentração ainda no Governo anterior, e elas foram identificadas a partir de um grupo de trabalho criado também no Governo anterior, que identificou essas áreas, como aquelas onde ocorriam ainda remanescentes importantes dessa floresta, que deveriam ser analisadas com mais detalhe para futura criação de Unidade de Conservação.

Ocorreu que as Portarias nºs 507 e 508, por uma questão de redação, geraram uma grande polêmica nas duas regiões nos Estados do Paraná e Santa Catarina e essa foi a primeira grande discussão que nós enfrentamos logo no início do Governo. Recebemos uma delegação de mais de 40 pessoas, incluindo Parlamentares Federais, Estaduais, incluindo Prefeitos, proprietários, associações de produtores, ou seja, uma reunião muito grande para nossa surpresa. Nós não conhecíamos essa polêmica porque aquela portaria definia, como vocês podem ver, a chamada área núcleo e área de entorno e proibia a introdução de qualquer espécie exótica. E como isso houve uma interpretação de que toda a atividade de uma cultura de pinos ou mesmo a atividade de cultura tradicional, milho, arroz, tudo aquilo que não é nativo, estaria proibido em toda essa extensa área provocando corretamente, portanto, uma revolta de todos os produtores.

Então, o que nós fizemos? Em entendimento com a Ministra Marina Silva, com aqueles atores, ela criou um grupo de trabalho chamado GT Araucária Sul, composta por representantes de vários setores da região e do Governo Federal e dos Governos Estaduais para discutir isso. E a primeira proposta deste GT foi aprovar uma mudança na portaria que gerou as Portarias 176 e 178, que corrigiram para esses equívocos, explicitando claramente que as portarias tinham incidências exclusivamente sobre área de vegetação nativa, que se encontrava naquela situação no ato da edição das portarias. Portanto, desonerando qualquer atividade econômica, qualquer atividade produtiva, e eliminando inclusive o chamado entorno dos dez quilômetros que estariam afetados pela portaria. E isso trouxe uma atividade maior ao grupo, evidentemente, que as preocupações permaneceram em vários setores corretamente, mas isso permitiu, um distencio-

namento e o início do trabalho GT-Araucária Sul de forma mais positiva.

O próximo, por favor.

Uma informação que acho relevante e que temos que ter em mente, é que a floresta com araucárias está hoje restrita a menos de 3% de sua área original, sendo que apenas 0,36% desta área remanescente, que é muito pouco, mas apenas 0,36%, está protegida em Unidades de Conservação, sejam elas federais, sejam estaduais ou reservas particulares do patrimônio cultural.

Então, nós temos pouca área protegida.

O GT-Araucária Sul, criado em março de 2003, pela Ministra Marina Silva, passou a se reunir a partir de março e a missão desse GT, na Portaria, propor ações visando a proteção, conservação e recuperação das florestas araucárias.

O GT tem a participação de mais de 30 instituições, evidentemente que não é perfeito. Há reclamações de instituições que não participaram, de ambos os lados, de todos os setores, mas ele é bastante representativo, embora não seja perfeito como qualquer grupo de trabalho que nós criamos e trabalhamos.

Então, envolvendo níveis de Governo, as universidades, sociedades e organizações do setor agrícola industrial.

O próximo, por favor.

O GT fez quatro reuniões, a primeira em Brasília, aberta pela Ministra, na sequência, Curitiba, Florianópolis, e uma final em Brasília, e o Governo do Estado de Santa Catarina e Paraná participaram intensamente de todo o processo, de todas as reuniões, representados por seus titulares máximos na área ambiental, os Secretários do Meio Ambiente e dos dois Estados.

No âmbito do GT, para dar consequência aos estudos das Unidades de Conservação, foi criado uma força-tarefa de técnicos, coordenados pelo IMA e Ibama, reunindo 16 instituições nos três níveis Governos, universidades e organizações da sociedade civil que tiveram como objetivo justamente fazer os trabalhos técnicos de levantamento, para propor ao GT o encaminhamento para a proteção daquelas áreas que merecessem essa proteção.

Próximo.

Temos aqui um resumo. Esse grupo teve 47 dias de campo, três sobrevôos, foram quarenta técnicos dessas instituições, que percorreram mais de 41 mil e 300 km em seu esforço. Vocês podem ver aqui todo o equipamento. As equipes foram mistas, entre os Governos dos Estados envolvidos e o Governo Federal, e o trabalho todo foi feito de forma integrada.

Próximo.

As diretrizes do grupo, aprovadas pelo GT de Aguarauçu foram as seguintes:

Primeiro, incluir o máximo de áreas com cobertura original, portanto Floresta Ombrófila Mista e também as suas ligações com campos naturais;

Manter a integridade dos fragmentos de campos e florestas;

Evitar a inclusão de edificações e atividades primárias;

Incluir nascentes e mananciais.

Próximo.

Foram utilizadas imagens de satélite de alta resolução. Todo o material já foi geo-referenciado e está totalmente disponível. Envolveu doutores e especialistas de relevância nacional e internacional e, no caso do estudo da variabilidade genética, utilizou marcadores moleculares, num processo produzido pela Embrapa, que elaborou esses marcadores, microsatélites, para análise de variabilidade genética das áreas de interesse e proteção.

Próximo.

Foram realizados estudos na área biológica: fauna e flora, ecologia da paisagem, biologia da conservação, variabilidade genética das araucárias, geomorfologia, ideologia, economia, perfil fundiário.

Próximo.

Estudos socioeconômicos: Grau de urbanização dos Municípios, População ocupada por setor econômico, emprego formal por setor econômico, emprego formal para o setor econômico, produção agropecuária, valor da produção agrícola, principais produtos da pauta agrícola, estrutura fundiária, uso da terra, participação no valor adicionado fiscal do Estado e índice de desenvolvimento humano e municipal.

Próximo.

Em termos de perfil fundiário, foram identificados em campo propriedades e proprietários, pesquisa cartorial, matrículas, transcrições e mapas e foi feito um levantamento do valor comercial das terras, utilizando fundamentalmente dados do Brasil, cartórios, imobiliárias e corretores.

Próximo.

Esse é o exemplo de uma área, no caso do Estado do Paraná. Temos ali a cidade de Ponta Grossa e, na área em amarelo, está em estudo a proposta de limite do Parque Nacional de Campos Gerais. Cada marcação dessa equivale a visitas de campo e coleta de dados em campo realizada pela equipe, durante os trabalhos de vistoria nessa região.

Próximo.

Bom o que resultou desse trabalho, Srs. Senadores?

Próximo.

Ao final e ao cabo, depois desses levantamentos, foram propostas a criação de sete Unidades de Conservação, sendo cinco no Estado do Paraná e duas no Estado de Santa Catarina.

Dessas Unidades do Paraná, três delas, as três primeiras, o Parque Nacional de Campos Gerais, a Reserva Biológica das Araucárias e a Reserva Biológica das Perobas, são Unidades de Conservação que, pelas suas características, segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, são obrigatoriamente áreas que terão que passar para Poder Público, portanto, as áreas terão que ser desapropriadas.

Já as duas outras no Paraná, o Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tabagi e o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, são áreas que permanecem privadas, portanto não há desapropriação.

No caso de Santa Catarina, temos duas Unidades, uma de Estação Ecológica, a da Mata Preta e o Parque Nacional das Araucárias que, pelas suas características, segundo a Lei, passariam a ser áreas de propriedade do Poder Público, a não ser aquelas áreas, que em entendimentos, isso vale para qualquer uma dessas cinco Unidades, sejam as três do Paraná ou as duas de Santa Catarina, onde houver entendimento, onde os proprietários queiram, prefiram, dar uma destinação de criar na sua área uma reserva particular do patrimônio natural, como tem sido discutido já com vários deles. Portanto, nesse caso não seriam evidentemente desapropriadas.

Próximo.

Entre as Unidades, a primeira, o Parque Nacional dos Campos Gerais, tem uma área de 23.092 hectares, no estágio atual. É importante frisar que esse processo não está encerrado, mas que há discussões sobre limites. Como já disse, um dos critérios é a não-inclusão de atividades produtivas em todo o seu entorno. Mas eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores e de todos os presentes de que, em alguns casos, nós temos, em algumas regiões, como vão aparecer nos próximos mapas, algumas áreas de atividade em produção no meio desse mosaico.

Então, essas áreas que estão no meio da Unidade dificilmente poderão ser excluídas, para que possamos manter o conjunto. No entanto, as áreas de entorno nos limites das Unidades, evidentemente, o objetivo é excluir todas as atividades em produção, toda a infraestrutura existente. Mas esse é o estágio atual, como eu disse, em fase de discussão.

Há, inclusive, nesse caso, uma polêmica em relação àquela área sul, aquela área foi proposta de ser ampliada na audiência pública, ou melhor, na consulta pública realizada em Ponta Grossa, mas há vários questionamentos de proprietários de que a ampliação

ali teria incluído uma área de produção, portanto, evidentemente que isso terá que ser visto e analisado, porque não faria sentido ampliar a área para uma área de produção. Portanto, esse é um mapa que ainda não está fechado.

Próximo.

Vou pular aqui, Senador, as justificativas para a criação, porque eu acho que isso demoraria muito tempo, mas nós temos aqui, nesse *slide* e no próximo – próximo, por favor – o conjunto de justificativas para a criação dessa Unidade de Conservação, que estão disponíveis, nós vamos deixar o material com V. Ex<sup>as</sup>, esse CD, e vou passar aqui a V. Ex<sup>a</sup> também, já, essa apresentação, onde nós temos todas as informações aqui detalhadas, caso os Senadores tenham interesse. Eu também estou à disposição para esclarecer, evidentemente.

Próximo.

Essa Unidade abrange os Municípios de Ponta Grossa, Castro e Carambeí, nessa proporção, como aparece aí. A grande parte, 72%, está no Município de Ponta Grossa, seguido por Castro e Carambeí.

Próximo.

Essa é a área atual, que ainda merece análises e debates. Eu espero que possamos aprimorar isso no curto prazo. Mas, no momento atual, nesse mapa aí exposto, nós teríamos, dentro da área, 17,8% da área, que é destinada a outros usos, atualmente com outros usos, e que merece análises detalhadas no sentido de verificar a viabilidade disso.

Nós temos ali – é interessante, eu queria chamar atenção – ontem, na audiência muito produtiva, que tivemos na Câmara, algumas pessoas da região propuseram, inclusive, a ampliação dessa Unidade ao norte, no sentido de que há uma grande área protegida ali, uma área de mananciais muito importante, propondo, inclusive, que pudesse incluir essa área ao norte, e ajustar em outras áreas onde há áreas de produção.

Portanto, isso mostra que nós temos, ainda, bons ajustes, que vão aprimorar muito a proposta nos próximos dias.

Próximo.

Esse é o levantamento que nós temos sobre a ocorrência de propriedades nesse perímetro. Nós temos aqui dezessete propriedades e na próxima tabela... Próximo, por favor.

Totalizariam 33 propriedades. Há questionamentos sobre isso. Ontem foram apresentadas outras propriedades, e – mais uma vez eu repito – o Grupo de Trabalho que foi criado ontem por Município para discutir isso, nós vamos poder confrontar essas informações, verificar porque que as eventuais propriedades

incluídas não estão aqui relacionadas, e corrigir isso, evidentemente, sempre que isso for comprovado.

Próximo.

Esta é a Reserva Biológica das Araucárias. No desenho atual, ela apresenta 16.573 hectares.

Próximo.

Também aqui a caracterização da área, vou pular para ser mais rápido.

Próximo.

Ela abrange três Municípios, conforme aí está delimitado, sendo que a maior área da UC está no Município de Teixeira Soares e inclui também os Municípios de Imbituba e Ipiranga.

Próximo.

Esta é a área do desenho atual. No desenho atual, nós temos 18,7% de outros usos e, como eu disse, em análise.

Próximo.

Aqui é o levantamento fundiário, obtido já pelo Ministério, e também aqui surgem algumas dúvidas sobre algumas outras propriedades que, como eu disse, serão, eventualmente, consideradas nas discussões daqui para frente.

Próximo.

Esse seria o Refúgio Silvestre do Rio Tibagi e, como já disse, essa Unidade de Conservação não exige desapropriação, ela permaneceria de propriedade dos proprietários atuais, sendo que não haverá nenhuma restrição à atividade em produção que esteja sendo executada em bases legais. Isso inclusive constará do decreto. Temos ali uma área atual de 31.483 hectares em discussão.

Próximo.

Aqui a caracterização da área e os motivos que levaram a incluí-la.

Próximo.

Como já disse, isso tudo está disponível para os Srs. Senadores.

Próximo.

Os Municípios abrangidos são cinco, sendo que o mais abrangido seria o Município de Ponta Grossa, com 42,9% da Unidade neste Município e nos demais, conforme esse quadro explicita.

Próximo.

Temos nessa área 23% de outros usos e o resto são todas áreas de proteção.

Próximo.

Aqui uma informação importante que é a criação dessa reserva de vida silvestre que, como já disse, é uma área de propriedade privada e permanecerá assim, permitirá a interligação de várias Unidades já existentes e de Unidades a serem criadas. Temos ali o Parque Nacional de Campos Gerais, mais ao nor-

te, proposto e já especificado e se ligará com Parque Estadual de Vila Velha com APA e promoverá a interligação por corredor biológico com a araucária, que também estamos propondo, e Unidades de Estação Ecológica já existentes naquele lado. Então, teremos aí não apenas a criação de Unidades, mas também a consolidação de um corredor biológico, de altíssima importância, que acreditamos dará uma grande contribuição à proteção da diversidade biológica dessa fisionomia florestal tão ameaçada.

Próximo.

Essa seria a Reserva Biológica das Perobas, com 10.832 hectares propostos.

Próximo.

Essa área está, na sua maior parte, no Município de Tuneiras do Oeste e o restante dela no Município de Cianorte.

Próximo.

Hoje, pelo desenho atual, temos 16,9% de áreas que não são de florestas ou de proteção de cultura vegetal natural e, evidentemente, tudo em processo de análise e discussão por todos os participantes.

Próximo.

Essas seriam as propriedades incluídas no perímetro dessa unidade e a soma dessas propriedades é bem maior que a soma da Unidade, mas é porque parte delas está parcialmente na Unidade de Conservação.

Na audiência anterior, foi informada algumas correções na tabela, e vamos verificar a procedência dessas correções para ajustá-las e corrigi-las. A informação de ontem de que no caso da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná seria acima de 15mil hectares e não 40 mil hectares. Vamos verificar e estamos pedindo que esse dado nos chegue com detalhes para checarmos, porque, efetivamente, no Registro de Imóveis obtido pelo Ministério, a área era assinada com 40mil hectares.

Próximo.

Essa seria finalmente a última Unidade no Paraná, o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, que inclui uma área de floresta importante e uma área de transição com campos naturais muito bem preservados, talvez uma das últimas ou a última área significativa que encontramos com campos naturais muito bem preservados, seria um refúgio de vida silvestre, onde a atividade econômica em curso permaneceria em atividade, e ela está proposta no momento com 16.272 hectares.

Próximo.

Aí estão as justificativas.

Próximo.

Os Municípios abrangidos. Palmas, 90% da Unidade estaria no Município de Palmas e 9,2% no Município de General Carneiro.

Próximo.

Aqui já no Estado de Santa Catarina temos o Parque Nacional das Araucárias, proposto hoje com 16.035 hectares.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Dr. Capebiano, sugeriria a V. S<sup>a</sup> que procurasse agilizar, porque notamos que, embora as imagens sejam importantes como subsídio das discussões que seguirão, há uma certa repetição nas informações das respectivas áreas.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Está certo, entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Como os Srs. Senadores terão um material disponível...

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Está certo. Já estamos no final.

Vamos acelerar, pode passar, são as justificativas, são os Municípios Ponte Cerrado e Passo Maia, abrangidos.

Próximo.

Aqui o uso do solo.

Próximo.

Os proprietários até o momento identificados.

Próximo. Aqui a última a seção ecológica da Mata Preta, com atualmente 7.958 hectares.

Próximo.

Com justificativas.

Próximo.

E aqui o mapa de uso do solo atual.

Próximo.

Aqui a questão fundiária.

Próximo.

Aqui, finalmente, Srs. Senadores, seria o resumo.

Então, os Srs. podem observar, temos as cinco Unidades de Conservação.

E para encerrar, este é o último *slide*, Senador, temos na primeira coluna a primeira proposta elaborada. Na segunda coluna, a proposta pós consultas públicas.

Em Santa Catarina, foram debates ocorridos com vários setores envolvidos. Só para esclarecer, daquelas três primeiras Unidades, temos em vermelho a soma das áreas que teriam que ser ou desapropriadas ou no caso, caso os proprietários queiram transformar em reserva particular de patrimônio natural, poderiam permanecer privadas. Mas, em tese, a área era originalmente de 48.827 e, depois de várias consultas, teria passado a 50.497. Mas, como disse, isso não está



fechado ainda. Poderá variar. E as duas, na segunda coluna em vermelho, a área que permanecerá privada, 48 mil originalmente, agora 47.755, portanto, praticamente metade no Paraná exigiria desapropriação.

O total no Paraná, hoje, 98.252. Em Santa Catarina, teríamos 25.830. atualmente, 23.993. E no total, nos dois Estados, teríamos hoje 122.245 hectares.

Para encerrar, Senador, quero esclarecer novamente que essas cifras ainda estão em discussão. Há várias propostas de ajuste, várias já foram consideradas. Há propostas de proprietários que estão reivindicando o direito e a possibilidade, ao invés dessa área ser desapropriada que transformem em reserva particular do patrimônio natural. O Ministério do Meio Ambiente vê isso com muito bons olhos. Acho que esse é um caminho muito bom, mas evidentemente isso depende de uma vontade do proprietário, não pode ser imposto ao proprietário.

Ontem ainda várias discussões foram feitas, e foi aberta a possibilidade de cada Município envolvido criar uma comissão para analisar tecnicamente. Vários Prefeitos que estão aqui vão, inclusive, levar já todo o material detalhado, mapas em grande escala para poder trabalhar e todo o material para que possamos avançar nas discussões.

Obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Presidente Leomar Quintanilha, estamos vendo que teremos vinte oradores, entre Senadores e os expositores. Expositores são oito, a não ser que o digníssimo Senador Flávio que deverá usar. O autor do requerimento é o Senador Osmar Dias, assinado também pelo Senador Flávio. O Senador Osmar Dias também fará uma explanação bem ampla por ser o autor. E depois a réplica e a tréplica. Fora as questões de ordem, teremos aqui umas quatro horas de reunião, falando 10 minutos cada um.

Não sei o que o Presidente tem para nós. É justamente esse o tempo que vai durar? Porque temos outros compromissos que têm de ser seguidos na Casa, para tentarmos encaixar a nossa agenda. E há Comissões que também exigem a presença de alguns Senadores. Ele sai, volta. Tem que saber como será o procedimento. Se serão todos de dez minutos.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra o eminente Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, neste momento está sendo realizada uma reunião dos Líderes. Sou Líder do PDT e deixei de participar da reunião de Líderes para estar aqui. Também está sendo realizada uma reunião da Executiva do meu Partido, onde não posso estar evidentemente, para discutir a questão da CPI.

Meu requerimento propunha a convocação ou o convite de três pessoas para que pudéssemos ter o contraditório. Houve a opção do Senador Flávio Arns de ampliar essa audiência com a participação de outras pessoas, o que é positivo, mas, para que todos sejam ouvidos, é preciso que todos colaborem com o tempo. É claro que o Dr. Capobianco tinha que apresentar aqui as informações e seu tempo estourou, mas, se continuarmos estourando o tempo dessa forma, não vamos nem almoçar nem participar da sessão do Senado, à tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente. Compreendemos, primeiro, os compromissos das Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores com outras atividades, mas vamos procurar objetivar sem perda da qualidade do conteúdo das exposições que vierem a ser feitas, que são os subsídios importantes para a discussão que vamos tratar. Agradeço o Sr. Capobianco pela primeira participação.

Passo a palavra ao Sr. Antonio Carpanezi, pesquisador da Embrapa, pedindo a sua compreensão para o cumprimento do horário estipulado de dez minutos.

**O SR. ANTONIO APARECIDO CARPANEZZI** – Sou pouco afeito a esse tipo de apresentação, então, peço antecipadamente a compreensão de V. Ex<sup>as</sup>. Sou pesquisador da Embrapa e, resumidamente, atuo no sul do País há cerca de vinte anos. Trabalho com ecologia florestal voltada tanto à produção quanto à conservação, que é uma tendência dos últimos quinze anos aproximadamente. O meu depoimento e o meu parecer são fundamentados basicamente nessa larga experiência.

Um pequeno detalhe que vejo hoje e que foi muito útil em minha vida é que, em cada viagem que faço nesses últimos vinte anos, não dirijo, mas observo a paisagem por dever profissional. Observo as espécies, a conservação da natureza, não pela conservação em si, exatamente, mas para a tecnologia de silvicultura de espécies nativas. Em suma, tenho acompanhado muito a transformação da paisagem, não somente em toda a Região Sul, como também no Estado do Paraná e em outros Estados, como Rondônia e Pará, para onde tive oportunidade de viajar muito.

Atendo-me aos dizeres da convocação do requerimento, não entrarei nos méritos do processo, que parece ser a grande dúvida que paira sobre toda...

Os méritos do processo parecem ser a causa principal dessa convocação. Isso não é de competência da Embrapa ou do Ministério da Agricultura. De qualquer modo, ou acima disso, o nosso parecer é favorável ao estabelecimento das Unidades de Conservação que estão sendo propostas. Existem dois motivos básicos para isso: o menor, diria, é que somente 0,1% da área dos Estados é área em produção que, efetivamente, seria desativada – 0,1% a 0,2%, dependendo de como se façam os cálculos.

O outro motivo é de ordem maior. É que entendemos que uma agricultura moderna e sustentável não pode prescindir do sistema de Unidades de Conservação que seja condizente com isso. Não existe um País moderno e sustentável, com uma agricultura moderna e sustentável, sem um sistema de unidades de conservação, seja através de unidades de conservação tradicionais, seja de outras formas, como áreas de preservação permanente e reserva legal, que seja condizente com o seu ambiente, com a sua natureza, com o seu povo.

As Unidades de Conservação, a bem da verdade, a nosso ver, ela já vem muito tarde. Os percentuais de Unidades de Conservação em nosso País aproximam-nos de uma Serra Leoa no sentido de conservação ambiental. Não somente – permitam-me dizer – de Paraná e Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. A questão de campos, fala-se muito de floresta. Os campos estão em uma situação hoje muito mais olvidada e muito mais em devastação do que as florestas; e os olhos estão somente para os campos por uma questão cultural. Somente a floresta tem valor. Não existe praticamente hoje um hectare de campo essencialmente nativo, que realmente esteja protegido. Eu não digo campo transformado em pastagem de gado. Isso não é campo protegido; é campo propriamente dito.

Eu quero dizer isso como uma contribuição aos Srs. Senadores, para que realmente olhem o nosso ambiente, porque eu vejo que os campos constituirão, em breve, uma grande embate entre os produtores e os exigidores da lei ambiental. Existe hoje muito mais tecnologia para se fazer reserva legal em florestas, por exemplo. Mas não existe nenhuma tecnologia para se fazer reserva legal em campo.

Por que a Embrapa toma tal posição? A Embrapa toma tal posição, porque ela reconhece como todo na conservação da natureza. Além dos valores éticos, ela reconhece importância direta ao homem, seja através de serviços dos quais o serviço mais evidente, mais divulgado, e mais concentrado, especialmente, é a produção de água, como também a conservação genética.

Eu observei ali, na exposição do Ministério do Meio Ambiente, que existem muitas outras espécies, vamos dizer, a goiaba serrana. A goiaba serrana hoje, em nosso país, é praticamente olvidada. Ela está sendo estudada na Nova Zelândia, na China. É uma planta nativa de vários ecossistemas, principalmente aqueles próximos a palmas. Todos esses recursos genéticos de goiaba serrana, de pinheiro, de (inaudível), dentro da floresta estacional semidecidual. São espécies de potencial econômico enorme que devem ser preservadas.

Nós precisaremos, em breve, como consta na legislação, de um grande esforço para recompor a Reserva Legal. A Reserva Legal precisa de patrimônio genético. Não se faz Reserva Legal pegando árvores de esquina. Então, precisamos dessas Unidades para contemplar a nossa produção futura, com espécies nativas que até hoje se encontram em estado incipiente.

Bem, finalizando, a Embrapa estará pronta a colaborar, seja no âmbito de produção madeireira.

Bem, somente isso eu tenho a dizer, por enquanto. Agradeço a atenção.

Obrigado.

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Os agradecimentos da Mesa ao Sr. Antonio Aparecido Carpanelli pela sua participação.

Nós gostaríamos de registrar as honrosas presenças, nesta audiência pública, do Prefeito de Ponte Serrada, de Santa Catarina, Sandro Luiz Fávero; do Prefeito de Passos Maia, de Santa Catarina, Osmar Toso; do Prefeito de Abelardo Luz, também de Santa Catarina, Nerci Santin; do Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais, do Paraná, Luiz Eduardo Pilates Rosas; do Dr. Douglas Fonseca, Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Ponta Grossa; de Henri Uliano Quaresma, Diretor de Relações Industriais da Fiesp; de Cláudio Caminsk, Presidente da Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro do Paraná; de Celso Kubask, Prefeito de Imbituva, Paraná; de Orides Dalbem, Presidente do Sindicato Rural de Abelardo Luz, Santa Catarina; de Jussara Bittencourt, da Cooperativa Batavo; de Demerval Silvestre, da Associação de Produtores Rurais de Ribeira Concórdia, no Paraná; de Zeli de Oliveira da Luz, Prefeito de Ouro Verde, Santa Catarina e de Gilberto Hullman, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituva, no Paraná.

Passamos a palavra ao Dr. Ivan Baptiston, Coordenador-Geral de Unidades de Conservação do Ibama.

**O SR. IVAN BAPTISTON** – Sr. Senador que preside esta Mesa; Srs. Senadores; autoridades, senhores e senhoras, bom-dia.

Inicialmente, eu gostaria de justificar a ausência do Dr. Valmir, que não podia se fazer presente e me pediu que o representasse aqui. Ele é Diretor de Ecossistemas, onde a execução da implantação e ingestão das UCs propostas estão afetas.

Como Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, Ibama, que é responsável pela execução da política nacional do meio ambiente, nós executamos, exercemos as atividades no atendimento de compromissos que são assumidos por esta Nação; compromissos assumidos com protocolos internacionais; compromissos constitucionais e por isso éticos e morais, principalmente com as nossas gerações futuras.

Nos compromissos de conservação da biodiversidade, buscando atender a esse compromisso, as unidades de conservação são, segundo o conhecimento de todos os senhores, o principal elemento para que consigamos atingir a conservação de biodiversidade, que é fundamental, como já foi dito, para a busca de qualquer desafio de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. Há um conjunto de objetivos que são atendidos pelas unidades de conservação, não só principalmente de proteção da biodiversidade, mas também objetivos de desenvolvimento, de alternativas de atividades e econômicas.

Na gestão, na criação, na proposta de unidades de conservação nós temos a legislação brasileira. Principalmente, destaca-se o Snuc, Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que abriga todos os passos. Desde as propostas ele está assegurado numa legislação – além de outras autorizações, o Snuc é fundamental – que considera todos os passos para a efetivação das unidades de conservação brasileiras, desde os estudos para criação e a construção das propostas até a implementação e a gestão dessas UCs. E essas UCs, é bom que se diga, têm objetivos de interesse público, de interesse coletivo. E às vezes atingir esses interesses públicos e objetivos se contrapõe, ou chega a ferir e a comprometer alguns interesses privados, ou poucos interesses privados. É importante que tenhamos isso, analisemos e discutamos. As UCs têm interesses públicos e coletivos e são o grande patrimônio desse País.

Especificamente sobre Araucária, não como espécie, mas o ecossistema de araucária, a floresta ombrófila mista, foi apresentado aqui e é de conhecimento de todos que nos resta, hoje, menos de 8%, não de araucária indivíduo, de araucária araucária espécie, mas, de araucária sistema com todo seu dinamismo, todo seu conjunto de espécies e funcionamento, só nos resta menos de 8%. E, destes, menos de 3% estão efetivamente assegurados em unidades de conservação, em patrimônios públicos, em patrimônios coletivos.

Esse é um dado importante para contrapor a discussão do que temos hoje já de terras agricultáveis ou de espaços territoriais utilizados para desenvolvimento em nossas mais diversas atividades econômicas que são importantes nesse país. Mas, a conservação da biodiversidade é muito importante, é fundamental.

Eu, nascido e criado em Chapecó, Santa Catarina, posso falar por experiência própria. Eu me criei na beira do Rio Uruguai, me criei nadando em rios de águas límpidas, me criei convivendo com florestas de araucária, não somente com o pinheiro do Paraná, mas, com florestas inteiras, florestas complexas de araucária. E hoje tenho dúvidas onde levo meu filho. Tenho 45 anos, não consigo levar meu filho para tomar banho no Rio Irani, no Rio Uruguai onde me criei. Não tenho condições, porque ele não tem condições de permitir que meu filho se banhe no Rio Uruguai. Quando terei oportunidade de levar meu filho, o filho do meu filho, o filho do filho do meu filho, para terem a oportunidade de conhecer uma floresta escura de araucária, uma floresta de araucária, não um reflorestamento, não uma área remanejada, mas, um ambiente natural com toda sua complexidade? E isso é abrigado nas unidades de conservação. E o que restou é muito pouco para garantir a essas gerações futuras que tenham o direito de, pelo menos, conhecer um pouco os nossos ambiente naturais. É para isso que se criam as unidades de conservação e para isso que se propõem as unidades de conservação, e para isso que foram propostas esses últimos pequenos fragmentos de domínio da floresta de araucária nessa nação chamada Brasil.

Gostaria de salientar aqui duas questões que também já foram ditas ontem e estão sendo levantadas e que geraram muita polêmica e geram muitas questões. Uma diz respeito à regularização fundiária. A regularização fundiária – é importante que se saiba bem e se tenha isso em mente – não se faz somente com orçamento da União, não se faz regularização fundiária só com recursos do orçamento. Temos a compensação ambiental, que pode ser canalizada, que já é acionada para a compensação, para a regularização fundiária, e também a compensação com reservas legais. Se voltarmos àquela imagem onde vemos o grande vazio que temos, que a Legislação brasileira – e os Senhores sabem muito bem – de 1965, o Código Florestal já previa os 20%, já previa as áreas de preservação permanente. Mas, se olharmos para Santa Catarina, se olharmos para o Paraná, onde estão os 20%? A Legislação brasileira também prevê que pode ser utilizada compensação de reserva legal em Unidade de Conservação.

Então, não são recursos só orçamentários, além dessas três fontes, a regularização fundiária pode ser

de vários outros mecanismos que são importantes para isso.

Outra questão que foi abordada ontem e talvez tenha sido esclarecida diz respeito ao entorno de Unidade de Conservação. A Legislação Snuc é muito clara com relação, não ao entorno, mas, à zona de amortecimento de uma Unidade de Conservação. É a Legislação brasileira. Os 10km que foram apontados são uma resolução do CONAMA que, quando não tem zona anterior ao Snuc, onde não tinha zona de amortecimento se tinha a zona do entorno como área para amortecer as pressões, diminuir as pressões, um gradiente. A zona de amortecimento não é de 10km. Ela é definida em qualquer momento da história de uma Unidade de Conservação. Preferencialmente deveria ser definida após a criação da Unidade de Conservação com o Conselho Gestor da Unidade sendo debatido, onde tem uma ampla representatividade, e aí se define a zona de amortecimento e se define que tipos de uso são possíveis e não possíveis na zona de amortecimento.

Ontem foi, de certa forma, já comprometido que teremos uma zona de amortecimento mínima. O Secretário assumiu ontem que temos uma zona de, no máximo, 500 metros e depois se discute o que podemos... Ela não é uma zona estanque, não é fechada, não é congelada; ela serve para amortizar, para diminuir as pressões.

E é importante um último aspecto, e não se colocou – ontem pelo menos não vi – as oportunidades de uma Unidade de Conservação. Se tivermos somente 0,8% de florestas de araucária, será que isso não é uma grande oportunidade para essa nação? Será que isso não representa uma oportunidade de outros tipos de atividade a não ser agricultura e pecuária? A gente reconhece a importância delas neste País, mas temos outros objetivos, como foi dito aqui: material genético, seqüestro de carbono, visitação e conhecimento público. Hoje, somente o Parque Nacional do Iguaçu, é claro, com aquela exuberância, vai receber um milhão de visitantes por ano. Isso é oportunidade de geração de emprego, renda e atividades. Será que não teriam pessoas neste mundo que gostariam de viver com uma floresta, efetivamente, íntegra, de araucária? Senhores, este é o nosso trabalho. Essas são propostas debatidas ontem. A gente está aqui para continuar o debate. O que for importante esclarecer, agradecemos a oportunidade.

**O Sr. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Dr. Ivan. Passamos a palavra ao Sr. Enori Barbieri, Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

**O SR. ENORI BARBIERI** – Meu bom-dia a todos.

Gostaria de saudar o Presidente desta Comissão, Senador Leomar Quintanilha. Cumprimentar e agradecer aos proponentes desta audiência pública, Senador Osmar Dias e Senador Flávio Arns. Em nome da Senadora catarinense, Ideli Salvatti, saudar a todos os Senadores, especialmente os convidados catarinenses que estão aqui.

Nós já discutimos muito isso, mas é importante voltar, desde o início desse processo, onde entendemos que houve um processo autoritário, onde os produtores rurais de Santa Catarina não tiveram a oportunidade de serem ouvidos, principalmente os proprietários dessas áreas propostas. Em Santa Catarina, estão sendo propostas três Unidades, apesar de uma não ter sido mostrada aqui – o mapa. São 420 mil hectares, o que significa em torno de 4% do território catarinense e que foi postergada a sua discussão, e os dois Parques Nacionais. Mas para ser bem objetivo, gostaria de dizer que convivo nessa região há muitos anos. A minha cidade tinha muitas araucárias, e hoje foi trocada por 40 mil habitantes que sobrevivem nessa cidade. Quarenta mil pessoas sobrevivem e trabalham e vivem nessa cidade, pois temos oportunidade de trabalho, senão teríamos o mato e não estaríamos lá. Nós vivemos nessa cidade em função disso. Mas dizer que, o que me estranha nesse processo é a ganância da voracidade de se tomar essas áreas. Primeiro, as áreas de Santa Catarina são agrárias e altamente litigiosas. Ali começaram as invasões. Em 1982, iniciou-se o processo de invasões dessas áreas. Aconteceu isso e muitos assentamentos agrários existem por lá hoje. Após o limite, porque não havia mais, pois a legislação proibiu as invasões pela produtividade e não se conseguiu mais. Buscaram-se essas áreas através de reservas indígenas, um líder sindical foi assassinado, em uma invasão, até hoje sem solução. Após o não conseguir essas áreas, por esses dois processos, surgiu, de uma forma autoritária, ao nosso ver, aterrorizando toda a região, quando se anunciou que estavam sendo criadas essas três Unidades. E nós não tivemos oportunidade de manifestar e opinar. Inclusive, todos os Prefeitos da região não tiveram essa oportunidade. E essa discussão foi bem ativa na Câmara dos Deputados, ontem, em uma audiência pública de mais de seis horas, e conseguimos avançar. Avançar para que fossem, então, formadas essas comissões locais. Agora, o que me deixa indignado é a insistência do Ministério do Meio Ambiente em não protelar as consultas públicas marcadas para essa área. Nós não entendemos o porquê dessa necessidade de fazer as consultas públicas antes de as autoridades locais discutirem, junto com o Ministério do Meio Ambiente, o que lhes interessa e o que é bom.



Eu não creio que Unidade de Conservação seja a segurança da perpetuação dessas espécies. Nós temos provas que, após a criação de Parque Nacional, em Santa Catarina, e hoje de responsabilidade do Governo Federal, está abandonado. Tem menos floresta dentro do Parque Nacional, hoje, que fora do Parque Nacional, porque está abandonado e não tem o devido cuidado e proteção. Então quem garante que, criando essas unidades de conservação, não vamos ter em seguida a invasão dessas áreas porque lá, nessa região, nós temos inúmeros acampamentos de sem-terra localizados nessas áreas? Então entendo necessária a oportunidade, como já foi proposta ontem pelo Ministério do Meio Ambiente, a criação das comissões locais, de se discutir isso mais ativamente. Agora não vejo que dessa forma de pressão, com consulta pública marcada para o local e imediatamente, já que o Governo de Santa Catarina propõe oficialmente ao Governo Lula que está fazendo estudo e quer participar do processo. Agora, dessa forma autoritária – foi falada a palavra ditadura ontem, mas digo ditadura só fala quem não conviveu com ela; eu digo forma autoritária – não vamos chegar a consenso.

Creio que as florestas estão lá porque os proprietários preservaram essas florestas até hoje, senão não estariam lá. E esses proprietários que preservaram hoje estão padecendo, angustiados, porque eles se vêem acuados numa forma de pressão.

Então a proposta que faço, o encaminhamento que faço aos Srs. Senadores é que nos ajudem a convencer, Senadora Ideli, a Ministra Marina Silva de fazermos essas reuniões comunitárias municipais com calma, com tranquilidade, sem essa pressão que tem ser feito até amanhã, porque ontem disse o Deputado Gervásio Silva que já existem ONGs de fundos de quintal esperando a criação para comandarem essas reservas. Então queremos fazer isso com muita tranquilidade. Todos os produtores rurais entendem, primeiro, que existem leis que já protegem mananciais, existem leis que protegem a araucária. Para que essa pressão toda dessa forma se não há dinheiro para a desapropriação? Falou-se claramente que há R\$60 milhões para iniciar um processo de desapropriação. E para que essa pressão toda se não se tem esse dinheiro, se não se pagou os desapropriados do Parque de São Joaquim de 43 anos, e a floresta está acabando porque está abandonada, roubam tudo porque não tem quem cuida?

Então é esse apelo que faço principalmente ao Dr. Capobianco. Vamos voltar, vamos falar com a Ministra Marina, pedir prazo, pedir tempo para que não façamos nada atropelado.

Esse era o meu depoimento.

Muito obrigado.

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Dr. Enori Barbieri.

Passamos a palavra ao Dr. Valdir Colatto, Diretor da Secretaria da Estatal de Articulação Nacional do Governo do Estado de Santa Catarina.

**O SR. VALDIR COLATTO** – Gostaria de cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, especialmente cumprimentar a Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina, e o Senador Pavan, que nos honra; Senador Osmar que também fez esse requerimento, lá, do Paraná. Foram nomeados Prefeitos, representação de Santa Catarina, o qual eu gostaria de cumprimentar, aproveitar meu tempo e não fazê-lo novamente. Na linha de que falou o nosso colega, o Barbieri, que representa a Federação de Agricultura de Santa Catarina, cumprimentar o Sr. Paulo Capobianco, que é o Secretário de Florestas e Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e rapidamente, Srs. Senadores, pedir o apoio exatamente nessa linha em que o Barbieri falou. Nós ontem tivemos oportunidade de falar na Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados e colocamos bem clara a posição do Governo de Santa Catarina. Na verdade, se falou aqui que apenas 3% das áreas de araucárias são protegidas. Protegidas, conforme o Secretário colocou, Senador Jonas, são aquelas que estão sob a tutela do Governo, tutela pública, e nós, em Santa Catarina, temos bem claro que a preservação da araucária em Santa Catarina se deu porque a iniciativa privada o fez, e não porque é área pública. É só olhar – e eu fui superintendente do Incra em 1985 e 1986 –, os assentamentos de Abelardo Luz, que estão dentro da área da mata preta de Abelardo Luz era floresta de pinheiros plena. Tive oportunidade de ir lá, inclusive, ver os acampados em baixo dos pinheiros. O que vocês vão fazer nessa floresta toda? Vamos criar aqui animais silvestres, cultivar o pinhão.

Hoje não tem mais um pinheiro lá, está zerado.

Nas áreas indígenas também temos quinze mil hectares na Reserva de Ipuçu, Senador Osmar, também não tem um pinheiro mais.

Agora, na questão dos parques, como foi colocado São Joaquim, que realmente há 43 anos foi desapropriado e não foi pago um centavo, e os proprietários não podem fazer mais nada, porque têm que ter licença dos bancos e de todas as áreas para fazer algum trabalho, e o Ibama não se pode medir na posse porque não pagou, esses países estão abandonados, não há estrutura do Governo, não há funcionários e o caos está lá instalado.

O que o Governo de Santa Catarina pensa?

Que temos que inverter o processo, esse processo está errado, temos que premiar quem preserva e não castigar. Temos uma reserva, que cito aqui, do Sr. Alcides Lustoso, que há 65 anos trabalha na área, ele plantou 1,1 milhão pés de pinheiro. Tem hoje 40, 50 anos e tem 150 mil pinheiros nativos, centenários e onze milhões de pés de pinos. Pois bem, essa área está sendo planejada para ser desapropriada. Diz o Alcides Lustoso: – Bem, porque preservei e mantive, ninguém falou comigo, e agora estou sendo castigado, tenho que entregar as minhas terras. Se eu tivesse cortado os pinheiros e construído um prédio lá em Camboriú hoje estaria bem de vida, tranquilo; e não estaria tão decepcionado com o Governo brasileiro.

Então estamos castigando aqueles que preservaram. O processo errado.

A Lei nº 9985, os Srs. Senadores sabem disso, o art. 45 diz que: as florestas declaradas em extinção não são passíveis de indenização. Então na verdade estamos fazendo uma desapropriação indireta dos pinheiros daqueles que preservaram. Isso o Governo de Santa Catarina entende que está errado esse processo. Então áreas protegidas, na verdade, hoje, em Santa Catarina, são áreas da iniciativa privada, e que nós temos que premiar e não castigá-los.

Na questão dos valores, também aqui se fala em recurso: recurso de compensação, recursos de orçamento, etc. O orçamento, V. Ex<sup>as</sup> sabem, dificilmente entra algum recurso para orçamento. Nessas áreas aqui, que foi falado o levantamento imobiliário, não ouvi ninguém falar em valor dos imóveis, o valor da terra, hoje cerca de R\$ 10 mil, por hectare, na região de Abelardo Luz. Ora, 25 mil hectares seria 250 milhões só para as terras, fora as benfeitorias e outras coisas.

Não há esse dinheiro. Como fazer isso?

Vamos tirar os proprietários e não deixar fazer mais atividade nenhuma e deixá-los aonde sem dinheiro, sem qualquer compensação. Vai ter o imbróglio jurídico de novo, porque o Ibama não vai poder se meter na posse porque não pagou e os proprietários vão entrar na Justiça.

Estão de novo aqui, discutir com os proprietários para ver como vamos fazer: é RPPN, é APAs municipais, é outra alternativa? Acho que esse é o caminho.

Também, na questão das áreas aqui. Aqui disse que teve as consultas públicas, lá em Santa Catarina, infelizmente, não deu para fazer, porque a população não quis, não aceitou, e teve dois dados aqui. Antes das consultas públicas: 25.830 hectares e depois 23.933; não entendi bem, gostaria que o Ministério do Meio Ambiente explicasse. Não houve audiência e diminuiu 1.837 hectares, por magia aí, não sei como foi acontecer isso.

Na outra questão que eu quero colocar, é que o Estado de Santa Catarina vem fazendo ações importantes na questão do meio ambiente. Está fazendo inventário, Srs. Senadores, florístico florestal de Santa Catarina, com recursos federais também, estadual e precisa mais um ano para terminar esse processo. Aqui já temos o levantamento em 170 mil propriedade em que se chegou à conclusão que 37% do território de Santa Catarina é coberto por vegetação nativa, e aí ambrófila densa, outras variedades de florestas, etc. Mas esse dado é concreto, nós temos, embora o Ministério do Meio Ambiente não reconheça esses dados, que está sendo feita tecnicamente com GPS, propriedade por propriedade, e precisamos desse tempo para levantar todas as propriedades do Estado para dizer: – Olha, o mapa florístico florestal do Estado é esse e agora vamos sentar no Zoneamento Econômico e Ecológico, Senador Jonas Pinheiro, porque isso precisa sair do papel. Senadores, ajudem o Brasil a fazer isso. Possamos, nesse Zoneamento, dizer: “Aqui tem de ser reserva, aqui tem de ser floresta, lá tem de ser plantada a agricultura anual, pecuária etc”.

Estamos fazendo esse levantamento, o projeto de conservação e melhoramento genético da araucária, projeto avançado, o programa de recuperação ambiental das microbacias – há mais de 800 microbacias no Estado somente nessas áreas dos 12 Municípios. Sessenta e oito microbacias estão sendo trabalhadas.

Deputado Gervásio Silva, queria cumprimentá-lo pelo que ajudou na Comissão de Agricultura.

Estamos fazendo uma gestão integrada no alto Chapecó e em suas sub-bacias. Também estamos fazendo os corredores ecológicos da bacia hidrográfica do alto rio Chapecó. Temos um projeto de ICMS ecológico, na Assembléia, já em tratativas para a aprovação. Alguns Municípios não têm ICMS, porque a maioria de seu território é reserva. Temos o Parque da Araucária de São Domingos – está aqui o Prefeito Danunzio –, que é um parque estadual de 700 hectares. E outros parques estão sendo criados esta semana. O Estado está fazendo seu dever de casa, mas precisa de um tempo para fazer com que isso aconteça.

Falei com o Governador Luiz Henrique esta manhã – ele está nos Estados Unidos –, e, descrevendo a situação, nos disse que o senhor representante do meio ambiente espera a resposta do Presidente Lula, da Ministra Marina Silva, do Ministro José Dirceu e do Vice-Presidente da República.

As cartas protocoladas que estão comigo deixarei com a Mesa para que, tendo em vista o que falamos, respeite-se a situação de Santa Catarina e não se faça nenhum ato, pelo prazo de um ano, para que se possa fazer esse trabalho. Aí, sim, sentaremos

com representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Governo Federal, do Governo Estadual, do Município e da sociedade, a fim de que possamos resolver a questão e buscar as soluções técnicas, coerentes e concretas para esse processo.

Srs. Senadores, infelizmente não recebemos resposta. Aliás, uma reclamação do Governador que deixo registrada aqui: o Governo não responde não só esses casos, mas outros, quando perguntado. Essa carta que está aqui, pedi resposta ontem, mas não consegui. Talvez hoje eu consiga saber por que o Ministério do Meio Ambiente não responde ao Governador de Santa Catarina, a 6 milhões de catarinenses que precisam saber o que o Estado faz em relação ao meio ambiente e por que não aceita participar das audiências públicas que estão sendo marcadas, por que espera que haja prazo para amadurecimento dessa proposta que levamos por escrito ao Governo do Estado. É claro que é preciso haver discussão com os proprietários, mas a posição do Estado é essa, porque vê o Estado como um todo.

Há também a questão das APAS, que são 419 mil hectares, que terão restrições de atividades, tanto na área da pecuária, como da floresta, da questão dos pinos; onde tiver isso e for cortado; depois, não poderão replantar. Enfim, a indústria madeireira tem grande importância econômica para Santa Catarina, tanto quanto a agropecuária.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a participação do Sr. Valdir Colatto.

Passamos a palavra a Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque, assessor da Presidência da Federação de Agricultura do Estado do Paraná.

**O SR. CALOS AUGUSTO CAVALCANTI ALBUQUERQUE** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Federação de Agricultura do Estado do Paraná agradece o convite formulado pela Comissão de Agricultura do Senado, por sugestão do Senador Osmar Dias, para que viéssemos expor a nossa posição em relação à criação das Unidades de Conservação Ambiental do Paraná. A forma como estão sendo criadas essas Unidades tem sido um motivo de revolta de produtores rurais de nosso Estado, Santa Catarina.

Preliminarmente queremos afiançar que a FAEP não é contra a criação de Unidades de Conservação, mas não pode aceitar a forma como o Ministério do Meio Ambiente vem conduzindo o processo. As Unidades de Conservação de Campos Gerais, Tuneiras e Palmas são áreas preservadas e espera-se que continuem sendo.

A força-tarefa instituída informalmente pelo Ministério está atropelando as etapas, sonhando infor-

mações aos produtores e à comunidade e, com isso, desrespeitando o art. 22 e seus parágrafos da Lei nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza.

Diz o art.: a criação de uma Unidade de Conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, dimensão, os limites mais adequados para a Unidade. E mais, no processo de consulta, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e às outras partes interessadas.

Semana passada, o Secretário da Agricultura do Paraná interrompeu uma apresentação da força-tarefa da escolinha do Governador Roberto Requião, protestando que ele, Secretário de Agricultura, nunca havia sido consultado pela força-tarefa. Pois bem, o Ministério do Meio Ambiente anunciou as áreas das Unidades, somente as áreas, que seriam criadas por decreto no dia 15 de abril, uma sexta-feira, na reunião do Grupo de Trabalho da Mata Atlântica em Brasília. Na ocasião, anunciou também as datas das audiências públicas: no dia 18, em Ibituva, na segunda-feira, seguinte, portanto. No dia 19, terça-feira, em Ponta Grossa e no dia 20 de abril em Tuneiras do Oeste.

Pelo que se vê tempo insuficiente para convidar os produtores rurais atingidos e as comunidades para participar de qualquer reunião séria. Aliás, na maioria dos casos, os convites chegaram depois das pretensas audiências públicas e até nem chegaram. Nessas reuniões, além das menções diárias a serem criadas, nenhuma informação importante para muitos produtores e entidades.

Qual foi o embasamento para a definição de cada área escolhida? Quais os proprietários envolvidos na criação de cada área? Como serão indenizados esses proprietários? Os valores? A forma de pagamento? Os prazos? Como fica a condição de uso do solo para os proprietários afetados na criação do refúgio da vida silvestre que são áreas de proteção integral, mas não precisam ser desapropriadas? Qual a dimensão das áreas do entorno que pode chegar a uma extensão de 10 quilômetros, a partir do perímetro da Unidade? Quais as restrições a agropecuária nessas áreas de entorno? Quais os produtores que serão afetados nas áreas de entorno e no interior das unidades? Se houver restrições que signifique renúncias a tecnologias, que implique na redução da produtividade e, em consequência, de renda, como esses produtores rurais serão indenizados pelas perdas a que estarão sujeitos e, em detalhes, até porque é obrigação do Ministério do Meio Ambiente. Qual será o impacto social e econômico nas comunidades onde serão criadas cada uma dessas Unidades?

Todas as informações relevantes, principalmente levando-se em conta o episódio parecido vivido pelo nosso Paraná em 2003, no apagar das luzes de 2002, o Ministério do Meio Ambiente baixou duas Portarias de nº 507 e 508, criando as Unidades de Conservação de Garapuava, Cândóia, Palmas e Tuneras do Oeste e proibindo no entorno delas, numa faixa de 10 quilômetros, o cultivo de qualquer planta exótica.

O disparate foi tão absurdo que o Ministério do Meio Ambiente teve que ceder à pressão de Parlamentares, produtores de entidades e foi obrigado a revogar as duas Portarias. Agora, o episódio é semelhante e as áreas de restrições possivelmente maiores.

Gostaria de apresentar aos Srs. os mapas. Podem ver por este mapa da Unidade de Conservação de Campos Gerais, que a Unidade representa 15% do Município de Ponta Grossa, mas se envolver uma área de entorno de 10 quilômetros, toma 80%. De Imbituva, são 7% da Unidade e são 62% do entorno. Teixeira Soares, 24% do seu território, com mais 34% se for total da área.

Esse é o mapa com Ponta Grossa dentro de uma área do entorno possível de 10%.

Esse é o Parque de Campos de Palmas que toma 24% da área total de General Carneiro, que, se for pegar o entorno de 10%, 35%.

Outra, por favor.

Mais adiante.

Esta, enfim, é o Parque das Perobas, que toma, se houver um entorno de 10%, 35% de Cianorte, e, praticamente, 70% da reunião do território de Tuneiras do Oeste. No entorno, vivem e trabalham milhares de proprietários rurais que, certamente, terão prejuízo pelas restrições. Isso, do ponto de vista da Federação da Agricultura, é inaceitável. Queremos, sim, que se conserve o que vem sendo preservado, mas sem que os produtores rurais e a comunidade sejam penalizados. Quero lembrar que a maior reserva de araucária do Paraná, a Fazenda do Rio das Cobras, no sudoeste do Paraná, foi invadida pelo MST e dizimada pelo MST, foi a maior reserva que o Paraná já teve, sem que o Governo Federal ou o Governo do Estado fizessem qualquer menção de evitar. E que o Parque Nacional do Iguaçu, que é o maior parque que o Paraná possui, não tem entorno algum, nunca precisou de entorno para ser preservado.

É isso que nós exigimos discutir nas audiências públicas, feitas com o devido tempo, e não podemos aceitar que o Ministério do Meio Ambiente queira nos empurrar goela abaixo o delírio de alguns ecologistas desvairados.

Muito obrigado.

(Palmas!)

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Nossos agradecimentos ao Dr. Carlos Albuquerque.

Nós registraríamos ainda a presença nesta audiência pública do Sr. Valmir Sanson, Presidente da Câmara de Vereadores de Palmeira, Paraná, Altamir Sanson, Prefeito daquela Cidade, Álvaro Bacila, Vice-Prefeito de Palmeira, do Deputado Federal Luciano Pizato, do Deputado Reno Caramori, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, do Sr. Airton Modanesi, Presidente da Câmara de Vereadores de Ponte Cerrada, Nelson Rocha, Vereador, Valdomiro Cunha, também Vereador, todos de Ponte Serra.

Ao passar a palavra ao Sr. Álvaro Luiz Scheffer, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, passo também a Presidência ao Senador Flávio Arns para conduzir os trabalhos.

**O SR. ÁLVARO LUIZ SCHEFFER** – Prezados Senador Leomar Quintanilha, Presidente, Senador Flávio Arns, Senador Osmar Dias, nossos agradecimentos pela oportunidade que nós temos de estar aqui hoje.

Eu vou tentar ser bem breve para poder, depois, passar um pequeno filme sobre as áreas ali.

Durante muitos anos, nós temos trabalhado na região de Ponta Grossa com educação ambiental, tanto é que essa preocupação com as áreas que ainda estão preservadas tanto de araucária como de campos naturais vêm se mantendo, já não é uma coisa de 1 ano, 2 anos, e sim de muitos anos, tanto que elas existem, e, se elas existem no Paraná inteiro e em Santa Catarina é porque algumas pessoas estão preservando essas áreas. Dentro da nossa região onde posso falar com bastante propriedade, eu fui Secretário de Turismo e Meio Ambiente há 2 anos, e nós fizemos um trabalho bastante grande para levar aquelas pessoas que são as pessoas que têm uma ação direta com a área ambiental, são aqueles que trabalham que convivem no dia-a-dia dentro da floresta, dentro da área agrícola, dentro da área de pecuária, nós levamos para ele a seguinte preocupação: preserve tudo aquilo que existe de remanescente natural porque isso pode ser a tua maior riqueza no futuro. Você poderá estar criando fontes alternativas de renda, você pode estar trabalhando com ecoturismo, você vai ter uma nova visão, quer dizer, nós trabalhamos há bastante tempo, isso é um trabalho que iniciou há 11 anos na nossa região, para que você criasse uma consciência ambiental nova. Nós estamos conscientes daquilo que o Dr. Capobianco mostrou, aquele mapa do Paraná, em que o Paraná, hoje, está representado por pequenos fragmentos de áreas preservadas. Porém, também estamos conscien-



tes de que o Paraná hoje está representado por dez milhões e duzentos mil habitantes.

Se no passado fecharmos áreas em Unidades de Conservação valia, era a melhor alternativa, hoje, achamos que se trabalharmos exatamente a consciência ambiental desses dez milhões e duzentos mil habitantes podemos ter uma política ambiental de mais sucesso no Brasil do as que têm sido feita até agora.

Agora, mais do que os dez milhões, algumas pessoas são extremamente importantes, são exatamente essas pessoas que vieram preservando essas áreas até hoje. Muita gente podia ter vendido araucária, que hoje está de pé, e investido no sistema financeiro, com juros, com uma Selic de 19,5%, 19,75% ao ano. Mas não fizeram, eles preservaram aquela área, aquela área está lá e hoje essas pessoas estão sendo tratadas como um bandido ambiental em potencial, por quê? Esta sendo tirado exatamente deles, que comprovaram a capacidade de proteção, o direito de continuar na área.

O que acontece no interior daquelas pessoas? Elas vinham, até então, aceitando o discurso de preservação, essas pessoas que hoje são os proprietários dessas áreas. Aí vem de pára-quadras uma audiência pública, encima da hora, sem expor nada às pessoas e onde elas começaram a pensar o seguinte: será que o que eu protegi eu fiz bem ou mal? Será que eu destruí o futuro da minha família? Será que eu estou errado?

Então, o que nós queremos? Já foi falado na audiência pública que, realmente, nós achamos que ela não teve valor, por causa da maneira como ela foi feita. Não preciso bater de novo nessa tecla.

Mas um aspecto importante que tem que ser levado em consideração é que teve uma força tarefa, na nossa opinião com muita força e com pouca tarefa, que levantou em uma área, como a área do Parque Nacional dos Campos Gerais, 33 famílias, 33 propriedades.

Com base nesses dados coube a esses pesquisadores dizer que o melhor modelo de Unidade de Conservação era um parque nacional. Porém, o que estamos fazendo? Estamos com 75% dessa área levantada, prezados Senadores, com o geo-referenciamento propriedade por propriedade. Nesses 75% da área já existem 78 famílias e elas estão ali. E se esta área está sendo preservada até hoje com 108 famílias, é porque essas 108 famílias têm uma função de proteção provavelmente muito maior do que se nós fecharmos essa área e deixarmos essa ao Poder Público ou à função de proteger.

Então, o que nós queremos que isso seja revisto. Além de se iniciar um processo novo, primeiro, deixamos claro, em nome dos produtores da região, em nome

da Federação das Indústrias, que estamos cientes da necessidade de criação de unidades de conservação, porém, o modelo de Unidade de Conservação a ser criado deve ser levado em consideração as pessoas, a parte social, porque por acaso o ser humano faz parte do ecossistema. E se essas pessoas que estão ali, muitas vezes simples, de pouco conhecimento, conhecimento científico, mas com um conhecimento empírico muito maior do que muita gente que tem grande conhecimento científico; se nós conseguirmos aliar exatamente o conhecimento desses dois lados, talvez conseguíssemos evoluir num processo de desenvolvimento ambiental e numa economia sustentável no Brasil, que não conseguimos no passado e que provavelmente outros países não conseguiram.

Se conseguirmos trabalhar essas pessoas e dizer: olha, temos dois objetivos claros: as matas ciliares, a região de APP e a reserva legal. A lei está aí, a Lei Ambiental Brasileira é muito interessante, ela é praticamente perfeita. Vamos aplicar essa lei.

Agora, se nós queremos criar Unidades de Conservação com o intuito de proteção, nós devemos nos perguntar: proteger o quê? De quem? E quem vai fazer essa proteção?

Então, será que nós já não estamos com as pessoas que estão ali não são os melhores protetores daquela área. Será que se nós criarmos um sistema de incentivo para que ele venha protegendo cada vez mais essa área não é o melhor caminho que temos para fazer? Criar Unidades de Conservação, de uso sustentável, mais ampla, e, dentro dessas Unidades de Conservação, e aí sim, Unidades de Proteção Integral, como é a RPPN, que não precisa desapropriar. Criaríamos um conceito diferente. Outra, o mapeamento dessa área foi feito pelo Satélite LandSat 7. Não é um satélite de alta resolução. Isso precisa ser refeito, reiniciado. O que pedimos é que chamem aqueles proprietários para que iniciem um processo novo. Vou parar por aqui. É um tema bastante técnico, que precisa ser mais trabalhado, mas gostaria de passar algumas informações das pessoas que realmente moram nessa área e que não foram visitadas.

Obrigado.

#### **DEPOIMENTOS (apresentados pelo Sr. Álvaro L. Scheffer)**

A minha propriedade, toda ela, é preservada, mas, de mata fechada mesmo, com araucária, tenho 9 alqueires. Reflorestada em erva mate, dá em torno de 34, 30 hectares, mais ou menos. Com essa implantação, com essa demarcação federal dessa reserva ecológica, acredito que todas essas cem famílias, direta e indiretamente, vão ter de rumar aos centros urbanos. Aí pergunto para as autoridades: o que eles vão fazer

no meio urbano? Vão competir no mercado de trabalho como, sendo que a vida deles é no interior?

**A SRª** – A ervadeira dos irmãos Stadler é apenas uma das dezenas de propriedades rurais que podem ser desapropriadas com as três Unidades de Conservação Ambiental que podem ser implantadas pelo Governo Federal em breve na região dos Campos Gerais. O problema é que a maioria desses produtores, grandes ou pequenos, não sabem como nem quando isso vai acontecer. A falta de informações oficiais precisas de uma consulta pública que envolva tanto quem será diretamente afetado, como toda a sociedade da nossa região, revolta quem foi pego de surpresa pela notícia.

**A SRª** – Trabalhamos à custa desse aqui, não roubamos, compramos um pedaço de terra. E hoje querem nos tirar da gente? Tirar a gente daqui, que sofremos para construir? Querendo colocar bicho? Os bichos, o leão, o tigre, que eles querem aqui, estão valendo mais do que nós.

**A SRª** – Não posso dormir de noite, não posso comer. Depois que isso começou, estou só sofrendo.

**O SR.** – Estamos acordando de um pesadelo. Isso, para nós, está sendo um pesadelo, porque ninguém nos comunicou nada, não fomos consultados, não houve audiências públicas, ninguém nos visitou. São 4.290 hectares da melhor terra do Município da Palmeira totalmente comprometidos com uma Unidade Ambiental.

**O SR.** – Fiquei muito abalado com isso. Elas me mostraram no mapa que pega toda a área deles. Então, é mais um que tem de pegar a mala e ir a Brasília pedir cesta básica para o nosso Presidente. Isso deixa a gente muito triste. É só Deus mesmo que pode nos dar força nessa hora para que a gente não se desespere.

**O SR.** – Não tenho certeza se a minha área vai pegar, não entendo, não está sendo bem explicado. Agora, sou contra porque preservo o meu pinheiro, não derrubo, nem um galho eu corto do pinheiro.

**A SRª** – É essa novidade do parque nos pegou de surpresa. A gente achou que fazíamos parte da fauna e vivemos a vida inteira para tratar, para cuidar, para prover, para preservar. Então, como é que de repente nós estamos incomodando, estamos atrapalhando a natureza? Somos parte da bicharada daqui.

**O SR.** – Não sei como funciona essa questão de satélite, não entendo nada disso. Entendo bem de erva mate. Eles vêm e demarcam uma região. Por que eles não vêm, não pegam o carro e vêm visitar os produtores, os agricultores, conversar com o pessoal? Ver o que está acontecendo na terra?

**A SRª** – É por isso que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa, o CDESPONTA, e outras entidades representativas da região levantam a bandeira de uma maior discussão sobre o assunto com a convocação de outras audiências públicas e redefinição dos limites das reservas. A maior preocupação de nossas lideranças está no impacto econômico e social que pode causar a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais, da Reserva Biológica das Araucárias e do Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tibaji, um estudo realizado pela Cooperativa Agrícola Batavo, mostra que a região perderia mais de R\$60 milhões por ano em atividades agrícolas, como: a soja, o milho, o trigo e o feijão. Já na pecuária o déficit passaria de R\$44 milhões, entre o gado de leite e de corte, suínos e aves. Nesse caso, seriam afetadas diretamente diversas indústrias importantes à região, como a própria Batavo, a Sadia e a Perdigão.

O Parque Nacional dos Campos Gerais ainda pode inviabilizar mais da metade da mineração na faixa de Itaiacoca, que é responsável pela metade da produção de volume dos carbonatos e talco do Paraná, representa mais de 20% da produção total brasileira, somada com as estimativas de perda da agricultura e da indústria, chegamos a R\$200 milhões por ano. Esse prejuízo aumenta quando consideramos o cálculo da Confederação Nacional da Agricultura, que um real gerado no campo representa cinco reais na economia da cidade. Dessa forma, nossa região perderia praticamente um bilhão de reais.

**A SRª** – O desemprego é uma das principais preocupações desse impacto social negativo, estimativa da Secretaria Estadual do Emprego e Promoção Social aponta uma provável perda de mais de 30 mil vagas, com a criação dessas áreas. Diretamente no campo outras milhares de famílias perderiam sua fonte de renda com a desapropriação de suas terras, já que 80% dos proprietários atingidos são micro e pequenos produtores, gente que não possui outra atividade nem outra formação e que provavelmente migraria à periferia dos Municípios em busca de sustento.

**A SRª** – Eu tenho dois filhos para criar e eu não quero ir embora para a cidade porque para outro lugar eu não tenho para aonde ir. O pai já faz quinze anos que mora aqui e meu marido é aposentado, e para ir viver de salário mínimo na cidade, não tem como.

**O SR.** – Essa é a minha família, quatro filhos, minha esposa, agora está para sair o parque, se sair sei lá o que vai ser de nós, aqui. Não temos o que fazer no momento se sair esse parque.

**A SRª** – Como essas 206 famílias vão poder tirar seu sustento ou (inaudível) eu digo para vocês sempre fui à luta em busca da proteção do verde,

mas sempre sem excluir o ser humano, que faz parte desse verde.

**O SR.** – Eu não sou contra a reserva, mas tem que fazer a coisa pelo certo, não pelo errado, porque está prejudicando quem está preservando e daí? Nós vamos ficar na mão nessa história. Nós preservamos para entrarem outros, pegarem e nos mandarem embora daqui, com uma mão na frente e outra atrás?

**A SRª** – O CDESPONTA também não é contra a criação das Unidades de Preservação, o que se pede é o debate amplo e restrito, não apenas entre agricultores, mas entre toda a sociedade dos campos gerais.

**O SR.** – O órgão competente que está atrás dessas instalações deveria, no mínimo, discutir na base. Quem é a base? A base é o produtor, independente do tamanho que ele seja, ele é dono, ele tem uma história em cima da sua área, então ele deve ser respeitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Estou pedindo a compreensão das pessoas que trouxeram o filme. Eu acho que já se pode ter uma idéia bastante clara das atividades que estão sendo desenvolvidas na região, dos depoimentos, das preocupações das pessoas, dos produtores, dos efeitos econômicos e sociais, porque o filme tem uma duração de ainda algum tempo, mas acho que já cumpriu seu objetivo.

Quero lembrar a todos os presentes que esta é uma reunião conjunta de duas Comissões do Senado Federal, o que dá um valor e uma força especial para esse fato que está acontecendo aqui, reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e também a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, então são duas Comissões do Senado Federal, que aqui estão reunidas.

Passamos á segunda parte dessa audiência pública, que é nesse momento a fala e a arguição das Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Iniciamos com prazer, passando a palavra ao Senador Osmar Dias, que é o autor do requerimento na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para realização dessa audiência pública.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Caro Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Convidados, Srs. Senadores, todos aqueles que estão aqui para esta audiência pública, ainda bem que tem Congresso, e tendo congresso tem lei. Porque, com todo respeito a todos os que usaram a palavra aqui, deram as suas posições, ouvi claramente do João Paulo Capobianco que há correções a fazer, inclusive nos limites do Parque ou das Unidades de Conservação. Há correções a fazer no processo, nos procedimentos.

Só que quando fiz o requerimento convocando esta audiência pública estava marcada a data da assinatura do Decreto para o dia 27 de maio. Era a data marcada para a assinatura dos Decretos, criando as Unidades de Conservação.

Vejam se não existisse o Congresso para impedir uma precipitação o que ocorreria, porque a lei, e por que tem Congresso tem lei – se bem que no Paraná têm algumas pessoas que parece que não sabem que existe Congresso. Mesmo tendo estado aqui no Congresso por anos a fio, quando assumem o poder parece que ficam tão poderosos que não precisam respeitar mais ninguém, não precisam respeitar a opinião de ninguém, não precisam ouvir, não precisa ter audiência pública, a lei não existe, podem passar por cima da lei.

Fui agredido esta semana, na imprensa do Paraná, dizendo que estava contra a criação das Unidades de Conservação. Não, estou a favor da criação das Unidades de Conservação, porque penso que precisamos preservar os recursos naturais, essas espécies que estão em extinção, como é o caso da araucária, da peroba.

Inclusive, quando era Secretário da Agricultura, era Governador o Senador Alvaro Dias, que está aqui, compramos pelo Estado um parque para preservar a peroba na região de Londrina, sendo 40 alqueires de terra, 100 hectares. Compramos, indenizamos o proprietário para preservar. Lá está aquela Unidade de Conservação daquela área, onde o produtor, o Sr. Godoy, a chamada Mata do Godoy, preservou aquilo com o dinheiro dele, com o sacrifício da sua família. E entendendo aquilo, fomos lá, compramos e pagamos o valor justo, a avaliação feita, e ninguém reclamou. Muito pelo contrário, foi um ato preservacionista reconhecido no Brasil inteiro. Então, sou a favor.

Penso que temos que respeitar a legislação. Temos que respeitar as pessoas que são as responsáveis pelo fato de estarmos aqui, porque se não existissem essas pessoas não existiriam mais essas áreas preservadas. Essas áreas estão preservadas porque um dia alguém as adquiriu. Instalou-se lá com a sua família. E com sua família, com sacrifício, conservou, preservou aqueles recursos naturais.

Fui, criminosamente, injuriado por um panfleto patrocinado pelo Governo do Estado do Paraná, que gasta hoje R\$15 milhões por mês em propaganda e usa esse dinheiro até para fazer injúria contra pessoas que estão, na verdade, defendendo os mesmos objetivos, porque estou defendendo a criação das Unidades de Conservação.

Então, só me preocupo que elas sejam criadas e não sejam anuladas na Justiça, porque qualquer um

dos moradores dessas áreas, que estão sendo objeto da criação desses parques ou unidades, se entrarem na Justiça vão ganhar, se não for obedecida a lei, que é clara.

Aqui está, vou ler, porque é curto.

Da criação e implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 22: As Unidades de Conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 2º – A criação de uma Unidade de Conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a Unidade, conforme se dispuserem em regulamento.

Mas o § 3º diz uma outra coisa:

No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

Aí que está o problema. Fui procurado pelas pessoas que estavam desesperadas, porque ali estava um patrimônio construído durante uma vida inteira, que diziam que não foram convidados para a audiência pública. Não estivemos na presença das autoridades ou do Poder Público para debater quais são as nossas responsabilidades ou os nossos direitos como está na Constituição e como está na lei. Queremos esse direito. Até o Secretário de Agricultura do Paraná que é nosso Vice-Governador se insurgiu, porque ele disse: eu mesmo, como Secretário da Agricultura, não fui chamado para nenhuma reunião. É claro que o Governador deu uma bronca, não queria que ele falasse isso. Mas o Governador não colocou no jornal que está contra a criação das Unidades, porque a posição do Vice-Governador é a mesma que eu expressei e estou apresentando. É preciso tomar cuidado porque essa precipitação, inclusive é a mesma coisa que ocorre no Paraná, vão-se cancelando contratos como se não existissem leis, não existisse Justiça, vai se perdendo tudo depois na Justiça. E deixa um passivo para o Estado e quem vai pagar são as futuras gerações. Do que adianta termos pressa para criarmos as Unidades de Conservação se elas estão lá preservadas, as famílias que estão lá vão continuar preservando, não adianta ter pressa, porque qualquer um pode entrar e anular a criação desses parques. E acho que a nossa posição está contribuindo para que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama possam fazer a coisa certa. Interceptamos um processo que poderia resultar num decreto inócuo, que seria ali na frente considerado inconstitucional, ilegítimo, ilegal, e o que adiantaria? Uma confusão que se criaria à toa. Então o que queremos é colocar ordem e legitimidade nesse processo.

Primeiro, o próprio João Paulo Capobianco, e aí quero cumprimentá-lo, Dr. João Paulo, pela sinceridade, reconhece que é preciso rever os limites. Vi nos mapas e conheço as pessoas que estão lá dentro e conheço a origem dessas pessoas, a história dessas pessoas, por isso acredito nelas, convivo com essas pessoas há trinta anos, converso com elas pessoalmente e sei quem são essas pessoas. E me procuraram e me disseram: olha, veja o mapa. Por que essa represa que fornece água para a cidade de Ponta Grossa está fora do parque? Por que a fonte de água está fora do parque? E essas propriedades que estão produzindo nessas áreas estão dentro do parque? E por que o parque não inclui a represa e tira aquelas áreas que estão produzindo. Parece-me que são sete mil hectares só naquela Unidade de Ponta Grossa que seriam, vamos dizer assim, restritos, seriam colocados dentro do parque, e essas áreas deixariam de produzir. Os prejuízos que foram colocados no filme aqui são claros. Estou falando do Paraná que conheço, porque sei que a situação de Santa Catarina é a mesma. O que falar do Paraná deve servir para Santa Catarina. Bom, daí tem esse problema de limites. Lá na região de Tunesiras do Oeste, por exemplo, onde não é araucária, é peroba, vamos ter uma situação semelhante, situação em que áreas que estão produzindo estão sendo cortadas e não têm resposta a algumas perguntas, e aí quero colaborar também com o Ministério do Meio Ambiente, porque essa resposta precisa ser dada. Exige-se a preservação para efeito de reserva legal de 20 % da propriedade, mas se dessa propriedade vai ser subtraída aquela reserva que tinha, será que depois vai ter que, além de ceder essa área para as Unidades de Conservação, ainda ter que conservar e fazer reserva legal em mais 20% do que sobrou para ela? Isso é uma pergunta e gostaria de ter a resposta. Uma outra coisa que acho que precisa ficar claro. Todas as vezes que o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente valorizam quem quer cumprir a legislação em todas as áreas e em todos os Estados, ele pega essas pessoas de parceiros na preservação, mas todas as vezes que o Ibama ou o Ministério do Meio Ambiente dificulta a vida de quem está cumprindo a legislação acaba nivelando essas pessoas por aqueles que ilegalmente procedem, por aqueles que ilicitamente procedem e aí fica todo mundo igual e desestimula a preservação. É o caso, se você vai simplesmente desconsiderar o fato de que essas famílias preservaram esses recursos e agora fazer Unidade de Conservação sem considerar os direitos, mas os direitos totais plenos dessas famílias você vai desestimular outras regiões, outras famílias a preservar, porque o sujeito vai preservar e vai falar: Mas, daqui a pouco, vem aqui o Estado e faz



uma Unidade de Conservação e me tira isso, então tem que derrubar logo e cumprir logo o desmate de 80%. Então, acho, estou falando sinceramente agora, tentando contribuir, que quando o Ibama e quando o Ministério do Meio Ambiente agem rapidamente, sem dificultar a vida de quem quer cumprir a legislação, está contribuindo de forma muito importante para a preservação, mesmo que seja para autorização, lá no Paraná, de alguém que ainda não conseguiu plantar em 80%, um pequeno desmate, alguma coisa a mais, porque ele está dentro do que a legislação permite. O que não pode, no meu entendimento, é dificultar a vida de quem está querendo cumprir, quem está procurando o Ibama para cumprir a legislação e tem dificuldade, porque aí afugenta, desestimula, amedronta, as pessoas ficam amedrontadas. E penso que o Ibama tem uma função muito importante, que é a da conscientização ambiental, da educação ambiental, antes até da própria punição, fiscalização penso que é a conscientização. E a conscientização, no meu entendimento, admite esse procedimento do Ibama: Olha, vamos agir rápido, vamos atender bem quem cumpre a legislação, para poder punir e ter o apoio de quem cumpre a legislação e daqueles que não cumprem a legislação. Penso que esse é o procedimento que deveria ser a regra no Ibama.

Nesse caso aqui das unidades de conservação eu vejo o seguinte: As famílias estão aí e são pessoas simples, humildes, em alguns casos, e pessoas que tiveram oportunidade de fazer uma universidade, uma faculdade e, portanto, têm informação em outros casos, e das mais humildes até as mais instruídas, vamos dizer assim, ou que tiveram essa oportunidade, todas falam a mesma coisa: Não tivemos a oportunidade de debater, não sabemos o que vai acontecer com a nossa vida daqui para frente, não sabemos se vamos ser indenizados, como vamos ser indenizados, como vai ser essa avaliação, se vamos perder essa área que era de reserva legal e vamos ter que fazer reserva legal no resto da propriedade, se a nossa APP, Área de Preservação Permanente, que está sendo levada para a Unidade de Conservação, vamos tem que compensar essa área de outro jeito. Não sabemos nada. Então, representando aqui o Ministério do Meio Ambiente, a Senadora Marina Silva, a Ministra, o Capobianco poderia responder a essas indagações, e a mais uma indagação: Se estão previstos em orçamento os recursos necessários para indenizar essas famílias, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que se faça uma previsão orçamentária. Está previsto em orçamento? Se não está previsto, como é que vão pagar? Se não vão pagar, as famílias não vão receber? E a outra pergunta: As outras unidades ou parques,

as outras desapropriações que ocorreram em outras regiões do País, o Ministério ou o governo já indenizou? Se não indenizou, porque não indenizou? E se não indenizou porque não tem dinheiro, seria oportuno desapropriar e deixar essas famílias agora sem indenização? São perguntas que faço nessa primeira participação minha.

(Muito bem! Palmas!)

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Capobianco, que ouvíssemos também as indagações do segundo autor do requerimento, Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar todos os componentes da Mesa. Penso que foram falas muito representativas também, importantes para o encaminhamento que se deseja para esta situação, que é objeto da audiência pública de hoje. E saudar todas as pessoas presentes também, interessadas, que puderam vir à Brasília porque há, certamente, milhares de outras pessoas que não puderam estar aqui e que têm todo o interesse no debate deste assunto.

Colocaria alguns itens: concordo inteiramente com o que o Senador Osmar Dias já colocou, faço as palavras dele minhas também. E gostaria de destacar alguns aspectos: Primeiro deles: Diria que existe uma consciência muito grande da sociedade, Paraná, Santa Catarina e de todas as pessoas, no sentido de dizermos claramente que somos a favor da criação das Unidades de Preservação de iniciativa do meio-ambiente. Acho que a sociedade hoje, o mundo hoje é a favor disso. Então, eu acho que nesse sentido tem que ficar extremamente claro, não é?, porque também as pessoas pelo fato da gente chamar uma audiência pública para debater o assunto às vezes as pessoas confundem o tema dizendo: Não, Flávio é contra, Osmar Dias é contra... Nós somos a favor. A favor de iniciativas do meio-ambiente.

Segundo fato. Se nós estivéssemos lá, morando lá naquela região, se fôssemos nós os proprietários, eu não sou, mas se fosse eu o proprietário, eu gostaria de ter acesso a todas as informações. Se eu estou lá 20 anos, 30 anos, 40 anos, preservei ou não preservei ou não tinha área de preservação, mas se eu tivesse preservado, eu diria: quero ter todas as informações, que isso é a minha vida, é o meu futuro, é a minha família, é a minha renda, é tudo né! Quer dizer, eu estou lá. Então eu preciso saber quanto que vão pagar, quando que vai ser destinado, o que eu vou fazer. Quer dizer, contribuir para preservar. Não posso ser penalizado. Se eu não posso ser penalizado, nós como sociedade

temos que ter o ônus inclusive da preservação dessas áreas. Então ter essa informação é fundamental.

O terceiro aspecto que eu gostaria de levantar. Na verdade, hoje em dia, a gente tem que fazer esse diálogo, esse entendimento porque é a marca dos dias de hoje. Inclusive exigência, como o Senador Osmar Dias colocou, da própria Lei. Nós temos que discutir, temos que dialogar, temos que ver o que está acontecendo, temos que analisar o mapa e pelos depoimentos todos que nós temos colhido lá no Paraná e também pelos relatos de Santa Catarina, isso não aconteceu pelo menos como poderia ter acontecido. E se nós pensarmos no meio-ambiente nós temos que ter a população lá de dentro, a população do entorno, a população do Município como aliados, porque senão nenhuma iniciativa do meio-ambiente dará certo.

Então, nesse sentido a dúvida principal que se coloca, isso foi levado para a Bancada Federal do Paraná, para os três Senadores, Alvaro Dias, Osmar Dias, eu próprio, e para todos os Deputados Federais. E a Bancada Federal do Paraná, Senadores e Deputados, fizeram um manifesto, dizendo: “A Bancada paranaense no Congresso Nacional, abaixo-assinada,” – para o Presidente Lula – “expõe a V. Exª a necessidade de aprofundamento nas discussões a respeito da proposta de criação de Unidades de Conservação da Natureza no Paraná, antes da assinatura dos respectivos decretos.” Antes da assinatura. “Ressaltamos que muitos setores da sociedade estão insatisfeitos com a rapidez, a falta de aprofundamento e a ausência de maior diálogo sobre o processo de criação das áreas protegidas o que vem ocasionando uma série de manifestações no Paraná. Acreditamos que o diálogo e o envolvimento da sociedade são fundamentais para que iniciativas desta natureza sejam bem-sucedidas. E nesse sentido contamos com a compreensão de V. Exª diante do presente pleito. E praticamente todos, não todos, mas mais de 90% dos Parlamentares do Paraná, de todos os Partidos Políticos, assinaram esse documento.”

E a resposta da Presidência da República, assinada pelo Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Gilberto Carvalho, é a seguinte: “Em atenção ao Ofício Tal, de V. Exª, o Senhor Presidente da República solicitou-me comunicá-lo que recomendou ao Ministério do Meio-Ambiente a sugestão para que haja a discussão”. Quer dizer, aquele processo todo que foi mencionado.

“Ao mesmo tempo, eu tenho conhecimento do documento do Estado de Santa Catarina, do Governador do Estado, pedindo para que este processo também aconteça sob pena de haver prejuízos, disputas, conflitos com o Governo, com os Ministérios, com a população, o que a gente pode evitar. Nós temos pro-

blemas que podem ser evitados, através do entendimento e do diálogo.”

Então a minha dúvida, a minha questão para o Dr. Capobianco, porque ele já disse inclusive que há coisas que precisam ser discutidas, é nesse sentido.

Quer dizer, qual que é a possibilidade – eu acho que deve haver toda possibilidade – mas, assim, a importância, a necessidade de que haja um debate com calma, com tranquilidade com a população envolvida, dando-se as informações todas, os questionamentos e tendo seu tempo necessário para que haja tomada de decisão posteriormente antes da assinatura dos decretos para que isto tudo possa ser esclarecido, resolvido, orientado, as pessoas prestigiadas e com isso a gente possa ter um processo tranquilo que atenda o meio ambiente, que atenda a parte econômica e que atenda a parte social.

Obrigado. (Palmas!)

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Presidente, eu estou apresentando um requerimento oral, se for preciso eu o transformo em escrito, que é o seguinte:

Tendo em vista o § 3º do art. 22, que diz que o poder público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas, eu considero que a Comissão de Agricultura e de Meio Ambiente do Senado são partes interessadas, eu requeiro que V. Exª coloque em votação este requerimento, para que o Ministério do Meio Ambiente forneça toda a documentação e todas as informações adequadas e inteligíveis que fazem parte do processo que baseou a decisão da criação das Unidades de Conservação e que levaria a assinatura do decreto não houvesse essa decisão de postergar.”

Eu creio que essas informações já estejam disponíveis porque já estava marcada a assinatura do decreto. Então, estou apresentando o requerimento e gostaria que V. Exª o colocasse em votação no momento oportuno para que possamos obter todas as informações adequadas, como sugere a legislação no seu art. 22.

É o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Osmar Dias, nós vamos aguardar a formalização do seu requerimento para que ele seja votado. A Secretaria da Mesa vai auxiliá-lo na sua formalização.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Por escrito?

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Eu gostaria de consultar o eminente Senador Osmar Dias se o requerimento que ele vai apresentar à Mesa diz referência às Unidades de Conservação, objeto dessa audiência pública dos Estados do Paraná e Santa Catarina ou a nível nacional, porque eu gostaria, se o Senador assim o permitir, para mim seria uma honra muito grande, de subscrever junto com ele acrescentando a mesma questão das Unidades de Conservação no Estado do Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu entendo que o Senador Osmar Dias apresenta um requerimento relacionado à matéria em discussão no Estado do Paraná e Santa Catarina.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – É objeto determinado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Eu gostaria, se ele permitir, de ter a honra de subscrever também o requerimento acrescentando as Unidades de Conservação cujo objeto diz respeito ao Estado do Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu sugeriria, Senador Flexa, que esse pleito de V. Ex<sup>a</sup> fosse objeto de outro requerimento, ainda que com a assinatura do eminente Senador Osmar Dias, se assim a ele interessar, mas um outro requerimento para não haver essa tramitação...eu acho que agilizaria a tramitação a nível de Governo Federal se fosse separado, se fosse isolado o requerimento que o Senador Osmar Dias está apresentando.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – É o mesmo objeto. Quer dizer, é a mesma finalidade: obter as informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu sugeriria que fosse outro requerimento.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Eu até pergunto ao Cabobianco quanto tempo seria suficiente para que eu pudesse colocar num requerimento, para que ele pudesse me responder quanto tempo seria suficiente para essa resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu aproveito para passar a palavra ao Dr. Cabobianco para que ele já faça as suas considerações a respeito das ponderações trazidas à Comissão, que os eminentes Senadores Osmar Dias e Flávio Arns.

**O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO** – Sr. Senador, se for a cópia integral dos processos é o tempo de preparar as cópias e os mapas. Isso é alguns dias, só para preparar. Se for isso. Agora, se forem quesitos, aí exige uma preparação de respostas, aí nós teríamos que produzir as respostas, como o Sr. achar melhor..

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Eu estou interpretando o § 3º : informações inteligentes...

**O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO** – Todo material que foi disponibilizado na consulta?

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Exatamente.

**O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO** – Então, é uma questão de material de registro.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Na explanação que o senhor fez, o senhor colocou claramente que foram percorridos 41,5 mil quilômetros, as pessoas foram visitadas, todas as famílias e tudo mais. Então, deve ter um relatório disso.

**O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO** – Tem um relatório completo.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Eu gostaria de receber essa documentação.

**O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO** – Uma semana é mais do que suficiente.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Então, vamos colocar dez dias.

**O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO** – Perfeito.

Srs. Senadores...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria também de registrar que vou encaminhar o requerimento, pedindo as mesmas informações a respeito das Unidades de Conservação no Estado do Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra, o Dr. Cabobianco, para suas considerações a respeito das ponderações do Senador Osmar Dias e do Senador Flávio Arns.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Sr. Senador Osmar Dias, inicialmente, objetivamente em relação às questões pelo senhor apresentadas, primeiro, os 20% da reserva legal. O que a legislação define é que podemos, a partir do Código Florestal, fazer a compensação de reserva legal em Unidades de Conservação governamentais.

Portanto, no caso de uma propriedade em que uma área a ela associada for transformada em uma Unidade de Conservação de Produção Integral, o proprietário tem a opção de que aquela área seja vinculada à sua propriedade como reserva legal, porém não tem o direito à desapropriação.

Caso ele queira a desapropriação daquela área, aí, sim, ele teria que anexar uma outra área de 20% na sua propriedade, mas ele tem essa opção de que ela fique vinculada à dele, mas, como eu disse, não teria o direito à desapropriação.

No caso APP, não, porque APP, Áreas de Preservação Permanente, independe de percentual, aquelas que permanecerem na propriedade privada continuarão a sua proteção legal; quanto àquelas que passarem para Unidade de Conservação não há maiores consequências em relação a isso.

Com relação a ajuste de limites, esse é um ponto absolutamente fundamental, Sr. Senador, que, para fazer justiça, eu gostaria que registrasse aqui, nesta audiência, que o Governador do Estado do Paraná solicitou formalmente à Ministra Marina Silva que fossem postergadas as assinaturas dos decretos, após o apoio por ele emitido. Na mesma linha do que foi dito aqui: o Governo do Estado apóia, considera fundamental, no entanto, considerando que há demandas localizadas de pessoas de bem, que têm sugestões a fazer, ele interpelou diretamente o Ministério, por telefone, e solicitou que os decretos não fossem assinados até que essas questões fossem esclarecidas, mantendo o apoio.

Portanto, a bem da verdade, gostaria que isso ficasse registrado aqui.

O que ocorre, Srs. Senadores e demais participantes, eu acho que o processo das consultas públicas, e aliás todo o processo de criação de Unidades de Conservação está sendo aprimorado. Nós já passamos de um momento em que não havia nenhuma consulta pública, antes da Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, aprovada por esta Casa, não se exigia nenhum tipo de consulta. Era um ato discricionário unilateral do Poder Executivo. Nós tivemos a determinação das consultas públicas, já passamos por consultas públicas por Internet, consideradas válidas inclusive, em muitos casos, e chegamos hoje a um momento que considero extremamente positivo. Quer dizer, nós estamos detalhando e aprimorando.

Não basta, e fica evidente, apenas a consulta. Não basta você, num dia e hora marcada, como exige a legislação, apresentar os dados. Isso não basta. Esse caso, em regiões altamente dinâmicas do ponto de vista populacional, como é o caso do Paraná e Santa Catarina, evidentemente não é satisfatório, e isso temos que admitir. Temos que assumir isso, porque, na consulta pública, o que ocorre é que você consegue apresentar a proposta, os dados disponíveis e aquilo que o Governo, com base nos seus dados técnicos, chegou ao entendimento, mas, a partir daí, quando todos os interessados obtêm aquela informação, gera-se

uma enorme discussão. Por exemplo, tivemos casos de área em que foi sugerida a ampliação e que, depois, logo na seqüência, nós fomos informados de que a área amplia numa área interessante, mas pega uma outra área de produção. O que acontece? Temos de aprimorar o processo. Isso está claro para nós, está claro para o Ministério do Meio Ambiente.

Ao sair da audiência pública de ontem, disse para a minha equipe que temos uma oportunidade de ouro, literalmente. Por quê? Porque temos duas unanimidades, tanto ontem como hoje. Todos são a favor, desde que bem-feito. Isso é o fundamental, e essa é a posição do Ministério do Meio Ambiente. Nesse sentido, Senador Osmar Dias e demais Senadores, a Ministra determinou e estamos completamente abertos a debater tecnicamente os limites.

Eu gostaria de dizer que houve um pouco de informações que foram divulgadas de forma um pouco aumentadas, digamos assim. Evidentemente, as pessoas ficam preocupadas e comentam, e quem conta um conto aumenta um ponto. De repente, virou aquela coisa de que todo Município iria parar, que toda a produção seria paralisada. Na verdade, isso não pode acontecer. Seria ilegal e, como o senhor mesmo disse, a lei está aí para ser cumprida. Imaginem se o Ministério do Meio Ambiente criasse uma unidade de proteção integral numa área de produção de soja. O Secretário – porque primeiro vão os menores – e, por consequência, o Ministro e até o Presidente da República teriam esse decreto revogado, como o senhor bem disse. Portanto, não há dúvida de que temos que ajustar e estarmos abertos a isso. Vamos fazer.

Qual o encaminhamento que estamos propondo e que discutimos ontem, com a autorização da Ministra Marina da Silva? Que se criem Comissões Técnicas nos Municípios, que se reúnam todos os interessados que têm informações. Vamos checar informação por informação, vamos ajustar e vamos discutir exaustivamente até chegar a uma solução. Agora, evidentemente existe – e como todos aqui concordam que é importante que se crie – entre a discussão técnica para ajustar e a tentativa de protelar, que tenho certeza absoluta não é a intenção de nenhum de nós. Portanto, no momento certo, vamos dar por encerrado. Esperaremos ter agradado a grande maioria, mas certamente alguns se sentirão ainda prejudicados, o que lamentaremos.

Para isso, responderemos a outra pergunta que o senhor fez sobre a indenização. Como a Unidade não foi criada, ela não existe no sistema público. Não temos essa Unidade, não temos essa caixa no Orçamento porque ela não existe. O que ocorria no passado? Criava-se a Unidade e, depois de criada, ela entrava



no rol de Unidades de Conservação, no rol das unidades de despesa, e aí poderíamos alocar orçamento. Portanto, isso aconteceria sempre no próximo ano, a depender das condições financeiras. No entanto, por determinação do Governo, quando se cria a Unidade, obrigatoriamente se informa no processo – essa é uma exigência do Presidente – a disponibilidade de recursos para iniciar o processo.

Nesse ponto, há uma questão que é importante esclarecer. O processo de desapropriação, todos aqui sabem, não é um processo rápido normalmente. Por quê? Porque há uma discussão, primeiro, sobre a titularidade. Infelizmente sabemos e também o nosso Senador do Pará – fato que é menos grave no Paraná e em Santa Catarina, mas grave em outras regiões – que há problemas fundiários de titulação e de propriedades que foram repassadas a herdeiros, cuja titulação ainda não foi registrada em cartório. Esse processo normalmente demora um pouco até que seja ajustado. Quando se cria a Unidade de Conservação, o Presidente da República decreta aquela área de utilidade pública para desapropriação, para fins de criação daquela Unidade de Conservação. Naquele momento, todos os proprietários devem apresentar a sua documentação. As terras que tiverem a documentação correta, com a sua origem garantida, são as primeiras a serem desapropriadas. Qual o critério de preço? Existe uma normatização para isso, e o primeiro critério de preço utilizado pelo Governo Federal são os dados do Banco do Brasil, utilizados mesmo como aval de empréstimo etc. Via de regra, os proprietários não aceitam esse valor e consideram que o valor deveria ser adicional. Temos um outro problema, a legislação nos impede de desapropriar áreas de APP porque são consideradas imunes à atividade econômica. Essas questões geram, via de regra, um debate no âmbito judicial, que leva a um atraso na desapropriação. No entanto, estamos alocando recursos da compensação ambiental para essas unidades de conservação para iniciar o processo. Evidentemente, a partir do orçamento, quando elas se tornam unidades de conservação, elas passam a gozar de recursos orçamentários e aí, sim, evidentemente, nesse caso, inclusive, podemos contar com a colaboração desta Casa e da Câmara na realização de emendas que garantam orçamento para essas unidades. Há aí uma disputa – o senhor sabe bem disso – em que lutamos para aumentar o orçamento. Há outros setores do Governo. Virá uma disputa por aí. O objetivo é fazer a desapropriação no menor tempo possível a preço justo, evidentemente, obedecendo aos parâmetros legais.

Com relação às outras unidades já indenizadas, há um quadro, nas unidades de conservação federais

bastante razoável no Brasil. A maioria das unidades de conservação estão resolvidas do ponto de vista da desapropriação. Há casos históricos que realmente não foram resolvidos, como, por exemplo, o caso, frequentemente citado, do Parque Nacional São Joaquim, aqui lembrado.

O Parque Nacional São Joaquim foi criado há 44 anos, quando não havia a lei atual – seguiu outro procedimento – e não havia qualquer exigência de aporte de recursos no início do processo. Ocorre que esse parque sofre litígio há muitos anos. Há uma proposta de revisão de limites, aprovada no Senado algum tempo atrás e que agora está na Câmara dos Deputados, com o Relator Deputado Isaías Silvestre, que já concluiu o relatório, que deverá ser aprovado em breve. Caso seja aprovado nos termos aprovado pelo Senado, o caso estará encerrado definitivamente e aí, sim, o processo de desapropriação. Já estão, na rubrica de recursos de compensação ambiental, inicialmente, para o Parque Nacional de São Joaquim, mesmo que ele ainda não tenha possibilidade de fazê-lo, R\$21 milhões. Nesse sentido, espero que seja, pelo menos, iniciado o processo para que o caso do Parque Nacional de São Joaquim seja resolvido no melhor prazo possível. Mas a situação das unidades de conservação do Brasil federais é bastante positiva. Nas estaduais, há vários problemas estaduais. Em São Paulo, por exemplo, Estado com maior número de Unidade de Conservação sob sua tutela, apenas 30% estão regularizados. É um caso grave. O Governo do Estado tem trabalhado muito para tentar resolver esse passivo grave que se acumula.

Finalmente, com relação ao Senador Flávio Arns, qual a possibilidade, importância, necessidade e interesse para o debate? Todo, 100%. Como fazer isso? Avançando tecnicamente. Já realizemos algumas consultas, há alguns questionamentos de que as consultas não foram amplas o suficiente. Mas o fato fundamental é que estamos trabalhando para analisar tecnicamente as propostas. Já propusemos ontem e reapresentamos aos Srs. Senadores a proposta da Ministra de que se criem comissões por município. Cada Município reunirá todos os atores que tenham informações relevantes. Estamos entregando aos Prefeitos – já estão aqui – e encaminharemos aos demais prefeitos interessados material completo, com a imagem de satélites, os mapas em tamanho “Azero”, o maior formato temos, para que seja regionalizado. Depois do tempo necessário para a análise das comissões, iremos nos reunir com as comissões, veremos o que pode ser resolvido imediatamente e trabalharemos para que possamos resolver a maioria absoluta das dúvidas, retirar da Unidade de Conservação aquelas Unidades que estiveram no seu

entorno e que não devem estar na Unidade de Conservação, minimizando, assim, o impacto que poderiam ter sobre as atividades econômicas em curso.

Muito obrigado.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, fiquei satisfeito com a resposta do Capobianco, principalmente quando fez a consideração de que todos somos favoráveis e a outra que ninguém está querendo protelar. Entre fazer com pressa e fazer a coisa certa, estamos tentando fazer a coisa certa. Vamos deixar para lá aqueles que preferem transformar este assunto em assunto político. Vamos tratar deste assunto com a responsabilidade que ele exige.

Restou apenas uma dúvida: se aquela área for de reserva legal daquela propriedade, ela será indenizada, incorporada que foi a Unidade de Conservação?

**O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO** – Senador, procurei esclarecer o seguinte: aquela área é reserva legal de uma propriedade e o proprietário pretende que ela permaneça valendo como reserva legal daquela propriedade, ele não terá o direito à indenização, a não ser no percentual acima do que manda a lei, claro, seus 20% acima ele teria o direito.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Mas, e se ele abriu mão porque ele já tem os outros 20%?

**O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO** – Aí sim.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Aí ele vai ser indenizado?

**O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO** – Será indenizado, com certeza. Se ele tiver em sua propriedade os 20%, ele será indenizado.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Está claro.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só quero dizer que a Bancada Federal do Paraná e, certamente, a de Santa Catarina também representada pelos Senadores e Deputados, gostariam também muito e vamos sugerir de acompanhar esse processo todo, para que possamos até contribuir, estar presente e sugerir também e poder juntos discutir nas próprias comunidades, para ver se toda informação chega de uma maneira adequada e tudo, e contribuir para que tudo transcorra normalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Voltamos à lista de oradores. Vamos constituir blocos de três Senadores, que apresentarão suas ponderações e arguições para que os membros da Mesa palestrantes possam responder.

Por permuta com o Senador Flexa Ribeiro, concedemos a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, embora não sendo titular destas duas Comissões, fiz questão de comparecer, em fun-

ção da relevância do assunto, especialmente neste momento, para o Paraná e Santa Catarina. É claro que todos nós entendemos: a presença ambiental é uma manifestação permanente, reiterada, de amor à vida. Ninguém em sã consciência pode combater a preservação ambiental. No entanto, é preciso compatibilizar os interesses do progresso, da prosperidade, com essa necessidade insubstituível da preservação do meio ambiente. E, certamente, é o que nos motiva a debater esse assunto e é o que nos motiva a pedir tempo. Porque, sem dúvida, não estamos preparados para a decisão governamental que se anunciava. Não superamos todas as etapas para o entendimento, afinal o Estado deve refletir as aspirações da sociedade, e a indagação que se faz é: adotando um procedimento sem ampla discussão, sem consenso, sem o entendimento necessário, estaria o Estado cumprindo seu dever de satisfazer as aspirações da sociedade? Creio que não. Não vamos repetir o questionamento sobre as audiências públicas realizadas, se foram abrangentes, se abordaram em profundidade a questão, se todos foram ouvidos, porque eu poderia dizer, por exemplo, que representante da maior importância na discussão desse assunto de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais não recebeu o convite: o Prefeito de Ponta Grossa. A Prefeitura de Ponta Grossa não constou da lista dos convidados para a audiência pública que discutiu a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais. Portanto, não vamos discutir mais esse assunto, apenas a conclusão é que não estamos preparados para a decisão. Tenho, é claro, algumas ponderações a fazer. Primeiramente, é que o direito adquirido do proprietário tem que ser respeitado de forma absoluta. A outra ponderação é que as estatísticas são “inconfiáveis”. Ouvi que a área de cobertura florestal no Paraná é de 0,8%. Tenho aqui um trabalho da Universidade Federal do Paraná, de respeitabilidade indiscutível, que diz que a cobertura florestal natural do Paraná é de 18%, cerca de 10% com florestas bem conservadas. Na floresta de araucária especificamente, o percentual de cobertura eleva-se para 24%, sendo quase 13% de florestas em bom grau de conservação. E diz aqui o trabalho da Universidade Federal: “Esses são os números atuais sobre a cobertura florestal no Estado, obtidos por levantamentos realizados com fundamentação técnico-científica e desprovidos de distorções e interesses estranhos.

Portanto, esse é um questionamento. As estatísticas devem ser consideradas. Mas, na verdade, temos que verificar quais estatísticas são verdadeiras.

Especificamente, em relação a esse Parque Nacional dos Campos Gerais. Na verdade, não há conhecimento pleno das informações que tem o Governo

a respeito dessa Unidade, mas há um levantamento parcial feito pela comunidade interessada. Área de reserva legal com preservação permanente, chegamos a 33%; área do campo nativo, chegamos a mais 20% e a área de pastagem plantada, de agricultura e com o reflorestamento, chegamos a 45%. Certamente, se formos confrontar com os números oficiais do Governo, teremos também distorções. Ou seja, são elementos para que cheguemos à conclusão de que não estamos preparados para uma decisão de tamanha importância. E, se chegarmos a esta decisão, temos que considerar algumas questões fundamentais. Mas, antes, eu gostaria de dizer, a exemplo do que referiu o Senador Osmar. Durante o nosso Governo, além da Mata dos Godoy, em Londrina, que foi utilizada para preservação ambiental pelo Governo – o Osmar era o Secretário da Agricultura – outros 18 parques foram criados naquela gestão, da forma absolutamente correta, indenizando da forma mais correta possível os proprietários, sem nenhum tipo de constrangimento, de ressentimento ou mesmo que pudesse ensejar qualquer questionamento. Portanto, mediante entendimento das partes. O Paraná realizou também um grande programa ambiental, chamado Paraná Rural, que foi administrado pelo Osmar, como Secretário da Agricultura, que acabou merecendo prêmios internacionais e sendo apontado como referência para outros países, pela FAO, pela ONU, pelo Banco Mundial, enfim, o Paraná tem essa tradição de preservação ambiental, por isso, temos que discutir melhor. O Paraná tem que ser ouvido, Santa Catarina. Quero louvar a iniciativa do Governador Luiz Henrique, de Santa Catarina, que merece os nossos aplausos por essa iniciativa, espero que seja também exemplo para o Governo do Paraná. Essa solicitação no prazo de um ano para um estudo aprofundado dessa questão em cada um dos dois Estados.

É evidente que temos que repelir o radicalismo ambientalista, o fundamentalismo ambientalista em nome do bom senso. O projeto de criação dessas unidades é indispensável, é necessário, não há como combater o Governo por criar essas unidades, de forma alguma, queremos apoiar o Governo nessa sua iniciativa. Mas eu creio que o estabelecimento dessas unidades, que é uma ferramenta importante, não pode ser um fato isolado. Temos que ter uma política de preservação ambiental, consultando as peculiaridades regionais. O que vale para o Pará, obviamente, é complicado executar no Paraná. O Flexa Ribeiro sabe bem disso. Essa questão, portanto, deve ser debatida amplamente.

Quero fazer algumas indagações, a partir do momento em que a decisão for criar essas unidades de conservação. Eventualmente, é possível que, em de-

terminadas áreas, o Governo e a sociedade, em conjunto, cheguem à conclusão de que não são as áreas indicadas para a criação dessas unidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Alvaro Dias...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não, estou demorando muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa solicita que V. Ex<sup>a</sup> procure objetivar. V. Ex<sup>a</sup> teria direito, também, a três minutos.

**O SR. ÁLVARO DIAS** (PSDB – PR) – É que eu estou na linha dos anteriores, os que tiveram mais tempo. Me perdoe, meu caro Presidente.

Mas há algumas questões bem objetivas. Os que preservam áreas ambientais não são bonificados. A indagação que se faz: qual o bônus que tem o preservacionista, aquele que usa sua área, sua propriedade para preservar o ambiente de forma correta. Então, queremos indagar também sobre a indenização sobre essas áreas. As áreas financiadas, longo prazo: DRDE, 20 anos; CNH, 6 anos; Banco do Brasil, para custeio, enfim, essas áreas financiadas. Como será o tratamento a esses financiamentos? A indenização da cobertura florestal, da floresta nativa. Ainda temos um exemplo recente (são contradições), lá em Quedas do Iguaçu, uma área da Araopel, o Incra desapropria e avalia em R\$120 milhões; depois, há uma discussão e vem para R\$75 milhões, 25 alqueires, e a alegação é que se está pagando a floresta plantada. É claro que o Incra diz que aquela é uma área pública, uma área do Estado. Na verdade, o Estado está desapropriando um a área do próprio Estado e se está remunerando alguém. Então, lá vai se pagar a área plantada. Quanto à questão das APPs, já ouvimos que o Supremo já decidiu a questão da própria Araopel, que há que se pagar a cobertura florestal. Essa floresta nativa da mesma forma. Uma outra pergunta: quem cumpre a lei, mantendo a reserva legal, as áreas de preservação, enfim, tem o direito de fazer o manejo na sua propriedade? Mas, ao final, quero, sobretudo, fazer uma sugestão. Ao meu lado esta uma senhora que tem familiar fazendo doutoramento, na Inglaterra, pelo CNPq, e traz a informação de que o seu professor informa que lá é diferente: na Inglaterra; na Floresta Negra, na Alemanha, ou mesmo em Bariloche; enfim, em nações evoluídas. O proprietário que tem uma área escolhida para preservação ambiental é um proprietário feliz e premiado. Na verdade, ele passa a ser subsidiado, permanentemente, para a preservação daquela área escolhida para a criação de uma unidade de preservação ambiental. Por que o Brasil não adota esse modelo? Não seria um bom exemplo a ser escolhido em nosso País? Finalmente, agora atendendo, embora

tivesse outras questões, municiado pelos amigos que aqui vieram. Mas há uma solicitação catarinense aqui, já que o Capobianco afirmou que o interesse é discutir mesmo e dialogar, buscar o entendimento. Por que não suspender as audiências públicas, marcadas para junho nos dias 21, 22 e 24, em Santa Catarina e, me parece, Palmas, também, no Paraná. Não haveria tanta pressa para essas audiências públicas. Poderiam se constituir Comissões Municipais, com representantes da Prefeitura, do Estado, do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, dos proprietários para discutir preliminarmente e preparar essas audiências públicas. São as questões que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente, e – mais uma vez – agradecer a tolerância de V. Ex<sup>a</sup> com relação ao tempo. (Palmas!)

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sobre a mesa requerimentos que passo a ler.

Requeiro, nos termos do art. 217, do Regimento Interno, do Senado Federal, combinado com art. 22, § 3º da Lei 9985, de 18 de julho de 2000, sejam encaminhados a esta Comissão todos os documentos e informações, inclusive cópias dos contratos com especialistas, organizações, relatório de vistoria de campo, datas e locais vistoriados, estudos técnicos, em especial dos de variabilidade genética, socioeconômicos e outros especializados referentes à criação das Unidades de Conservação Ambiental no Estado do Paraná e Santa Catarina, de autoria do Senador Osmar Dias.

Em discussão o requerimento.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, faço uma consideração em relação a estas Comissões. Pode haver a votação nas duas Comissões, porque se trata de uma audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Sendo assim, o assunto seria abordado nas duas Comissões.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, farei apenas uma pergunta. Há o prazo de dez dias?

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não há prazo.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Então, eu gostaria de aduzir o prazo de dez dias para que essa documentação seja repassada às Comissões.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requeiro, nos termos do art. 217, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 22, § 3º, da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, sejam encaminhados a esta Comissão todos os documentos e as informações, inclusive cópia de contratos com especialistas, organizações, relatório de vistoria de campo, dados locais vistoriados, estudo técnico, em especial os de variabilidade genética, socioeconômicos e outros especializados, referentes à criação das unidades de conservação ambiental no Estado do Pará. Não foi também mencionado prazo.

V. Ex<sup>a</sup> gostaria de aduzir o prazo de dez dias?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Exatamente, Sr. Presidente. Quero aduzir o prazo de dez dias e também cópia das audiências realizadas, se por acaso ocorreram.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex<sup>a</sup> também não especifica, em seu requerimento, quais são as unidades de preservação no Pará. São todas?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Todas.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Todas.

Em discussão o requerimento na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em discussão na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Voltamos à lista de inscrição.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Senador Flávio Arns, Sr. Secretário João Paulo Capobianco, Srs. con-



vidados desta audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, primeiramente, quero solidarizar-me com os Senadores e com as Senadoras dos Estados do Paraná e de Santa Catarina e pedir vênha para que eu possa incluir as questões que afligem também o Estado do Paraná relativas à criação das Unidades de Conservação.

Quero cumprimento os autores do requerimento, que nos permite estarmos hoje nesta audiência pública e lamentar a ausência da Ministra Marina Silva, sem demérito algum ao Secretário Capobianco, que, brilhantemente, como os demais depoentes, enriqueceu-nos com as suas informações nesta audiência pública.

A nossa solidariedade com os Parlamentares que representam tão honrosamente, no Senado Federal, os Estados do Paraná e de Santa Catarina se faz porque o Pará também possui Unidades de Conservação e apresenta os mesmos problemas discutidos pelos Oradores e principalmente pelo Senador Osmar Dias, que enfatizou pontos importantes. Ressalto principalmente a questão que ele levantou de uma possível e provável anulação de todos esses decretos de criação dessas áreas na Justiça por não terem sido respeitados os requisitos da lei. O que ocorreu no Paraná existe em Santa Catarina e em nível nacional. Ocorre, lamentavelmente, em nosso querido Estado do Pará.

Srs. Presidentes Leomar Quintanilha e Flávio Arns e Sr. Capobianco, gostaria de fazer uma proposta à Ministra Marina Silva e ao Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: que pudéssemos, Senadores Osmar Dias e Leonel Pavan, fazer um acordo para que fosse possível sustar a criação dessas novas unidades.

Ninguém é contra e isso já foi dito por todos. Não há um único brasileiro que não tenha bom senso e seja contra a conservação ambiental. Nós amazônidas queremos a Amazônia preservada para as gerações futuras que virão, para os nossos filhos e netos. Mas queremos, sim, que aqueles brasileiros que lá habitam sejam também respeitados, porque eles têm direito a uma qualidade de vida digna. Eles devem ser respeitados quando são criadas essas unidades de conservação no papel, pois não é sequer considerado que existem brasileiros que habitam as terras há dezenas de anos, trabalhando, gerando riquezas e empregos, mantendo aquela região como brasileira, que hoje é motivo de cobiça internacional. Eles estão lá, às vezes com qualidade de vida diferente daqueles que habitam as regiões já desenvolvidas do nosso Brasil. Mas todos eles, sem sombra de dúvida, Senadores Leomar Quin-

tanilha e Flávio Arns, têm a clareza de que há necessidade de haver o respeito à questão ambiental.

Ninguém quer devastar ou depredar a Amazônia. Podemos ter pontos de vista diferentes. Queremos, sim, que a Amazônia se desenvolva. Talvez nossas opiniões sejam diferenciadas. Não somos contra o extrativismo, mas entendemos que ele simplesmente não desenvolverá a Amazônia. É preciso haver de fato uma área para manter o extrativismo, porém esse não é o processo que trará esse desenvolvimento.

Não pretendo alongar-me até porque estou aqui por deferência especial dos meus companheiros do Paraná e de Santa Catarina. Farei perguntas objetivas a V. S<sup>a</sup>, Dr. Capobianco. Infelizmente, já tivemos vários encontros e, em todos eles, a palavra falada foi esquecida e a palavra escrita não foi cumprida. Aqueles documentos firmados no lamentável incidente da Irmã Dorothy, nenhum deles até hoje foi cumprido pelo Ministério do Meio Ambiente. Nenhum deles, a não ser a aprovação pelo Governo do Estado do Pará, por unanimidade da Assembléia Legislativa, do macrozoneamento econômico-ecológico. E, por incrível que pareça, o Ministério do Meio Ambiente, de forma intervencionista, de forma insensível, faz a intervenção criando áreas de conservação no Estado do Pará que vão de encontro ao Projeto de Macrozoneamento aprovado, pondo em risco esse projeto, que deveria ser discutido.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, solicitamos objetividade nos questionamentos, pois há ainda outros oradores inscritos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, vou fazer os questionamentos ao nosso depoente.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, queria fazer uma questão de ordem, porque, se formos trazer os assuntos ambientais pendentes deste País de todas as regiões do País para esta audiência, que tem um objetivo muito claro, que é discutir a questão das áreas de preservação de araucárias, se formos trazer isso tudo, não vamos terminar hoje. Então, até por uma questão de justiça, porque as pessoas estão aqui para responder sobre este assunto, peço a compreensão, inclusive, do Senador Flexa Ribeiro pois, em primeiro lugar, não é justo com os que estão tratando do assunto da audiência para a qual ela foi convocada e também não considero justo que os que aqui estão tenham que responder sobre assuntos que não estavam inclusive na pauta e não vão poder deixar de responder porque, ao ser provocado o assunto como a questão tão grave da Irmã Dorothy, tenho

certeza que o Dr. Capobianco vai ter que responder. Aí vamos desviar o foco da audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Eu solicitaria aos Srs. Senadores que restrinjam suas indagações ao objeto desta reunião.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para suas considerações finais.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Se V. Ex<sup>a</sup> permitir, vou fazer as indagações. A audiência pública é importante. A questão da Unidade de Conservação é nacional e eu não podia, como Senador da República, representando o Estado do Pará, deixar de fazer este questionamento para obter a resposta do Sr. Capobianco.

Sr. Capobianco, a reserva extrativista Verde para Sempre, que ocupa mais de 80% do território do Município de Porto de Mós, tem uma questão inusitada: 40% da área dessa reserva é constituída de campos naturais de várzea, que é o habitat de búfalos. A Rsex não permite a criação de animais de grande porte. Proíbe a criação de animais de grande porte.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, essa questão que V. Ex<sup>a</sup> suscita diz respeito ao Pará. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Mas não é pertinente nesta reunião, cujo requerimento é específico para as questões relacionadas com Paraná e Santa Catarina. Se V. Ex<sup>a</sup> aceitasse e compreendesse isso, teria outra oportunidade para fazer esse questionamento.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, creio que o Senador Flexa Ribeiro podia apresentar um requerimento para realização de audiência pública para tratar dos assuntos do Pará. Com certeza, tanto a Comissão de Meio Ambiente quanto a da Agricultura teriam o maior interesse. Volto a insistir: vamos tratar do assunto para o qual estamos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Além de o assunto não ser pertinente ao requerimento que objetivou a audiência pública, cada Senador tem direito a três minutos de intervenção. V. Ex<sup>a</sup> já extrapolou – e muito – esse tempo e está trazendo à discussão um assunto que não diz respeito ao requerimento aprovado pela reunião.

Solicito a compreensão de V. Ex<sup>a</sup> ou que apresentasse um requerimento para que realizássemos uma nova audiência pública para tratar das questões relativas ao Pará ou fizesse de outra forma esse questionamento, por escrito, que poderia ser feito inclusive por intermédio da Comissão.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Agora o Pará já está em maioria aqui.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, vou atender à ponderação do Presidente. Vou encaminhar, por escrito, os questionamentos ao Dr. Capobianco. Lamento não poder fazê-lo neste instante. Vou fazer o requerimento solicitando uma audiência pública que é repetitiva. Acho que a gente poderia aproveitar esta oportunidade para tratar do mesmo assunto com referência ao Estado do Pará. Lamento que a Senadora Ideli Salvatti não nos conceda cinco minutos, dez minutos dessa audiência pública, mas de forma atendendo ao Regimento e às ponderações da Presidência dou por encerrada a nossa participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos a compreensão de V. Ex<sup>a</sup> e apenas para, a bem da verdade, fazer um esclarecimento a V. Ex<sup>a</sup>. A Ministra Marina Silva não foi convidada para esta reunião. O convidado pelo Ministério foi exatamente o Dr. Capobianco.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Uma questão de ordem. Eu quero retirar...

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, para esclarecer também. Tem requerimento meu aprovado nesta Comissão e também na Comissão de Agricultura convidando a Ministra Marina e o Ministro Ciro para discutir o Plano da Amazônia Sustentável.

Eu queria então retirar o meu lamento pela ausência porque a informação que tive é que o convite teria sido à Ministra. Gostaria de fazer o lamento da ausência da Ministra.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Na minha ordem de inscrição está a Senadora Ideli Salvatti antes de V. Ex<sup>a</sup>. Se a Senadora concordar, V. Ex<sup>a</sup> fala primeiro.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Não tem problema nenhum para mim. Pela ordem, Sr. Presidente.

Fui o terceiro Senador a entrar nesta Casa e pedir a inscrição. Se não fui escrito, bem mas fui o terceiro Senador. Estavam aqui Osmar Dias e Flávio Arns. Eu estava aqui antes do início da reunião. Assim que senti, pedi a inscrição. Não deve ter ocorrido. Não pedi pelo microfone. Fiz apenas um gesto e não deve ter ocorrido, mas não vai atrapalhar, em hipótese alguma, a explanação que iremos fazer até porque aquilo que a Senadora Ideli Salvatti vai fazer, certamente, tem os mesmos objetivos que são ajudar o meio-oeste e o oeste de Santa Catarina ou ajudar Santa Catarina.

Não tem problema nenhum e falo depois da Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup> e sou testemunha de que V. Ex<sup>a</sup> chegou antes mesmo do início

da reunião, mas verifico que a lista de inscrição, os três primeiros nomes inscritos não foram feitos com a minha caligrafia, não foram feitos por mim e a sua inscrição acabou ocorrendo na sexta colocação. Se houve falha da Mesa V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Houve falha porque assim que iniciou a falação eu requeri a inscrição. Fiz um gesto e pedi. Quando o Dr. João Paulo iniciou eu fiz o pedido até pensei que iria ser o primeiro.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se o Senador Leonel Pavan está tão ansioso por falar, posso até, cavalheirescamente, ceder a palavra.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu não autorizei a Senadora a usar a palavra. Quero respeitar a inscrição, mas o que estou contestando é o sexto colocado.

Em hipótese alguma, estou pedindo para falar na frente de alguém. Eu estou falando com o Presidente, estou contestando a Presidência que eu tinha requerido e vou respeitar a inscrição, mas apenas fica a minha questão de ordem em relação à inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Renovo a informação de que, quando recebi a lista de inscrição, já haviam três pessoas inscritas e não estava V. Ex.<sup>a</sup>, mas não tem problema.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos os nossos convidados e quero buscar ser o mais objetiva possível.

Em primeiro lugar, queria perguntar ao Dr. Capobianco porque, tivemos um processo com relação a essa questão das araucárias que teve uma data importante que é dezembro de 2002, quando foram baixadas as Portarias n<sup>os</sup> 507 e 508 na época ainda do Presidente Fernando Henrique Cardoso definindo áreas prioritárias para a criação de novas Unidades de Conservação no Estado do Paraná e Santa Catarina.

Tivemos uma iniciativa no final do Governo anterior, definindo as Unidades de Conservação nos dois Estados. A primeira pergunta que queria fazer é a seguinte: daquilo que foi definido nas Portarias n<sup>os</sup> 507 e 508, quais são as diferenças que existem entre o que o Fernando Henrique assinou, em dezembro de 2002, e o que temos elaborado como proposta – por enquanto ainda é proposta, porque nada está convalidado – depois desses quase dois anos e meio de debates. Essa é a primeira pergunta que quero fazer que acho que é relevante.

A outra questão é a seguinte: por que em março de 2003 a Ministra criou o GT Araucárias do Sul? O que a motivou a tomar essa iniciativa? É importante

que fique claro por que o Governo Lula tomou a posição de não executar o que estava decretado no final do Governo do Fernando Henrique e reabriu a discussão. Por quê? O que motivou a Ministra a tomar essa atitude?

A outra questão é a seguinte: o GT Araucárias foi montado em março de 2003. Tenho aqui a composição, com representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, das secretarias estaduais do meio ambiente dos três Estados, inclusive foi incluído o Rio Grande do Sul, das organizações não governamentais, da federação das indústrias, das federações dos trabalhadores da agricultura familiar dos três Estados, das instituições de pesquisa dos três Estados, das associações de prefeitos dos três Estados, do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, da Embrapa, e havia até um convidado especial. Essa é a composição do GT.

Tenho aqui, depois, um documento que nos foi entregue durante a audiência dos participantes do GT Araucárias Sul. Aqui está a lista de mais de 200 pessoas e 102 instituições que participaram do GT Araucárias. Pelo que pude identificar, das mais de 200 pessoas, um quarto, era de Santa Catarina. Inclusive quero confirmar se a representatividade foi essa mesmo.

Consegui identificar aqui entidades de Santa Catarina extremamente importantes, como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, o CREA, a Federação da Agricultura do Estado, a Federação das Indústrias, a Fetraf, várias prefeituras, como as de Abelardo Luz, Videira, Irati, instituições de ensino, como a universidade federal, a Furb, e o Governo do Estado. Aqui aparece a questão da Fatma, na pessoa do seu presidente, Sérgio Grando, e várias outras pessoas aqui estão listadas em nome da Fatma, e da Secretaria de Desenvolvimento Social, o Secretário do Estado de Santa Catarina, o Dr. Bráulio, e também vários integrantes da Secretaria. E ainda representantes de órgãos federais no Estado, como o Ibama, o Incra, a Procuradoria da República e várias instituições.

Eu queria entender e gostaria que me fosse aqui explicitado, inclusive pelos que estão aqui presentes, o seguinte: participaram, não participaram, quem estava participando e representando não representava, quem estava atuando no GT Araucárias desde março de 2003 até a última reunião de que tenho conhecimento, na metade de abril, quando se fechou a proposta, as pessoas que estavam lá colocavam o quê? O Governo do Estado colocava o quê? Os representantes do Governo do Estado de Santa Catarina colocavam o quê? O representante da Federação da Agricultura de Santa Catarina colocava o quê nas reuniões do GT?



Isso para termos uma situação de mudança de posição, inclusive de postura e de contestação. Ou seja, as questões que foram levantadas recentemente se manifestaram ao longo do GT Araucárias ou não? Como foi a representatividade? Estou preocupada com o Estado de Santa Catarina, não sei se isso vale para o Estado do Paraná. Mas o que pudemos observar foi que houve, inclusive em termos de determinadas personalidades, de Deputados, por exemplo, de Santa Catarina, que participaram, que, inclusive naquela audiência que tivemos lá, bastante representativa, lá no Centro Administrativo do Governo do Estado, ficou claro, inclusive, que algumas personalidades disseram: não, participei até o dia 15 de abril, e fui para a minha base mobilizar para que não houvesse as audiências, para que as audiências não se realizassem – tivemos inclusive esse depoimento lá.

Então, eu precisaria ter essa clareza: quem estava representando, representava ou não representava; aquilo que está sendo colocado hoje, colocava ou não no GT Araucárias; a mudança de posição se deu porquê. Acho que isso seria importante.

A outra pergunta que eu queria fazer ao Dr. Capobianco é a seguinte: nós fizemos a audiência lá no Centro Administrativo do Governo do Estado e, durante aquela audiência, várias questões colocadas tiveram já modificações da proposição, como por exemplo, aquela área de preservação ambiental já ficou claro que ela não seria – eu pediria, Sr. Presidente, um pouquinho de silêncio...

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Peço silêncio, há orador na tribuna. E peço a V. Ex<sup>a</sup> também que faça suas considerações finais.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – V. Ex<sup>a</sup> está percebendo que estou sendo bem objetiva, fazendo perguntas. Então, eu queira um pouquinho de relevância.

Então, naquela audiência, foram feitas alterações, como por exemplo, na Área de Preservação Ambiental – APA, que era talvez uma das maiores polêmicas. Aquilo foi modificado no sentido de não serem implementados de imediato, poder fazer uma...

A outra questão: alguns empresários apresentaram uma proposta de, em vez de ter áreas de preservação pública, pudessem ter RPPNs, áreas de preservação particular. Então, eu queria saber se algum empresário já encaminhou, se evoluiu essa proposta de termos RPPNs.

A questão, por exemplo, setores de papel e celulose, que estavam representados pela Fiesc, inclusive tivemos a oportunidade de poder ter algumas tratativas, se evoluiu alguma discussão já com este setor.

Sabemos que inclusive houve discussão, proposta de alteração de perímetro da área.

Se aquele compromisso de encaminhar às Prefeituras o levantamento sócio-econômico, porque havia uma grande discussão: não sabemos, queremos saber se o Ministério efetivamente mandou para as Prefeituras para disponibilizar para a sociedade como um todo.

Então, essas seriam algumas perguntas que eu gostaria de fazer em função daquelas mudanças e daquelas questões levantadas lá na audiência no Centro Administrativo.

Já tive oportunidade de falar naquela audiência e vou voltar a falar aqui.

Preservação ambiental, todo mundo é a favor, desde que seja feito no quintal do outro. Nesta audiência aqui, parece que todo mundo é a favor de fazer, só não ouvi o quintal do outro. Então, talvez, já tenhamos uma evolução no sentido de que todos são a favor de fazer no nosso quintal, no quintal de todo mundo. Se é isso, acho que já demos um grande passo. Agora, tem uma questão que precisamos decidir, que é o seguinte: o GT Araucárias foi montado em março de 2003. São mais de dois anos de debate e ainda tem gente pedindo para suspender a audiência pública. A audiência pública é o melhor momento para debatermos e socializarmos o máximo possível, *in loco*, as informações.

**O SR. ALVARO DIAS** (PMDB – PR) – No meu caso, não pedi para suspender, pedi para adiar.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois é, mas veja bem: suspender, adiar. Quero fazer uma outra proposta: vamos fazer mais audiências públicas. Vamos fazer essas que estão marcadas e todas as que forem necessárias para debater e fazer com que a sociedade possa dar todas as opiniões e possa fazer todas as correções para fazermos bem feito no quintal de todos nós. Então, sou terminantemente contra suspender as que estão marcadas. Vamos debater com transparência e, da mesma forma que naquela audiência lá no Centro administrativo já mudanças ocorreram, sugestões foram acatadas ou encaminhadas, vamos absorver. Estou achando assim muito contraditório quem não quer realizar audiência pública. Estão temendo o quê? A audiência pública é a melhor oportunidade de podermos fazer como estamos aqui...

**O SR. ALVARO DIAS** (PMDB – PR) – É ao contrário, Senadora. Estamos pedindo audiência pública para valer. Preparação para audiência pública.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Não, não. Já escutei pessoas aqui dizerem que tem desmarcar as já marcadas. Vamos fazer as já marcadas, vamos debater



**O SR. ALVARO DIAS** (PMDB – PR) – Não, não é desmarcar. É marcar com o tempo de todos participarem.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Mas, oh! Entende? Está marcado, está marcado então vamos realizar essas, vamos realizar todas as que sejam necessárias, porque senão, Senador Quintanilha, ...

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Há outros oradores inscritos.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já vou terminar. Porque senão essa proposta de suspender sutilmente é proposta de embarrigar. Então acho que aqui não cabe. E queria concluir com o debate no sentido de aperfeiçoarmos mas preservar, até porque em Santa Catarina já temos quase nada para preservar, então se demorar demais, não sei no Paraná, mas em Santa Catarina é muito pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a compreensão de V. Exª.

Senador Leonel Pavan, V. Exª certamente pretende questionar o Secretário Capobiano. Se for a ele, aguardaremos um minuto, porque ele precisou se retirar por um minuto da reunião, se não for, já concederia a palavra a V. Exª.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Vou fazer um comentário. Está valendo a...

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Seria importante que a ele ouvir?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Como o Senador Flexa Ribeiro não fez perguntas, apenas comentários, ...

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Já ouviríamos as ponderações de V. Exª.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Agora se quer.. Por que tem que esperar?

**O SR. SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não, se V. Exª for fazer considerações que ele precisa ouvir.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mas é lógico!

**O SR. SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Então vamos aguardar por um minuto que ele precisou se retirar.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Está bem.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Mas essa já é a intervenção do Senador Leonel Pavan? Não?

Ah! Tá. Mas ele vai fazer essas considerações e depois vai falar novamente?

**O SR. SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não, não.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Ah! Só para saber.

**O SR. SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – É a ordem de inscrição, Senadora Ideli.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Por que quero usar a mesma prerrogativa.

**O SR. SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não, ele falará na ordem de inscrição e será o próximo. O que a Mesa propôs foi que ele aguardasse alguns minutos, porque o Secretário Capobiano precisou se retirar. É só um minuto.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – A não ser que possamos aí... Ele saiu para ...?

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Olha, lamentavelmente não podemos, embora seja uma audiência pública, apenas os Srs. Senadores e os convidados podem fazer intervenções. Lamentavelmente.

A Mesa agradece.

Com a palavra o eminente Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo pela forma democrática e pedir escusas referentes a nossa reclamação por não estarmos inscritos, mas fica sendo falha minha. Porque tanto que no início fiz uma intervenção do tempo de cada um e coloquei que iríamos falar também. Então, de repente, por falha nossa, não ter requerido, não ter assinado o requerimento.

Quero aqui cumprimentar o Sr. João Paulo Capobiano, que representa o Governo, os que representam o Estado do Paraná, o Estado de Santa Catarina, na pessoa aqui do Enori, nosso Barbieri, Vice-Prefeito Xanxerê, nosso Valdir Colatto, que representa aqui o Governo do Estado, cumprimentar Osmar Dias que é o autor do requerimento, que tem assinatura também, a adesão do nosso querido amigo, o brilhante Flávio Arns, que é um lutador pelo Estado do Paraná.

Sr. Presidente, sabemos que essa discussão vem vindo há tempo. Porém, das discussões, não conseguimos obter resultados, estamos só conseguindo resultados de discussões do que o Governo quer, entrou de uma forma e saiu com a forma que ele entrou, não houve flexibilização nesse caso. Desde o começo se fala em desapropriação, demarcaram uma área e não se recuou um centímetro. Então não adianta debater se não há uma certa sensibilidade por parte do Governo.

Todos nós somos favoráveis à preservação ambiental. Do nosso quintal e do quintal dos outros, de todo o Brasil. Porém, todos nós somos favoráveis à produção ordenada, favoráveis aos nossos agriculto-

res, favoráveis, principalmente, ao agricultor familiar, somos favoráveis à geração de emprego, somos favoráveis ao fortalecimento da economia dos Estados e Municipais, somos favoráveis à vida ambiental é à vida humana. Só teremos qualidade de vida se tivermos também produção. Alias, o Governo canta, em verso e prosa, volume da nossa produção de exportação. Estamos atingindo justamente o setor produtivo que produz para exportar.

Eu recebi, Sr. Presidente, aqui, uma manifestação de Ponte Cerrada, de nosso Prefeito Luís Fávero, e que representa inúmeros outros Municípios de nossa região, oeste e meio-oeste de Santa Catarina, pedindo-nos que possamos reabrir o processo de discussão e avaliação no que tange às Unidades de Conservação e Proteção Ambiental. Isso refere-se também ao Paraná e à Santa Catarina. E nós estamos fazendo um requerimento nesse sentido, e depois vamos para lê-lo. Encaminhamos também ofícios à Ministra Marina Silva. Entre esses requerimentos estão indicações de extremo valor para os Estados de Santa Catarina e Paraná, e também o Brasil.

Fiz um pronunciamento, Sr. Presidente, recentemente, fiz um pronunciamento no Senado Federal, no qual falei sobre a questão dos Municípios atingidos Abelardo Luz, Ouro Verde, Ipoaçu, Bom Jesus, São Domingos, Varjeão, a nossa querida Ponte Cerrada, Água Doce, Vargem Bonita, Passos Maia e Macieira, e falava da grande importância socioeconômica da região, que era a criação da Área de Proteção Ambiental das Araucárias e a Estação Ecológica Mata Preta e do Parque Nacional de Proteção no total no Estado de Santa Catarina, cuja área tem 3.940 estabelecimentos agropecuários. Temos 5,9% dessas áreas são de produção de milho; 18,6% de soja; 15,1% de trigo; 15,7% é de batata, além de outros investimentos em fruticultura, silvicultura e agroindústria. Temos que ressaltar também que Santa Catarina é apenas 1,13% do território nacional, e a 5ª produtor de alimentos e o 5º exportador justamente em sua função de estrutura fundiária. O Estado é aplaudido e reconhecido como exemplar, onde 85% das 170 mil propriedades agrícolas são de 15 alqueires. A maioria dessas propriedades é de 10, 20, 30 hectares. E todas elas estabelecidas há centenas de anos. O Governo do Estado está executando um inventário florístico/florestal que fornecerá informações científicas balizadas, capazes de indicar as áreas mais apropriadas para a criação de Unidades de Conservação das espécies ameaçadas de extinção.

Eu gostaria de dizer ao Sr. João Paulo Capobianco que teríamos inúmeras informações aqui a dizer por que estamos pedindo uma rediscussão. Por que queremos que os senhores dêem mais tempo para que

os Prefeitos, Vereadores, para que as comunidades agrícolas possam rediscutir essa questão, possam buscar mais subsídios para que possam dar maiores esclarecimentos ao Governo, para que não tome uma medida drástica, dura e arbitrária – poderíamos dizer -, de uma hora para outra, sem que haja realmente uma discussão mais ampla? Estamos vivendo num regime democrático, com um Presidente que batalhou muito por isso, com um Presidente que percorreu este País, defendendo os agricultores, defendendo a geração de emprego, defendendo a agricultura familiar, e que teve a maioria dos seus votos justamente com esses que passaram, agora há pouco, aqui, com as caras manchadas, marcadas, com mãos calejadas, sujeitos que suam 24 horas por dia, para produzir alimentos para sua família, para nosso Estado, para nosso País, para exportar, para gerar economia do nosso País. De repente, poderemos ver aqui o Governo numa atitude drástica e dura, colocando essas pessoas na rua. O dinheiro que será colocado em suas mãos não tem o significado do tamanho que esse povo tem pela sua terra, pela cultura. Gerações e gerações, com bisnetos, já passaram por aquelas terras. Essas pessoas precisam ser respeitadas. Os recursos não são de acordo com que valem as terras. De repente, vão estar nas ruas com lona, de repente, até para invadir a própria terra. Poderá ocorrer isso, na hora em que o Governo tomar... Esses mesmos que irão para a rua, de repente, vão ter de invadir essa terra junto com outros. As áreas que aí estão, estão sendo preservadas. Que se crie uma punição mais dura para manter a preservação daquelas áreas existentes. Mas tirar toda aquela estrutura, tudo aquilo que foi manejado por aqueles agricultores, trabalhadores? Tirar tantos anos apenas por suspeita de que não será mais preservado é uma questão dura e ruim para a sociedade agrícola, para os nossos agricultores familiares.

Ouvi a pergunta da Senadora e entendi o objetivo. Por que Lula tomou as providências? Em função de uma Portaria do final de 2002. Temos de reconhecer isso, mas, se aquela portaria foi dura, o Governo entrou para mudar e, então, mude a portaria! A portaria não demarca a região, não diz o tamanho a ser atingido. Também sabemos que, nos últimos três meses do Governo Fernando Henrique Cardoso, nenhuma posição foi tomada. Nós, mesmos, tínhamos recursos a serem liberados e o Governo não liberou, porque uma equipe de transição já entrou no Governo Fernando Henrique Cardoso e já começou a dar as ordens, dizendo o que devia ou não fazer. Tenho certeza de que essa portaria – e eu fiz uma consulta – foi encaminhada a pedido da equipe de transição. Eu não sei se o Sr. João Paulo Capobianco estava junto naquela equipe de transição.

O Governo Fernando Henrique Cardoso não tomou nenhuma posição, na época, sem consultar a equipe de transição, e não disse quantos hectares deveriam ser atingidos.

Eu queria apelar para a sensibilidade deste Governo democrático – pelo menos, essa foi a luta de Lula por toda a sua vida e apelar para a sensibilidade. Não impor, pois ouvi aqui há pouco o seguinte: estou sabendo que já no dia 21, 22 e 23 os jornais estão dizendo que vão tomar a decisão. Segundo os jornais, V. S<sup>a</sup> já haveria tomado a decisão que nos dias 21, 22 e 23 iria anunciar as novas consultas públicas. É isso? Essa é uma pergunta.

E se fizer as consultas públicas antes que a comunidade se reúna, vai reunir 2, 3, 4 ou 5 mil pessoas e não vai acontecer reunião. Vão ter que chamar o Exército porque esse povo vai brigar por suas terras. Vão pegar também as enxadas, os tratores. Vão fazer de tudo para impedir que entrem em suas terras.

Não está sendo invasão dos Sem-Terras, está sendo invasão do Governo.

(Palmas!)

Temos de preservar, mas também ajustar as questões.

Para finalizar, temos de ouvir as comunidades. É o apelo que eu faço. Sou de Balneário Camburiú, na região do litoral de Santa Catarina. Lá não tem terras. Mas sou de Ponte Cerrada. É lá que eu me criei, lá que eu vi a minha vida, é lá que o meu Pai também trabalhou e produziu.

Não é possível que esses que tanto e tanto trabalharam sejam hoje prejudicados justamente por quem governa o Brasil.

Vamos preservar o meio ambiente, mas também a vida e aqueles que projetam, aqueles que estão trabalhando para a agricultura e geram emprego em nossa Nação.

Essas são as minhas palavras, Sr Presidente.

(Palmas!)

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Apesar de ser uma audiência pública com a permissão de assistentes, a galeria não deve se manifestar. Gostaríamos e contar com essa compreensão.

Com a palavra o Dr. João Capobianco.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – De quanto tempo eu disponho? Eu anotei aqui umas 80 perguntas aproximadamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Apenas solicito a V. Ex<sup>a</sup> que procure responder com objetividade.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Serei o mais rápido possível. Peço desculpas se na rapidez,

eu falhar em alguma questão, estão à disposição para esclarecer na sequência.

A primeira pergunta do senhor é: qual é o bônus de quem o preserva? Infelizmente a nossa legislação foi feita por esta Casa avançou muito na preservação. Acho a nossa legislação muito frágil, muito fraca na conservação e no estímulo.

Os senhores vão receber em breve, se tudo correr bem, o projeto de lei de gestão de florestas públicas, que já é um indício disso. Como usar as florestas, como fomentar o uso das florestas. Acho que será um grande avanço.

E também está aqui nesta Casa o Projeto de Lei da Mata Atlântica. Ele foi elaborado com o apoio de muitas pessoas que estão aqui inclusive. Lá inclusive há prevista uma série de apoios e estímulos àqueles que preservaram a mata Atlântica.

Hoje o que temos na verdade é uma isenção do ITR. Tudo bem, é alguma coisa, mas não é recurso. Temos também a possibilidade também de para quem cria uma RPPN, hoje pode dispor de algum apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente para algumas atividades e outros projetos.

Então, é muito pouco para quem preserva um patrimônio dessa importância. Temos que aprovar a Lei da Mata Atlântica e outros dispositivos que apoiem quem preserva sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sr. Capobianco, só para que V. S<sup>a</sup> possa orientar o seu tempo, eu já vejo o relógio marcar 13h51min. Nós temos o início da sessão Plenária para as 14h e no Plenário desta Comissão está marcada uma reunião para a CPI às 14h.

Então, temos 09 minutos.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Então, me desculpe mais uma vez se eu falhar em alguma resposta, por favor, em função do tempo.

Eu já falo rápido, agora que eu vou correr mesmo.

Desapropriação de áreas que eventualmente obtiveram financiamento. Essa é uma pergunta, Senador, para a qual informo que eu não tenho resposta agora. Nós vamos verificar. Certamente, o beneficiário de um financiamento não poderá ficar obrigado a ficar sem a terra e ser obrigado a pagar. Teremos de buscar e eu me comprometo a mandar ao senhor por escrito esse esclarecimento, que não tenho no momento.

Pagamento da cobertura vegetal. Existe uma disputa judicial. Hoje a lei nos impede de fazer, mas se há uma decisão e se de fato se confirmar a decisão do Supremo de que isso poderá ser feito. Evidentemente, aquele proprietário terá direito.

Hoje, a lei nos proíbe de fazer, no caso de áreas em que o uso está proibido. É possível fazer o manejo da propriedade em floresta ameaçada de extinção? Não. Na Mata Atlântica não é possível, a não ser em casos especiais onde houve, inclusive, plantio de áreas e fomento de produção de áreas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – V. Exª me permite um aparte?

É muito importante. É um alerta, inclusive, para que possam tomar providências. A Fazenda Vitória, no Vale do Ribeira, tem 80% da área coberta por florestas, mas deverá ser transformada em assentamento. Pressionado pelo MST o Incra leva a reforma agrária para essa região de Mata Atlântica. Os trabalhadores que irão ocupar a área dizem que vão fazer plantio e explicam como o farão. É uma área muito importante de preservação ambiental. Estou comunicando para que se tome providências.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Sr. Senador, por determinação do Presidente da República e por portaria do Ministro da Reforma Agrária é proibida a instalação de assentamento de rural em área de floresta em todo o Brasil. Agora, evidentemente, ocorrem invasões. Temos que ter agilidade para impedir que se tornem fatos consumados. É proibido. O Incra não autoriza nenhum assentamento em área de floresta, neste Governo.

E com relação ao proprietário que tem uma área sob proteção? Se o proprietário cria uma RPPN, uma Reserva Particular de Patrimônio Natural, tem possibilidades de ser apoiado. Inclusive, Senador, no caso em tela, especificamente, vários proprietários nos procuraram acenando com outra possibilidade. Ao invés de aquela área determinada, que é de sua propriedade, ser uma reserva federal, estão se propondo a transformá-la em uma RPPN que permaneceria privada. Temos apoiador, elogiado, exaltado essa iniciativa. Não podemos impor que alguém faça uma reserva particular, mas podemos apoiar, estimular, quem quer fazê-la. O Governo não tem como objetivo criar reservas, mas de proteger aquelas áreas. Com o apoio dos proprietários é muito melhor.

Por que não suspender as consultas e constituir comissões municipais. Ontem, a Ministra autorizou-me a oferecer aos participantes da audiência pública – o que já fiz – a possibilidade de que os Municípios abrangidos por qualquer uma dessas unidades constituíssem comissões técnicas que recebessem todo o material adequado e pudessem elaborar propostas de ajuste. Está em aberto. A Ministra não irá suspender as consultas, já confirmou-me. Como disse a Senadora Ideli Salvatti, fará quantas consultas forem necessárias. Essas consultas são fruto de um compro-

misso assumido na reunião, em Florianópolis, a partir de uma demanda dos prefeitos da região. Elas serão feitas. Faremos quantas forem necessárias. Deixo bem claro que a realização da consulta pública marcada para a semana do dia 21 não implica a criação da Área de Unidade de Conservação. Ao contrário, já realizamos consultas no Paraná. Mais de dois meses depois não a criamos ainda. Não vamos criar enquanto não tivemos um entendimento, um consenso, maior. É evidente que temos que ter um consenso com relação a essa questão.

Senador Flexa Ribeiro? S. Exª já se retirou. Gostaria de deixar registrado que, ao contrário do que S. Exª disse, todas as vezes em que me encontrei com S. Exª foi um prazer. De fato, aprendi muito com o Senador. Inclusive, sou obrigado a dizer que foi graças à participação de S. Exª, em uma reunião extremamente complexa que tivemos com os madeireiros do Pará, que saímos com uma solução de consenso. Gostaria de deixar registrado que tenho o maior apreço pelo Senador, bem como o Ministério.

**O PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Transmitiremos a S. Exª.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Portanto, pularei as respostas de S. Exª. Infelizmente, pois teria muito prazer em respondê-las. Pularei em função do tempo e porque S. Exª não está presente. Posso pular as de S. Exª, não é Senador?

Senadora Ideli Salvatti, entre a portaria do Governo atual qual é a diferença? É brutal. A portaria editada no Governo anterior, por decisão do Governo anterior... Informo a V. Exª que não tive o prazer de participar do Governo de transição. Aliás, fui surpreendido quando fui convidado a entregar o governo, na seqüência. Não participei da transição. Essa decisão foi tomada a partir de um grupo de trabalho que o Governo anterior criou. Trabalharam durante seis meses. A portaria foi resultado de uma ação do Governo anterior e não do Presidente, que se faça justiça, do Ministro. Não é um decreto, é uma portaria ministerial. Essa portaria não criou nenhuma Unidade de Conservação. Delimitou áreas muito grandes dizendo: "Nesta área que está aqui, serão criadas Unidades de Conservação, a partir de estudos!" E o que foi feito foi exatamente isso. A área abrangida pela portaria anterior é muito maior do que aquelas que estão sendo propostas agora para Unidades de Conservação. Por quê? Porque, ao se verificarem e realizarem o trabalho de campo, verificou-se que, naquela área toda lá delimitada, havia algumas parcelas que justificariam a criação de Unidades de Conservação, e elas que estão agora.



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Dentro dessa área, podiam-se criar algumas Unidades de Conservação.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Isso! No âmbito tal.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Então a demarcação cabe ao atual governo.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Claro! A criação da Unidade de Conservação é de responsabilidade exclusiva desse governo. O governo anterior não criou Unidade alguma. Delimitou e disse: “Aqui, nesta área, vamos estudar para criar.” Mas não teve tempo de fazer, fizemos e estamos propondo, nessa área abrangente, algumas áreas.

O Governo anterior não criou as Unidades.

Por que foi criado o GT Careaçu, em março? Justamente porque havia uma polêmica. A portaria anterior, já expliquei isso, congelou a atividade produtiva. A redação da portaria não foi feliz. Fomos procurados por diversos Parlamentares interessados, pedindo a revogação da portaria. A Ministra, então, ofereceu como alternativa criar o GT Careaçu, trazendo todos os interlocutores para buscar uma solução, já que ela não abria mão de conduzir o processo para a proteção das araucárias. Esse GT se reuniu e redigiu a portaria nova que tirou os problemas que foram identificados, mas manteve o objetivo central, que era de estudar as áreas a serem criadas naquelas áreas previamente delimitadas.

Pessoas colocaram nas reuniões questões levantadas aqui e que foram consideradas, ou seja, o GT teve intensa participação, não é perfeito. Várias instituições reclamaram que queriam ser membros, no entanto, todas aquelas que estavam puderam livremente participar, não houve cerceamento. De fato, algumas instituições pediram para fazer parte do grupo formal, e a Ministra informou que poderiam participar das reuniões, mas, se não, seriam formalizadas, porque havia muitos pedidos de ampliação. Mas as reuniões foram abertas. Tivemos mais de 200 participantes nas três reuniões. Evidentemente que questões foram colocadas, questões, inclusive, que vieram aqui, agora. Há pessoas que participaram, que são contra as Unidades de Conservação e que colocaram isso. No entanto, o objetivo maior do GT foi discutir as diferentes possibilidades. E, quanto a essas questões que foram colocadas, não foi dado ao GT o papel de plebiscito, não foi essa a função a ele designada. O papel do GT foi discutir, levantar as questões, para que pudéssemos fazer um trabalho melhor possível. E isso foi feito. Todas as contribuições, mesmo aquelas que levantaram questionamentos, foram positivas e estão sendo refle-

tidas, agora, para nos ajudar a não errar. Penso que esse seja o objetivo de todos aqui.

Algumas modificações já foram acertadas desde a reunião com o Governador no caso de Santa Catarina? Sim, foram. Porque, aquela reunião promovida pelo Governador do Estado, com mais de 300 participantes, foi uma excelente. E, naquela reunião, por exemplo, proprietários apresentaram a proposta: “Queremos criar RPPM. Não podemos? Por que vocês vão criar uma reserva em cima da nossa área, se queremos.” Queremos, queremos, e os estudos estão sendo elaborados.

V. Ex<sup>a</sup> perguntou se a proposta já foi protocolada objetivamente. Já temos um protocolo de intenções, mas há vários proprietários estudando, em detalhes, isso, para se chegar a um desenho e colocá-lo sobre a mesa. E estamos ansiosos por isso. A Área de Proteção Ambiental, inclusive, me permite, Senador Leonel Pavan, já responder a essa questão. V. Ex<sup>a</sup> se referiu a uma série de municípios sobre os quais não há preocupação alguma. A Área de Proteção Ambiental já foi, sim, prorrogada. Essa, sim! As duas demais áreas não é necessário rediscutir, não é necessário reabrir, porque estão em discussão, não foi fechado o processo. A APA foi postergada! Não estamos nem mais discutindo a APA. Vamos voltar a discuti-la no futuro. Depois, inclusive, já me comprometi, e a Ministra me autorizou, a fazer previamente uma reunião com todos os prefeitos, para sentarmos e vermos como vamos discutir isso. Mesmo porque, ontem, tive uma sugestão muito importante de uma das lideranças locais propondo que, em vez de criarmos a APA, que criemos corredores, juntando as áreas de APP às áreas de reserva legal, trabalhando para reconstituir aquelas que foram degradadas, ou seja, num outro formato que não a APA. Perfeito! Vamos discutir isso aí!

Então a APA não está em discussão. Portanto, essa área de produção a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu não está em discussão. Estamos discutindo exclusivamente as Áreas de Produção Integral naquelas duas Unidades, o Parque Nacional e a Estação Ecológica, no seu Estado.

Com relação ao setor de papel de celulose, temos avançado muito. Aliás, esse setor é, sem dúvida nenhuma, no Brasil hoje, um dos setores mais avançados na incorporação das diretrizes ambientais e há um extenso trabalho em discussão e, certamente, vamos nos beneficiar muito ainda nos próximos dias.

Com relação ao material para as Prefeituras, os Prefeitos hoje estão passando no Ministério, já foi acordado com eles, vão levar todo o material, todos os mapas, todos os detalhes, todo o processo completo sobre as unidades de conservação. Aqueles que estão

aqui e aqueles que não estão aqui e que requererem receberão todo o material completo.

O Governo, Senador Leonel Pavan, não entrou com uma proposta e está insistindo nela. O desenho que aqui está foi resultado de um processo que tem falhas. Todos nós reconhecemos. Já reconheci isso na minha primeira fala. As falhas têm que ser corrigidas. Então não houve uma proposta inicial. Quando a Ministra Marina Silva convocou o GT, ela não colocou sobre a mesa “essas serão as unidades de conservação” e ficaram discutindo dois anos e agora, continua na mesma. Não foi isso que aconteceu.

O GT e a força-tarefa, que alguns disseram que foi mais força do tarefa - eu discordo, penso que o grupo trabalhou muito, foi uma injustiça aos técnicos envolvidos em todos os níveis de Governo e de Universidade; trabalharam muito, de graça, inclusive aqueles da universidade - o fato é que a proposta que foi apresentada está em discussão. Não está fechada. Então não entramos com uma proposta e estamos com a mesma até hoje. Ao contrário, já evoluiu muito. Agora está evidente que tem que evoluir mais, está evidente que ainda há equívocos na proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª tem mais dois minutos para encerrar suas considerações.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Portanto, com relação ao inventário florístico, Senador, posso dizer a V. Exª que eu não só conheço o inventário florístico de seu Estado como estou financiando o inventário florístico. Aliás, eu diria mais, o signatário do convênio, que financia o inventário é a Secretaria que tenho o prazer e a honra de provisoriamente dirigir. E digo mais a V. Exª, nós tivemos intensas reuniões com os técnicos do Governo do Estado de Santa Catarina na formatação da proposta, porque a proposta original apresentada não era para servir de financiamento. Então tivemos várias reuniões técnicas para discutir os critérios do inventário florístico. No inventário florístico não tem nada, nenhuma correlação entre a criação de unidades de conservação, nenhuma correlação. Ao contrário, nós estamos, sim, premidos por um decreto presidencial, que determinou as áreas em todo o Brasil – não só em Santa Catarina e no Paraná –, onde o Governo deverá criar as Unidades de Conservação, que é o decreto que apresentei na minha exposição.

Finalmente, esclareço, mais uma vez, por ordem da Ministra Marina Silva, que as reuniões marcadas para os dias 21, 22, e 23, publicadas em jornal de grande circulação, serão mantidas e que faremos quantas outras forem necessárias. E mais do que isso, já me referi a esse assunto com o Senador Osmar Dias, autor desse requerimento.

Senador Flávio Arns, a nossa proposta é que, ao final do processo, quando estivermos chegando, ou melhor, quando estivermos achando que estamos chegando ao final do processo, façamos uma nova reunião. Convidaremos V. Exª, Senador Leonel Pavan, e todos os Srs. Senadores. Vamos analisar e dizer o seguinte: “Em relação a essa proposta a que chegamos agora, temos “x” a favor e “y” contra.” Como Governo, acreditamos que chegamos ao nosso limite. Vamos discutir! O processo é esse mesmo. Estamos aprendendo a fazê-lo.

Quero encerrar, desculpe-me Senador, dizendo que, quando cheguei a esta reunião, um dos participantes da audiência de ontem, com quem tive muito prazer de debater, perguntou: “Você dormiu essa noite? Conseguiu dormir? Porque ontem foi um massacre literalmente”. Eu não lhe respondi, porque eu queria responder de público. Eu dormi muito feliz, porque este País é democrático. Muito feliz porque estamos escrevendo a História. A Ministra Marina Silva não quer passar para a história como quem enfiou goela abaixo nenhuma Unidade de Conservação. A Ministra quer passar para a história como quem preservou as araucárias com o apoio da população. Tenho o prazer, o orgulho de fazer parte deste momento, de poder contribuir para o debate, porque, como todos disseram, vamos criar bem-feito e com o apoio de todos.

Muito obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero apresentar a V. Exª o seguinte requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle solicite a Srª Ministra do Meio Ambiente providenciar as seguintes medidas: reabertura da discussão da proposta de criação de Unidades de Conservação em Santa Catarina, com o Paraná, assegurando-se a participação efetiva da sociedade civil e do Poder Público; constituição de uma equipe técnica de estudo para propor e implantar uma agenda ambiental positiva para os Estados; determinação pelo Governo Federal da oficialização do Zoneamento Econômico Ecológico, para que possamos replanejar a ocupação do solo – aqui, falo sempre em Santa Catarina, mas pode incluir o Paraná - com programas a longo prazo, consistentes com recursos e ambientalmente corretos.

Eu queria entregar esse requerimento e colocá-lo em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa aguarda a entrega do documento.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu queria dizer ao nosso querido amigo Capobianco que as suas explicações realmente são...

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ideli Salvatti, V. Exª quer se manifestar a respeito do requerimento?

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu somente queria fazer uma questão de ordem.

Primeiro, não temos quórum para aprovar. Eu não quero abordar essa questão de quórum, quero apenas fazer uma ponderação.

Não dá para aceitar determinados termos que estão nesse requerimento. Pedir para reabrir a discussão das Unidades? Não está fechada, não está terminado o processo. A fala do Capobianco foi claríssima ao dizer que não está fechado o processo.

Então, para não polemizarmos, até porque tem outra reunião aqui, tem o plenário, eu queria pedir que deixássemos o requerimento para debater posteriormente e para não deliberar nada aqui hoje.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Posso pedir uma coisa?

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senão, sou obrigada a pedir verificação de quórum, porque temos apenas dois Senadores apenas.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Antes de tomar uma decisão de ter uma audiência pública para o Governo Federal e a sociedade, podia-se reabrir a discussão para, depois, trazer subsídios para o Governo Federal. Essa é a nossa intenção.

O meu requerimento está colocado. Se V. Exª entender que não há quórum para colocar em votação, eu reconheço. Entretanto, como não precisa ser votação nominal, tenho certeza de que a Senadora Ideli Salvatti poderá representar toda a Bancada do PT e da base do Governo e eu, a Oposição.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer o seguinte...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria somente de sugerir...

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Os termos do requerimento não conferem com a realidade, até pelo que foi dito aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa compreendeu e vai decidir.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu não quero prolongar esse debate aqui. Agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa entendeu e vai decidir sobre o requerimento.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir um encaminhamento, Senador Leonel Pavan. Ficou extremamente claro na fala do Capobianco que, na verdade - não vamos usar a expressão reabertura -, tem um prosseguimento das discussões pelo tempo que for necessário. Aliás, essas conclusões, como ele disse, chegarão a uma nova audiência pública, quando tudo estiver encaminhado. Mas, antes disso, até o Presidente...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Aceito sugestão.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Como?

**(Interferências fora do microfone.)**

O Senador Leomar Quintanilha até havia sugerido - achei uma sugestão interessante - que tivéssemos o relatório dessa audiência pública a ser votado na comissão. Ficou extremamente claro que esses pontos constarão do relatório. Até mais forte que o próprio requerimento é a aprovação do relatório. Esse relatório será, depois, enviado à Srª Ministra.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Senador Flávio Arns, um aparte.

A consulta encerra o processo. Por isso, eu queria reabrir a discussão.

**(Interferências fora do microfone.)**

Não encerra? Ela encerra.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Não encerra.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Não.

Posso esclarecer isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Dr. Capobianco.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Não, de forma alguma. A consulta é uma etapa do processo, obrigatória por lei. A consulta sempre gera aprimoramentos na proposta. Senão, não haveria motivos para ter consulta. A consulta não é um plebiscito. Não é para dizer quem apóia ou quem não apóia. A consulta é uma etapa essencial para que se levantem os aspectos com todos os envolvidos.

Então, de forma alguma. Tanto não fecha que as consultas do Paraná realizadas não encerraram o processo e as UCs não foram criadas. Estamos discutindo e mantendo a abertura da discussão.



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – O meu requerimento fica prejudicado, agora? Estou sozinho aqui, para votar?

**(Interferências fora do microfone.)**

OK, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Capobianco pela excelente explanação. Sabemos que é um grande profissional, um homem bastante sensível. Continuamos fazendo um apelo em nome dos dois Estados, Paraná e Santa Catarina – eu, especialmente por Santa Catarina. Confiamos plenamente nas suas palavras de que não vai tomar nenhuma posição radical e nenhuma atitude agora, para que possamos ouvir todos os segmentos da sociedade novamente, para acharmos um denominador comum.

Mas cumprimento a sua explanação.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Informo a V. Exª que estou falando em nome da Ministra Marina Silva. Essa é uma determinação da Ministra que, portanto, vamos cumprir rigorosamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Estiveram presentes também nesta audiência pública o Sr. Euler Gonçalves, Presidente do Sindicato Rural de Cianorte, o Sr. Demerval Silvestre, da Associação de Produtores da Gleba de Ribeirão Concor dia, do Paraná e o Sr. José Roque Ferreira, também da Associação de Produtores de Cianorte.

Agradecemos a presença do eminente Senador Flávio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que, nessa reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, realizaram essa reunião.

Meus agradecimentos aos Srs Senadores que também compareceram e aos convidados que propiciaram esse debate que, seguramente, ofereceram subsídios para uma melhor condução da solução dessa questão levantada nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

O Sr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Antonio Aparecido Carpanezi, Pesquisador da Embrapa/Florestas; o Sr. Ivan Batiston, Coordenador-Geral de Unidades de Conservação do Ibama; o Sr. Enori Barbieri, Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina; o Sr. Valdir Colatto, Diretor da Secretaria da estatal de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina; o Sr. Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque, Assessor da Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e o Sr. Álvaro Luiz Scheffer, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 14 horas e 13 minutos.)*

**Ata da Décima Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de junho de 2005, às 10:00 horas.**

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia quinze de junho de dois mil e cinco, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Vice-Presidente do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **ANA JÚLIA CAREPA**, **OSMAR DIAS**, **HERÁCLITO FORTES**, **FLEXA RIBEIRO**, **EDISON LOBÃO**, **JONAS PINHEIRO**, **NEZINHO ALENCAR**, **LEONEL PAVAN**, **LÚCIA VÂNIA**, **GERSON CAMATA**, **AELTON FREITAS**, **SIBÁ MACHADO**, **RODOLPHO TOURINHO**, **HÉLIO COSTA**, **VALDIR RAUPP**, **SÉRGIO ZAMBIASI**, **JUVÊNCIO DA FONSECA**, **AUGUSTO BOTELHO** e **ROMEU TUMA**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 13/2005-CRA, de autoria do Senador Delcídio Amaral, com vistas a debater os critérios de precificação da carne bovina no país. Para tanto, foram convidados os Senhores: **Carlos Viacava** – Agricultor e Pecuarista; **Miguel Grazian Russo** – Vice-Presidente do Frigorífico Independência; **Milton Dallari** – Consultor da Associação Brasileira dos Supermercados; **Wilson Barquilla** – Diretor de Comercialização do Pão de Açúcar; **Antenor de Amorim Nogueira** – Coordenador Geral do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte; representante da CNA – Confederação Nacional da Agricultura; Deputado Estadual pelo Estado do Mato Grosso do Sul, **Paulo Corrêa**, que é também Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul; **Ido Luiz Michles** – Presidente da Fundação Cândido Rondon; **Ronaldo de Lima Macedo** e **André Fernandes Massaro** – Auditores-Fiscais da Previdência Social representantes do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, convida para compor a mesa os convidados e passa a palavra ao primeiro orador inscrito. Durante a oitiva dos convidados, usam da palavra os seguintes Senadores: Jonas Pinheiro, Ana Júlia Carepa, Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Há quórum regimental. Declaro aberta a 14ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Inicialmente, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade debater os critérios de precificação da carne bovina no País em cumprimento ao Requerimento de nº 13, de 2005, da Comissão de Agricultura e de autoria do Senador Delcídio Amaral.

Dessa forma, convido para compor a Mesa os senhores Carlos Viacava, agricultor e pecuarista que cuida do serviço de informação da carne, Milton Dallari, consultor da Associação Brasileira dos Supermercados, Márcio Milan, Diretor Comercial de Commodities...

**O SR. (orador não identificado) – É Wilson Barquila.**

**O SR. (orador não identificado) – Troca por Wilson Barquila.**

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Não, não posso trocar.

**O SR. (orador não identificado) – (Inaudível).**

Ah, é? Então, não seria hoje o Sr. Márcio Milan, mas o Sr. Wilson Barquila, Diretor de Comercialização do Pão de Açúcar. Sr. Antenor de Amorim Nogueira, Coordenador-Geral do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte, representante da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Ronaldo de Lima Macedo, Auditor Fiscal da Previdência Social, representando o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Dr. André Fernandes Massaro, também do INSS, Deputado Estadual Paulo Corrêa, que está aqui presente, Dr. Miguel Grazian Russo, Vice-Presidente do frigorífico Independência, Dr. Ido Michels, presidente da Fundação Cândido Rondon.

Essa relação verdadeiramente numerosa é indicação do Senador Delcídio Amaral. A Comissão acompanha com preocupação o problema do preço da carne e a crise geral do sistema de agricultura e pecuária. Entre os fatores identificados, que já são de conhecimento público, para essa crise apontam-se algumas distorções no mercado. Uma dessas tem a ver com o preço da carne e a sua cadeia produtiva. Eu tenho certeza de que os Senadores que atuam na Comissão de Agricultura têm sobre esta matéria a disposição de vê-la esclarecida. Têm opiniões, mas não têm preconceitos, têm vontade de chegar a uma conclusão que seja a mais lúcida e a mais correta possível. O que se deseja é que a sociedade, no geral, tenha um produto pelo qual ela possa pagar, a sociedade de um país de péssima distribuição de renda, que tem problemas muito

graves de pobreza e, de outro lado, a necessidade de ter um sistema de produção, de comercialização, que tenha equilíbrio, que não seja desequilibrado, onde prevaleça a concorrência, a liberdade econômica, no qual os atores, os agentes produtivos, sejam considerados de maneira, eu diria, equilibrada, democrática. É assim que deveria funcionar um sistema de economia aberta do tipo do que desejamos ver construído no Brasil.

Aqui há na Comissão pessoas que têm notório conhecimento na matéria, e estamos hoje num dia especial. E não é especial por nossa causa; fatores estranhos a esta Comissão e estranhos à finalidade do funcionamento das Comissões no geral hoje centralizam um pouco da preocupação em outras matérias que são estranhas, como eu disse, ao processo que nos cabe desenvolver hoje. Mas, se há dificuldades, se há crise política, se há fatores exógenos que podem prejudicar o andamento do Congresso, a ação do Congresso deve ser no sentido contrário: a de não ceder, não abrir o essencial, que é o cumprimento do dever, e o cumprimento do dever hoje, penso, é importante porque essa é uma matéria muito importante; é uma matéria que tem grande alcance popular, que tem significação econômica. A pecuária brasileira já é uma atividade econômica de grande peso na economia brasileira: tem peso no emprego, tem peso na renda, tem peso na distribuição da renda. É uma atividade espalhada, concentrada em alguns lugares, mas de alguma forma é uma atividade democrática, como é a agricultura de uma maneira geral, é uma base que sustenta o País, que tem que ser preservada, e a pecuária também.

Então, vamos fazer o possível para tirar dessa reunião de hoje o máximo de ensinamentos, o máximo de esclarecimentos para que a nossa atuação possa ser lúcida, possa ser construtiva, num momento em que o País precisa de exemplos de objetividade, de responsabilidade e de capacidade de interferência – eu diria – pró-ativa. Então, vamos fazer esta reunião de hoje convencidos de que, com a ajuda de todos, vamos chegar a uma boa conclusão.

Fiz consulta e convite à Comissão de Agricultura da Câmara. Alguns Parlamentares me telefonaram desejosos de participar também desta reunião, mas imagino que...

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente, está presente um dos representantes, o Deputado Biffi.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Temos aqui um representante da Comissão de Agricultura, que é muito bem-vindo.

Na área da agricultura, da Comissão de Agricultura da Câmara, esse assunto também está sendo

tratado. É tradição nossa fazer o máximo de integração para que haja o resultado conjunto da ação de todos; pretendemos fazer também, nesse caso, da mesma forma. Essa ação identifiquei quando vou à Comissão de Agricultura da Câmara, identifiquei quando gente da Comissão de Agricultura da Câmara vem ao Senado e na participação comum de companheiros, como o Senador Jonas e outros tantos que estão presentes de maneira solidária numa movimentação seja da Câmara ou do Senado, o Deputado Caiado e outros tantos também.

Então, procurei, conversando aqui com o Senador Jonas e esperando o Senador Delcídio, que com certeza deve ter dificuldades acima da sua disposição de estar presente aqui e logo, uma dificuldade relevante deve estar-se desenvolvendo sobre a sua vontade agora, mas a nossa idéia seria, no primeiro momento, ouvir o setor dos produtores, que aqui, segundo orientação que recebo do Senador Jonas – com muita honra recebo S. Ex<sup>a</sup> –, estão representados, primeiro, pelo Dr. Carlos Viacava, pessoa publicamente reconhecida, de responsabilidade e respeitabilidade nacionais e que, tenho certeza, vai enriquecer o debate da nossa reunião de hoje.

Como somos muitos os que se devem pronunciar, eu pediria a todos que fossem breves e objetivos. Interessa a nós esclarecimento, uma firme posição para que uma questão que já foi levantada em outras instâncias e em outros lugares tenha capacidade de ser esclarecida aqui, e sobre ela possamos emitir nosso juízo, e sobre o assunto ajudar na medida das possibilidades do Senado para que esse assunto seja resolvido.

Então, passo ao Sr. Carlos Viacava para suas palavras iniciais.

**O SR. CARLOS VIACAVA** – Obrigado, Senador Sérgio Guerra. Agradeço esse convite muito honroso para participar desta reunião. Cumprimento os Srs. Senadores e os Srs. Deputados Federais. Sinto grande responsabilidade de estar aqui hoje perante esta Comissão para falar um pouco sobre o preço da carne do boi brasileiro. Acho que estamos hoje, para ser breve como o senhor recomenda, diante de um quadro de aumento de produção.

O rebanho brasileiro vem crescendo, as estatísticas são muito falhas, temos várias fontes, e o IBGE é uma delas, e também outras consultorias particulares têm usado esses dados da FNP e do IBGE. Ambos os dados indicam um crescimento do rebanho brasileiro pelo menos até 2003. Em 2004, nas duas informações, existe uma redução do rebanho, pequena – é a primeira vez que se nota uma redução do rebanho pequena –, e, por outro lado, um aumento da produção de carne. Acho que todos aqui sabem que o Brasil é o segundo

maior produtor de carne do mundo, quer dizer, só superado pelos Estados Unidos. Mas somos o segundo maior produtor de carne do mundo. Então, é um peso muito grande a produção de carne brasileira.

Tivemos, tradicionalmente, uma história de um rebanho crescente, uma produção de carne crescente e um desfrute crescente. Porque estamos diminuindo bastante a idade de abate, quer dizer, há um progresso muito grande não só na genética, mas também na área de todo um manejo da pecuária, e que hoje o Brasil abate o boi de capim numa média de três anos, em torno disso; sendo muitos abates até com dois anos, e o boi de capim, com dois anos e meio.

Então, esse é um avanço muito grande, tecnológico, e que propicia um aumento da oferta, não só o crescimento do rebanho, como o crescimento do desfrute. O ano passado – os dados ainda são bastante preliminares – passamos de oito milhões de toneladas de carne produzida no Brasil contra sete milhões no ano anterior. Quer dizer, houve um crescimento muito expressivo, que acho que até tem alguma coisa a ver com essa pequena redução do rebanho, porque acho até que se abateu um pouco de fêmeas a mais, e com isso aumentou a produção de carne ainda mais. Esse é o quadro do lado da oferta, um quadro que mostra esse crescimento muito acentuado.

Do lado da demanda, temos registro de uma queda do consumo **per capita**, talvez uma informação pela FNP – são estatísticas ainda um pouco discutíveis. Aparentemente teria ocorrido em 2004 um pequeno aumento de 34 para 35 ou 36 quilos **per capita** no consumo de carne bovina. Mas esse consumo vem caindo historicamente; ele caiu bastante e nos últimos quatro anos está estabilizado em torno de 34 quilos **per capita**. O frango, que vinha crescendo bastante, também se estabilizou, hoje, em torno de 30 quilos **per capita**. Então, comemos um pedaço do mercado que era do boi, mas os dois agora estão estabilizados.

Isso se explica, acho, por várias razões. Mas a principal delas acho que é a necessidade e renda da demanda de carne. A demanda de carne – isso estudos feitos pelo CPEA, que é o Centro de Estudos Econômicos Luiz de Queiroz. Existe uma elasticidade de renda maior do que um para a demanda de carne, principalmente nas classes de baixa renda, e para a carne de segunda, a chamada carne de segunda. Na verdade, a carne é o dianteiro e o traseiro. O traseiro é nobre, considerado carne de primeira; e o dianteiro, carne de segunda. Mas, na verdade, o boi é um só, e essa unidade do boi é a mesma.

Mas essa elasticidade mostra o seguinte, que estamos. Temos hoje – é muito coerente com o que está acontecendo –, no País, uma redução da renda,

o povo não tem dinheiro para comer carne, e o consumo de carne, então, está estabilizado, apesar de o preço ser um preço muito baixo.

Como pecuarista em Mato Grosso do Sul, vendia boi, achando muito barato, achando ruim, a R\$ 62,00 em novembro, e agora está R\$ 51,00. Isso o boi no Mato Grosso do Sul. O Boi no Pará, R\$ 43,00; em Rondônia, R\$ 43,00; no Mato Grosso, no Acre... Realmente, preços muito aviltantes e considerando, por outro lado, que nós tivemos preços muito baixos e, por outro lado, um custo de produção aumentando. Também no Esalq – nesse Departamento de Estudos Econômicos da Esalq –, nós notamos, no ano passado, um aumento do custo de produção e uma redução do preço. Então, muito forte, principalmente no começo deste ano aqui, caiu muito o preço. Então, a rentabilidade do setor está estrangulada.

Por outro lado, houve uma mudança estrutural na nossa pecuária com esse crescimento todo e com a abertura para o mercado externo. No Brasil, praticamente o que produzíamos aqui era consumido aqui. Exportava-se um pouco, mas também se importava do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, até da Europa nós importamos carne no ano passado.

Então, tínhamos um balanço comercial, por vezes um superávit de 300, 400 milhões, por vezes zero, por vezes negativo. Mas, nos últimos cinco, seis anos, começamos a agredir mais o mercado externo. Foi inesperado, porque coincidiu o problema da vaca louca, porque coincidiu o problema de aftosa, enfim, tantas coisas aconteceram no mundo, e o Brasil, que praticamente não exportava, saltou para 1 bilhão de dólares, no ano seguinte foi o líder no mercado mundial de exportação de carne. Ano passado alcançamos 2,5 bilhões de dólares de exportação de carne, e este ano tudo indica que vamos chegar a três bilhões de exportação.

É um número extremamente importante – três bilhões –, representa mais ou menos 20% da nossa produção. Quer dizer, nós, que não tínhamos nenhuma ligação com o mercado mundial, hoje temos uma ligação com esse mercado, estamos “plugados” no mercado mundial, porque hoje 20% da nossa produção vai para o mercado mundial. Isso é bom e é ruim, é a salvação da lavoura. Porque se não fosse essa exportação o boi estaria muito mais barato ainda. Mas, por outro lado, vai servir como amortecedor: na hora em que o boi tiver que subir, primeiro vai cair a exportação.

Realmente, é um quadro bastante difícil.

Por outro lado, esse quadro é provocado principalmente pela política cambial. Reconheço aqui, estamos vendo com clareza que estamos cometendo os mesmos erros que tantas vezes se repetiram na história econô-

mica do Brasil. O último deles no começo do governo passado, com o Plano Real, quando estabelecemos uma taxa cambial de R\$ 0,75 para um dólar, que foi o desastre de toda a agricultura brasileira. É discutível se isso valeu ou não a pena, para se acabar com aquela inflação diária. Porém, depois de 99, com a nova política cambial, o câmbio flexível, tivemos a redenção do agronegócio, o agronegócio passou a ser a salvação do Brasil, gerando enorme superávit, emprego e atividade econômica. E todo brasileiro ficou orgulhoso de ser um agricultor e ter uma agricultura forte e agora tudo isso está sendo ameaçado de novo, com essa política cambial desastrosa, que está acabando não só com a pecuária, mas com toda agricultura brasileira.

Acho que o ponto principal da precificação do boi e da carne hoje está relacionado diretamente com a taxa cambial, com a política cambial. Acho que esse é o fato principal, acredito que tenhamos ainda muita coisa para fazer para crescer na exportação, acredito que a questão sanitária é fundamental. Hoje estamos com três bilhões de dólares de exportação, sob ameaça de surgir um foco de aftosa, que pode surgir como surgiu ano passado no Pará e no Amazonas e que, dependendo de onde surja, esses três bilhões vão desaparecer – e não se sabe onde vai enfiar tanto boi.

Então, realmente, precisamos cuidar da sanidade e vimos com muita apreensão a restrição orçamentária imposta ao Ministério da Agricultura. Temos no Ministério da Agricultura um companheiro nosso, homem que é companheiro e amigo de todos os agricultores do Brasil, está fazendo o melhor que ele pode, mas sofrendo. Recentemente houve uma liberação parcial do orçamento – que é um orçamento de 120 milhões, quer dizer, é uma gota d'água perto do que é a produção da carne brasileira, da pecuária brasileira, de três bilhões de dólares de exportação, que já superou muitos líderes de exportação de produtos vedetes de exportação. Estamos aí com uma coisa pequena, é uma gota d'água, ameaçando todo esse parque produtivo.

Por outro lado, temos também outras coisas que podemos fazer. Acho que o consumidor brasileiro está mal informado com relação à carne. Embora acho que o principal componente para aumentar a demanda da carne é aumentar a renda, acho que outras coisas podem ser feitas. Acredito que a comercialização da carne no Brasil ainda é pré-histórica. Temos a bica corrida. Precisariamos ter uma evolução, melhorar a qualidade, melhorar a informação para o consumidor, fazer marcas de carne, estimular marcas de carne, com homogeneidade, com garantia de qualidade, garantia de constância. Inclusive, como Presidente da Associação de Nelore que fui nos últimos seis anos, desenvolvemos a marca Nelore Natural, que é uma

marca brasileira, Nelore Natural, Boi de Capim. Inclusive, estamos trabalhando para fazer um congresso mundial do boi de capim, para mostrar para o mundo, convidando autoridades do mundo inteiro no setor da carne, para mostrar para o mundo a força da pecuária brasileira.

Temos aqui no Brasil o Boi de Capim, que é boi da sanidade, o boi que não tem a vaca louca e é o boi da preferência de muitos consumidores.

Nos Estados Unidos, está-se criando o Boi de Capim, para vender como Boi de Capim pelo dobro do preço, porque é muito mais caro fazer o Boi de Capim lá do que o boi confinado lá. Aqui é o contrário. Mas o sabor da carne é a garantia de sanidade.

Então, eu acho que esse é um caminho. Temos que explorar, que melhorar a oferta de carne. O setor hoje, mais do que nunca, precisa de uma integração. No passado, o que exportávamos era **corn beef**, aquilo era vaca velha, vaca de descarte que virava **corn beef** e era exportada. Então, não tinha qualificação nenhuma, era só pegar a vaca velha.

Hoje temos um mercado que pode crescer muito na hora em que os Estados Unidos abrirem uma pequena porta para nós, com toda a Ásia acompanhando os Estados Unidos, com a nossa produção de uma carne diferenciada, um produto nobre, um produto com garantia de fornecimento, com a responsabilidade, com todas as exigências que vão cada vez mais dificultando a vida do produtor. Mas o produtor tem que amadurecer, como está amadurecendo e assumindo a responsabilidade de oferecer uma carne para o Primeiro Mundo, recebendo o pagamento por isso.

Então, realmente, esse avanço tem ser feito, está sendo feito, e nós procuramos também desenvolver umas campanhas para o aumento do consumo.

O setor do frango, digamos, que é o nosso grande concorrente, reúne poucas empresas muito poderosas, com verbas de **marketing** muito elevadas, para promover o frango. E o boi é atomizado, não temos uma maneira, não é uma empresa ou duas que podem investir pesadamente no **marketing** da carne. E estamos procurando hoje com o SIC, que é uma entidade que pertence a várias associações, quer dizer, é um órgão não-governamental, pertence a várias associações de criadores de raça, de gados de raça, como nelore, abcz, o cimental, o brama, o angus, o hereford, que criaram essa associação da qual participam também alguns frigoríficos, fornecedores de insumos, enfim, até os produtores de brinco para dar rastreabilidade, todo o pessoal envolvido na cadeia produtiva da carne está participando do SIC com uma idéia só. Por enquanto é uma idéia, mas é um órgão que tem correspondência no mundo inteiro, na França, no

Canadá, que reúne informações importantes sobre a carne, sobre a pecuária.

E pretendemos fazer uma campanha, estamos trabalhando nisso, o Antenor Nogueira, nosso companheiro aqui, foi o Presidente do SIC, tenho a honra de o estar substituindo, e estamos trabalhando nisso para ver se conseguimos um esforço para reunir toda a cadeia produtiva, todo mundo que está em torno dessa cadeia, desde o varejo, o produtor, até o fornecedor de insumos, para participar disso e conseguir reunir fundos para que o setor privado possa fazer essa campanha e incentivar o consumo. Porque o nosso lema é o seguinte: a carne você gosta, você pode e você precisa. Você gosta, porque todo mundo gosta de comer carne. Você pode, porque está tão barata a carne hoje que realmente não tem nada mais barato que a carne. E você precisa, faz bem para a saúde. A gestante e a criança de até dois anos que não se alimentam com carne, está provado, vai ter um QI menor do que aquela que se alimentou com carne. Então, você gosta, você pode, você precisa. Esse é o nosso trabalho.

Senador, espero que tenha contribuído um pouco para esclarecer alguma coisa com o preço do boi.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Sua última palavra é de que você gosta, você precisa e você pode. Vou pedir uma reunião com o Dr. Carlos com o meu médico, para que ele possa me dar uma ajuda, porque eu gosto, mas não posso.

**O SR. (orador não identificado)** – Desculpe-me, não sei se estou fugindo do regulamento. É um pedido de ajuda. Estou do lado de vocês.

**O SR. CARLOS VIACAVA** – Você sabia que com relação ao filé mignon e à picanha, se for retirada a gordura, eles têm menos colesterol do que a asa e a coxa do frango sem pele e sem osso?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Já acreditei com a maior boa vontade.

Vamos ouvir agora o Dr. Antenor de Amorim Nogueira, com a nossa recomendação e solicitação de que tenha o máximo de objetividade, por conta de haver outras pessoas para falar.

**O SR. ANTENOR DE AMORIM NOGUEIRA** – Bom dia a todos, bom dia ao Senador Sérgio Guerra. É um prazer estar aqui e poder dar algumas informações para a Comissão.

Antes de mais nada, quero cumprimentar o Senador por ter criado esta Comissão de Agricultura, que é de suma importância para o País.

Vou passar a falar da parte de produção. Eu trouxe algumas informações interessantes. Quero dizer que a CNA, hoje, tem um convênio com o CPEA. O CPEA, hoje, trabalha em conjunto com a CNA na formatação de preços de pecuária de corte, não só no que se re-



ferir ao mercado de venda de carne, como também no levantamento de todos os custos de produção em todas as fases de produção do setor pecuário brasileiro. Hoje temos esse trabalho feito em oito Estados brasileiros, em cada um dos quais em oito regiões diferentes, onde são levantados todos os custos de insumos, todos os custos pertinentes à pecuária nacional.

Na realidade, o Viacava deu alguns números. Gostaria de dizer também que, de acordo com o levantamento do CPEA juntamente com o IBGE, Secex, MAPA, Embrapa, IBGE, CNA, CPEA, os números que temos hoje da pecuária são um rebanho de 195,5 milhões de cabeças; uma taxa de abate, hoje, de 22,03 – isso significa 43,1 milhões de cabeças abatidas; uma produção de carne de 8.750 mil toneladas; um consumo **per capita**, estagnado há praticamente cinco anos, de 36,5, 36,4 quilos **per capita**/ano; um consumo interno cuja previsão para 2005 é de 6.600 mil toneladas; uma exportação em equivalência à carcaça de 2.150 mil toneladas, número que deve ser ultrapassado em razão dos números que estamos recebendo e que vamos passar para V. Ex<sup>as</sup> daqui a pouco. O Brasil hoje praticamente importa carnes direcionadas exclusivamente para grandes redes de churrascarias de São Paulo, cortes especiais, como picanha, cortes de contrafilé, nada mais que isso – uma previsão de 60 mil toneladas, o que é muito pouco. Isso representa 0,1% do nosso consumo. Previsão de exportação: 2 bilhões. Nossa previsão era de US\$2,848 bilhões. Devemos, neste ano, chegar seguramente, em razão dos números que temos até agora, a US\$3 bilhões. E ainda uma importação de US\$81 milhões.

Nós temos aqui também – vamos deixar isso com a Comissão – dados sobre a evolução do rebanho, quadros demonstrativos de evolução de importação e exportação, quadros comparativos, em toneladas e em dólar.

Temos aqui também, Sr. Presidente, um gráfico interessante sobre os preços médios de exportação de carne **in natura** com a taxa de câmbio. Por ele, dá para se verificar bem claramente que, à medida que o dólar cai, como o Viacava falou, os preços da arroba nossa também têm tendência de cair. Os preços médios de exportação comparados em real. Uma coisa interessante é que, apesar de os preços em dólar estarem em queda, os preços em real, quando você transforma de dólar para real, têm um ganho significativo pelas indústrias, tanto na carne **in natura** como na carne industrializada. Em real, quando se transforma, há um ganho e aqui está demonstrado pelo CPEA. Esse não é um número da CNA, é um número do CPEA. Temos, também, os principais países que importam e alguns dados referentes ao que está acontecendo

no mercado externo no ano de 2005. Temos aqui um comparativo de janeiro a abril de 2004 e de janeiro a abril de 2005. Já exportamos este ano, nesses quatro primeiros meses, 840 milhões de dólares em valor e, em equivalência carcaça, em quantidade, nesses quatro primeiros meses, 641 mil toneladas. Aliás, milhões de toneladas. Mil toneladas. Isso equivale a uma variação de 26,01% a mais do que no mesmo período do ano passado e 27,55 em quantidade em relação ao mesmo período do ano passado. Temos, também, um comparativo de um ano, maio a abril de 2003 e maio a abril de 2004 para 2005. Fechamos, nesses últimos doze meses, com 2 bilhões, 630 milhões de dólares, uma quantidade de 1 milhão, 992 mil toneladas. Isso equivale a um crescimento, no mesmo período de um ano anterior, da ordem de 50,68% em dólar e 44,11% em quantidade. Ao mesmo tempo, como o Viacava falou, esse estudo que temos de variação de custos, no ano de 2004, temos... Inclusive, tenho o disquete. Se vocês quiserem o disquete para colocar... Nós tivemos uma variação de custos totais da pecuária... Aumentou, em 2004, 10,10% contra um aumento da arroba do boi negativo, no ano de 2004, de 0,03%. Esses são levantamentos feitos em Goiás, Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e o total Brasil. Temos, também, aqui os principais insumos que subiram, temos alguns em que a variação foi absurda. Adubo, por exemplo, 21,20%. Inexplicável! Diesel, 16,56. Inexplicável! Suplementação animal, sal mineral, 13,35%. Inexplicável também, já que toda matéria prima é brasileira. Insumo para a construção e manutenção de cercas, principalmente o arame, sendo o Brasil o maior produtor de aço e ferro do mundo: 23,87%. Máquinas e implementos agrícolas, 20,46. E assim vai.

Temos todas as informações e com outro pormenor, Sr. Presidente. Estamos aqui com um levantamento de janeiro a março deste ano, onde fechamos com o custo total, além dos 10,10% do ano passado, em mais 0,58% de aumento e com a queda da arroba do boi, nesses primeiros meses do ano, da ordem de 6,71%. Quer dizer, além da queda de 0,03 do ano passado todo, amargamos mais 6,71%.

Agora, o que é engraçado é que esse levantamento que temos do CPEA nos mostra agora um outro lado. Não vou chegar aqui... Não cabe a nós, essa informação é importantíssima, dizer quem está ganhando, quem não está ganhando.

Vou apresentar os dados.

O IPCA nacional de janeiro de 2003 a janeiro de 2005 subiu 15,7%. Só o IPCA da carne bovina subiu 15,2%. A arroba do boi tinha tido um aumento de 4 nesse mesmo período até o final de dezembro, com

6,71 que estamos pagando, estamos com uma queda de 2,5%, 2,7% de queda no preço da arroba. O preço do atacado. O traseiro subiu, da indústria para o varejo, em 3,1; o dianteiro, 7; a ponta de agulha, 9,9; o boi casado subiu 10,9, e o preço médio das exportações em real, não estou falando em dólar, subiu 8,4%.

Para a dona de casa, agora, no supermercado e no açougue. O cupim subiu para a dona de casa, nesse mesmo período, estou fazendo para o corte – porque é interessante por corte –, 28,6%; o contra filé, 14,9; o filé mignon, 11,4; a chã de dentro, 14,2; a alcatra, 16; o patinho, 11,9; o lagarto, 13,9; o lagarto plano, 13,2; o músculo, que é uma das grandes carnes consumidas no País, devido ao preço, subiu 11,9; a pá, 9,9; o acém, 9,7; o peito, 10%; e a costela, 12,5%.

São números oficiais do CPEA para os senhores analisarem quem ou qual é o elo da cadeia e que está ficando com a lucratividade. Não cabe a nós analisarmos isso.

Como o Viacava disse mesmo, somos o segundo maior produtor de carne do mundo, em primeiro lugar está os Estados Unidos com 11,7 milhões de toneladas, o Brasil com previsão de 8,7 milhões. Somos o maior exportador de carne do mundo em peso, não em valor. Em valor ainda, apesar de a Austrália dever fechar em torno de 1,3 milhões de toneladas, a Austrália fatura muito mais que o Brasil por ter com ela determinados mercados que não temos hoje.

Temos também, vamos deixar com os senhores, o mercado mundial de carne, quem participa dele, com que porcentagem cada um participa e algumas idéias que temos para colocar à Comissão no que diz respeito aos problemas que achamos que existem na cadeia produtiva. Precisaríamos, logicamente, ter o trabalho e a colaboração do Senado para que possamos fazer surtir efeito.

Estamos tendo algumas dificuldades. Existe perda de renda da pecuária nos últimos dois anos, falta de recurso de financiamento da produção. Hoje não existe financiamento para uma produção... Pecuária pode esquecer. Se não existe agricultura, pecuária, então, nem precisa ir ao banco, porque não existe.

A concentração de indústrias frigoríficas têm trazido algum problema. Inclusive, estivemos com o ex-secretário Everardo Maciel, a CNA está contratando o serviço dele. Estamos fazendo um estudo, porque eu quero saber a carga tributária de um frigorífico que exporta, de um frigorífico que não exporta e de uma cooperativa de abate também. Então, esse trabalho deve ficar pronto dentro de 40 dias, e coloco à disposição assim que ficar pronto. Esse tem que ser um trabalho público para que se tome conhecimento. Existem alguns estados onde estão sendo formadas

cooperativas de abates pelos produtores. Goiás é um deles, onde estamos criando a cooperativa, devemos comprar o frigorífico. Há um frigorífico fechado em Goiás, pretendemos comprá-lo, e também entrar para tentar concorrer.

Existem em outros Estados, como Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Paraná, onde também já está bem adiantada a formação de cooperativas para abate, já que, da forma que está, o preço que está sendo praticado para o produtor é impossível fechar a conta. Então, estamos fazendo esse trabalho para tentar mudar um pouco a fisionomia dessa cadeia produtiva.

Outra informação, como o Viacava disse: foi criado também em Goiás um Instituto Pró-Carne para promoção da carne nacionalmente, que nasceu dos produtores de gado de corte. Fizemos um leilão de gados doados pelos produtores para arrecadação de fundos no dia 18 de maio passado, onde foram arrecadados R\$547 mil. Vamos fazer outro leilão dia 23, em Goiânia, onde já temos doados, também pelos produtores, em torno de 1.800 bezerras de corte.

Sr. Presidente, iniciamos, segunda-feira próxima passada, uma campanha no metrô de São Paulo, onde compramos todos os vagões do metrô, onde, durante um ano e meio, falamos também sobre o consumo de carne, fazendo a promoção de carne.

O Instituto Pró-Carne tem o **slogan** muito semelhante ao do Viacava: “coma carne: gostosa, saborosa e natural”. Pretendemos agora fechar com as traseiras dos ônibus de São Paulo e os aeroportos de todos o País, a Infraero, estando praticamente fechado, onde vamos também fazer essa campanha.

Então, alguma outra informação fica à disposição da Mesa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Bem, uma segunda palavra de produtores, pelo que entendi, foram feitas várias considerações. Estou aqui tendo que acrescentar um pouco a minha participação, porque o Senador Delcídio manda avisar que foi chamado ao Palácio do Planalto e não poderá estar aqui. Então, estou de alguma maneira procurando contribuir na falta de S. Ex<sup>a</sup>.

Mas uma coisa que era objeto de preocupação do Senador e de algumas pessoas aqui era a questão da cadeia propriamente dita. De que maneira os preços evoluíram num pedaço da cadeia e não evoluíram no geral, ou melhor, da distribuição dos preços na cadeia, a evolução dos preços e a sua distribuição na cadeia.

Entendi que houve um aumento – o senhor falou de várias partes da carne aqui – de nove, onze, treze

para o consumidor, para a dona de casa. E fez a mesma coisa para os produtores?

**O SR. ANTENOR DE AMORIM NOGUEIRA –**

Para o produtor, no mesmo período caiu 2,7% no preço da arroba.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– O senhor está falando do ano de 2004 ou do ano de...?

**O SR. ANTENOR DE AMORIM NOGUEIRA –** De janeiro de 2003 a janeiro de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– De janeiro de 2003 a janeiro de 2005 os preços evoluíram dessa forma para o consumidor e evoluíram de forma negativa para os produtores.

A seguir, chamaria para dar uma palavra, nesta reunião de hoje, o Dr. Miguel Grazian Russo, Vice-Presidente do frigorífico Independência.

**O SR. MIGUEL GRAZIAN RUSSO –** Senador, obrigado pelo convite para estar presente. Fomos chamados pela Abiec, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, e Dr. Marcos Pratini, que nos delegou essa tarefa.

Queria agradecer em do nome do senhor a todos os presentes pela possibilidade de estar aqui expondo. Trouxe aqui alguns dados, apesar de que o Dr. Carlos Viacava e o Dr. Antenor já colocaram, repasso rápido, só para visualizar. São as mesmas fontes, são oficiais, então fica fácil de visualizarmos no gráfico e ver como é que está procedendo esse mercado.

A Abiec fala em nome da exportação da carne bovina, trabalha no **marketing** e na promoção dessa carne internacionalmente. A Abiec não tem participação no mercado, em formação de preço de boi, mas está ligada ao mercado externo, que é hoje um grande fator relevante na formação do preço do boi.

Se pudesse passar o primeiro dado para demonstrar o crescimento nosso do rebanho que, de 1999 para 2004, cresceu muito exponencialmente. O Brasil tem muito espaço para crescer ainda. Os nossos frigoríficos estão num estado de independência quase maior que a Austrália. Só o Estado de Mato Grosso do Sul já possui um rebanho quase que maior que a Austrália. Isso também é Mato Grosso. Isso também vai ser Goiás, Minas e São Paulo.

Então, só para mostrar a pujança que temos hoje em termos de pecuária no Brasil, o Brasil já é o celeiro da proteína mundial, tanto animal quanto vegetal. E esse crescimento de 18% em cinco anos mostra que o setor começou a se desenvolver e a se profissionalizar.

O segundo **slide** mostra também o crescimento do abate, o quanto estamos desenvolvendo a qualidade do rebanho. Vem melhorando a eficiência do pro-

dutor. E nesse salto de quase 30% tivemos um reflexo da produtividade.

Isso mostra um pouco mais o desfrute. Vemos que, em alguns períodos onde há um problema de dólar, de câmbio, a tendência do produtor é melhorar o seu desfrute. E esse desfrute no ano de 2002 começou a crescer, um crescimento bastante significativo. Houve um aumento bastante grande.

Estamos fazendo a lição de casa, fazendo um boi melhor e qualidade. Estamos melhorando genética, pastagem, a mineralização, o manejo. E estamos confirmando as previsões internacionais do SDA, dos órgãos europeus também, que já somos e caminhamos para sustentar isso, durante vários anos, como líder dessa produção mundial de proteína.

A qualidade do animal vem do campo. Quem põe qualidade na carne é o produtor. A indústria não afere qualidade ao produto. Se não trabalhar muito bem, não mantém a qualidade que veio do campo. E isso estamos começando a fazer. O produtor brasileiro está mostrando a sua eficiência, a sua qualidade de gestão. E está mostrando para o mundo, na verdade, o quanto temos hoje em termos de melhora e quanto podemos melhorar com o nosso boi natural, o nosso boi de pasto.

Temos aí uma produção mundial de carne bovina, que é para dar uma sensação de que o mercado está estagnado no mundo. O consumo mundial de carne está mais ou menos estável. E se estamos crescendo tanto é por que tem, realmente, gente diminuindo.

A Europa tem problemas sérios de subsolo, de infiltração, de poluição realmente, problemas sanitários também. Os Estados Unidos cresceu o seu rebanho em 9% nos últimos dez anos, apesar de ter aumentado o consumo. Então, o Brasil vem crescendo muito na participação expressiva no mercado internacional hoje.

Consumo interno. Peguei os últimos quatro anos, só para dar uma visualização de que, realmente, não é nada nem um pouco expressivo. O nosso consumo, a nossa demanda tem muito ainda a evoluir. O Brasil é um grande mercado consumidor. Como disse o Sr. Viacava, no começo da sua apresentação, importávamos carne da Argentina, Uruguai, Paraguai e até dos Estados Unidos e Europa. Hoje somos exportadores de carne.

O nosso consumo interno não vem correspondendo ao ganho que temos obtido de produtividade e eficiência. Então, tem muito a ver, realmente, com problemas de salário, de ganho da família brasileira.

O consumo hoje cresceu 7,38%, sendo muito pouco, muito aquém do que aferimos na produtividade, no nosso ganho, na nossa eficiência.



O outro gráfico mostra o consumo **per capita**, que vem decrescendo. E mostra também a competitividade que vamos sofrendo.

O frango vem ocupando um espaço muito importante, e a nossa indústria da carne não tem a mesma força da indústria do frango, que é uma indústria concentrada, organizada, e que tem mostrado, realmente, eficiência no seu trabalho de **marketing**, de valorização da sua proteína. O nosso produtor é forte, quando temos uma indústria fraca, e do lado do frango temos um produtor que é o integrado, que é um participante da cadeia e é um fornecedor de uma indústria forte, que é bastante concentrada. Isso mostra a eficiência da cadeia organizada, o que, num curto espaço de tempo, ocuparam o espaço do nosso consumo.

Aí está a exportação, o que o Brasil cresceu de 2002 para cá. Ele teve um crescimento, vamos dizer, orgânico, em função do aumento da qualidade e da eficiência da participação das indústrias exportadoras, mas, de 2002 para cá, em função do câmbio, tivemos um salto realmente expressivo. Cada vez que víamos uma alta de boi em reais, em 2002, aqui no mercado interno, ficávamos contentes. Mas, de uma certa forma, estávamos pressionando o boi em dólar, que chegou a custar 14 dólares em outubro de 2002. E existe uma linha, que é a linha dos 19 dólares. Quando o boi passa de 19 dólares o valor da arroba, isso o preço de São Paulo, que é aferido pelo CPEA e pela BM&F, há a tendência de o frigorífico exportador vir a ofertar carne no mercado interno. Quando o boi abaixa da linha de 19, 18 dólares, a tendência é de o frigorífico do mercado interno buscar a exportação e trabalhar nesse mercado, porque temos preços competitivos para o mundo inteiro. Exportamos para 50% dos países do planeta, só que esses 50% são países pobres, que representam 35% do consumo. Ainda não temos acordos sanitários com os países ricos, e o conjunto de países, a Europa no caso, o mercado comum europeu, que nos compra carne, nos impõe uma taxa, uma cota Gatt, de três euros por quilo de carne que colocamos lá. Quem paga o subsídio do europeu hoje é o sul-americano, é quem exporta carne para lá. Cada quilo de carne, independente do corte que entra na Europa, hoje custa três euros para o produtor brasileiro, para a indústria, para todo mundo que está na cadeia bancar essa cota lá fora.

Essa evolução toda que estamos tendo na exportação não tivemos ainda condição de mostrar a nossa qualidade para os países, vamos dizer, ricos: Japão, Coreia, México, Canadá, que são grandes consumidores, e até os Estados Unidos. Sofremos ainda uma barreira sanitária da aftosa, que não imprime qualquer

problema sanitário no mundo, mas nos dá essa falta de competitividade em preços internacionais.

O segundo gráfico é interessante porque mostramos que estamos realmente ganhando países. Exportamos para 152 países hoje, sendo que 86% estão concentrados em 21 países. Onde está a Argélia, a Rússia e o Irã, ou seja, países pobres, até mais pobres do que nós e que não têm poder aquisitivo para comprar carne. E somos competitivos lá. Isso mostra a eficiência do nosso produtor, da nossa indústria, da nossa cadeia toda, que conseguiu chegar com preços competitivos nesses países, mas isso não nos interessa. Interessa-nos não ser o maior em volume, mas ser o maior em preço, em qualidade, vender a nossa qualidade, de fato. Isso é um trabalho que tem que ser feito, porque os 21 países representam mais de 1% da exportação. Portanto, só para ter uma idéia, é o que foi adotado como critério nesse quadro, o que representa mais de 1% está nesses 21 países.

O outro gráfico seria da avaliação do preço do boi em reais, que mostra que o boi veio ganhando preço até 2004, quando tivemos uma queda mais sensível do dólar. Isso mostra a valorização do boi em reais, cujos dados não tenho aqui, mas é mais ou menos acompanhando os índices de inflação do Governo, é mais ou menos isso que foi corrigido até 2004.

No próximo gráfico, vemos a avaliação do preço do boi em dólar, que nos representa muito, porque o que vem puxando o preço do boi nesses últimos anos é a exportação, são os comércios que viemos praticando lá fora que vem nos sustentando em preço. O boi, quando trabalha na faixa dos 18 a 19 dólares, no máximo 20 dólares, permite que os frigoríficos fiquem equilibrados, de exportação para exportação, de mercado interno para mercado interno. Quando saímos de 21 dólares a arroba, em 2001, a tendência foi vender carne no mercado interno. Com o dólar mais ou menos estável, o boi veio baixando, até chegar no estresse de 2002, e tivemos um boi, especificamente em outubro, de 14 dólares. Quer dizer, esses aí são preços médios de São Paulo – do ano. E depois, com a queda do dólar, a valorização dele em dólar, no caso, e a desvalorização dele em real.

Pode passar.

Aí, no final, vamos pegar do começo da entressafra do ano passado até agora, mostrando o que aconteceu. Nós tivemos, no primeiro semestre de 2004, um boi estabilizado – de preço da arroba e preço de dólar estabilizado – e depois ele começa a se valorizar muito e chega, aí, ao pico de R\$22,50, chegando, agora, a US\$23.00 no começo do ano. Acho que esses são os preços médios, mas teve datas, aí, com US\$23.00, que são preços realmente inviáveis para o mercado



internacional. A tendência é de o frigorífico ficar no mercado interno, ofertar mais carne e provocar uma baixa aqui, no mercado interno.

Um fato que é relevante é que, quando nós saímos para o mercado externo em 2002, e vários frigoríficos foram exportar, nós ofertamos mais carne para os mesmos países para quem nós já vendíamos. Nós, então, achatamos os preços internacionais – com vários frigoríficos buscando os mesmos mercados, os mesmos clientes, nós fomos lá e baixamos em muito o preço internacional. A cada dia que nós vendíamos a carne, o dólar valorizava aqui no Brasil, o negócio ficava melhor e, naturalmente, você corrigia o negócio em função da valorização do dólar. A mesma coisa aconteceu no revés que foi quando o dólar veio se desvalorizando, o real valorizando e o preço ficou muito ruim para a exportação e lá nós não conseguimos alterar preço como se altera no Brasil. Essas variações no Brasil de 10% e 15% que parecem naturais aqui e nós, às vezes, até achamos pouco e lá fora, realmente, é bem complexo.

Aí, no próximo gráfico, nós vemos o preço do boi – o preço do boi em dólar. Aí, seria por quilo – eu coloquei por quilo para poder dar uma melhor visualização com o preço do quilo da carne de exportação. Este é um quilo consolidado com todos os tipos de carne que o Brasil exporta – aí é uma variação do valor exportado – e a taxa de câmbio. Então, dá para ver neste gráfico que quando a taxa de câmbio está lá em cima, o valor, conseqüentemente, depois de um ou dois meses, está no pico de baixa do valor da arroba ou do valor do quilo de carne no mercado internacional. E a linha que vem acompanhando a primeira e a segunda, ali, mostra, neste gráfico, aí, que é de janeiro de 1999, a margem que se aferia, com relação ao preço do boi e o preço da carne – como isto vem apertando e espremendo até os dias de hoje. Então, é para mostrar o quanto a exportação é importante e o quanto ela exige de nós e o quanto nós somos refém de um mercado de câmbio que nos deixa sem forças para negociarmos, tanto aqui dentro como lá fora. É lógico é toda a desvalorização do dólar reflete no preço da **commodity** do boi que impacta nessa baixa da nossa proteína. Nós já provamos para o mundo que nós temos qualidade, que nós temos volume e que nós temos preço e quantidade. Nós temos que mostrar agora que nós temos que agregar valor à nossa proteína porque ela é muito nobre e muito barata. Nós, então, precisamos buscar – eu quero agradecer por esta oportunidade de estarem todos aqui reunidos porque é uma oportunidade de nós buscarmos mecanismos e ferramentas para todos, juntos, lutarmos em prol da valorização dessa proteína porque ela é muito nobre

no mundo inteiro e nós não temos, aqui, ferramentas para poder valorizá-la.

O próximo gráfico é só uma ilustração de 1954 até 2004 – dos períodos que se passaram na pecuária e de como é a história, como é a memória que nós temos do preço do boi. Então, dá para se ter uma idéia de que o preço do boi variava mais ou menos e deixava qualquer um louco – as oportunidades de ganhos e perdas eram muito grande. Os profissionais do setor pecuarista aferiam, realmente, grandes resultados e, também, perdiam.

Depois da estabilidade da moeda, do câmbio livre e, também, da inflação, nós encontramos uma estabilidade que foi este último período de 1996 para frente em que a variação é realmente bem menor e muito mais tranqüila.

Para finalizar, eu só quero mostrar, aqui, uma consolidação dos dados. Nos últimos cinco anos, nós tivemos um aumento de rebanho de 18% – um aumento do desfrute do abate, do nosso ganho de eficiência, de 29%, com o consumo interno crescendo apenas 7,4 e as exportações que vieram puxando e sustentando o preço dessa arroba nesses anos foi de 160%.

Então, era só para ilustrar. Eu acho que as conclusões aqui nós vamos juntos poder defini-las melhor.

Era só o que eu queria dizer. Para ser mais breve. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra, o Dr. Milton Dallari.

**O SR. MILTON DALLARI** – Bom dia. Senador Guerra, é um prazer muito grande estar aqui e uma honra muito grande poder estar novamente nesta Casa a convite do senhor e do Senador Jonas Pinheiro, estar no meio de amigos de toda a pecuária, porque eu tive ao oportunidade de trabalhar no Governo, trabalhar com a indústria exportadora e agora presto os meus serviços à Associação Brasileira de Supermercados. Então, eu tive uma visão um pouco mais ampla de toda a cadeia produtiva e acho que dá para nós conversarmos um pouco.

Sobre os dados da pecuária, sobre os dados que foram apresentados pelo Viacava, pelo Antenor, por todo mundo, dá para nós termos uma noção de que ultimamente o que provocou efetivamente um certo desequilíbrio no sistema inteiro foi essa grande exportação que o Brasil teve nos últimos anos, voltando a ocupar o peso específico dele no mercado internacional, que a gente já vinha brigando na época de Abiec, desde os anos 80, para que nós tivéssemos um crescimento substancial nas exportações brasileiras.

Isto ocorreu. O Brasil passou hoje a ser praticamente o primeiro exportador mundial de carnes e creio que deve se manter por muito tempo neste processo

aí. Vimos também efetivamente que há uma correlação muito forte entre o preço da exportação, o câmbio e o preço do boi ao produtor final.

Nós temos uma estatística dos últimos quarenta anos que existe na Abiec e existe em todas as entidades de classe mostrando que há um valor do preço da arroba do boi que varia entre US\$18 a US\$20 por arroba. Essa é uma faixa que ele opera permanentemente e opera bem. Quando ele vai acima de US\$22, efetivamente os frigoríficos de exportação não têm condições de praticar, não tem condições de vender então jogam a carne no mercado interno, derruba o preço interno e derruba o preço da arroba do boi. É a mesma coisa quando ele vai abaixo de US\$18 por arroba, há um problema muito sério na pecuária, e as coisas começam a desequilibrar o sistema como um todo.

No caso nosso dos supermercados, especificamente: baseados nessas estatísticas todas, nós podemos dizer que o setor de supermercados no Brasil representa hoje praticamente 80% a 85% das vendas no varejo como um todo. Desse valor, o setor de carnes – o açougue – dentro do supermercado representou em 2002 praticamente 6,5% do volume total das vendas. Em 2003, 7,9% e em 2004, vem se mantendo ao nível de 7,9%, 8,1%, variando muito pouco nisso aí.

Nesse total de açougue nós estamos incluindo carne bovina, carne de frango, carne de suíno. E os derivados de carne? Os derivados nós jogamos numa outra conta que são o que nós chamamos de produtos congelados. Em 2003 representava 2,8% no volume de vendas; em 2003, 3%; em 2004, 3% no volume total de vendas. Então, se nós somarmos açougue mais congelados nós temos em torno de 10% a 12%, que é realmente o volume de vendas nosso nos supermercados.

Uma outra coisa que tem dentro dos supermercados: nós operamos em várias lojas, nós operamos nas cidades grandes com vários tipos de lojas. As grandes cadeias operam com lojas tipo Extra, no caso do Pão de Açúcar, tipo Pão de Açúcar supermercado de vizinhança e o Comprebem, que é um supermercado para atender praticamente as classes C, D e E.

Dependendo do tipo de bairro, é o tipo de preço que se forma para o varejo. Em bairros de melhor conformação de renda, os valores do preço da carne são superiores em supermercados que operam em bairros de menor renda. Por exemplo, nós acompanhamos uma experiência em São Paulo e em Curitiba mostrando que quando compramos carne, o consumidor quer qualidade e melhor preço. Eu vou dar umas estatísticas para os senhores depois. Então, o que é que acontece na cabeça dele? Ele quer comprar boa qualidade a um preço menor.

Como experiência, em alguns bairros de cidades grandes, vendemos carne de vaca a um preço 15% inferior à carne de boi. Essa experiência foi muito interessante porque demonstrou o seguinte: o consumidor que tem renda adaptada ao seu orçamento compra carne de vaca e não tem preocupação nenhuma em comprar carne de boi. Ele pode comprar carne de vaca, que cabe dentro do seu orçamento sem nenhuma dificuldade.

Outro ponto: o que ele vem exigindo no consumo final? Além da diversidade de preço nos vários preços, nas cidades grandes, há uma concentração demográfica em torno de 80% a 82% em nove zonas metropolitanas do Brasil, onde está concentrado o grosso do consumo de qualquer tipo de produto.

Na carne bovina, o que os consumidores, normalmente, nos pedem? Quando vão comprar a carne bovina, preocupam-se com a cor dela – o visual dela é importante –, depois, qual a procedência, a origem. Hoje, o consumidor brasileiro já está preocupado com a origem da carne bovina. Aquele mercado informal que era da ordem de 50% no passado, hoje, graças a Deus, reduziu-se para 20% a 25%. O consumidor já começa a se preocupar com a origem: de onde ela vem, se ela vem do “frigomato” ou se vem, efetivamente, da indústria organizada. Como o Viacava falou, o consumidor também começa a se preocupar com o tipo de criação: carne nelore, carne do boi de pasto. Ele já começa a discutir. O teor de gordura é uma preocupação menor. A maciez e a consistência da carne também são preocupações.

Apresentando números aos senhores: quanto à cor, ao visual da carne, 72% do consumidor gostam de ter o visual; procedência, 54%; frescor, 50%; tipo de criação, 30%. Quanto à carne de aves e à carne de suíno, ocorre o mesmo.

Atributos que estimulam o consumo. O que estimula o consumo no mercado interno? Qual é o estímulo do consumo? Na carne bovina, o consumidor gosta da carne bovina, quer consumi-la e a prefere. A qualidade é o segundo atributo. O preço é o terceiro. Se ofertarmos um carne de qualidade, numa embalagem adequada, num frigorífico bom, com estabilidade no mercado e conhecido, o preço fica em terceiro lugar.

No caso da carne de frango, o preço é o primeiro lugar. Ele chega ao supermercado e compra, de segunda-feira a quinta-feira, frango porque o preço do frango é bom e até caiu em relação à carne bovina. Segundo, ele acha que o frango é mais saudável que a carne bovina. Terceiro, costume de consumir carne de frango.

No caso da carne suína, de acordo com a nossa pesquisa, ele a considera mais saborosa que as

outras duas. Ele tem essa percepção. Porém, existe uma queda muito grande por falta de **marketing** dos produtores de carne de suíno.

Trouxemos outra informação aos senhores. A participação da compra de carne nos supermercados: 45% é carne bovina; 36%, carne de frango; 6%, carne de porco; 13%, outras carnes vendidas nos vários supermercados.

Necessidade que leva em consideração o consumidor brasileiro. Hoje, ele tem as mesmas informações que qualquer consumidor em nível mundial. Ele se preocupa, hoje, nos supermercados com higiene e limpeza. Fizemos todo um trabalho, nos supermercados, e demonstramos às redes como um todo que era prejuízo das redes que procuram fazer desossa dentro dos supermercados. É muito mais importante e muito mais econômico para os supermercados e para a Nação que o trabalho de desossa seja feito na indústria. Propusemos e já vem ocorrendo com velocidade muito grande uma eliminação das desossas em supermercados e uma compra pelo consumidor da carne muito bem apresentada em bandejas preparadas. Assim, hoje, ele quer comprar higiene e limpeza. Ele se preocupa com a data de validade dos produtos. Preocupa-se, em terceiro lugar, com a qualidade e, em quarto lugar, com o nível de preço praticado nos supermercados. Ou seja, procuramos fazer toda nossa adaptação em termos do volume comercializado no mercado interno. Quando os frigoríficos exportadores têm um desequilíbrio qualquer no câmbio e jogam mais carne no mercado interno, a oferta é maior do que a procura e, naturalmente, o preço da carne cai no mercado interno.

Segundo, procuramos trabalhar nos supermercados com a carne como um atrativo ao cliente e, como vimos que cada vez mais a carne é um atrativo ao cliente, ao consumidor, a colocamos em posições estratégicas nos supermercados para que ele tenha trânsito, realmente circule e tenha a carne geralmente em posições estratégicas dentro do supermercado. Ou seja, procuramos acompanhar tudo aquilo que acontece no mercado. Somos o reflexo, perante o consumidor final, do que ocorre no mercado. Quando há qualquer desequilíbrio de renda, procuramos adaptar os nossos produtos à renda do consumidor e à renda do consumidor naqueles bairros mais pobres, concentrados nas classes B, C e D – C, D e E, principalmente. Procuramos adaptar os produtos à demanda que o consumidor tem em nível de supermercados.

Também procuramos fazer um levantamento – depois, o Dr. Wilson Barquila pode explicar mais detalhadamente – pelo qual, através de um gráfico, acompanhamos a competitividade em preço da carne bovina nos vários segmentos de supermercados e nas várias

redes de varejo o preço da carne bovina e vimos que a diferença não é tão substancial e que há picos e quedas de preço conforme o mês do ano, conforme safra e entressafra da produção, o que procuramos acompanhar substancialmente.

O que temos dito permanentemente nos fóruns de que participamos, no fórum que o Dr. Antenor coordena no Ministério da Agricultura: os supermercados estão abertos e à disposição para discutir toda a cadeia produtiva da carne. Não nos furtamos a essa discussão. O que queremos é que se coloquem detalhadamente as coisas da mesa. Do ponto de vista nosso, os números estão abertos sem nenhuma preocupação, sem nenhuma forma de dizer o preço é esse, o preço é aquele.

O Antenor apresentou alguns preços em termos de valores que eles devem ter levantado no varejo. Claro, são números, os quais divergem um pouco dos nossos valores, mas, em síntese, são esses mesmos. E o valor do crescimento de 28% do cupim, 14,9% no contra-filé, 11,4% no filé, 14,2% na maminha, 16% na alcatra, 14% no lagarto, 11% no músculo e 9,9% da pá, no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2005, é muito compatível com os índices de inflação que foram também apresentados pelo próprio Antenor, que falou sobre os números do IPCA: em um ano houve aumento de 15,7%, de janeiro de 2003 a janeiro de 2005, portanto, mais ou menos, a média, com exceção do cupim que foi de 28,6%, 15,2% o IPCA da carne bovina, mais ou menos, está na média dos preços, e o preço da arroba teve uma queda de 3%. Essa queda no preço da arroba é decorrente de uma série de fatores. Acho que um fator preponderante é a relação entre o preço da exportação, o câmbio e o preço do boi, que são muito entrelaçados entre si.

Senador, antigamente, operávamos no varejo e em toda cadeia produtiva, em que um quilo de dianteiro era equivalente a um quilo de carne de frango, que era equivalente a um dólar. Havia essa regra mnemônica com que operávamos em todos os seguimentos. Essa regra hoje está um pouco distorcida, principalmente em relação ao dólar. Incluíamos nessa relação também o preço da carne de suínos. Havia um valor em que um dólar valia um quilo, e um quilo para todas as carnes. Essas regras ficam um pouco distorcidas à medida que há uma distorção no câmbio, e ele é fundamental no mercado da carne, principalmente da carne bovina.

Do ponto de vista dos supermercados, também temos acompanhamento, temos preços loja a loja, temos preço bairro a bairro no Brasil, principalmente nessas nove zonas metropolitanas, e estamos abertos, sem nenhuma dificuldade, com toda a cadeia produtiva,

examinarmos onde está a distorção e de que maneira podemos ajudar para reduzir essas distorções.

Temos feito, inclusive com o Dr. Viacava, alguns programas em alguns supermercados de promoção de venda da carne de Nelore, promoção de venda de bovino precoce, e vimos o seguinte: há alguma dificuldade nossa principalmente para acompanhar essas promoções. Que tipo de dificuldade é essa? Quando fazemos alguma promoção e estimulamos, através do **marketing** dos supermercados, para que o consumidor vá às lojas, eu não tenho nenhuma dúvida, a experiência nos demonstra, de que ele vai à loja, ele consome efetivamente. A grande preocupação nossa é quando estimulamos o consumo, e falta matéria-prima na hora da venda.

Então, temos que estar muito articulados, muito bem entrosados na cadeia produtiva inteira, para que as coisas fluam naturalmente. O que nós acompanhamos é o mercado permanentemente. A carne nada mais é do que uma **commodity**, o boi nada mais é do que uma **commodity**, varia em função de câmbio e uma série de coisas, e nós, no varejo, na ponta, somos obrigados a acompanhar permanentemente isso.

No mais, Sr. Presidente, era isso que gostaria de trazer e de nos colocar, como supermercados, à disposição para essa discussão e para trazer a nossa contribuição à cadeia produtiva da carne e discutirmos melhor a questão da precificação.

Muito obrigado.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT – PR)

– Com a palavra, o Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente, estamos vendo aí a discussão da cadeia, que está indo muito bem. Entretanto, pode alguém estranhar por que a Comissão convidou também os auditores do INSS.

Gostaria de explicar que o setor da carne tem um elo que é o dos frigoríficos, que têm um problema muito sério, que é um passivo muito alto de pagamento de imposto devido à Nação. Esse imposto tem provocado uma instabilidade do setor de carne. Por isso é que o próprio setor propôs ouvir também alguns entendimentos que está havendo nessa área do INSS.

Sr. Presidente, fiz esta intervenção apenas para pedir a V. Ex<sup>a</sup> que pudéssemos ouvir neste instante os auditores do INSS para depois seguir discutindo com a adição das explicações do setor produtivo da carne do boi.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT – PR)

– Muito bem.

Vamos atender a sugestão do Senador Jonas para conceder a palavra aos auditores fiscais do INSS antes das demais pessoas. Quero esclarecer a todos os participantes que a sistemática de uma audiência pública, particularmente com um número de pessoas presentes – o que é muito interessante porque toda a cadeia produtiva aí, de alguma maneira, e as dificuldades enfrentadas também, estão presentes – é as pessoas apresentarem os pontos de vista e, na sequência, se abrir para um debate, questionamentos e perguntas dos Senadores presentes.

Vamos abrir uma pequena exceção, já tendo conversado com o Presidente Sérgio Guerra, em função de uma observação rápida que o Dr. Antenor gostaria de fazer.

**O SR. ANTENOR DE AMORIM NOGUEIRA** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito do que o Dallari falou. Não é sobre supermercado ou nada. Ele está dizendo que o preço histórico da carne sempre girou em torno de 18 a 22 dólares. Esse negócio de “histórico” parece até negócio de bíblia. Porque histórico, é histórico mesmo: tem 20, 30 anos que é 18 a 22 dólares. Agora eu pergunto aos Senadores se dólar não tem inflação. Os Estados Unidos não têm inflação? O dólar não sobe e desce? Então, é impossível que se continue de 18 a 22 dólares. Vou só citar um exemplo: na Argentina hoje, se paga ao produtor 29 dólares; no Uruguai, 30 dólares, sendo que esses dois países exportam para os mesmos países para que exportam os frigoríficos brasileiros e lá se paga muito mais. Quer dizer, então, esse negócio de “dólar”, acho que temos que parar com esse negócio de histórico, porque é brincadeira!

Outra coisa: ele falou que a carne da vaca, o consumidor não tem muita ligação, ele quer coloração, e não sei o quê, e muitas vezes prefere até a carne da vaca. Só quero colocar que a carne da vaca é 15% mais barata do que o preço do boi, sendo que os preços são os mesmos do corte do boi.

Estimular o consumo – de acordo com uma pesquisa feita, e ele citou muito bem, 75% da população brasileira tem como preferência nº 1 a carne bovina. Foi feita uma pesquisa sobre o consumidor pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelo Ibope. Temos essa pesquisa, inclusive, no **site** da CNA. Ele diz também que são compatíveis o número que é apresentado por nós, dos aumentos, com os números da inflação, sendo que isso é muito regido pelo preço do dólar na exportação. Quero lembrar que as exportações brasileiras significam somente 20% da produção brasileira; 80% do que se produz neste País em boi gordo é consumido internamente. Então, não há nada a ver com exportação. E dizendo



que a arroba do boi caiu em decorrência da distorção do câmbio. Por que na Argentina não caiu? Por que no Uruguai não caiu?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT-PR) – Esses esclarecimentos foram feitos pelo Dr. Antenor de Amorim Nogueira em relação também à fala anterior, dizendo que esse debate, esses posicionamentos na verdade devem acontecer na sequência, porque acho que há uma conversa, um diálogo, que tem que acontecer com explicações dos dois lados, mas que, na sequência, ouvindo a todos, vamos oportunizar isso também.

Passo na sequência a palavra ao Dr. Ronaldo de Lima Macedo e ao Dr. André Fernandes Massaro, que são, como o Senador Jonas Pinheiro mencionou, auditores fiscais da Previdência Social, representantes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Então, com a palavra os Srs. Ronaldo e André.

**O SR. RONALDO DE LIMA MACEDO** – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, vamos ser concisos nas informações, mesmo porque boa parte dessas informações são acobertadas pelo sigilo fiscal, então vamos passar informações genéricas. Especificamente, a 14ª reunião trata da especificação da carne bovina, o que vai influenciar a carga tributária, focando especificamente a contribuição previdenciária decorrente da comercialização da produção rural em cima do preço da carne bovina. Bem, é uma situação extremamente preocupante para a Previdência Social a cadeia de produção das unidades frigoríficas, principalmente das unidades frigoríficas abatedoras de bovinos. Isso porque temos dados observados nos últimos 10 anos no sentido de que essa cadeia tem uma cultura de irregularidade perante a Previdência e essas irregularidades provêm tanto da questão da inadimplência como da questão da sonegação, que é um campo mais na esfera penal. E, dentro dessa cadeia de produção, a contribuição previdenciária decorrente da comercialização da produção rural – todos os senhores conhecem essa contribuição – é paga efetivamente pelo produtor rural, que vai influenciar no preço, porque o produtor rural paga essa contribuição quando comercializa seus produtos e o adquirente, que são as unidades frigoríficas, que no caso chamamos de frigoríficos. Eles que são os responsáveis por recolher essa contribuição para a Previdência Social. Só que, nos últimos anos, essas contribuições não vêm efetivamente sendo recolhidas, mas, em contrapartida, temos observado que essas contribuições efetivamente foram descontadas dos produtores, mas não chegaram aos cofres públicos. Isso por quê? Porque estamos observando que essa cadeia tem uma cultura de manter irregular para

a Previdência. Por meio da inadimplência, às vezes o crédito é constituído, mas, efetivamente, não recebemos, e por meio da sonegação. Essa sonegação se dá de várias maneiras. Um dado extremamente preocupante é que a sonegação está atingindo questões caóticas. Por quê? Porque as unidades frigoríficas, se vocês observarem, pelo menos para os nossos dados cadastrais de informações fiscais, os verdadeiros sócios dessas empresas, que estão gerindo as empresas, não aparecem para a gente, aparecem outras pessoas. Isso é um dado preocupante para a Previdência resolver. Para os senhores terem uma idéia, no ano de 2004, teoricamente, abatemos em torno de 40 milhões de bois e de vacas, vamos dizer assim. Se cada boi, em média, está contribuindo com R\$20,00, ter-se-ia um potencial de arrecadação de R\$860 milhões. Efetivamente, o que entrou nos cofres públicos não chega a R\$100 milhões. Temos uma sonegação de mais de 80%, o que é extremamente preocupante. Se vocês observarem, as grandes unidades frigoríficas estão sendo alvo da auditoria fiscal da Previdência. Há créditos tributários sendo constituídos às vezes impagáveis pela capacidade da própria plataforma de produção.

Então, Sr. Presidente, seria o momento de estarmos discutindo mecanismos de colocar para o próprio setor, que são os adquirentes, as unidades frigoríficas responsáveis em recolher essas contribuições previdenciárias, a cultura de começar a pagar contribuição previdenciária. Por quê? Porque se vai chegar ao gargalo no qual será prejudicada a própria sociedade. Porque, essas contribuições são para custear os benefícios da Previdência Social, que são os benefícios pagos aos produtores rurais e aos seus empregados, que é o salário família, salário maternidade, aposentadoria e algumas pensões. Esse setor é financiado por essa contribuição. Quando essa contribuição não chega efetivamente aos cofres públicos, quem paga é a sociedade. Então, esses déficits que vão acontecendo dentro do sistema previdenciário, um deles é o da cadeia de produção da carne. A preocupação da Previdência é que a contribuição é, na realidade, descontada dos produtores. O produtor – aqui há alguns produtores – conhece que, efetivamente, vocês estão pagando, mas a contribuição não está chegando aos cofres públicos e isso é repassado ao preço de custo, o que é mais uma preocupação. Efetivamente, esses valores devem estar ficando provavelmente na empresa para manter seu fluxo de caixa e prejudicando toda a cadeia de produção, por quê? Porque haverá uma concorrência desleal para o setor, porque isso influenciará e terá impacto no preço de custo da produção.

Era essa a preocupação, que queríamos passar para o Sr. Presidente, do setor da cadeia de produção dentro do sistema previdenciário.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT-PR) – Muito bem, passo a palavra, em seguida, ao Dr. André Fernandes Massaro.

**O SR. ANDRÉ FERNANDES MASSARO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, só complementando o que o colega colocou, eu queria citar dois pontos importantes.

Foi feito um estudo em cima dos 50 maiores frigoríficos em relação à Previdência Social. Nesse estudo, se compararmos a quantidade de animais abatidos e a contribuição que seria devida por eles, a sonegação atinge em torno de 90%. E outro detalhe que é importante que se coloque é que, dentro desse déficit, que alguns chamam, dentro da Previdência Social, que na verdade é a diferença entre a arrecadação e o que é gasto com benefícios, especificamente para o setor rural, esse déficit é maior ainda dentro da realidade da Previdência Social. Então, justamente essa é uma parcela muito importante porque entraria nesse montante específico do negócio rural para a Previdência Social.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT-PR) – São preocupações também importantes, como o Senador Jonas levantou. E só para não perder a oportunidade do momento, passo a palavra, por um minuto, ao Dr. Viacava, que gostaria de fazer também uma ponderação a respeito da fala.

**O SR. CARLOS VIACAVA** – Muito obrigado. Quando houve essa modificação na legislação, e passou o Funrural a incidir sobre o valor da venda, estranhemos, como produtores, como pecuaristas, porque toda a contribuição previdenciária é cobrada sobre a folha de pagamento. E pareceu uma falta de confiança no pecuarista. Então, seria muito mais racional voltar a cobrar não o Funrural, mas a previdência social sobre a folha de pagamento e que cada pecuarista fosse responsável em recolher isso que deixar como está hoje. Na verdade, isso é muito mais do que seria uma contribuição sobre a folha de pagamento. E o retorno não existe. Quando um empregado precisa de alguma coisa, ele vai morrer numa fila de hospital. Então a gente paga uma fortuna, nós pagamos, porque recolhemos 2,3% quando vende o boi, o dinheiro não chega lá, e não tem retorno nenhum. A sugestão é que a gente voltasse a cobrar isso sobre a folha de pagamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT-PR) – Já fica também a indagação para o Dr. Ronaldo, Dr. André. Só que como aconteceu antes, acho que vamos deixar esse debate para depois das apresentações. Terminar-

mos em primeiro lugar as falas, mas já fica assim a pergunta feita, inclusive para resposta posterior.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Wilson Barquilha, Diretor de Comercialização do Pão de Açúcar. Lembrando que temos o Dr. Wilson Barquilha, temos o Dr. Paulo, que é Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, e o Dr. Ido, que é Presidente da Fundação Cândido Rondon.

Peço, naturalmente, como a todos foi solicitado, brevidade nas falas.

**O SR. WILSON BARQUILHA** – Bom dia a todos. É um prazer para a Companhia Brasileira de Distribuição, Grupo Pão de Açúcar, participar de uma reunião dessa, principalmente porque é uma reunião que quer integrar cadeia produtiva do setor agropecuário como um todo e o intuito da reunião é promover o crescimento de venda. Acho que esse é o interesse comum principalmente nosso, que somos do ramo de varejo.

Falou-se muito hoje aqui em qualidade, em desenvolvimento e eu queria, antes de entrar no assunto, que vai ser rápido, porque o foco é a precificação da carne bovina no mercado brasileiro, eu queria dar alguns dados da evolução do Grupo Pão de Açúcar no setor carne, principalmente carne bovina.

Começamos, o Dallari falou hoje aqui em redes, em açougues que ainda desossam o traseiro e o dianteiro. Só para registrar, o Grupo Pão de Açúcar acabou com essa prática em 1990. Começamos a desenvolver este trabalho, criamos uma central de desossa, depois percebemos que não era o nosso negócio, especialista nisso seria o frigorífico e passamos isso para o frigorífico começar a desossar, isso em 1990. Viemos evoluindo, em 1996 ou 1998 fizemos um contrato com o Fundeprec, que ainda é até hoje um prestador de serviço nosso, onde passamos a certificar, a qualificar qualquer frigorífico que queira vender para a companhia hoje, no Brasil inteiro, não importa onde ele seja. Seja no Pará, no Tocantins, qualquer frigorífico, antes de se falar em condições comerciais, antes de falar em preço, antes de falar em negociação, mandamos uma equipe do Fundeprec, eles prestam serviço para nós, pagamos eles por auditoria, fazer uma auditoria em todos os frigoríficos. Eles fazem a auditoria, em um frigorífico, desde o curral até a saída do produto e o seu transporte para as nossas lojas, conforme um critério. Numa avaliação de zero a dez, até três anos atrás, deveria ter no mínimo cinco e, nos dois últimos anos, precisa ter nota sete. Se não obtiver uma nota sete, o frigorífico não está habilitado a fornecer para a Companhia Brasileira de Distribuição.

Hoje, estão cadastrados e fornecendo efetivamente para nós cerca de 30 frigoríficos, que representam

64, 65 plantas, e há aproximadamente mais 20 frigoríficos que estão interditados e impossibilitados de fornecer para a Companhia. Entregamos um relatório do Fundeprec, em que analisamos todos os aspectos que devem ser melhorados, damos um prazo para solucionarem esses problemas e fazemos uma nova auditoria. O dia em que o frigorífico estiver habilitado, iniciamos a comercialização.

Portanto, além desse controle do Fundeprec em todos os frigoríficos que possuem serviço de inspeção federal, há um controle de qualidade no nosso CD. Existe CD em praticamente todas as praças em que atuamos: central de distribuição em São Paulo, no Paraná, no Rio de Janeiro, em Brasília, em Recife e em Fortaleza. Em todos esses CDs os critérios são os mesmos: entram apenas os frigoríficos auditados. Há uma única política para o Brasil inteiro, com equipes de controle de qualidade em todas essas centrais. Essa nossa estrutura de controle de qualidade é que a recebe, apesar de toda a inspeção – auditoria do Fundeprec, transporte –, auditoria no recebimento do CD, desde pH até temperatura, transporte, paletização e uma série de itens. Essa equipe é formada por noventa profissionais no Brasil inteiro, basicamente com zootecnistas, veterinários, engenheiros de alimentos, todos com formação técnica e fazendo todos os testes possíveis.

Creio que a companhia evoluiu muito no quesito qualidade, tanto que, atualmente, há, em linha, carne bovina com a nossa própria marca – não colocaríamos a marca Pão de Açúcar em qualquer produto. Lançamos uma linha para churrasco – picanha, maminha, fraldinha – com a marca própria Pão de Açúcar. Fomos nós que lançamos no mercado, há seis ou sete anos, a marca Wessel, a marca Bassi, como estamos desenvolvendo outras. Acreditamos que, hoje, é o momento de a carne bovina ter marca. Ela precisa ter identificação, ter nome – o nome do frigorífico ou o nome da rede que a está comercializando. Não é mais possível dizer que é contra-filé, mas não se sabe de onde vem, qual é a procedência ou algo parecido. Por isso, julgo que a companhia evoluiu muito.

Com relação à distribuição, por exemplo, o fornecedor só entrega carne ao Grupo Pão de Açúcar, depois da negociação, com hora marcada. Abra-se uma janela. Combina-se tudo com o fornecedor, que entregará a mercadoria das 2 horas às 2 horas e 30 minutos – o caminhão está agendado. Tudo paletizado, com **stretch**. Uma carreta paletizada é descarregada em 30 ou 35 minutos. Depois, é responsabilidade nossa colocar a mercadoria desse fornecedor em 530 pontos de venda no dia seguinte pela manhã. Toda essa parte de logística é nossa. Fazemos mais

uma exigência. Além do controle de temperatura do produto entregue no nosso CD, nós exigimos que em todos os caminhões haja termômetro, para evitar que a carne saia refrigerada da fábrica e seja transportada por dois mil quilômetros, com o termômetro desligado por algumas horas. Portanto, no caminhão, há um termômetro que registra a temperatura a cada cinco minutos. O primeiro procedimento que se faz na CBD é ler o boletim do termógrafo.

Então, o nosso controle de qualidade é realmente muito exigente. Isso foi muito bom para nós, para o nosso consumidor, principalmente, e também para muitos frigoríficos que precisaram fazer um **upgrade** em suas operações. Antes de começarmos esse processo, muitos não eram habilitados até para exportação, e hoje 100% dos frigoríficos em que operamos já são habilitados para a exportação. Sendo assim, a companhia tem uma preocupação muito grande com relação à garantia de qualidade, à garantia de procedência, à garantia de origem do produto.

No entanto, há um problema. Temos todas essas garantias, mas ainda precisamos brigar com uma parte do mercado que trabalha na informalidade. Essa situação faz parte do processo, mas, em hipótese alguma, não abriremos mão nem de recolher todos os nossos impostos nem da qualidade.

Com relação ao preço – serei breve, porque todos já falaram muito e foi muito bem explorado o assunto da cadeia de carne bovina –, quero mostrar um pouco da competitividade do ramo de supermercados neste País.

Esse é um gráfico que demonstra a cadeia Pão de Açúcar. Ali, auditamos 60 concorrentes todos os dias com toda a linha de carne bovina. Na linha 100, consta a média do mercado, que é aquela reta. Então, tem-se o posicionamento de todas as outras bandeiras. Há, por exemplo, o Supermercado Master, que atua na periferia com 112 – ou seja, está 12 pontos percentuais acima da média do mercado. Há o Pastorinho, com 9; o Pão de Açúcar, com 1; e o Carrefour, com 104, 5. Abaixo da média do mercado, há três: Wal-Mart, Big e Sonda. Esse é um mercado um pouco mais seletivo. Estamos falando de grandes marcas, que normalmente estão localizadas nas áreas de poder aquisitivo maior do Estado de São Paulo. Nas outras bandeiras, veremos o contrário.

No próximo gráfico, falaremos de redes de hipermercados. Há o Todo Dia, com 106; o Carrefour, com 105; a média de mercado é 100; o Wal-Mart tem 99,3; Davó, 98,5; Extra, 5,5. Há, ainda, o Big com 91 e o Sonda com 90.

Se olharmos o comportamento da linha de cada um dos concorrentes, verificaremos que ele é bem im-

portante do comportamento da elevação e da alteração de custo que temos. Mesmo falando em preço da carne e de arroba, há alguns movimentos constantes. Entretanto, esse gráfico da competitividade no varejo é coisa de maluco. Ele desce a 88; no dia seguinte, sobe para 98; no outro dia, cai para 93 e, em seguida, vai para 103. Esse fato ocorre em razão das campanhas de ofertas e refere-se àquilo que o Sr. Dallari havia dito. Esse setor utiliza a carne bovina como atrativo para chamar o cliente.

Infelizmente, ainda não temos dados apurados. Quando se traz o cliente por meio de uma oferta de carne, é preciso agregar mais algum produto. Se o cliente for para a loja e levar só carne, o supermercado perderá dinheiro. A idéia é que ele leve a carne e mais um **mix** de mercadoria que permita rentabilizar. Mas é uma operação complicada.

Passando-se para o próximo gráfico, falaremos de Comprebem, que são lojas que atuam na periferia. Há algumas melhor localizadas, mas atua-se muito em Guaianazes, São Miguel, Jardim Ângela, etc. Parte-se desde um Hirota, com 117, e Negreiros, com 107, passando para uma média de 100. O Comprebem opera como entendemos que deve estar, ou seja, com 99, estando abaixo da média.

Quanto a tudo isso que eu falei com relação aos nossos controles de qualidade, há quatro ou cinco bandeiras na companhia Extra, Pão de Açúcar e Comprebem. A Pão de Açúcar trabalha na zona de preço aquisitivo mais alto, o hipermercado abrange um segmento maior de consumidor e o Comprebem trabalha na periferia. Porém, a qualidade do Comprebem é exatamente a mesma no tocante à carne que vai para o Pão de Açúcar da Alameda Gabriel Monteiro da Silva.

Não temos esse tipo de seleção no CB. Se compro um contra-filé de 10 frigoríficos, e a Panamericana ou a Gabriel Monteiro da Silva pedem, o sistema busca “contra-filé bovino” sem ler de quem é o fornecedor e manda para a loja. Ele pode inclusive enviar um contra-filé bovino de um frigorífico às vezes até um pouco melhor para a nossa loja do Jardim Ângela. Então, a qualidade do Comprebem é exatamente a mesma, mas ele é obrigado a trabalhar num patamar de preço um pouco mais competitivo e com alguns fornecedores que trabalham muito fortemente nessa área.

O mercado do Rio de Janeiro é o pior para nós, que temos que rentabilizar a operação. O mercado desse Estado opera muito fortemente com carne bovina como atrativo. Ele trabalha com outros itens também – muito com frango, um pouco com suíno, com partes de aves. Ele age de modo muito forte, mas não em todos os cortes. Esse mercado é um grande vendedor

de alcatra. Creio que é o mercado mais vendedor de alcatra do País é o do Rio de Janeiro e opera basicamente onde há um grande concorrente: o Guanabara, principalmente na Baixada Fluminense. Há loja em Belford Roxo, São João do Meriti, Nova Iguaçu. Aí o mercado é terrível. Sai lá desde um Princesa que está lá na Zona Sul, o Carrefour, que não briga na Baixada Fluminense. Há o Carioca, o Presunic, uma rede nova que veio muito forte, o Champion, o Guanabara, na faixa de 97, e nós, com a marca sendas, um pouco abaixo do Guanabara. Depois, para baixo, ainda há Mundial Real e Champion. Esse mercado é extremamente competitivo.

Somos questionados de como é determinado o preço de venda de carne bovina – e não é só bovina, depois pode estender para aves e suínos também. Como é que vocês marcam o preço? Não somos nós que marcamos. Não é a companhia que marca. Acabamos não marcando. Quem marca o nosso preço é o mercado. Não podemos ficar lá no topo, porque vamos perder venda. Também não podemos ir para aquele 91, porque vamos perder dinheiro. Não sabemos se eles são mais eficientes que nós ou não, mas temos que nos situar onde nos sentimos confortáveis com relação à competitividade a preço de mercado. Quem determina o nosso preço – voltamos a insistir – é o mercado. Essa pesquisa atualizamos todos os dias. São 60 concorrente pesquisados todos os dias em São Paulo e em todas as outras praças em que operamos com uma planilha dessas. Era isso basicamente o que tínhamos a dizer. Se os senhores tiverem mais alguma dúvida, tiverem mais alguma informação, nós e a Companhia Brasileira estamos totalmente à disposição. É um prazer podermos colaborar com a cadeia como um todo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. Wilson. Daqui a pouco vamos ter a oportunidade de questionar e comentar.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Corrêa, Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

**O SR. PAULO CORRÊA** – Sr. Presidente, agradecemos em seu nome e em nome do Senador Sérgio Guerra esta oportunidade que nos foi dada, por solicitação do Senador Delcídio Amaral, pelo nosso Estado, no sentido de que participou conosco em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, quando fizemos uma discussão dos elos da cadeia que conseguimos juntar em uma audiência pública realizada lá.

Agradou-nos ouvir V. Ex<sup>a</sup> dizer que audiência é para a gente ouvir. Estamos ouvindo bastantes coisas, dados diferentes. Já é um sucesso esta audiência aqui. cremos que, pela quantidade de informação que nos



foi transmitida, já é um sucesso para a gente trabalhar. Existe uma quantidade enorme dentro de cada elo da cadeia de coisa que de repente não tem a informação completa. Mas diríamos a V. Ex<sup>a</sup> e a outros Senadores que o objetivo maior é que queremos, dentro da Comissão da Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, fazer clarear essa precificação e a isso fizeram alusão o Dr. Antenor Nogueira e todos os palestrantes. O Dr. Carlos Viacava é nosso produtor rural do Estado do Mato Grosso do Sul e também sabe que chegamos a R\$ 62,00 a arroba em novembro e, infelizmente, estamos praticando – o senhor falou em 51, mas retificamos – ontem foi 48. Então, só para ter uma idéia de que aqueles 62 também estavam meio fora em relação ao dólar. E o que estamos sentindo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que há uma confusão tão grande de números que gostaríamos efetivamente de criar um grupo de trabalho. Não podemos ficar falseando ou inventando, ou um usando uma base de cálculo, enquanto o outro usa outra base de cálculo. Verificamos várias coisas sendo ponderadas aqui sobre as quais nos questionamentos gostaríamos de pronunciar-nos porque a base de cálculo de todo o mundo é a mesma. Estamos recebendo R\$ 48,00 a arroba. O que está sendo inventado depois disso é outra conversa. Referimo-nos ao que está sendo entregue pela indústria frigorífica, que tem uma margem de 12% a 13%. Podemos demonstrar isso. É só desmontar o boi. A indústria frigorífica não faz mais do que desmontar o boi. O boi é inteiro. Ela o desmonta, faz os cortes e coloca a venda. Isso se for feito por uma cooperativa vai ser a mesma coisa, a margem vai ser a mesma para o frigorífico e vai ser a mesma para uma indústria.

Nós, no nosso Estado, temos a preocupação, desde 1990, em podermos estar fazendo com que a gente saísse do matadouro que era uma coisa horrível para o frigorífico e, agora, saímos de frigorífico para a indústria da carne e, quando saímos de frigorífico para a indústria da carne é lógico, dentro do setor, como disse o representante do grupo Pão de Açúcar, tem gente que não vai se adaptar do mesmo jeito que no Mato Grosso do Sul que, graças a Deus e graças ao produtor rural do nosso Estado, estamos conseguindo 50% da carne que sai do Brasil saia do Mato Grosso do Sul fruto de um trabalho de genética que foi feito lá, fruto de um trabalho de trazer frigoríficos exportadores preferencialmente para o Estado, de se criar desse frigorífico o **upgrade** para irmos para outra posição de indústria da carne.

Hoje em nossos frigoríficos exportadores as caixas saem prontas para o supermercado da Holanda, para o supermercado do Reino Unido. Tivemos

uma reunião com o Governador Zeca do PT agora na Embaixada em Londres praticamente há quinze dias passados em que o Reino Unido está se propondo a comprar mais carne no Brasil.

Uma coisa é separar um pouquinho o lance da exportação em que crescemos bastante e não crescemos por nossa competência somente. Crescemos também porque houve a vaca louca e temos que fazer um **marketing**. Foi feito esse **marketing** em que estamos trabalhando no nosso Estado. Não temos vaca louca, mas temos vaca feliz, porque a nossa vaca come pasto, tem espaço para andar e, na hora em que ela precisa, olha do lado e tem um tourão bonito do lado para poder fazer o que tem que ser feito. Acho que são coisas que temos que colocar em discussão.

Sr. Presidente, para que a gente possa objetivar no sentido e podermos conversar mais praticamente e absolutamente, Dr. Milton Dallari, Dr. Barquilla, nada pessoal, aqui estamos tratando do assunto de comércio e o que vemos, os senhores me desculpem, é a carne, o filé mignon chegar do frigorífico para o supermercado a nove reais e ser vendido, na minha cidade, que exporta cinquenta por cento do que sai do Brasil, sendo vendido a dezesseis e cinquenta.

De modo que, nos elos da cadeia produtiva temos que ver margem e dentro dessas margens poderíamos trabalhar. Não estamos caçando bruxas. Não é nada disso. Estamos querendo o seguinte: o que é que o frigorífico pode abrir mão dentro da precificação dele para o produtor rural? E o que o supermercado distribuidor pode abrir mão para que a gente pudesse fazer do jeito que o senhor falou. Sou a favor também de que a gente possa estar fazendo uma promoção muito grande.

Vamos combinar isso. Temos pique para combinar isso com os frigoríficos. É a primeira vez que se senta Sr. Presidente em uma mesa, todos os elos para poder conversar e dizer “olha, me desculpe, está tendo da indústria para o distribuidor uma diferença de preço muito grande”. Da mesma forma como está havendo e reconhecemos, pela competência do produtor rural, pela genética aplicada e pelo progresso que foi feito, temos excesso de carne no mercado e temos um jeito de fazer isso chegar ao consumidor final com um preço melhor para que ele consuma mais, mas para que melhore um pouco o preço ao produtor que é o elo mais sacrificado. Esse é o nosso objetivo e, por isso, estamos aqui.

Gostaríamos de agradecer ao Senado por encaminhar, à Comissão de Agricultura porque acho que foi a primeira reunião e fico muito honrado de ter feito essa agenda com os Senadores Sérgio Guerra e Flávio Arns no sentido de que possamos estar sentando

em uma mesa como irmãos brasileiros que somos para podermos chegar a um consenso de poder estar colocando algumas coisas que temos certeza que vai melhorar o produtor rural. Esse é o objetivo da comissão de agricultura.

Gostaria de fazer um comentário. Fizemos uma pesquisa muito grande, inclusive em nível de Mercosul, Sr. Presidente, e quero me permitir, antes de finalizar – desculpe-me, Dr. Antenor, com todo o respeito que lhe tenho. O boi, na Argentina, por um boletim agropecuário de 14 de junho de 2005, é 21,91 dólares por arroba. O instituto é o FNP, e não sei onde é que está o vinte e nove. Não tenho essa informação, mas por isso é que temos que chegar e conversar a mesma língua, porque, de repente, não estamos na mesma língua. Acho que a mesma língua é o seguinte: preço melhor para o consumidor, mas preço melhor para o produtor. Os elos da cadeia têm que conversar entre si, e aqui está sendo o foro ideal. Que não parasse isso, que fizesse desta Comissão o nosso local de encontro para que pudéssemos fazer efetivamente o que não conseguimos até agora, Sr. Presidente: conversar com as pessoas, os brasileiros, as pessoas de bem, para que pudéssemos melhorar o preço ao produtor rural, sob pena de haver exatamente o que está ocorrendo, um custo de produção muito mais elevado do que o produto que estamos vendendo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT-PR) – Muito bom. Agradeço a participação do Deputado Paulo Corrêa.

Vamos ouvir, primeiro, para encerrar as falas, o Dr. Ido Luiz Michels, que é Presidente da Fundação Cândido Rondon. Com a fala de V. S<sup>a</sup>, encerramos as falas e abrimos para os diálogos e para os encaminhamentos, como foi sugerido agora há pouco.

Dr. Ido Luiz com a palavra.

**O SR. IDO LUIZ MICHELS** – Obrigado, Sr. Presidente. É um prazer estar aqui, acho de fato um momento bastante histórico.

Sou Presidente da Fundação Cândido Rondon, que é vinculada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e também professor da Uniderp, Universidade para o Desenvolvimento do Estado da Região do Pantanal. Temos, nessas duas instituições, mestrados onde estudamos, há quase uma década, a cadeia produtiva da carne.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e demais colegas que aqui mencionaram, fizemos recentemente uma audiência pública, sob a Presidência do Deputado Paulo Corrêa, em que algumas coisas já se visualizaram. Eu gostaria de fazer um pequeno resumo do que foi dito.

Essa cadeia passa por profundas transformações e, quando começamos a estudá-la, para se ter uma idéia, falava-se em febre aftosa, em sonegação e em vender para o mercado externo 3% da nossa produção. O Dr. Antonio Nogueira acompanhou aquela época em que discutíamos com o Ministério da Agricultura e da Pecuária sobre a questão da febre aftosa. Isso foi em 1998, 1999, uma grande revolução que o Brasil fez nesse sentido. Ou seja, falava-se em sonegação, em um amontoado de coisas, e era difícil, praticamente impossível, ainda mais numa instância como o Senado da República, estar reunindo e discutindo abertamente essas coisas.

Eu gostaria de centrar minha fala e dizer que, se não percebermos a complexidade – e aí faltam dois elos importantes, um, como o Dr. Wilson mencionou, que é o grande mercado, o consumidor, mas ainda está faltando um elo, que é um grande e forte elo dessa cadeia, que são os fornecedores de insumos, que se apropriam de boa parte da renda desse setor – devemos, como o Deputado Paulo Corrêa mencionou, continuar discutindo isso, porque em última instância o que importa é o que se produz, e quem se apropria do consumo, numa ponta, é o consumidor, e quem se apropria da renda, desde a indústria frigorífica e naturalmente a distribuição, são os produtores, assim sucessivamente, e a sociedade.

Vou complementar um pouco mais, Sr. Presidente, dizendo que esse setor, além de tudo o que foi dito aqui, tem de incentivos fiscais no Brasil mais de um bilhão de reais. Só em Mato Grosso do Sul a renúncia fiscal oficial é da ordem de quase 400 milhões de reais, e ainda temos os problemas que temos. Portanto, a coisa é mais complexa. Por que mais complexa? Entendo ser mais complexa porque éramos um setor voltado para o mercado interno, historicamente, tivemos manifestações, como disse o Dr. Milton Dallari, de mercado internacional, mas, progressivamente, nos últimos 20 anos, 30 anos, atuamos no mercado interno com uma exigência menor e outras coisas. E que, na verdade, com a inflação alta, a produção bovina é uma produção muito mais de conservação de riquezas, como a proteção do recurso, do que propriamente produzir com eficiência. Reserva de valor terra e reserva de valor boi norteavam naturalmente a decisão. Quando tivemos o Plano Real e essa vitória inegável da sociedade brasileira que foi a estabilidade econômica, naturalmente todas as atividades e também a produção pecuária, a indústria frigorífica e outras, passaram a ter eficiência produtiva como sua grande preocupação.

Então, temos hoje nos quatro grandes elos:

Fornecedores de insumo, grandes transnacionais articuladas globalmente, e, quando estou falando em

transacionais, são empresas que não têm pátria, por assim dizer – isso não tem nada de mal, acho que é importante, o Brasil se modernizou por isso, mas que naturalmente entram no mercado como o nosso com muita força e determinação. Capacidade de influenciar preço para o produtor e capacidade de influenciar preço para todos os demais elos da cadeia. Isso é na cadeia produtiva da carne, como na cadeia produtiva da soja, do milho e todas as outras cadeias que conhecemos. Então, uma grande transformação.

Das vacinas, como foi dito aqui, o aumento. O Dr. Antenor mencionou que aumentaram em 10% os insumos. Sim, porque essa cadeia é uma cadeia que tem a definição do seu valor dada pela ordem internacional e com uma grande capacidade de definição de preço. Então, tivemos uma série de transformações.

Por outro lado, os produtores passaram por adequações, que acabei de mencionar, que antes até era reserva de valor, e naturalmente concordo com a crítica feita ao MST, que vem discutir índices de produtividade, quando vimos que o agronegócio brasileiro, qualquer que seja o setor, passou por uma revolução enorme nos últimos anos, é visível. Temos que discutir isso, sim, mas é evidente que passamos por uma transformação brutal aí em todos os setores, e todos os produtores têm que produzir, coisa que no passado talvez não fosse importante.

A indústria frigorífica. Eu, Sr. Presidente, acompanhei, estou estudando isso desde 97, 98, e visitei todas as indústrias do Estado, as de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e de Rondônia, nos anos 99 e 2000. Agora, novamente, acabei visitando outras, mais algumas, mais algumas indústrias, não temos a noção da transformação por que essa indústria passou, aquilo que foi dito pelo nosso Deputado. Não podemos ver a indústria frigorífica brasileira como vimos no passado, acho que nossos representantes do INSS colocaram muito bem, quer dizer, existe o problema da sonegação, há que ser discutido, mas temos uma revolução em curso.

Essa indústria hoje passa por uma transformação de qualidade com certificação internacional, ampliou mercados de forma inegável e não pode ser vista, como lamentavelmente é vista em muitos setores, como vilã, como um problema. Acho que tem que ser sanadas essas coisas que foram mencionadas em relação à sonegação. Mas se formos ver, a gestão, eu antes achava, e aqui vale uma brincadeira, a questão não era produzir boi, sempre brincava um pouco com os produtores, porque eles achavam que a questão mais relevante era produzir boi. Eu achava que o importante era produzir carne.

Recentemente visitando algumas indústrias frigoríficas, inclusive do grupo Independência, não é nem boi nem carne, o mais importante é produzir informação. Como vimos agora pelas palavras do Dr. Wilson, mostrando aqui o que significa a competição no mercado de consumidor que os hiper e supermercado variam preço para atrair seus consumidores. Gerir informação acaba sendo mais importante do que produzir boi ou carne. Impressionei-me com a grande transformação por que esses setores estão passando.

Para finalizar, naturalmente, a distribuição, como acabamos de ver e também falamos. Também no ano passado visitei a China, fui a Pequim e vi o Carrefour vendendo carne lá. É a mesma forma, a estratégia é a mesma, é uma transnacional, Wal-Mart, Pão de Açúcar, é um grupo nacional, ou todos com estratégia usando um produto que é a fidelização efetiva, permite a fidelização, melhor dizendo, é atrair clientes. Portanto que tem uma capacidade enorme, como o senhor mesmo, Dr. Wilson, acabou de mencionar, de exigir dos produtores, quando fazem as parcerias, uma série de exigências que antes não eram feitas, as chamadas parcerias entre produtores feitas pelo Pão de Açúcar, Carrefour, intermediadas de forma importante por outras instituições, exigem coisas que os produtores antes não faziam, mas que redundam em custos maiores para os produtores. Isso é positivo. Isso é competitivo. Isso mostra que o consumidor brasileiro e a sociedade brasileira, mesmo para os mercados internacionais, estão mais avançados.

Em síntese, temos hoje uma cadeia que não é mais a mesma de cinco anos atrás. E se o Senado da República, a Assembléia Legislativa... E gostaria de citar um exemplo que aconteceu em Mato Grosso do sul, uma empresa que produz frango, e na sua relação com o integrado havia um problema muito sério, o integrado reclamando que recebia pouco. Sabidamente, a Comissão, presidida pelo nosso Deputado Paulo Corrêa, chamou a empresa e disse: se vocês não pagarem melhor esses produtores integrados cortamos o incentivo fiscal. Na semana seguinte – alguns dos dirigentes dessa empresa são meus alunos do mestrado numa dessas instituições –, na semana anterior eles tinham dito que não podiam pagar um centavo a mais, quando foram chamados publicamente para o debate, houve a negociação e se buscou uma solução, hoje estão satisfeitos, produtores e agroindústria.

Se esse debate for regido somente pelo mercado, e aí acho que está o grande desafio do Senado, do País, que o debate da cadeia produtiva da carne e de tantas outras cadeias não pode ser um debate restrito à lógica do mercado embora o mercado dê uma enorme importância a isso. Longe de falar também o que

fez o nosso ex-ministro, já falecido, Funaro, de pegar o boi no pasto e de congelar preços. Mas não podemos deixar agentes com forças diferentes, com capacidades de determinação diferentes, atuarem nesse mercado sem qualquer forma de regulação.

Por isso talvez esta reunião tenha uma importância histórica, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, de trazer para perceber que somente mercado não vai dar a igualdade que os produtores requisitam. Temos que ter, sim, formas de acompanhamento. Para isso já, em consonância com diversas instituições de Mato Grosso do Sul, estamos criando um sistema de gestão de informação, quanto cada frigorífico está abatendo em tal lugar? Quanto abateu ontem? Para onde está mandando a sua carne? Isso tudo é informação pública, isso, informação, é tomada de decisão, uma série de decisões, de ações que estamos tomando.

Entendemos, para encerrar, dada a exigüidade do tempo, que ou vimos esse setor de forma cada vez mais complexa e não colocando como se houvessem diabos de um lado, maus de outro. Temos forças de mercado diferentes, sim, e não vamos acreditar também que possa haver uma harmonia, o Dr. Carlos Viacava falando: ah, nós temos que ter uma integração da cadeia. Vou partir de uma noção freudiana e não marxista do conceito. Acho que vai continuar essa cadeia existindo por muito tempo, disputando, sim, cada um a sua fatia desse bolo. Mas, se não tivermos a clareza de que há disputa e que a igualdade é praticamente impossível, vamos sempre partir do pressuposto de que vamos construir uma igualdade que seja muito difícil. Prefiro partir do pressuposto de que há uma disputa, de que há elos que são mais fortes e de que, em havendo elos mais fortes, em havendo um mínimo de regulação da sociedade, das instituições constituídas, conseguimos ter uma melhor distribuição de renda nesses diversos elos, e que essas ações devem ser conjuntas.

Hoje, vejo sentado aqui um representante da indústria frigorífica. Quando estudamos, no passado, há cinco ou seis anos, a possibilidade de trazer a indústria frigorífica – faça-se justiça, porque o Dr. Antonio Russo Neto, pai do Miguel Neto, já estava presente naquele debate –, é algo novo, porque, antes, a indústria frigorífica se omitia dessa discussão. Creio que estamos avançando, mas as demais instituições não devem se ausentar desse debate, porque só pelo mercado, regido por essas forças naturalmente, haverá desequilíbrio, quer seja para o consumidor, que, às vezes, tem fragilidade, mas que determina alguns preços, quer seja para o produtor ou mesmo para a indústria frigorífica.

Para encerrar, farei uma construção mais antropológica: eu acho, Sr. Presidente, que, na verdade, há

o debate entre os diversos elos, mas normalmente o debate se dá entre produtor e indústria frigorífica. Os produtores difundem que quem ganha é a indústria frigorífica, esse é o mal, a vilã da história, e a indústria frigorífica tenta se defender.

Para concluir, dado o adiantado da hora, acredito que aí há uma disputa história que é mais antropológica. A indústria frigorífica mata – antes tinha o nome de matadouro – aquilo que o produtor cria com todo amor e carinho, a ponto de ficar, durante os três anos, às vezes até batizar uma espécie animal. O mais curioso é que, como disse o Dr. Antenor Nogueira, se essa coisa é tão divertida, agora os produtores estão também buscando... Uma das críticas, inclusive, que chegaram ao Cade (Conselho Administrativo de Direito Econômico), de alegação foi: “Bom, a indústria frigorífica não pode criar boi”. Eu disse: “Mas como? Psiquicamente falando, a indústria frigorífica agora está tentando redimir-se de seus pecados, criando boi ao invés de abatê-lo. Isso seria positivo. E os produtores, como disse o Dr. Antenor Nogueira, estão criando uma cooperativa para abater bois. Ou seja, o desafio que temos é muito mais complexo do que demonizar, dizer que esse é culpado, porque esse ganha mais ou menos. Precisamos sentar à mesa e verificar que a análise hoje traz novos elementos que não trazia no passado, porque estamos com 20% do mercado internacional, temos novos agentes externos no Brasil, com forças diferentes que não existiam no passado.

Senado da República, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas cumprem um papel fundamental de estar regulando isso, não definindo, mas participando desse debate.

Seria essa a minha contribuição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço a participação do Dr. Ido Luiz Michels, Presidente da Fundação Cândido Rondon.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT – PR)

– Neste momento, sei que já há perguntas também entre os participantes, mas passo a palavra, primeiramente, à Senadora Ana Júlia Carepa e, na seqüência, ao Senador Jonas Pinheiro.

V. Exª está com a palavra.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, serei breve. Quero parabenizar o Senador Delcídio Amaral por esta audiência. Esse é um passo importante que os próprios convidados estão testemunhando. É um momento novo, inclusive, para reunir todos aqueles que fazem parte desse elo, dessa cadeia produtiva importante.



Infelizmente – V. Ex<sup>a</sup> conhece bem –, nem sempre os nossos convidados sabem da nossa agenda, mas acho que estamos dando um passo. Esse assunto não será resolvido aqui, mas criar algo...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT – PR)

– Creio que, a partir de hoje, eles sabem, porque é nacional.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Exato. Primeiramente, parabeno a nossa Comissão por ter realizado esta audiência, porque é isso que o povo brasileiro espera de nós. O País não pode parar. As coisas que têm que acontecer, que se apure, quem tiver que ficar preso que fique, mas, o País tem que continuar caminhando, porque o povo não quer mais isso, inclusive, o povo não quer mais isso, eu acho que nós já temos maturidade para poder superar, inclusive, isso.

Então, eu acho que aqui vai – eu vou falar não só como Senadora, mas até como consumidora, como quem faz supermercado, como quem compra carne –, eu digo assim: se eu já estou com alguma dificuldade já, eu já tenho dificuldade, compro raramente filé, eu imagino a maioria da população. Eu estou sendo sincera, eu compro raramente, e olha que eu gosto, quer dizer, um mata, outro cuida, e a gente come, então... Os que podem, porque o Senador Sérgio Guerra falou que o médico dele não quer deixar.

Mas eu queria deixar esse registro de que é uma coisa positiva, porque eu acho que a nossa Comissão é uma Comissão nova, mas já tem se pautado por várias ações positivas. Que fosse criado aqui não sei que tipo de questão, para que isso fosse continuado, já num outro patamar. Todo mundo já expôs. Agora, como vamos caminhar para que, no final, o consumidor possa ser mais bem atendido?

Até na questão tributária, já fizemos também a nossa parte na Reforma Tributária. Eu sou testemunha, pois participei dessa discussão, porque eu era representante do Partido na época, como sub-relatora. Inventamos aqui essa questão.

Então, era essa a proposta.

Agradeço. Para quem não é do ramo foi também muito produtivo conhecer como funciona todo esse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT – PR)

– Eu quero destacar que, sem dúvida, estas são um dos grandes objetivos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal: fazer essa aproximação das partes, achar os caminhos e os encaminhamentos, contribuir para isso, conversar com o Governo Federal, com toda a cadeia produtiva, com as assembleias legislativas e com as universidades, e chegar a conclusões.

Agora, na sequência, penso que realmente tem de haver uma continuidade desse trabalho. Daqui a pouco, podemos até discutir isso.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, um dos baluartes dessa área no Senado Federal e no Brasil.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, Deputado Antonio Carlos Biffi, de Mato Grosso do Sul, companheiro Deputado Paulo Corrêa, nosso colega e Deputado Estadual, penso que o primeiro passo foi dado. Os setores que estão aqui estavam muito armados. Estamos dando o primeiro passo para desarmar esse setor. Esse foi o objetivo da proposta do Senador Delcídio Amaral. Temos de continuar, porque o assunto merece a participação do Congresso Nacional, particularmente desta comissão.

Na Esalq de semana passada, o preço do boi gordo referência São Paulo era de R\$ 54,00 a arroba. Esse preço ocorreu exatamente há dez anos. Há dez anos, o preço Esalq era de R\$ 54,00. Então, estamos hoje com um preço de dez anos atrás. Apesar de todo o progresso que tivemos na produtividade, a inflação não compensa isso. Não sei quanto foi a inflação nesses dez anos – talvez o Dr. Dallari, que é estudioso no assunto, poderia nos dar alguma informação a respeito de...

**O SR. MILTON DALLARI** – 183%.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Quanto?

**O SR. MILTON DALLARI** – 183%.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – 183% é a inflação em dez anos, enquanto o preço do boi é o mesmo de dez anos atrás.

Então, temos de fazer alguma coisa.

Como disse, em se tratando de pecuária ou de carnes, temos um dado embutido que pode diminuir essa inflação, que é exatamente a produtividade. A produtividade que temos, evidentemente, baixa um pouco essa preocupação.

Entretanto, o primeiro passo foi dado sob o comando do nosso Presidente, Senador Sérgio Guerra. Os atores desse processo estão participando hoje aqui. Podemos acrescentar outros atores, como o consumidor, que tentamos trazer, mas não foi possível, para fazermos esse trabalho, com esse espírito desarmado, como estamos entendendo que isso venha a ocorrer.

Também o INSS. Eu não sei se é segredo de Estado, mas, de qualquer maneira, sabemos que existe algum entendimento entre o Governo Federal e os frigoríficos, para que esse setor da indústria tenha uma tranquilidade no processo, estaria havendo uma negociação entre o Ministério da Previdência, com a

participação do Ministro Jucá, que começou também com o Ministro do INSS, Senador Carlos Bezerra, no sentido de que a espada que os frigoríficos têm hoje no pescoço seja aliviada, não diminuindo, não com perdão, com subsídio, nada disso. Nada disso. Apenas com negociação, para que mais... Mas que esse elo do setor seja estável, porque hoje é um elo instável, que é o problema dos frigoríficos.

Por isso, primeiro, quero dizer que estamos satisfeitos com o que ouvimos. Deve continuar, porque se parar aqui não há nada de importante do que fizemos nesse instante.

E eu gostaria de, mais uma vez, perguntar ao INSS se de fato existe essa conversa sobre o alongamento do pagamento do que é passivo dentro dos nossos frigoríficos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PT – PR) – Eu só pediria um adendo ao que o Senador Jonas está falando, inclusive na fala do INSS, além da ponderação: lembrar a pergunta que o Dr. Carlos Viacava, inclusive, fez anteriormente.

**O SR. RONALDO DE LIMA MACEDO** – Vamos inicialmente responder à pergunta do Dr. Carlos Viacava.

Já foi feito um estudo sobre a contribuição decorrente da comercialização da produção rural para se mudar a contribuição da comercialização para a folha de pagamento. Para os senhores terem uma idéia, quem paga efetivamente a contribuição é o produtor. Apenas unidades frigoríficas são adquirentes, há uma sub-rogação. É apenas responsável pelo recolhimento. Quem está pagando nesse elo de produção da carne é o produtor.

Pelos estudos, foi demonstrado que o setor da carne bovina era o preocupante para o sistema previdenciário dentro dessa cadeia, porque ele é que efetivamente não estava recolhendo.

Mas, para outros setores ou subsegmentos dentro da agricultura ou da agropecuária, existe efetivamente o recolhimento. Não sei se atingiria os 100%, mas está muito próximo disso. É o da soja, do leite. Há outros setores, dentro da mesma cadeia do agropecuária, que estão recolhendo efetivamente.

Dentro da carne bovina, isso não se demonstra para a Previdência Social. Nesse estudo constatou-se que não seria viável você estar mudando todo o setor da agropecuária para contribuição decorrente de uma folha de pagamento. Por quê? Porque a Administração Pública não teria condições de efetivamente fiscalizar todos esses produtores, mesmo porque você poderia estar prejudicando outros subsegmentos desse setor agropecuário, que poderia ser o da soja, que também

alavanca o agronegócio, poderia ser o do leite. Já foi feito esse estudo.

Então, foi em uma fase até de projetos dentro do INSS, um projeto técnico para mudar essa contribuição, respondendo à primeira pergunta do Sr. Carlos Viacava.

Com referência à segunda pergunta, do Dr. Jonas Pinheiro, Senador, essa discussão de viabilizar uma forma de pagamento das indústrias frigoríficas, isso é tratado no Ministério da Previdência Social, mais no Secretário-Executivo com a Casa Civil. Nós não temos conhecimento. Eu sou do Departamento de Informações Estratégicas. Eu atuo apenas sobre a legislação posta. Com essa legislação posta, nós estamos tentando viabilizar um mecanismo de cobrança dessas contribuições.

Outra ressalva que eu gostaria de fazer para o Dr. Ido Luiz é referente ao desenvolvimento dessas indústrias frigoríficas. Percebemos que, dentro do elo da cadeia de produção, o produtor, efetivamente, está pagando essa contribuição. Pelo menos é o que demonstramos pelos documentos contábeis. Perguntaria aos senhores, mas não só como Auditor Fiscal da Previdência Social, mas como cidadão: é viável onerar toda uma sociedade em desenvolvimento de um parque industrial com as contribuições previdenciárias? As contribuições, efetivamente, foram descontadas ou o adquirente teria a obrigação, pela Lei nº 8.212/91, de descontar a contribuição? É viável desenvolver todo o parque industrial à custa da Previdência Social? É essa a pergunta que faço aos senhores. O produtor pagou. A contribuição era dele. Quem ficou com o dinheiro? A Previdência, o Governo, não ficaram. Só para os senhores terem uma idéia: fizemos uma reforma tributária. Mudamos a Constituição e passamos a cobrar dos inativos. Isso vai representar R\$1 bilhão em arrecadação para a contribuição previdenciária. Tudo bem, é do regime próprio. Mas no regime geral temos um custeio que, aparentemente, está apresentando déficit. Como ficaria essa discussão toda? O produtor está pagando, não está chegando aos cofres públicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – O Deputado Paulo Corrêa pediu a palavra.

**O SR. PAULO CORRÊA** – Gostaria de fazer uma consulta ao senhor, Dr. Ronaldo.

Em primeiro lugar, o senhor atesta o pagamento pelo produtor rural.

**O SR. RONALDO DE LIMA MACEDO** – Não atesto.

Algumas empresas – porque são muitas empresas – os senhores conhecem. Temos as grandes, pequenas e empresas de médio porte. O que fazemos? Não podemos focar a nossa auditoria essencialmente

em cima das pequenas. O que fiscalizamos? Fiscalizamos, às vezes, as médias, as pequenas e também as grandes. Em algumas empresas que fiscalizamos – já que não podemos fiscalizar todas – comprovamos que há um desconto da contribuição. Algumas empresas alegam que o desconto não seria da contribuição, poderia ser uma perda econômica. Mas o produtor nos explica que pagou uma contribuição previdenciária, mas houve um desconto. Há algumas empresas que nos demonstram, por meio de documentos – e há alguns estudos feitos nesse sentido – dos quais é preciso investigar a veracidade, que o desconto não seria da contribuição. Seria um desconto de perda, quer dizer, perda no transporte, algo desse tipo, na alíquota, corresponde à alíquota, que está estagnada em 2,3. É o que menciono. Mesmo que a empresa não tenha feito o desconto, a legislação a obriga a fazê-lo. É onde está o problema. Se ela não fez o desconto, vamos cobrar. O INSS, a Previdência Social, não poderia cobrar do produtor. É onde está o problema. A legislação obrigou-me, então vou ter que cobrar a contribuição. Aparentemente, o produtor pagou. É o que quero dizer ao senhor. O custo do elo da cadeia de produção vai influenciar no preço final. Efetivamente, o produtor pagou. É o que estou dizendo. Por que pagou? Se o adquirente não fez o desconto, ele era obrigado a fazê-lo. A legislação não me permite, agora, cobrar do produtor. Ele vai ter o benefício.

Quando ele chegar na porta da Previdência – e é o que quero deixar claro – não posso dizer-lhe: você não custeou o seu benefício, não terá direito a esse benefício. Não posso fazê-lo. É porque o custo, efetivamente, foi repassado para ele. Algum setor no elo da produção deixou de recolher essa contribuição. É o que quero deixar claro. Não é que ele efetivamente descontou. Às vezes, você nem fiscaliza tudo porque não tem condições de ter auditor em todos os estabelecimentos.

**O SR. PAULO CORRÊA** – Dr. Ronaldo, vou tentar terminar.

Gostaria de formular a pergunta de uma outra forma. O senhor acredita que é mais fácil fiscalizar 20% que recolhem 80% do que 80% que recolhem 20%?

**O SR. RONALDO DE LIMA MACEDO** – É.

**O SR. PAULO CORRÊA** – E essa é a técnica da fiscalização?

**O SR. RONALDO DE LIMA MACEDO** – Isso.

**O SR. PAULO CORRÊA** – Então, não podemos dizer que todas as indústrias não estão recolhendo. Não poderemos afirmá-lo.

**O SR. RONALDO DE LIMA MACEDO** – Não, não afirmamos isso.

**O SR. PAULO CORRÊA** – Não é isso? Então, quer dizer há um grupo de industriais que estão recolhendo do produtor, mas que estão repassando, até porque o 2,3 é uma coisa inerente ao negócio. Então, quem está tendo um pouco menos agilidade é o INSS na parte de fiscalização, que não está conseguindo auditar tudo.

Eu entendo também – e é histórico, Sr. Presidente, gostaria de registrar novamente – que temos os elos da cadeia aqui, é uma oportunidade ímpar discutirmos isso com o Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Exportação de Carne e com os frigoríficos que estão tentando se modernizar. Mas, em determinado momento, por falha inclusive da nossa máquina de arrecadação – porque temos pouco imposto no Brasil, uma carga tributária muito pequena, deve ser muito por conta disso –, nós financiamos, sim, com recursos da Previdência Social, alguns frigoríficos que não estão sendo honestos, na medida em que descontam do produtor e não repassam à Previdência.

Penso também, usando o termo do meu guru, Senador Jonas Pinheiro, que é o momento exato de discutirmos nesta mesa. E quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por ter dado essa sugestão, Senador, de trazermos à discussão. A nossa indústria não só tem que modernizar, mas precisar dar a sua parcela de contribuição para ajudar o recolhimento do INSS. Acho que ninguém vai se furtar a isso, estamos tratando de pessoas de bem até agora de espírito desarmado.

V. Ex<sup>a</sup> não estava, mas fiz de público o elogio de que V. Ex<sup>a</sup> aceitou esta audiência pública como uma possibilidade de sentarmos à mesa e discutirmos com as pessoas com as quais precisamos discutir. Infelizmente, em Mato Grosso do Sul, nós não conseguimos reunir todos.

O Senador Sérgio Guerra, o Senador Jonas Pinheiro e o Senador Delcídio Amaral foram sensíveis e nos ajudaram para que pudéssemos estar sentados neste momento.

Este momento é histórico, Senador. E quero fazer uma proposição, antes de encerrar este aparte. Acho que temos que criar aqui, como criamos lá na Assembleia, uma câmara setorial da carne na Comissão de Agricultura, por um ato do Presidente. Quero deixar a sugestão de que esta Comissão fosse permanente, para que pudéssemos sentar na mesa e discutir com a Previdência Social, com os distribuidores, com as donas de casa e com a sociedade civil.

O segundo ponto, aproveitando uma sugestão do Professor Ido Michels seria criar uma agência de regulação. Acho que isso depende de um projeto de lei de iniciativa da nossa Comissão de Agricultura do Senado. Temos que ter uma agência de regulação, por-

que os pesos são diferenciados. Estamos discutindo, por exemplo, Senador, 268% de aumento no preço do arame liso. E descobrimos que estamos exportando como nunca arame liso para a China para fazer rede de energia elétrica monofásica. O arame liso, produzido no Brasil, que usamos na cerca tem um comércio tão grande lá fora que vale a pena para a indústria exportar. Então, aumentou o preço aqui, e o preço da carne não está acompanhando isso. Então, como vamos competir com a China, comprando da Gerdau por exemplo? A Gerdau vai vender para a China, e não para o produtor rural, ou então vai aumentar o preço aqui para equiparar.

Eu acho que essa agência de regulação serviria neste momento para fazer esse equilíbrio de forças para que pudéssemos estar colocando o produtor rural numa situação um pouco melhor em relação a todos os atores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Dr. Antenor, com a palavra solicitada.

**O SR. ANTENOR DE AMORIM NOGUEIRA** – Só tenho duas ressalvas referentes à fala do Dr. Paulo Corrêa. Quando eu disse que a contribuição foi efetivamente cobrada do produtor, eu não posso mais cobrar do produtor. Essa contribuição está para o adquirente. A legislação não permite que eu faça isso.

Outro aspecto é que a Previdência Social, como os senhores têm conhecimento, a partir de 2002 intensificou um trabalho em cima das unidades frigoríficas, fiscalizando e auditando essas unidades.

É inviável fiscalizarmos todos como o senhor disse aqui. Então, a gente está com a casa aberta e à disposição para discutirmos os assuntos com os senhores.

Agora, você tem uma legislação posta. O auditor segue a regra, o que está na legislação. Enquanto não houver uma mudança na legislação, nós não poderemos acordar, temos que cumprir o que está na legislação. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Com a palavra, o Dr. Antenor.

**O SR. ANTENOR DE AMORIM NOGUEIRA** – Sr. Presidente, quero fazer três colocações, rapidamente.

A primeira, fazendo um adendo ao que o Deputado Paulo falou sobre o arame. Eu quero citar a uréia pecuária, que também subiu 300%, 400%. A mesma coisa aconteceu com a uréia agrícola. Você compra a uréia agrícola mais barata. Só que as fábricas de rações e sais minerais não podem usar a uréia agrícola. É um absurdo um negócio desse! A uréia é fabricada pela Petrobrás, é monopólio dela. É um absurdo! O petróleo

caiu, e não cai nada. A uréia está sempre aumentando. É um absurdo um negócio desses!

Outro assunto que eu queria dizer é o seguinte: meu amigo Viacava, concordo 100% com você: o ideal seria na folha. Só que aí tem um problema: quem usa muita mão-de-obra, como o café e outras atividades, não querem que seja na folha.

**O SR. CARLOS VIACAVA** – Só o café.

**O SR. ANTENOR DE AMORIM NOGUEIRA** –

Não, tem outros aí, como laranja, café. Quero dizer, eles não querem, e fica um negócio complicado. Eu também bati forte na CNA para apoiar na folha, para a agropecuária é muito melhor, mas também não querem.

O último assunto que eu queria colocar é sobre a arguição que o Paulo fez a respeito da informação que ele tem do Mercosul sobre o preço da arroba. É da Argentina que você falou?

Eu vou assumir um compromisso com o Senado: a CNA também faz parte do Fórum Mercosul da Carne, e vou solicitar hoje – o Paulinho está aqui, o meu assessor – à Sociedade Rural da Argentina e à Sociedade Rural do Uruguai que se posicionem oficialmente ao Senado brasileiro sobre o preço da arroba naqueles países, e que esse seja o preço que eles mandarem para nós. Está combinado assim, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Quero dizer que, infelizmente, estamos em um dia atípico, por razões públicas que todos conhecem, mas a parte que pude assistir desta reunião achei de excelente qualidade. Tenho informações da Senadora Lúcia Vânia, que me encontrou na porta, e do Senador Flávio Arns, comprovando que a discussão continua no mesmo padrão.

Também quero dizer que há uma proposta do Deputado Paulo Corrêa de subcomissão permanente. Seria este o formato regimental da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Acho que essa matéria é de extrema importância porque há vários problemas estruturais, por assim dizer, a resolver. O principal deles é a deplorável distribuição de renda que prevalece no Brasil. Se houvesse um mercado mais eloquente, mais forte e crescente, seguramente teríamos outro cenário. Ficamos dependentes de uma exportação, que, nos últimos anos, tomou um tamanho bastante atípico.

É evidente que isso causa distorção no próprio sistema de preços. Se você exporta dez e, de repente, passa a exportar 20 ou 30, se há saltos geométricos, isso se reproduz de forma desorganizada na cadeia produtiva. Não seria sensato imaginar que a reprodução fosse racional, lógica, como se a exportação crescesse de forma natural, relativamente, sob perspectiva lógica.



O fato concreto é que existem desequilíbrios. Além de não haver consumo, além de o dólar estar desse tamanho – com certeza, muita gente ganhou dinheiro quando o dólar estava lá em cima e agora, com o dólar em baixo, muita gente deve estar perdendo o dinheiro que ganhou –, devemos ter muita lucidez nisso e pouca tranquilidade, até porque os problemas não são especiais em qualquer área da economia. Eles têm sua própria natureza, mas eles se confundem no geral. Pessoas perdem em uma situação e ganham em outra. É preciso ter equilíbrio para se chegar a um resultado concreto.

Temos que avaliar não apenas o problema da questão levantada pelo Senador Delcídio Amaral, pelo Senador Jonas Pinheiro e por outros Senadores, mas principalmente por S. Ex<sup>as</sup>, e imaginar qual a inserção que o Congresso pode ter num assunto desses, para que não continuemos a votar dispositivos de lei sob pressão ou do Executivo, nessa doença das medidas provisórias, ou de setores produtivos que chegam aqui sempre angustiados às vésperas de uma votação, todos com razão e a reclamar uma solução que, geralmente, não conseguem.

Temos de ver como pode contribuir o Senado, que tem uma característica diferente da Câmara, a qual é sempre mais animada, mais publicitária. A nossa natureza deve ser outra, deve ser mais analítica e, na medida do possível – não estou discordando da consistência do que faz a Câmara, acho que há muitas coisas consistentes lá –, mais objetiva. Aqui são menos, são cinco, seis, sete, oito Senadores no máximo que terão empenho total num assunto como esses. É muito mais fácil estabelecer um consenso em torno de seis, sete, oito do que entre sessenta, de vinte, de quarenta. Os números da Câmara são esses, até porque aqui são 81 e lá são mais de 500.

Vamos pensar nessas propostas e, na próxima reunião ordinária, vamos discuti-las. Agradeço a presença de todos.

Registro que devemos votar a ter nova reunião pública sobre isso, na linha do que sugeriu o Senador Jonas Pinheiro e, com certeza, estudar, dentro do nosso ambiente, que forma de interferência podemos e devemos ter para dar consistência a isso, mas não há outro caminho senão esse o de botar na mesa, sentar e discutir e, sem preconceito, chegar a uma solução.

Quero comunicar que amanhã haverá reunião das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente com a Ministra Marina Silva com a finalidade de discutir sobre o desmatamento na região da Amazônia, às 10 horas, na sala 6. Procuraremos, se for possível, fazer uma reunião regimental da Comissão, porque há uma pauta para ser votada e decisões para serem

tomadas. Não será fácil na confusão que está aí, mas vamos nos esforçar para isso.

Parabenizo os Senadores Jonas e Delcídio, agradecendo a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h36min.)*

**Ata da Décima Quinta Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Décima Terceira Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2005, quinta-feira, às 10:00 horas.**

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e cinco, na Sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Presidente da CRA e do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente da CMA, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em sessão conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, com a presença dos Senadores: **ANA JÚLIA CAREPA, OSMAR DIAS, DELCÍDIO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, NEZINHO ALENCAR, FLÁVIO ARNS, GERSON CAMATA, RODOLPHO TOURINHO, SIBÁ MACHADO, SERYS SLHESSARENKO E JEFFERSON PERES**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública nos termos dos Requerimentos nºs 19/2005-CRA, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Ana Júlia Carepa, e 03/2005 – CMA, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, para avaliar e debater as consequências dos novos índices de desmatamento na Amazônia, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Sr<sup>a</sup> Marina Silva. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, concede a palavra à Ministra Marina Silva que solicita a permissão dos Senhores Senadores para que o Secretário João Paulo Capobianco, Coordenador do Plano de Combate ao Desmatamento fizesse a apresentação do plano e, em seguida, faz uma explanação de ordem mais geral. Usam da palavra os seguintes Senadores: Flexa Ribeiro, Sibá Machado, Jonas Pinheiro, Jefferson Peres, Serys Slhessarenko, Ana Júlia Carepa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às quatorze horas e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varela, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Havendo número regimental, vamos dar início à reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 13ª reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Inicialmente, requeiro a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.) Aprovada.

A presente reunião destina-se a ouvir a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Srª Marina Silva, para avaliar e debater as conseqüências dos novos índices de desmatamento na Amazônia, nos termos do Requerimento nº 19, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador Sibá Machado, e do Requerimento nº 3, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que também presidirá esta reunião.

Sem dúvida, trata-se de assunto da maior relevância, cuja discussão é bastante oportuna. Evidentemente, estamos hoje, como ontem, atravessando um período atípico de funcionamento, seja do Senado Federal, seja da Câmara dos Deputados, em face de questões bastante polêmicas, de que todos têm notícia. Tem sido a orientação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como também da Comissão presidida pelo Senador Leomar Quintanilha, não deixar de dar prosseguimento às tarefas previstas, para que o ritmo da ação parlamentar não seja alterado e para que a instituição cumpra o seu papel. Não existe na nossa atuação nem a mais leve preocupação de subestimar as dificuldades presentes, mas a simples opinião e proposta de que é fundamental que o trabalho do Congresso permaneça, que assuntos de grande relevância sejam discutidos e que, efetivamente, o clima de funcionamento do Congresso e da necessidade de cumprimento do seu papel, no sentido mais amplo, prevaleçam.

Ouviremos hoje um depoimento muito importante, de uma personalidade pública que o Brasil todo conhece, cujo conceito todos reconhecem, cujas qualidades também eu seria absolutamente justo de afirmar que são unanimemente reconhecidas. Trata-se de uma Parlamentar, uma personalidade, uma figura pública que tem ampla responsabilidade, competência e muita consideração, no Senado de maneira especial.

Houve uma série de requerimentos convidando a Ministra e, hoje, reunimos aqui três Comissões: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que tem uma Subcomissão da Amazônia, presidida pelo Senador Jefferson Péres.

A Senadora Serys Slhessarenko também é autora de requerimentos. Fizemos aqui uma ordem de apresentação – digamos – sensata, racional, no interesse de um exame tranqüilo, seguro, de uma matéria sobre a qual não cabe demagogia ou ação oportunista, como de fato não deve caber nunca. Deve haver muita prudência no tratamento deste assunto, pela repercussão real que ele tem, pela conseqüência pública que produz, pelo seu efeito a curto, médio e longo prazos e pela sua relação internacional. Enfim, são componentes demais sobre um assunto polêmico, que é do espírito do Senado, sempre, ajudar a resolver.

Então, presidirei os momentos iniciais desta reunião, que será, depois, presidida pelo Senador Leomar Quintanilha, e espero que todos participem de uma reunião produtiva.

Passo a palavra à Ministra Marina Silva.

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Sérgio Guerra, Exmº Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Leomar Quintanilha, Senador Jonas Pinheiro, da Comissão de Infra-Estrutura e Meio Ambiente do Senado, Exmº Sr. Senador da Comissão de Relações Exteriores, Senador Jefferson Péres, meu colega de região, Senadora Ana Júlia, Senador Sibá, Senadora Serys, Senador Nezinho Alencar, lá do Tocantins, Senador Antonio Carlos Valadares, meu colega da primeira Legislatura, estou aqui acompanhada do Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Cláudio Langoni, da Assessoria Parlamentar, Drª Jaura, do Presidente do Ibama, Dr. Marcos Barros e do Secretário de Biodiversidade de Floresta e coordenador do Plano de Combate ao Desmatamento no âmbito do Ministério, Dr. João Paulo Capobianco.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero agradecer pelo convite das Comissões na pessoa de seus Presidentes e dos Senadores que fizeram o convite para aqui expor dados de tamanha magnitude, dados relativos às taxas de desmatamento da Amazônia, e para falar sobre o que vem feito sendo desde 2003 para o enfrentamento dessa relevante questão.

Quero também cumprimentar esta Casa e agradecer todos os Senhores Senadores pela votação, ontem, da medida provisória que cria uma figura nova, mas que já vinha sendo debatida desde a época em que foi aprovada a Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que diz respeito à limitação temporária administrativa para fins de estudo, visando a criação e destinação de área para proteção ambiental, seja proteção ambiental integral, seja de uso sustentável.

Uma das reclamações freqüentemente feitas por Prefeitos, às vezes por pesquisadores, comunidades

locais e até mesmo por Parlamentares diz respeito à necessidade de, diante da situação de ter de preservar determinada área, o governo agir eficazmente. Quando essa área começa a sofrer a ação predatória por qualquer que seja a atividade, às vezes o governo é obrigado a tomar uma atitude imediata, e essa atitude, às vezes, não é compatível com o tempo de fazer as consultas, de fazer as audiências, de fazer os estudos. Quando isso acontece, a tendência é ser sempre mais conservador.

E o que é o mais conservador? Se ainda não tenho todas as informações sobre aquela área, pode ser uma reserva extrativista ou uma floresta nacional em que está previsto o uso sustentável ou um parque que tem limitações em relação ao uso ou uma reserva biológica que apenas a unidade pode ser utilizada para pesquisa científica, opto sempre pela medida mais conservadora. Com essa figura, nós teremos sete meses para fazer os estudos e, ao final, dar a destinação correta: se será uma área de uso sustentável ou um parque nacional ou uma reserva biológica. Com isso, vamos acabar com aquelas antigas formas de fazer consultas por *Internet* – há comunidades que sequer têm acesso à *Internet*. Vamos ter tempo e, nesse sentido, esta Casa deu uma grande contribuição. Quero aqui fazer este reconhecimento, não só em relação ao bioma Amazônia mas em relação a todos os biomas.

Inicialmente, vou pedir permissão aos Senhores Senadores para que o Secretário João Paulo Capobianco, que é o Coordenador do Plano de Combate ao Desmatamento possa fazer uma apresentação desse plano. Em seguida, farei uma explanação de ordem mais geral. Acredito que serão necessários entre quinze e vinte minutos para essa exposição inicial.

Estamos em acordo, Srs. Senadores?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Perfeitamente.

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – Obrigada.

Passo a palavra ao Dr. João Paulo Capobianco. O Dr. Marcos Barros, se desejar fazer algumas complementações, em seguida ou durante os debates, poderá fazê-lo, mas, neste momento, vamos fazer uma exposição técnica do Plano de Combate ao Desmatamento pelo Secretário de Biodiversidade de Florestas, do Ministério do Meio Ambiente.

Em seguida, farei a minha explanação.

**O SR. JOÃO PAULO CAPIBIANCO** – Srªs e Srs. Senadores, Srª Ministra, agradeço esta oportunidade e vamos, de forma mais objetiva e mais rápida possível, apresentar essas informações. Há um problema de projeção.

Srªs e Srs. Senadores, nessa área da Amazônia – e esta informação é fundamental para entender a

questão dos números da Amazônia –, cada quadrícula dessas equivale a uma imagem de satélite que é utilizada para analisar o desmatamento.

No ano de 2003, o Inpe trabalhou com 78 imagens de satélites e, nessas imagens, V. Exªs podem observar, aquelas que estão com a cor vermelha concentram – apenas essas – 80% do desmatamento total na região no período de 2003; as restantes – as coloridas – 20%.

Próximo *slide*: no ano de 2004, observem que foi feito um esforço monumental por parte do Governo Federal, por parte do Inpe, que é vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, ampliando para 103 imagens analisadas. Portanto, o número que temos no último dado equivale a 103. Toda essa região que está aí já foi devidamente mapeada pelas imagens de satélite.

Próximo *slide*

Os números são esses, Srªs e Srs. Senadores. Sempre se fala do período entre 2000 e 2001. Por quê? Porque a análise do desmatamento é feita de 1º de agosto de um ano a 1º de agosto do ano seguinte.

Portanto, de 1º de agosto de 2000 a 1º de agosto de 2001, o Inpe identificou 18.165 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia. Logo no período subsequente, de 1º de agosto de 2001 a 1º de agosto de 2002, portanto o último ano medido no Governo anterior, houve um desmatamento de 23.143 quilômetros quadrados, significando um incremento na taxa de 27%.

No período seguinte, de 1º de agosto de 2002 a 1º de agosto de 2003, tivemos 24.597, portanto 6%; e finalmente, o último número estimado – e vou explicar na sequência – o Inpe prevê que, de 1º de agosto de 2003 a 1º de agosto de 2004, foram 26.130, implicando num crescimento de 6%.

Próximo *slide*: este é o gráfico histórico da Amazônia. Observem, Srªs e Srs. Senadores, que no início do gráfico tivemos uma queda consistente até o ano de 1991, quando da pré Conferência do Rio, onde houve queda significativa.

Essa queda significativa foi decorrência do cancelamento do programa de incentivo fiscal que ocorria na Amazônia. O Governo cancelou isso no final da década de 80 e o resultado foi visível. No entanto, a partir de 2002, a Amazônia adquire uma dinâmica própria. E o maior desmatamento registrado na história da Amazônia foi em 1995, quase 30 mil quilômetros quadrados, quando tivemos queda e, a partir daí, este gráfico que é apresentado.

Próximo *slide*: este é um gráfico muito importante e gostaria de chamar a atenção das Srªs e Srs. Senadores. Ele significa o incremento da taxa, o percentual



de crescimento do desmatamento. Aí não está a taxa bruta do desmatamento e, sim, a relativa.

Observem V. Ex<sup>as</sup> que tivemos, em vários períodos, crescimentos significativos em cima da taxa e, em alguns períodos, redução. Conforme mostrei, no início da década de 90, houve redução durante três anos consecutivos, chegando a menor taxa em 1991, mas, a partir daí, tivemos uma variação. Observem V. Ex<sup>as</sup> que, no ano de 1995, tivemos um incremento na taxa de 95.08%, ou seja, o desmatamento quase dobrou na Amazônia. Depois, temos uma queda, mas gostaria de chamar a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para o fato de que, a partir de 1997, o desmatamento vem crescendo ininterruptamente. Observem: de 1997 a 1998, foi 31,4% de crescimento no desmatamento; em 1999, tivemos uma estabilidade, manteve o mesmo número; em 2000, um novo crescimento de 5,6%; em 2001, uma estabilidade; em 2002, um pico de 27%; e agora, já nos dois anos do nosso Governo, houve um crescimento na faixa de 6%.

Então, o desmatamento é crescente, porém injustamente tem sido dito que o desmatamento na atual gestão é o maior da história. Não é verdade. Em números absolutos é o maior, evidentemente, porque ele é cumulativo. Se um quilômetro quadrado for desmatado em um ano, ele é maior do que no ano anterior, evidentemente. Ele será o maior da história, porque é cumulativo.

Mas na taxa de crescimento e desmatamento não é verdade. Temos números inferiores aos verificados inclusive na gestão anterior. Isso precisa ficar registrado.

Próximo.

Esse é um dado fundamental. Não podemos mais trabalhar com a Amazônia como se ela fosse uma região homogênea, tudo o que ocorresse nela fosse igual em todas as regiões. Não é verdade. Observe este gráfico, que é fundamental. O Estado do Pará, em 2002, era o campeão de desmatamento, praticamente empatado com o Mato Grosso, mas ligeiramente acima, como V. Ex<sup>as</sup> podem ver neste gráfico de barras.

Tivemos redução consistente do Pará em 2003 e em 2004. O mesmo ocorreu com o Amazonas, com o Maranhão, com o Tocantins e com o Acre. Nos Estados de Roraima e de Amapá, houve estabilidade no desmatamento.

Onde cresceu o desmatamento? Não foi na Amazônia. Foram nos Estados de Rondônia e do Mato Grosso. Sendo que o Estado de Rondônia, onde está a linha azul – chamo a atenção de V. Ex<sup>as</sup> –, embora tenha havido crescimento no último período, está praticamente estabilizado. Se V. Ex<sup>as</sup> olharem 2002, 2003 e 2004, ele está praticamente estabilizado. O grande

problema do enorme crescimento, de fato, do desmatamento é no Estado de Mato Grosso, conforme está ali, que disparou na liderança e hoje é responsável por 48,1% do desmatamento.

Próximo.

Portanto, esses dados mostram a contribuição dos Estados. Observem o Estado do Pará, Srs. Senadores, que era responsável por 36,1%, em 2002. Ora, ele era o campeão do desmatamento – em 2003, era 28% e, em 2004, 25% – e está caindo sua contribuição. E assim sucessivamente. É importante analisar esses dados em separado.

O anterior, por favor.

Passo ao último dado importante, para explicar a metodologia utilizada, porque tem gerado um pouco de confusão. Nas duas primeiras colunas, está escrito “verificado” e “confirmado”. Por que isso? Porque, a cada ano, o Inpe apresenta taxa dizendo o seguinte: no ano anterior, estima-se que o desmatamento foi X, mas ele só confirma esse dado no outro ano, portanto, com dois anos de defasagem. Isso acontece porque a Amazônia envolve um estudo de mais de 200 imagens de satélite, e essa análise é demorada. Então, nas duas primeiras colunas, temos o que foi estimado e agora o que é confirmado, que é certeza de que o desmatamento ali foi aquele.

No entanto, em 2004, até o momento verificado concretamente nas imagens de satélite, é a quarta coluna: são 24.430 quilômetros quadrados. Porém, como o universo analisado não é o total da Amazônia, o Inpe estima que, ao finalizar os estudos, deverá encontrar mais cerca de 1.700 quilômetros quadrados, o que daria a taxa de 26.130 quilômetros quadrados. Portanto, estamos trabalhando com números estimados, que podem variar para menos ou para mais, quando o Inpe concluir seu estudo.

Próximo.

Este é um dado que mostra os Municípios com maior desmatamento. Não vou seguir os números, mas vamos olhar os mapas.

Próximo.

Observem a localização. Os Municípios com maior desmatamento estão bem localizados, bem delimitados, não estão espalhados pela Amazônia como – outro dia ouvi uma pessoa falar – um câncer. Não é verdade. Não é um câncer, não é uma metástase. São áreas muito bem localizadas, onde temos condições de, a partir de políticas afirmativas, reverter o processo.

Este dado é muito importante. Gostaria da atenção de V. Ex<sup>as</sup>. Observem o segundo Município, São Félix do Xingu. Estes são os Municípios com desmatamentos acima de 300 quilômetros quadrados, os maiores desmatamentos. São Félix do Xingu era o campeão do



desmatamento em 2003. Houve um esforço concentrado de decisão e controle, da ação do Governo Federal junto ao Governo do Estado. Caiu, na última coluna, quase em 40% o desmatamento. No entanto, o Município de Aripuanã, que aparece em primeiro...

**(Intervenção fora do microfone.)**

**O SR. JOÃO PAULO CAPIBIANCO** – Exatamente, caiu o incremento. A taxa caiu em 38%.

O Município de Aripuanã, que não era o principal e, portanto, não foi objeto de uma ação mais forte, aumentou em 49%. O que isso quer dizer? Que há uma dinâmica na Amazônia, que não nos permite mais trabalhar como se ela fosse uma região estável do ponto de vista da tendência, muito menos com dados de dois anos de defasagem.

Próximo.

O que o Governo fez? O Governo entende, a partir do posicionamento da Ministra Marina Silva e, posteriormente, do Presidente da República, que a questão do desmatamento não é de polícia; é também uma questão de polícia para os casos dos degradadores renitentes e compulsivos. Mas, na realidade, existe uma dinâmica econômica, um modelo de desenvolvimento econômico na região que leva ao desmatamento. Portanto, ele não pode ser resolvido pelo Ministério do Meio Ambiente exclusivamente; tem de ser resolvido pelo Governo como um todo – e não só pelo Governo Federal, mas também pelos Governos Estaduais e Municipais e, mais do que tudo, todos em parceria com a sociedade. Se é verdade que queremos mudar a situação da Amazônia, temos de fazer políticas estruturantes, de longo prazo e persistentes.

Próximo.

O Presidente da República, por decreto, criou uma Comissão de Ministros – não é uma Comissão Ministerial –, com 12 Ministros originalmente e 14 atualmente –, para fazer o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento. Esse plano foi realizado, apresentado aos Governos dos Estados da Amazônia, em outubro de 2003, e à sociedade civil, em novembro de 2003. O Presidente deu um prazo, para que todos os atores contribuíssem. Eles contribuíram até fevereiro de 2004, e o Presidente lançou esse plano, formalmente, em março de 2004.

O que esse plano prevê? Ação em cinco frentes simultâneas. A primeira é a valorização da floresta. A floresta tem que gerar emprego, renda, economia, se queremos que ela permaneça preservada, em pé; ela tem de ser um ativo econômico e não apenas ambiental. A segunda diz respeito a priorizar um melhor uso das áreas já degradadas. Isso é fundamental. Na Amazônia, já existe hoje desmatado algo em torno de 680 mil quilômetros quadrados, o que significa quase três ve-

zes um Estado como São Paulo e mais que três vezes o Estado do Paraná. No entanto, nessa área desmatada, há 160 mil quilômetros quadrados abandonados ou subutilizados, mais do que Santa Catarina. Esse Estado tem 98 mil quilômetros quadrados; nós temos 160 mil que estão necessitando de uma ação de uso, para que sejam incorporados ao processo produtivo. Portanto, essa é uma prioridade. Podemos aumentar a produção agrícola e agropecuária nessas áreas.

Ordenamento fundiário territorial. Há mais de 23 anos, o Governo Federal não fazia a titulação e a regularização fundiária na Amazônia. Portanto, é preciso haver políticas claras, para definir quem pode, ou não, ocupar as áreas, para dar apoio a quem pode e para retirar quem não pode, ou seja, os grileiros.

Quarto item: planejamento estratégico de obras de infra-estrutura. A Amazônia demanda obras de infra-estrutura. Uma demanda concreta sobre a mesa é a BR-163. Qual era a tendência antes do plano? Rechaçar a BR-163, porque todos diziam que ela seria um vetor de mais desmatamento. O que foi feito? Um esforço com o Governo de Estado, os Governos Municipais e a sociedade civil, para transformar a BR-163 em uma oportunidade. Hoje, há o Plano BR-163 Sustentável, que permitirá o asfaltamento dessa rodovia importante na região, sem impacto ambiental ou com ele minimizado.

Finalmente, o último item: aprimoramento do sistema de monitoramento e controle, a fim de combater a impunidade e permitir que evoluamos, para não termos mais dados com dois anos de defasagem.

Próximo.

Na área de monitoramento e controle, o que já foi feito?

Próximo.

Um resumo rápido: primeiro, a intensificação da ação de fiscalização na Amazônia. Em 2003, houve um aumento de 68% nas operações na Amazônia, um aumento de 54% de infrações cadastradas e a apreensão de 70 mil metros cúbicos de madeira. Em 2004, inauguramos as operações interligadas: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e Exército, juntamente com o Ibama e o Incra; aumentamos em 80% as infrações cadastradas; chegamos a 60 mil metros cúbicos de madeira; fizemos a liberação de 300 pessoas em regime de trabalho semi-escravo, houve um investimento de R\$40 milhões no aperfeiçoamento do sistema. E, até o final de março de 2005, já temos 52 mil metros cúbicos de madeira apreendida e dezenas de operações já realizadas. E estamos inovando, porque sempre, na Amazônia, se iniciava a fiscalização em maio, e nós iniciamos nesse ano em fevereiro.

O próximo mostra o esforço do Governo. Observem que os Estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia receberam um enorme esforço. São multas aplicadas e a maior parte foi nos Estados do Mato Grosso, Pará, seguido de Rondônia.

Próximo

Assim como os autos de infração. Rondônia, Mato Grosso e Pará lideraram as ações do Governo. Portanto, houve um esforço de combater a impunidade e controlar, embora os dois Estados de Mato Grosso e Rondônia tenham escapado ao controle.

Próximo

Essa é uma questão fundamental. Sabemos, Sras e Srs. Senadores que a questão na Amazônia não é de crime amador, é crime profissional; há quadrilhas que estão operando há mais de 15 anos, construíram redes para obter autorizações ilegais para grilar terras. Por isso, um dos pontos mais importantes do plano foi o envolvimento da Polícia Federal na inteligência no sentido de desbaratar as quadrilhas. Resultado: já em setembro de 2003, antes de o plano ser concluído, quando o plano estava em gestação, nós efetivamos a operação Setembro Negro, no Estado de Rondônia, onde havia uma quantidade enorme de denúncias. Qual era o objetivo? Combater esquemas fraudulentos de desmatamentos, de situação ilegal envolvendo servidores do órgão com madeireiros da região. Cinquenta e três policiais federais foram envolvidos e o resultado foi 17 prisões, sendo 4 servidores do órgão e 13 madeireiros. Todos os quatro servidores foram demitidos, todos os madeireiros estão respondendo a processo, sendo que oito deles confessaram o crime e abandonaram a atividade florestal. Isso foi em setembro.

Próximo. Já com o plano em ampla operação, lançamos a Operação Faroste, que foi a mais importante do ano de 2004. A Polícia Federal desarticulou uma quadrilha de grilagem de terra pública que atuava há mais de 15 anos no Pará. Setenta policiais federais foram envolvidos. Resultado: 18 mandados de prisão. Oito eram servidores do Incra no Pará. Foram todos demitidos, o Incra modificou toda a sua direção. Houve intervenção, hoje tem uma nova direção e houve um desbaratamento total dessa quadrilha no Pará.

Próximo

E, finalmente, a Operação Curupira, que foi lançada recentemente. Todos a acompanharam pela Imprensa, a maior operação da Polícia Federal, 480 policiais federais e que resultou na prisão de 126 pessoas do Ibama, do órgão estadual de controle, da Fema estadual de Mato Grosso e um conjunto enorme de empresários e despachantes. Essa foi a operação mais conhecida.

Próximo

O que é importante destacar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores é que essas operações não ocorrem por acaso, não caíram do céu, elas estão sendo organizadas em nome do plano, de forma estruturante para identificar, dismantelar as quadrilhas e garantir o fim da impunidade. Essa tela mostra a revolução no sistema de controle da Amazônia, que foi oferecida por este Governo no ano passado. Chama-se Deter – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real. Essa tela que está aí, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, está disponível na Internet para qualquer cidadão brasileiro. Qualquer cidadão pode entrar e identificar desmatamentos ocorrendo em tempo real, com uma defasagem de apenas 15 dias. Aparece ali. Cada polígono desse, cada ponto na imagem de satélite é um desmatamento identificado. Você clica nesse ponto e ele lhe informa o município, o local preciso da ocorrência, e se você tiver um sistema de mapeamento por computador, você clica no botão e ele lhe envia automaticamente o mapa da área e você pode incluir no seu próprio mapa e fazer todo o seu trabalho de controle e de pressão e de atuação junto ao poder público.

Próximo. Esse sistema permite, pela primeira vez que se resolva dois problemas. Primeiro, saiba o que está ocorrendo em tempo real. Aí está o sistema, como é feito, envolve novos satélites utilizados pelo Inpe, gera aquele dado lá embaixo que é enviado ao Ibama.

Próximo

O que chega ao Ibama? Observem esse mapa. Esse mapa é enviado para as bases de operação do Ibama. Esse mapa mostra onde existe indício de desmatamento, precisamente quais são as suas coordenadas geográficas, quais são as vias de acesso.

Hoje, o fiscal, na ponta, tem um poder discricionário tremendamente reduzido. No passado, na realidade, não havia controle. A fiscalização era feita por quem estava na ponta. Se ele ia ou não à área, não sabíamos. Se ele encontrava ou não desmatamento, não sabíamos. Se ele encontrava desmatamento e atuava ou não, não sabíamos. Hoje, não. Hoje, o sistema, automaticamente, informa onde há ocorrência, e o Ibama, por meio de seu Centro Nacional de Controle e com as bases interligadas, pode ter a certeza de que aquela área foi verificada e de quais as providências adotadas no sentido de punir os responsáveis e de impedir que o desmatamento continue ocorrendo.

Esse controle é preventivo, porque estamos monitorando em tempo real. O desmatamento na Amazônia não ocorre de um dia para o outro, demora meses. Se chegamos em tempo, no início, podemos impedir que ele se propague.

Essas fiscalizações, agora, são integradas, como já falei. Envolvem a Polícia trabalhista, ambiental, fundiária, tributária e rodoviária.

Esse é um exemplo de 2005. Observem que esse sistema já foi capaz de, em abril de 2005, quando ainda havia muitas nuvens que dificultavam o monitoramento, permitir, por exemplo, que o Estado de Mato Grosso inteiro fosse monitorado até o dia 31 de abril. Já foi identificado até o dia 31 de abril, em Mato Grosso, o desmatamento de 3,2 mil quilômetros quadrados, só neste ano, o que mostra a gravidade do problema nesse Estado.

Estou concluindo. Outra frente: fomento de áreas produtivas. Foram feitas alterações nos instrumentos de fomento para apoiar o financiamento público. Primeiramente, houve o fundamental: os fundos constitucionais já foram modificados, o Ministro Ciro Gomes já reviu as regras para adequar o manejo ao uso da floresta, e o Protocolo Verde já está sendo transformado em norma do Conselho Monetário Nacional, para se seguir por todo o sistema financeiro. Na Amazônia, por exemplo, o financiamento é o maior do sistema não público, no caso de Mato Grosso e de Rondônia.

Quanto ao Cadastro de Inadimplentes Ambientais, seria o Cadin Verde. Quem tem passivo ambiental não poderia obter crédito do Governo Federal.

Houve a intensificação do Plano de Capacitação. Criamos o Cenaflor, o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal. Teremos duas bases na região da BR – 163. Isso dará uma capacitação de operação da floresta com muito mais qualidade.

Finalmente, na área de ordenamento territorial, a primeira ação fundamental foi a Portaria conjunta nº 10, do Incra/MDA, que modificou todo o sistema de cadastro de pretensão de posse na Amazônia. Hoje, esse sistema está totalmente vedado à corrupção. Temos o controle da situação daquela região. Graças a esse sistema, já foram inibidos cerca de 10,5 mil CCIRs, Certificados de Cadastro de Imóvel Rural, que eram utilizados para obter financiamento e autorizações de desmatamento em terras públicas de forma ilegal.

Quanto à mudança na estrutura fundiária da Amazônia, o Presidente Lula criou 82 mil quilômetros quadrados de unidades de conservação em zonas de conflito e nas frentes de expansão da fronteira agrícola, homologou 93 mil quilômetros quadrados de terras indígenas, criou 3.760 quilômetros quadrados de projetos de assentamento sustentáveis, envolvendo extrativistas, desenvolvimento sustentável e assentamentos florestais. Também inibiu 10,5 mil CCIRs, como já falei, e, graças ao apoio do Senado, ontem, instituiu uma limitação administrativa provisória em 80 mil quilômetros quadrados na região de influência da

BR – 163, onde houve recorde de desmatamento do Pará, no ano passado.

Esse é um mapa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que mostra, em destaque, as unidades de conservação e as terras indígenas homologadas. Como V. Ex<sup>as</sup> podem ver, todas as grandes unidades de conservação estão na frente da expansão da fronteira agrícola. Portanto, diferentemente do passado – em que as unidades de conservação eram criadas em zonas importantes, porém remotas –, as unidades que o Presidente da República criou estão nas zonas de conflito, impedindo que populações locais sejam expulsas de forma ilegal e garantindo a estabilização da fronteira agrícola.

Finalmente, essa é uma tabela que mostra o caso das unidades de conservação. Chamo atenção para o período que vai de 2003 a 2005, para os dois anos e dois meses de Governo, em que o Presidente Lula já havia criado 7,7 milhões; agora, em maio, completou 8,3 milhões. Portanto, nós já temos uma contribuição, no total na Amazônia, em dois anos de governo, de 13,9%. Mas estão em fase final de estudo mais 16 milhões de hectares. Portanto, no período do Governo do Presidente Lula, nós teremos acrescido na Amazônia, se tudo correr bem e se os processos forem concluídos de forma satisfatória, 24.750.000 hectares de proteção, que será equivalente a 44% de tudo o que foi criado na Amazônia desde as primeiras unidades de conservação, estabilizando a fronteira agrícola e garantindo o uso sustentável da floresta.

Muito obrigado. Era isso, Sr<sup>a</sup> Ministra.

**A SR<sup>a</sup> MINISTRA MARINA SILVA** – Muito obrigada, Dr. João Paulo Capobianco, nosso Coordenador do Plano de Combate ao Desmatamento, no âmbito do Ministério.

Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, senhores e senhoras presentes nesta Comissão, primeiro, quero dizer que o Presidente Lula, quando me fez o convite para a Pasta do Meio Ambiente, me fez um desafio, que era o de fazer política de governo, e não política de ministério. Eu já sabia que, mais do que política de ministério, nós tínhamos necessariamente que fazer política de país, porque meio ambiente num País como o nosso, que é detentor de 11% da água doce do planeta, 20% das espécies vivas do mundo, e que tem uma responsabilidade enorme no equilíbrio do planeta, é uma tarefa gigantesca e, portanto, não poderia ser tarefa de um único Ministério, de um Ministério setorial. Teria, necessariamente, que ser uma tarefa de governo. E mais do que uma tarefa do Governo Federal, mas uma parceria constante com os governos estaduais, com os governos locais, com a comunidade científica, com as organizações sociais e, principalmente, com a opinião pública nacional. E, como nós não vivemos

numa ilha, como muito bem falou o nosso Senador, a opinião pública internacional acompanha o que acontece na Amazônia com muita preocupação, porque esses acontecimentos repercutem na vida do planeta.

De sorte que esse desafio e esse honroso convite teriam que ser necessariamente acompanhados da devida humildade e do reconhecimento de que não poderia ser uma tarefa para a Ministra do Meio Ambiente. A primeira coisa que nós fizemos foi um levantamento da situação da Amazônia, que envolvia desde a problemática do desmatamento à problemática social, às ações de investimento, principalmente as ações de infra-estrutura, e uma análise em cima dessa situação, inclusive dos aspectos do avanço científico e tecnológico na Amazônia, que é uma ferramenta fundamental para que aquela região consiga se desenvolver com sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e – eu sempre acrescento – política e ética. E, ao fazermos essa análise, chegamos à conclusão de que o problema do desmatamento da Amazônia não poderia mais ser tratado de forma pontual e esporádica; de que deveríamos enfrentá-lo no âmbito de um programa maior, que é o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia, o PAS, que é coordenado pelo Ministro Ciro Gomes e tem o Ministério do Meio Ambiente na sua Secretaria-Executiva.

Isso aconteceu já no início do Governo, em abril, quando o Presidente Lula foi pela primeira vez à Amazônia, ao Estado do Acre. Nós sabíamos que os Srs. Governadores, inclusive o Governador do meu Estado, iriam apresentar as suas legítimas demandas econômicas, sociais, e, como não podia ser diferente, iriam falar da perspectiva dos seus Estados, mas que caberia ao Governo Federal apresentar uma proposta ampla que comportasse as demandas específicas mas que tivesse um pensamento estratégico para o desenvolvimento regional, e que esse desenvolvimento regional não passaria por ações autoritárias, de cima para baixo, mas que deveria ser um processo inclusivo das diferentes propostas já existentes, dos diferentes olhares, dos diferentes interesses. E, então, o Presidente Lula editou o decreto, estabelecendo que um conjunto de oito Ministérios trabalhasse essa proposta, inicialmente, com a participação dos Governadores. Esse programa, no que concerne à ação governamental, já foi concluído. Já, agora, ele está sendo validado pelo debate com a opinião pública, com os diferentes segmentos da sociedade, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência. Esse programa é o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

Muita gente diz: “Ministra, estamos com dois anos e seis meses de governo e cadê o PAS?” Diferentemente dos outros processos de planejamento, onde

se cria uma peça literária nos gabinetes de Brasília e, em seguida, tenta-se implementar na realidade concreta aquilo que se imaginou, o PAS é um processo vivo, fruto das experiências já existentes. Por isso, digo que temos de ter uma boa dose de humildade ou, pelo menos, devemos ser obrigados a tê-la em função da realidade que se expressa.

Então, o PAS, na verdade, é um esforço do Governo Federal de transformar em políticas públicas de desenvolvimento sustentável o que já havia de concreto na região, aperfeiçoando e ampliando esse processo. Assim, todo o nosso esforço já se expressa em ações concretas. O PAS já está acontecendo na prática. Onde ele está acontecendo na prática? No Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163; na revisão das obras de infra-estrutura da Amazônia, a partir de cuja análise chegamos à conclusão de que essas ações, em si mesmas, não podem ser consideradas nem boas, nem más. O processo pelo qual elas se efetivam é que leva aos grandes impactos ambientais e sociais, porque não se consideraram determinadas dinâmicas, inclusive a diversidade social, cultural e ambiental que existe na Amazônia.

Então, essas ações estão em curso. O Plano BR-163 Sustentável, como disse o Secretário João Paulo Capobianco quando chegamos, se deu ao ensejo do projeto de asfaltamento de uma estrada. Iria haver uma licitação e um consórcio privado faria o asfaltamento. Nós, do Ministério do Meio Ambiente, analisamos esse investimento, importante para o Mato Grosso, importante para o Estado do Pará, e chegamos à conclusão de que a estrada, se feita da forma como estava prevista no processo, causaria um desastre ambiental. Quando se faz uma estrada, cinquenta quilômetros de um lado e do outro da rodovia são destruídos – e, no coração da Amazônia, isso seria desastroso. O que fizemos? Avaliamos o investimento, qualificamos como de altíssimo impacto ambiental e sugerimos ao Governo que ele só poderia ser feito se tais medidas fossem tomadas. Quais seriam essas medidas? Um plano de desenvolvimento da área de abrangência da BR-163, que abrange 25% da Amazônia. O que esse plano deveria alcançar? Deveria alcançar a valorização do patrimônio sociocultural e ambiental dessa região, a promoção da cidadania e da justiça social, a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, o uso sustentável dos recursos naturais, além de ações de ordenamento e regularização fundiária e gestão ambiental estratégica na região, a partir do seu zoneamento ecológico-econômico. Isso é o PAS acontecendo na prática.

Ações de combate ao desmatamento da Amazônia.



Não é fácil você ser da Amazônia; não é fácil você ter uma equipe em que, do Presidente do Ibama ao Secretário de Florestas e Biodiversidade, todos são ambientalistas de “carteirinha”. Economistas, médicos, advogados, engenheiros, geneticistas, agrônomos, as pessoas dessa equipe são ambientalistas e tomar a decisão de que não faríamos pirotecnia nos primeiros anos do governo. Ou seja: como dizia minha avó “dispor o couro para apanhar que só tábua de pisar tabaco, pisar fumo”.

Estando a sociedade em uma situação em que a taxa de crescimento estava na ordem de 27%, o Governo dizer que não iria baixar um decreto, uma medida provisória, uma moratória ou algo que daria boa manchete na mídia internacional e ficaria durante alguns meses na imprensa nacional, foi a atitude que tomamos. Essas atitudes não teriam sustentabilidade na realidade concreta. Com isso, não estou querendo desqualificar os antecessores que tomaram medidas na base de comando e controle e que foram eficientes. Quero aqui reconhecer que foi corajosa a decisão do Governo anterior quando, em 1995, quando a taxa de desmatamento – a maior da história do desmatamento da Amazônia – foi pra 29 mil Km<sup>2</sup>, editou a medida provisória aumentando a reserva legal de 50% para 80%, com sustentabilidade política quase zero na região. Lembro-me de que, nas audiências públicas que eram feitas para a medida provisória, toda a base de sustentação do Governo era contra. Havia uma pessoa da oposição, que era favorável, a Senadora Marina Silva.

Eu entrava nas audiências públicas no querido irmão, primo, vizinho Estado de Rondônia e participava. Numa delas, realizada em local de rodeio, com milhares e milhares de pessoas gritando, vaiando e querendo minha jugular, eu estava apoiando a medida provisória do Governo, que, acho, foi corajoso. E estou dizendo isso porque quero deixar bem claro que não estou desqualificando as ações de comando e controle do Governo anterior. No entanto, o processo histórico vai se esgotando. O que já fizemos já foi feito, não há como repetir o que já foi feito. O que foi feito já deu o seu resultado e continuará dando.

Coube ao Governo do Presidente Lula uma tarefa gigantesca, que deve ser entendida com essa magnitude: fazer uma ponte entre a dinâmica do desenvolvimento da Amazônia e o processo de preservação, conservação e uso sustentável dos nossos recursos naturais. Decidimos que íamos optar pelo caminho estruturante. Não vamos fazer pirotecnia, não vamos fazer cosmético ambiental na Amazônia. Sugerimos ao Presidente Lula, por meio do Ministro da Casa Civil, que desde o início compreendeu a proposta e militou

por ela dentro do Governo, que se deveria envolver treze Ministérios no esforço de combater o desmatamento da Amazônia.

Trabalhamos durante todos os meses que aqui foram referenciados e lançamos o plano em março de 2004. É um conjunto de 140 ações, envolvendo uma cifra de 390 milhões de reais, com recursos, principalmente na fase inicial, para essas ações estruturantes de comando e controle.

O plano de combate ao desmatamento propõe ações no rumo do comando e controle, que são as que estamos promovendo. Aumentamos em 83% as grandes operações de fiscalização na Amazônia, num trabalho integrado do Ibama, Polícia Federal, polícia Rodoviária, Exército, parceiros locais, governos estaduais, de modo que o resultado pôde ser sentido, porque nossa posição sempre foi a de não satanizar governo de ninguém. E o Estado do Pará, no esforço conjunto, em que pese ser um Estado problemático, com problemas tanto ou maiores do que – não tenho medo de dizer – o Estado de Mato Grosso, apresentou uma redução, ele, que era o campeão do desmatamento quando assumimos em 2003, de 25% com essas ações integradas, o Estado do Maranhão, o Estado do Amazonas, o Estado do Tocantins e o Estado do Acre. Quem continua numa situação difícil? O Estado do Mato Grosso, como os senhores viram, 48%; o Estado de Rondônia, 15%.

Esse conjunto de 142 ações, um orçamento de R\$390 milhões serão medidos a partir, agora, efetivamente, de 2005. Por que estou dizendo isso? Porque o plano começou a ser implementado em março de 2004, portanto a avaliação do plano só alcançou quatro meses da sua implementação, e nós não podemos jogar esse esforço que é dos governos estaduais, da sociedade civil – e quero valorizar isso aqui –, de pesquisadores, de organizações não-governamentais, de governos locais, do Governo Federal, através da Secretaria da Amazônia, que sempre formulou políticas para a Amazônia, não jogar esse esforço no mato porque tudo o que se queria – e que eu sempre dizia – é que desmatamento tinha que ser tratado de forma estruturante pelos vários setores de Governo, em parceria com os diferentes segmentos da sociedade, incidindo sobre as questões de ordenamento territorial e fundiário, sobre as ações de infra-estrutura e principalmente combatendo uma cadeia corrupta que funciona há décadas na Amazônia. Então esse sempre foi o discurso de todo mundo.

Ora, no momento em que tem um governo que tem a coragem de colocar isso no papel, transformar em políticas públicas, após quatro meses de implementação, as pessoas olham e dizem: o plano fracassou,

o plano não deu certo. É uma desconstituição de um esforço de mais de vinte anos de diferentes segmentos da sociedade e que, num determinado momento, isso é sistematizado e transformado em políticas públicas e está sendo implementado. E nós já vimos que deu certo. O esforço endógeno do Ministério do Meio Ambiente em aumentar em 83% as suas operações de fiscalização já deu resultado nos Estados que mencionei. Em 2003, nós apreendemos 73 mil metros cúbicos de madeira; em 2004, apreendemos 60 mil metros cúbicos de madeira; e agora, em abril, no início, nos três primeiros meses de 2005, nós já apreendemos 53 mil metros cúbicos de madeira. Notem que, com a implementação do plano, o cerco vai-se fechando, e as ações estruturantes não podem ser apenas a polícia e o Ibama, o Exército, não, tem que ser política, e política pública com “p” maiúsculo.

Aí nós enviamos para o Congresso Nacional o projeto de lei de acesso aos recursos florestais que estabelece a gestão de florestas públicas, cria o Serviço Florestal Brasileiro e cria o fundo para o fomento às atividades florestais sustentáveis.

Existem duas críticas que são feitas ao projeto de floresta. Uma, altamente considerada e respeitada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula, é a proposta, a visão crítica daqueles que têm preocupações de que esse projeto não vai estar abrindo para madeiras asiáticas, de que não vai estar secundando os pequenos, de que não vai estar fazendo a promoção, a legalização da grilagem e outras preocupações que são elencadas, inclusive com a proteção da nossa biodiversidade. Essas pessoas são pessoas que de boa-fé fazem a crítica. Quero separar essas pessoas. Mas existem aqueles de crítica inconfessa, que não põem o rosto fora da toca e que agora tiveram que botar pela ação da Polícia Federal no Mato Grosso e que, no âmbito da Operação Arribação, que estamos transformando a Operação Setembro Negro, a Operação Curupira e a Operação Faroeste, num convênio com a Polícia Federal, que será assinado: Polícia Federal, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Ministério Público, Ministério da Justiça na Operação Arribação. Isso é um sinal claro de que estaremos combatendo a corrupção e esses que tiveram que botar a cara para fora no Mato Grosso, vão botar a cara para fora em outros Estados, com a graça de Deus e o trabalho operoso que está sendo feito pela Polícia Federal junto com o Ibama.

Estou dizendo isso, porque esses criticam o projeto porque sabem que com concessão de floresta pública não haverá mais espaço para grilagem de terra e nós estaremos fazendo isso que falei: vivendo desafio de que nesse momento não é apenas as ações de co-

mando e controle, não é apenas criar o marco legal, é você usar com base na legislação existente, de forma sustentável os recursos naturais, tanto florestais, madeireiros, não madeireiros, os nossos recursos de mineração e os meios que dispomos para desenvolver a Amazônia e o seu 21 milhões de habitantes em bases sustentáveis.

Esse esforço do Plano de Combate ao Desmatamento é dialogar com todas essas dinâmicas. Fiz questão de que o Secretário fizesse a apresentação técnica antes, para que a gente possa separar o joio do trigo sem nenhum preconceito pelo joio porque ambos fazem parte da nossa biodiversidade.

Exatamente para que esta Casa, que tem responsabilidades e que ontem demonstrou isso muito claramente, no lugar de se colocar numa posição de que o plano fracassou, nos ajude a implementar o plano. Aprovando a medida provisória de ontem: é o Congresso ajudando a implementar o plano; aprovando o PL de gestão de floresta pública, é o Congresso ajudando a implementar o plano; viabilizando recursos para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163, é o Congresso ajudando a implementar o plano. Uma obra dessa magnitude sair do número, inaceitável de 26 mil quilômetros quadrados, que nós em hipótese alguma queremos minimizar esse impacto, embora tenhamos que dizer aqui que há um desmatamento evitado sim, e que às vezes a gente não valoriza aquilo que a gente fez, porque, muito corretamente a gente fica de olho naquilo que a gente ainda não fez, se não tivesse caído de 27% para 6%, o desmatamento teria sido maior do que 29 mil quilômetros quadrados em 2003.

De sorte, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que esse plano e esse esforço que está sendo feito, atuando em várias frentes – não tenho medo de dizer – é a ação mais ousada e ambiciosa de um Governo para enfrentar algo que já conseguiu superar as várias fases de freio que foram colocadas. O Secretário colocou: Em 1991, quando tirou o incentivo fiscal: tivemos uma queda. Em 1995, quando baixou a medida provisória e fatores econômicos também incidiram sobre essa dinâmica tivemos uma queda. E agora, temos que utilizar de todas as ferramentas para poder incidir de fato na queda taxas de desmatamento. Como é que vamos conseguir isso?

Exatamente utilizando de forma intensiva com as tecnologias e os estudos já realizados pela Embrapa, as áreas já convertidas de mais de 600 mil quilômetros quadrados, 160 mil quilômetros quadrados de área abandonada e semi abandonada para a produção de grãos, para a pecuária e atividades que podem dobrar os nossos rebanho sem precisar derrubar mais um pé de mato.

No âmbito do plano de combate ao desmatamento, essa é uma responsabilidade do Ministério da Agricultura de apresentar o programa de agricultura sustentável para a Amazônia.

As ações de regularização fundiária: há trinta anos que não se faz regularização fundiária nesse País. O Ministro Miguel Rosseto, com a Portaria nº 10, estabelecendo o recadastramento de todas as propriedades na Amazônia, já tentou inibir 10 mil propriedades que não têm acesso a crédito, que não têm condição de fazer transação comercial porque não comprova a origem de boa-fé da sua propriedade e claramente fica claro que é ação criminosa de grilagem, assim é uma forma de combater o desmatamento.

Quando o Ministro dos Transportes pára o processo de feitura da BR-63 e começa a trabalhar o plano de abrangência para 25% da região e o Governo cria Unidade de Conservação, demarca terra de índio, estabelece o Zoneamento Ecológico e Econômico com os Municípios, tudo isso demonstra que estamos fazendo a implementação do plano de forma integrada nas diferentes frentes.

Sr. Presidente, para concluir e depois me colocar à disposição, gostaria de fazer uma menção nesta Casa. A Operação Curupira é um esforço, no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento, que começou há 20 meses. É um esforço do Ibama, que começou as investigações a partir da decisão do seu Presidente, Dr. Marcos Barros, em relação a denúncias que encontramos; é um esforço do Ministério Público, grande parceiro nosso; e da Polícia Federal, que dispõe das ferramentas para alcançar aquilo que não temos legalmente como fazer, e nem queremos, porque não queremos infringir em absolutamente nada a lei ou os direitos de quem quer que seja, mas, para investigar, a Polícia Federal pode.

Descer no Estado do Mato Grosso, no dia 2 deste mês, 480 policiais federais e 32 agentes do Ibama para fazer a Operação Curupira não é algo que acontece de um dia para o outro. As pessoas perguntam: “Por que levaram 2,6 anos para fazer isso, Ministra? Por que não fizeram logo?” Às vezes digo que talvez a pergunta certa fosse como essa quadrilha funcionava há 14 anos e, em 2,6 anos, conseguiram desbaratá-la? Porque ela funciona; o Delegado Lacerda disse que ela funciona desde antes, desde o antigo IBDF.

No dia 2, dia da operação, os oito envolvidos em ilícitos, em casos de corrupção, que são de livre provimento, estavam exonerados no Diário Oficial, inclusive o gerente do Mato Grosso e os 39 funcionários do Ibama envolvidos, lamentavelmente, porque o Ibama é uma instituição séria, que tem profissionais sérios, dedicados, abnegados – o que nós estamos fazendo

é dar honra a quem tem honra e limpar aqueles que precisam sair da instituição, porque estão tirando a honra dos que de fato se dedicam à questão ambiental. Fazer com que esses já estivessem afastados, de acordo com o Diário Oficial do dia 2, dia da operação, com processo administrativo disciplinar instaurado, com a equipe que iria substituí-los manejada no Mato Grosso, um interventor nomeado e o Presidente do Ibama, juntamente com a Polícia Federal e com o Ministério Público, no Estado, comandando as operações é uma prova inequívoca de que foi um processo planejado palmo a palmo: Ministério, Ibama, Polícia Federal e, até certa altura, o Ministério Público, porque, na noite da operação, o Ministério Público – não vou questionar suas razões, estou aguardando o relatório desse órgão – incluiu nomes de outras pessoas. E esses eu não tinha como exonerar, porque não recebi antes, como recebi da Polícia Federal e do próprio Ministério Público os nomes que vieram no primeiro relatório da Polícia Federal.

Digo isso porque estamos fazendo um esforço gigantesco para fazer com que essas operações, em vez de ser um prejuízo econômico, social, ambiental e moral para o nosso País, possa se constituir exatamente no seu oposto.

No dia seguinte, liguei para o Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, e ele me disse: “Ministra, dê-me duas semanas para que eu organize a casa. Já fiz aqui uma intervenção, como a senhora fez no Ibama do Mato Grosso e, após esse momento, sentaremos para conversar”, a exemplo do que fizemos e estamos fazendo com o Governo do Pará. Todo esforço que vem sendo feito, ele teve início em janeiro de 2003 e irá até 31 de dezembro de 2006. Mesmo no caso lamentável do assassinato da Irmã Dorothy, em que as pessoas dizem: agora, vem um pacote. Não foi pacote nenhum, o que estava sendo feito continua a ser feito, as reservas que foram criadas, iam ser criadas no dia 20, 25 por aí, nós antecipamos para o dia 18 porque não tinha festa a fazer com aquele assassinato. Então, nós antecipamos a criação, mas ia ser criada dia 20, não há diferença de data, era só uma questão de manejar a oportunidade, é porque já vinha sendo feito. E essa foi a opção do caminho estruturante que eu acabei de mencionar. Isso tem um custo.

E eu vou concluir. Porque, quando saiu o índice de desmatamento, e o Mato Grosso configurava com 48%, muitas pessoas perguntavam: o que vai ser feito no Mato Grosso? E agora, Ministra, o Mato Grosso? E eu não podia dizer o que ia ser feito no Mato Grosso nem o Presidente do Ibama podia dizer o que ia ser feito no Mato Grosso porque a Polícia Federal sempre nos orientou que qualquer coisa que nós disséssemos

e que nós fizéssemos iria estragar o nosso trabalho, porque não se queria pegar um ou dois, são 400 empresas fantasmas envolvidas, 39 funcionários de carreira. Desses 39 funcionários de carreira, 23 ocuparam cargos de confiança em vários Governos. E eu aqui também não estou fazendo nenhuma acusação. O que eu estou dizendo é que a questão de ser correto não é um problema de ser de carreira ou não de carreira, é um problema de caráter, é um problema de caráter. Existem boas pessoas que contribuem com os governos e que não são do quadro e existem excelentes servidores que contribuem com os governos, inclusive eu convidei vários para participar da gestão do Ministério e que dão boas contribuições, gente ruim, como dizia a minha avó, tem em todo canto, e gente boa também tem em todo canto. Essa é a lição que nós estamos tirando desse processo. E, quando nos perguntavam, nós não dizíamos o que ia ser feito, mas sabíamos que ia ser feito. É claro que você tem que pedir muito a Deus serenidade, porque, mesmo tendo sido planejada há 20 meses, ainda as pessoas diziam: após os índices alarmantes, o Governo resolveu fazer a Operação Curupira. Como se isso fosse algo que se conseguisse fazer em um mês, dois meses. É um trabalho estruturante em vários sentidos e, agora, nós estamos transformando numa ação institucional, colocando no papel aquilo que nós já estamos fazendo na prática. E outros aspectos eu gostaria de colocar aqui. Mas, para finalizar mesmo, nós estamos tratando esse problema no âmbito do Programa Amazônia Sustentável, do Programa BR-163 Sustentável, do Plano de Combate ao Desmatamento e do Programa de Desenvolvimento Sustentável para as Populações Tradicionais da Amazônia que têm a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social do Ministro Patrus Ananias. Trabalhar com tantos Ministérios, só na Amazônia, mas hoje nós temos uma agenda com 16 Ministérios num conjunto de 32 grandes ações planejando o meio ambiente nas ações dos outros setores de governo para poder viabilizar uma das nossas diretrizes que é de política ambiental integrada. A nossa política está fulcrada em controle e participação social, em desenvolvimento sustentável, em política ambiental integrada e fortalecimento do sistema nacional de meio ambiente para fazer frente a tudo isso que nós estamos vendo apenas uma parte na questão do desmatamento da Amazônia. E que, se nós formos descer a lente para o cerrado, para a caatinga, para a mata atlântica, para os recursos hídricos, para a biopirataria, que tem um projeto tramitando no Congresso há 13 anos e ainda não foi aprovado, nós vamos ver que o desafio é muito maior do que a Ministra do Meio Ambiente e é uma responsabilidade do

País na qual eu não me furto de estar aqui prestando contas das minhas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PPMDB – TO) – Eu queria agradecer a palavra da Ministra pedir ao Senador Leomar Quintanilha que assuma a presidência desta reunião e estou inscrito para debater depois.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha) – A inscrição de V.Ex<sup>a</sup> será providenciada.

Eu quero agradecer a condução dos trabalhos até então pelo eminente Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na realização conjunta desta audiência pública em decorrência de requerimentos dos eminentes Srs. Senadores Serys Slhessarenko, Siba Machado, de minha própria autoria, e também com a participação da Comissão de Relações Exteriores com a presença do Presidente da Subcomissão da Amazônia, Senador Jefferson Peres.

Nós vamos passar à segunda parte dessa na audiência pública que contou com a presença da eminente Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, nossa querida colega, Marina Silva, e que conta também com a presença do Dr. Cláudio Langoni, Secretário-Executivo do Ministério, Dr. Marcos Barros, Presidente do Ibama, Dr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas, e também Coordenador do Plano de Combate ao Desmatamento; do Dr. Carlos Vidente, assessor especial, e da Assessora Parlamentar, Jaura Rodrigues.

Nós passaremos, então, à participação dos Srs. Senadores.

O primeiro inscrito, autor do requerimento, Senador Siba Machado. Tem V.Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT-AC) – Combinação de tempo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Cinco minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT-AC) – Cinco minutos. O relógio vai avisar, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sem tolerância.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT-AC) – Sem tolerância.

Então, vamos aproveitar bem o tempo.

Em primeiro lugar, eu quero saudar aqui a nossa companheira, Senadora Ministra Marina Silva, o Presidente desta comissão de Meio Ambiente, Senador Leomar Quintanilha, o nosso querido Senador Jefferson Peres, das Relações Exteriores, Presidente



da Subcomissão da Amazônia, o Presidente do Ibama, Marcos Barros, ao João Paulo Capobianco, Secretário de Florestas, demais Srs<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse debate realmente eu tenho, em primeiro lugar, uma alegria em saber que tantas pessoas se preocupam com a Amazônia, isso – eu acho que isso ajuda – mas, de outro lado, a tristeza de saber que quando é para a Amazônia as atenções são únicas. Quando nós falamos das outras responsabilidades ambientais, infelizmente, o mundo inteiro, o Brasil inteiro, parece que não se importa com o que acontece.

Lembrando que o Ministério do Meio Ambiente, no meu entendimento, tem que trabalhar a vegetação de qualquer natureza, a água, o ar, solos, mineração e tudo mais, ou seja, qualidade de vida e dos recursos naturais. Olhando para a cobertura florestal pelo que me consta nós temos nove biomas, campos naturais, manguezais, caatingas, araucárias, cerrado, Mata Atlântica, e Amazônia. Mas, infelizmente, apenas esta última traz tanta atenção. Em termos de conversão, os números não são, digamos assim, os mais eficazes, mas para fazer um quadro comparativo de algumas, o cerrado já perdeu 30% da sua cobertura; araucária, as 99% de agressão; a Mata Atlântica, 93%; o cerrado, 57%; e a Amazônia, 18%, sem contar, ainda, com os manguezais, os demais aqui que não me consta aqui os números.

Ministra Marina Silva, é preciso, em primeiro lugar, parabenizar V.Ex<sup>a</sup> porque a cada dia que passa nesses vinte anos que conheço V.Ex<sup>a</sup>, tem surpreendido a cada instante. Assume o Governo em meio a um tiroteio, de polêmicas, de situação ambígua, de posições as mais diferenciadas, as mais apaixonadas possíveis. Em alguns momentos, eu acho até relegando o verdadeiro ponto que deveria ser tratado esse debate muito apaixonante no Brasil, que são as questões ambientais.

Em alguns momentos, a sociedade brasileira fica dizendo que há uma disputa entre o Governo, entre os que defendem o meio ambiente e coisa parecida.

Já ouvi V. Ex<sup>a</sup> dizendo que uma vez foi criticada porque dentro do Ministério do Meio Ambiente está cheio de pessoas ambientalistas. E a resposta de V. Ex<sup>a</sup> foi a de que como também no Ministério da Educação deverá ter educadores, na Ciência e Tecnologia deverá ter pesquisadores e assim por diante.

Então, diante disso, queria saber se é possível trabalharmos aquilo que é, digamos assim, a linguagem que as pessoas gostam de ouvir. Em termos de número, se o principal produto da Amazônia, em termos vegetais, é a produção madeireira, digamos que consta aqui que, para 2004, foram produzidos vinte e sete mil metros cúbicos de madeira, em toras. O consumo

nacional absorve 70% disso e 30% é para exportação. Porém, a produção certificada é muito pequena ainda, crescente, mas muito pequena.

A primeira pergunta é: qual é o esforço que o Governo brasileiro poderia fazer, em campanha nacional, para, primeiro, qualquer empresa exportadora deste produto obrigatoriamente só exportar com material certificado? Segundo, campanha para o consumidor brasileiro, que é o maior consumidor deste produto, só consumir, e as principais empresas de transformação e comercialização do produto só trabalharem através do material certificado.

A outra: quais são as oportunidades de negócio que o Brasil pode trabalhar através do Tratado de Kyoto, tendo em vista que estamos falando de crescimento mesmo. Então, as pessoas ganharem dinheiro através do Protocolo de Kyoto, tratado agora, não é?

Outra pergunta, Ministra, a respeito da legislação. V. Ex<sup>a</sup> falou umas coisas aqui interessantes. Na legislação quais são outras matérias complementares a este tema, que tramitam no Congresso Nacional, e que poderia, quem sabe, essas Comissões aqui reunidas e seus membros atuarem fortemente para verem a cabo a aprovação dessas matérias?

Por último, a preocupação aqui, para não exagerar no tempo, que nos traz aqui também, os programas já foram citados, mas, como membros da CPMI da Terra, hoje tenho um convencimento de que o desmatamento está ligado não só à questão da corrupção, já muito bem lembrada aqui por V. Ex<sup>a</sup>, mas se há o vínculo com a grilagem, com o narcotráfico e se existem mesmo suspeitas de que o aparato de inteligência dessa grilagem, desse desmatamento está levando também a um conhecimento vasto sobre cartórios, atuação de cartórios na região, sobre a situação de uso de laboratórios...

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Siba, V. Ex<sup>a</sup> tem um minuto para concluir o seu questionamento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – E eu agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, já estou encerrando.

O aparato de inteligência cartórios, a questão de uso de laboratórios de uso de geo-processamento, ou seja, se há pirataria de informações precisas de órgãos como o Impe, o Nasa, ou seja lá quem for, no sentido de fornecimento de informações de imagens de satélites de novas áreas que possam gerar, digamos assim, maior segurança de apropriação indevida e de desmatamento.

Sr. Presidente, para não exagerar no tempo eu gostaria de... Ah! sim, não posso esquecer disso: se V. Ex<sup>a</sup> poderia nos adiantar se o Programa de Amazônia é sustentável, em que pé que anda, em que momento que

ele anda e mais ou menos quais os principais que ele se propõe a atuar no desenvolvimento da região?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para dar mais racionalidade ao trabalho, vamos ouvir um bloco de três Srs. Senadores e aí então ouviremos as respostas da Ministra ou a quem for questionado.

Estão inscritos, nesse primeiro bloco, os Senadores Jonas Pinheiro e Jefferson Péres. Com a palavra então o Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Ministra, Senadora Marina Silva, agradeço à Senadora Serys Slhessarenko por ter me dado a oportunidade, uma vez que tenho que viajar nesse instante para Luís Eduardo Magalhães, onde estamos participando agrishow.

Sr<sup>a</sup> Ministra, parabéns pela apresentação. Concorro com V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo no que se refere ao assunto Ibama/madeireiros. Entendo que foi feita uma limpeza com relação aos madeireiros do Brasil. Falei hoje com o Dr. Marcos, Presidente do Ibama, de disse-lhe: o que faremos com os bons madeireiros, com aqueles que cumpriram a lei, trabalharam conforme determinam as regras do Ibama? Eles estão parados, têm compromissos, têm contratos a cumprir, inclusive contratos de exportação. Eles estão sem condições de trabalhar porque não têm as autorizações devidas.

Esse é o único problema que vejo nessa área dos madeireiros.

Sr<sup>a</sup> Ministra, falam muito no Governador Blairo Maggi. Falam que ele é o estuprador da Amazônia, que ele é o grande vilão da floresta amazônica. A família do Governador Blairo Maggi planta quase 150 mil hectares e nenhum hectare em floresta! Eles plantam tudo em cerrado. É cultura da família plantar em cerrado. Há dez anos que eles não desmatam nada. Hoje eles estão aumentando sua lavoura em cima dessas áreas já desmatadas e sem aproveitamento. O mesmo aconteceu com os 60 mil hectares que arrendou do Sr. Olacyr de Moraes e também, em Tanguro, onde ele comprou uma fazenda que tinha 28 mil hectares de área degradada. Ele usou essa área.

Portanto, não há nenhuma relação do Governo de Mato Grosso com o Governador do Estado de Mato Grosso.

Sr<sup>a</sup> Ministra, antes da Medida Provisória nº 1.511, nós vivíamos sob a égide do Código Florestal de 1956. Muito bem, o Governo Dante de Oliveira, querendo restringir aquilo que se fazia no chamado cerradão ou área de transição (era permitido usar 80% dessas áreas), em 21 de novembro de 1995, portanto anterior à medida provisória, aprovou uma lei, no Estado de

Mato Grosso, que permitia que se usasse 50% dessa área, só 50% e não 80%, como autorizava o Ibama com relação ao cerradão ou área de transição.

O problema da (inaudível) no Mato Grosso, salvo algum problema dos maus, como V. Ex<sup>a</sup> disse, existem os bons e os maus, o problema do Ibama é que a Medida Provisória 2.166 também não mudou essa particularidade do cerrado. A medida provisória diz: 80% na propriedade rural situada nas áreas de florestas localizadas na Amazônia Legal.

Portanto, a intenção de manter aquela lei dos 50% foi porque aqui também não se definiu se era floresta ou cerrado, como disse o nosso Senador, que tem 9 tipos de biomas ativados em floresta, que são os 80% de proteção. Por isso, entendo... e Também, Ministro, o Estado de Mato Grosso, durante esse tempo ou durante este ano, o Governo do Estado de Mato Grosso autorizou 400 mil hectares, que estão legalmente autorizados para desmatamento. Tem 490 mil hectares que foram desmatados ilegalmente e esses foram autuados, foram multados. Existe lá a lavratura dessas infrações, o que vai dar em torno de 77 milhões de reais. Com isso, Sr<sup>a</sup> Ministra, quero dizer que não temos condições de trabalhar nessas áreas aproveitáveis de Mato Grosso sem a devida votação da Medida Provisória 2.166. Acho que a próxima empreitada da Senhora, como Ministra, que conhece muito bem aquela Medida Provisória... Qualquer que seja o resultado da votação dessa medida provisória, ela tem de existir, ela tem de ser votada, porque enquanto não for votada, a Medida Provisória 2.166 não há lei sustentável, não há como sustentar legalmente o que precisamos fazer, seja na mata, seja no cerrado, seja nessa área que está em questão, que é a chamada área do cerradão.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Jonas, tem V. Ex<sup>a</sup> mais um minuto para concluir suas indagações.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sei que o Senhor está sendo bonzinho comigo, mas queria dizer o seguinte: com exceção de Aripuanã, que tem um desmatamento maior, ali é mais em função dos pequenos produtores, de área de assentamento que se proliferou naquela região, o avanço dos produtores que vieram de Rondônia, que invadiram aquela região, os demais municípios, Tapurá, Maringá, Terência, Brasnorte, todos esses municípios estão nessas áreas de transição. Por isso, vamos dar leis para que isso possa ser usado ou punido conforme a aprovação do Congresso Nacional. No mais, parabéns pelo belíssimo trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Na sequência, com a palavra o ilustre Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM)** – Bom-dia. Estou quase afônico, Sr. Presidente. Minhas saudações à minha Colega Marina e ao Dr. Marcos Barros, meu conterrâneo. Mas, Senadora Marina, como todas as pessoas responsáveis da nossa região, estamos chocados com a continuação do processo de desmatamento. Vinte e seis mil quilômetros quadrados concentrados em Mato Grosso e em Rondônia é algo escandaloso, uma Alagoas inteira. Mesmo o Estado do Amazonas, 39% menos, mais 1.000 quilômetros quadrados, 100 mil hectares no Amazonas, 100 mil campos de futebol do nosso patrimônio genético destruídos num ano. É inaceitável, Senadora! As pessoas que estão no poder, e não é o caso de V. Ex<sup>a</sup>, tendem a ser ufanistas e triunfalistas. Ao primeiro sinal de êxito, atribuem às suas políticas, ficam satisfeitas e, logo em seguida, vê-se que aquilo não tem continuidade. V. Ex<sup>a</sup> disse com muita razão que a política em relação à Amazônia, o conjunto de políticas públicas não deve ser uma política de Ministério, mas de Governo, envolvendo todo o Governo. E eu lhe digo mais: tem de ser mais do que isso, uma política de Estado, para que prossiga em todos os governos. Eu vi há sete, oito anos Ministro do Meio Ambiente triunfalista, atribuindo as suas ações à queda do desmatamento, durante dois anos. Sete anos depois, vinte e seis mil quilômetros quadrados. Não quero passar pelo dissabor de ver V. Ex<sup>a</sup> daqui a um ano anunciar que caiu o desmatamento para 24, 23 mil quilômetros quadrados e mais sete anos para ouvir um Ministro anunciar pesaroso que cresceu para 28 mil outra vez. Não pode continuar isso. Ou o Brasil tem um projeto nacional à Amazônia, que seja uma política de estado ou isso vai continuar. Isso é um holocausto ecológico. Temos uma paranóia de que existe uma cobiça dos países ricos que visa a internacionalizar a Amazônia. Mas e a cobiça nacional que está destruindo a Amazônia, Senador. É a cobiça de um pólo de madeiras, de pecuaristas, de sojicultores e num outro pólo a cobiça de funcionários corruptos que está destruindo a Amazônia.

Que coisa paradoxal! Os estrangeiros não tem nada a ver com isso. Daqui a trinta anos de a Amazônia estiver destruída vamos dizer o quê? Que enorme fracasso da Nação brasileira, Ministra. Eu espero, não vou lhe perguntar nada, espero que V. Ex<sup>a</sup> consiga – estou sendo chamado à Comissão de Relações Exteriores -, realmente, isso: começar a montar e deixar em prosseguimento uma política de estado de salvaguarda da Amazônia.

Meus cumprimentos, Ministra.

**A SR<sup>a</sup> MINISTRA MARINA SILVA** – Obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Antes e passar a palavra à Ministra Marina Silva, gostaria de lhe dar uma notícia, que foi autorizado pelo Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, com quem estive há poucos minutos. Ele dizendo com muita alegria que a Embrapa acaba de desenvolver um estudo, um projeto, que estabelece um consórcio da agricultura com a pecuária na Amazônia e que isso propiciará a redução, em 50%, do desmatamento naquela área. Certamente ele trará esse projeto à apreciação de V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra para responder aos questionamentos dos Senadores que se inscreveram e se manifestaram.

**A SR<sup>a</sup> MINISTRA MARINA SILVA** – Bem, em primeiro lugar, as questões levantadas pelo meu colega Senador Sibá Machado, do meu Estado, Senador, eu acho que esse esforço de falar uma linguagem que as pessoas possam entender e, mais do que entender a linguagem, pessoas possam viver essa linguagem. Sempre digo que meio ambiente e desenvolvimento sustentável não é apenas uma teoria, é uma atitude, é um caráter, estou insistindo muito nisso. Já temos uma grande consenso, que chamo às vezes consenso oco, de que todos somos favoráveis à proteção da Amazônia. Isso é um consenso nacional, mas quando vamos decantando esse consenso com ações práticas começamos a verificar que isso ainda não está assimilado nas atitudes, no caráter das pessoas, nos procedimentos dos investidores e até mesmo nos consumidores.

Essa linguagem é um esforço que vem sendo feito ao longo dos últimos vinte anos, mas é também um esforço real que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo aqui. O que mostrar com números, com fatos que é possível fazer diferente. É um exemplo em três dimensões. Eu posso lhe dar: quando chegamos em janeiro de 2003 tínhamos na Amazônia 300 mil hectares de floresta certificada. Vou repetir, 300 mil hectares de floresta certificada. Hoje, já temos 2,5 milhões hectares de floresta certificada.

Se formos colocar em termos percentuais, fica assim uma coisa abissal. Aumentou, enfim, uma décima periódica por cento, exagerando, a área de floresta certificada. Para o potencial do Brasil ainda é muito pouco. Mas como é que se conseguiu isso?

Existem várias ações que vou mencioná-las aqui. Mas uma, as ações sérias de comando e controle. Têm aumentado as grandes operações de fiscalização em 83%, apreendendo 70 mil metros cúbicos de madeira em 2004, 60 mil em 2003, e só agora, no início de 2005, 53 mil metros cúbicos de madeira.

Em todo esse processo, que mencionamos, aqui inibiu a ação dos predadores renitentes que roubam madeira de terra indígena, que fazem grilagem de terra, de unidade de conservação e que, nesse exemplo terrível, inaceitável, que estamos punindo no Estado de Mato Grosso, após esse esforço de 20 meses de trabalho, esses aí ainda não pagam os direitos sociais daqueles que trabalham nas suas “empresas” e praticam o trabalho escravo.

Só em coibir esses, fazemos com que os legais comecem a se estabelecer. Criam-se instrumentos para que eles se estabeleçam, porque eles precisam treinar mão-de-obra. Há custos de produção para fazer manejo, pesquisa, treinar a sua mão-de-obra, contratar com salário decente. Essas pessoas não têm nenhuma chance de se estabelecerem competindo com os ilegais.

Saímos de 300 mil, em 2002, para 1,5 milhões agora e chegaremos ao final do ano com 2,5 milhões de hectares de floresta certificada.

Mas para não ficar apenas na Amazônia, porque o Ministério do Meio Ambiente é responsável pela política florestal brasileira, queria citar aqui alguns dados, em cima da preocupação justa de V. Ex<sup>a</sup>.

Entre 1990 e 2002, a área florestal do Brasil caiu de cerca de 7 milhões de hectares de florestas plantadas para pouco menos de 5 milhões de hectares de florestas plantadas. Em 2002, estávamos colhendo 500 mil hectares de florestas plantadas, pouco mais de 320 mil, o quadro era de um apagão florestal em curso.

Já na primeira semana já da minha posse no Ministério do Meio Ambiente, tive que ir para uma reunião no Palácio do Planalto com o setor florestal, o setor de silvicultura do País, e com o Presidente Lula, falando do apagão florestal que estava em curso no País. E foi nesse quadro que a Secretaria de Biodiversidade e Floresta, através da sua Diretoria de Florestas, o Secretário João Paulo Capobianco e do Diretor Tasso, e as ações do Ibama, da sua Diretoria de Florestas, encontramos, com o desafio de como não permitir um apagão florestal.

Era a Dilma combatendo o apagão de um lado, e eu o apagão florestal do outro.

Definimos uma agenda de trabalho, orientada para atingir a meta de ampliar a área do plantio anual de 320 mil hectares para 500 mil hectares até 2007. Essa foi a meta que nos comprometemos.

Esse processo iria dar ênfase à recuperação de área já degradada e a ampliação da participação de pequenos produtores. Inclusive, foi esse um desafio que o Presidente Lula colocou aos grandes produtores, para que eles envolvessem também os pequenos

produtores, a fim de que pudéssemos gerar oportunidade de vida para essas pessoas.

O trabalho que foi feito foi no sentido de criarmos três novas linhas de crédito para atividade florestal e adaptamos as regras das outras duas já existentes. Como resultado, a tomada de crédito subiu de 2 bilhões em 2002, para o setor florestal, para mais de 20 milhões em 2004, e deverá chegar a 50 milhões em 2005, com uma projeção de 100 milhões para 2006. Vou repetir: em 2002, eram 2 milhões destinados ao setor florestal. O setor florestal representa 4% do produto interno bruto do País. Aí, eu quero dizer que, quando nós assumimos também, eu disse: nós não vamos ficar apenas dizendo que não pode, nós vamos construir o “como pode” da forma correta. E o bom de tudo isso é que, quando você tem um grupo de pessoas que sabe o que quer na agenda ambiental e sabe o que quer na agenda de desenvolvimento sustentável, você não tem medo de fazer os investimentos da forma correta, porque eu tenho certeza de que o setor, quando foi ao Presidente Lula, estava um pouco temeroso: pôxa, o Lula botou agora a Marina para cuidar da gente, né. Vai ser muito difícil, em vez de aumentar o crédito, ela deve é dar um jeitinho de diminuir o crédito. E a gente fez um trabalho dentro do Conselho Nacional do Programa de Floresta, o Conaflor, envolvendo todos os setores, pesquisadores, ONGs, comunitários, empresários, todos os segmentos. Uma coisa importante também é não ter medo de conversar com ninguém, certo, e, claro, aí, você encaminha aquilo que é o correto do ponto de vista do interesse público. Esse dado, ele é relevante porque nós também ampliamos a assistência técnica que, até 2002, não existia, assistência técnica para o setor florestal e, em 2003, nós já atingimos 8 mil produtores, em 2005, chegaremos a 15 mil famílias com assistência técnica. E isso não significou que nós tivemos que contratar técnico, fizemos um trabalho na nossa política ambiental integrada, ou seja, aumentamos o nosso PIB ambiental no Ministério dos colegas, treinando o pessoal do Rosseto, buscando também o pessoal do Ministério da Agricultura, porque, se eles dão assistência técnica para a agricultura, são treinados para a economia florestal e, com isso, a gente consegue otimizar os recursos do Poder Público tanto em termos econômicos quanto dos recursos humanos. E uma série de outras conquistas que nós achamos que o setor florestal brasileiro, com aprovação, agora, do prédio de gestão de floresta pública, a criação do serviço florestal brasileiro e o fundo que também está no projeto para o fomento, a atividade florestal, e para as ações de controle e fiscalização porque o fundo não é apenas destinado para o fomento, mas também para dar condição do Ibama fazer a fiscalização, aprovar



corretamente os planos de manejo, controlar isso no âmbito dos programas que nós estamos implementando. Então, essa linguagem, ela está sendo traduzida numa nova atitude, por parte das políticas públicas, por parte dos investidores, que eu quero fazer justiça: quando você se refere ao setor florestal, não se está fazendo generalizações de que todas as pessoas estão na ilegalidade, de que estão fazendo grilagem. Existem aqueles que, graças a Deus, estão na vanguarda do processo, fazendo manejo, pagando direitos trabalhistas, usando mão-de-obra qualificada, investindo em pesquisa, buscando crédito para os seus investimentos, e alguns até com madeira já certificada.

De sorte que o setor florestal brasileiro tem, de um lado, a vanguarda, no meio, uma grande quantidade que fica entre essa vanguarda e a ilegalidade renitente. Ilegalidade renitente é uma forma generosa de se referir aos 400 ilegais, empresas de fachada que nós acabamos de colocar as mãos, com a Polícia Federal, no Mato Grosso, que vende a TPF, que fraudava o processo, esses aí. Mas nós estamos criando um caminho que é da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Em relação ao Protocolo de Kyoto, floresta nativa não faz parte do Protocolo. Então é uma discussão que nós estamos reabrindo agora visando...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Só para tirar uma dúvida. É que me disseram que a se a floresta for manejada aí poderia. Se isso é permitido.

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – Só o plantio.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Só o plantio. Por enquanto, mas visando, enfim, a segunda fase do Protocolo, não é, nós estamos abrindo uma discussão complexa dentro do Governo, que vem desde o processo anterior, em que os vários setores do MCT, nós e o Ministério das Relações Exteriores estamos fazendo esse debate para que as nossas florestas possam contar também com um mecanismo de desenvolvimento limpo.

Acho que em termos mais de perguntas específicas. O Senador Jonas Pinheiro fez algumas perguntas, mas ele não está aqui, eu não sei se... mas acho que valeria a pena responder.

**O SR. PRESIDENTE PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Acho que seria importante responder, Ministra.

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – Ah, o Senador Sibá Machado perguntou também, o João Paulo me lembra aqui, quais projetos estão tramitando na Casa.

Nós temos tramitando na Casa um importantíssimo projeto que tem o objetivo de proteger e dar uti-

lização sustentável para o que ainda resta dos 7% da nossa Mata Atlântica. Esse é um projeto de autoria do Deputado Fábio Feldman que está tramitando no Congresso há treze anos. Ele foi aprovado num acordo na Câmara dos Deputados e ele está agora no Senado. E eu sei que esta Casa da mesma forma que aprovou ontem a Medida Provisória que é tão importante para a proteção dos nossos biomas também irá aprovar o Projeto de Lei que protege a Mata Atlântica. E o apelo que faço é de que a gente possa fazê-lo chegar o mais rápido possível à Comissão de Meio-Ambiente, que a gente faça uma audiência pública e que o projeto possa ser votado no mérito no plenário.

E ainda teremos, chegará em breve o Projeto de Gestão de Florestas Públicas que esta Casa também vai estar, enfim, deliberando sobre ele.

O Senador Jonas Pinheiro fez aqui uma afirmação em relação ao Governador Blairo. Não se trata aqui de falar do Governador enquanto proprietário. Como proprietário ele, enfim, está sujeito às leis como qualquer proprietário. O que está em curso e o que eu me referi é o que o Brasil espera e todos nós de que esse processo lamentável do Mato Grosso se constitua num outro paradigma para a dinâmica do desenvolvimento do Mato Grosso. E o que eu posso dizer é que o Governador disse que fez uma intervenção na FEMA, que teve inclusive o seu Secretário de Meio-Ambiente também preso nessa operação Curupira, que ele fez uma intervenção e de que ele daqui a alguns dias, duas semanas, há época ele falou, um pouco mais do que isso, viria para conversar, ara que pudéssemos fazer uma ação conjunta no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento do Governo Federal.

A polêmica em relação aos Municípios tem a ver com a questão da zona de transição, em que o Governo Federal estabelece que é 80% e uma lei estadual dizia que era 50%. Os Estados não podem criar lei flexibilizando a lei maior. Eles podem ser mais rigorosos, mas mais flexíveis não podem. E com isso se entrou com uma ação civil pública contra o Estado do Mato Grosso e não à pessoa, certo é à instituição Estado, além dos outros desdobramentos que teremos nos âmbitos dessas responsabilidades. Mas que isso não nos impeça de uma agenda pró-ativa no que concerne a buscarmos os caminhos da sustentabilidade. Para o setor madeireiro estamos buscando, para a pecuária, no lugar da pecuária extensiva a pecuária intensiva como coloca muito bem a Embrapa. Temos um pesquisador inclusive do Acre, o Judson que acho que uma das maiores autoridades nesse assunto e a produção de grãos, em base sustentáveis também, porque isso é estrategicamente bom para nossa economia agrícola. As pessoas não querem comprar ape-

nas grãos, elas querem comprar valores, elas querem comprar desenvolvimento com qualidade ambiental, social, etc, e é este o esforço que estaremos fazendo conjuntamente.

Senador Jefferson Péres não fez nenhuma pergunta e o número que ele apresentou, que é lamentável, o Governo Federal não minimiza em nada esse número. Perseguir as políticas estruturantes foi a opção do Presidente Lula e que este Ministério tem seguido, em que pese não ser uma decisão fácil, mas não poderia ser diferente, porque é uma oportunidade de estar pensando não a política para um governo, mas a política para o nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB –TO) – Podemos passar para o próximo bloco de Senadores inscritos, Ministra.

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB –TO) – Senadores Ana Júlia Carepa, Serys Slhessa-renko e Sérgio Guerra.

Com a palavra, a Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Quero cumprimentar a nossa colega, Senadora Ministra Marina, João Paulo Capobianco, pelo trabalho que tem sido feito e a figura admirável que é a nossa Ministra, que faz aqui o reconhecimento, como fez, inclusive, de ações feitas em governos anteriores e da positividade dessas ações, mas também compreendendo que, por serem ações, como foi dito, de ação e controle, elas têm um limite e há a necessidade de ações estruturantes.

Vou, Ministra, dizer o quanto fico impressionada de como um setor da imprensa trata de forma míope essa questão do desmatamento, quer dizer, o próprio Estado do Pará, que aqui foi colocado: o Estado do Pará vem diminuindo ao longo dos últimos anos, quer dizer, só houve, na verdade, um crescimento do desmatamento em dois Estados da Amazônia, mas se faz um estardalhaço em relação a isso, e eu também para ser justa quero dizer, como a Ministra já registrou, que esse é um esforço que tem, sim, a participação do governo do Estado.

Todos sabem que eu faço oposição, mas faço uma oposição responsável e reconheço aquilo que é positivo, e o governo do Estado tem contribuído, com certeza, com essa diminuição do desmatamento no Estado do Pará, como foi apresentado. Era antes o campeão e, hoje, pelo contrário. O próprio governo do Estado enviou para a Assembléia Legislativa um projeto de macrozoneamento econômico-ecológico, que já foi aprovado.

Então, as ações do Estado, com certeza, têm contribuído junto com as ações do Ministério para isso.

Mas quero falar sobre uma questão muito importante. Existe um requerimento meu, que já foi aprovado, que é sobre o Plano Amazônia Sustentável, mas que, na verdade, a Ministra já falou disso aqui e das diversas ações que já estão sendo realidade na prática.

Creio que uma ação estruturante – e aí minha preocupação –, uma das ações estruturantes mais importantes, porque atinge o pequeno produtor principalmente, a agricultura familiar, é Safra Legal. Entre aqueles que a Ministra já aqui apresentou, os de boa-fé, os que se preocupam com projetos como o de gestão de floresta e aqueles que são absolutamente contrários, porque não querem realmente esse ambiente de legalidade, não querem esse ambiente de desenvolvimento sustentável, não querem um ambiente, inclusive, que façam parceria com a agricultura familiar, preferem como era anteriormente.

Portanto, preocupo-me ao ver ações que têm vindo de algum setor da imprensa para tentar desmoralizar um dos processos mais importantes e mais interessantes, que é o Safra Legal, cuja base legal não foi nem colocada nessa administração, mas é um normativo ainda do ano de 2001 que permitiu.

Tenho em mão – e pretendo falar sobre isso – de um trabalho de pesquisadores da Universidade Federal Rural da Amazônia, do Centro Internacional de Pesquisa Florestal – Cifor, que tem um convênio com a Embrapa, e da Fundação Viver, Produzir, Preservar, que faz uma análise “forjando processos produtivos equitativos na Amazônia, lições da iniciativa Safra Legal, um acordo entre movimento social, madeireiros e instituições do governo para a extração de madeiras, diárias de assentamentos na Transamazônica, Pará, Brasil”. E há a tentativa de se acusar de forma irresponsável, incoseqüente, pessoas do PT, em relação ao processo do Safra Legal. Sabemos que o Presidente do Ibama já esteve na CPI da Biopirataria e disse como foi realizado de forma legal, com falhas naturais de ocorrerem.

Vou falar das conclusões desse trabalho, que aponta claramente:

Com razões dos atores envolvidos diretamente na iniciativa Safra Legal, avalio como delicadas as implicações técnicas, jurídicas, éticas e políticas, em um acordo desse tipo. É alto risco da iniciativa ser desvirtuada ao longo do processo ou de não conseguir ter continuidade. No entanto, as dificuldades imediatas – porque foi um plano piloto o de 2004 – não deve impedir que avanços conjunturais sejam reivindicados. São ações estruturantes.

É importante reconhecer o mérito desse ensaio de aproximação entre setores sociais historicamente conflitantes, em busca de estratégias de benefícios par-

tilhados. O Safra Legal é uma articulação localmente estabelecida para manter as atividades do setor madeireiro, enquanto beneficia as famílias assentadas.

A iniciativa conta com o apoio das agências do governo, através de suas estratégias de promover o desenvolvimento local de longo prazo.

Ministra, a minha preocupação é que o Safra Legal é uma iniciativa positiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu pediria a V. Exª que concluísse suas indagações.

**A SRª ANA JULIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – E eu vi na imprensa – e aí vai uma pergunta – que estaria sendo cortado recurso contingenciado para o Safra Legal neste ano de 2005. Fico muito preocupada com isso porque, até 2002, a prática era o madeireiro trocar por madeira simplesmente por abrir uma estrada. Não havia compromisso de se conservar ou sequer de pagar o assentado. Agora, não. Faz-se uma ação de forma estruturante. Depois vou passar uma cópia desse trabalho.

Concluo dizendo que o Safra Legal foi uma experiência relevante, principalmente como demonstrativa de limites estruturais que dificultam as intenções de se promover a legalidade a curto prazo nesse setor, como primeira iniciativa de organização de uma iniciativa permeada de vícios e irregularidades, o Safra Legal pretende iniciar o controle sobre a relação empresa/assentado, buscando a mediação de suas organizações representativas.

Portanto, isso não é trabalho de um órgão do governo, mas são técnicos, são pesquisadores de entidades não-governamentais e de universidades.

Faço o registro dessas irresponsabilidades em consequência de acusações...

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu pediria a V. Exª que concluísse suas indagações.

**A SRª ANA JULIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – ...Gostaria de fazer outra pergunta, Ministra. Tenho como absolutamente injusta a prisão de uma pessoa em relação ao Curupira, que é o Diretor Hummel. Foi uma das maiores injustiças ocorridas. Já tivemos oportunidade de me pronunciar, como a Senadora Serys. A minha preocupação é que uma ação estruturante importante como o Safra Legal esteja sendo combatida exatamente por aqueles setores que foram a audiência pública no Estado do Pará defender idéias contra o projeto de gestão de florestas.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessa-renko.

**A SRª SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT)

– Antes de qualquer saudação, eu gostaria, para aproveitar o tempo, de dizer que ontem eu me manifestei, Srª Ministra, na tribuna do Senado, com apartes da Senadora Ana Júlia, do Presidente Sarney, do Senador Sibá Machado em defesa do Sr. Romeu, que realmente, desde o momento em que ele sofreu a prisão, já me posicionei, como a Senadora Ana Júlia Carepa também. Felizmente, fomos contempladas mesmo. Para mim, é uma contemplação quando a pessoa tem realmente reconhecida sua inocência e já a estávamos defendendo muito antes. Por isso, fazemos questão de fazer esse registro.

Iniciando, saúdo a nossa Ministra, a quem não vou tecer todos os comentários que eu gostaria. Porém, vou usar os cinco minutos ou muito mais, com certeza. Essa é uma grande mulher, que vem fazendo um trabalho ímpar, como todos achamos, de acordo com o Senador Leomar Quintanilha.

Srª Ministra, eu teria muitas questões a colocar, principalmente sendo Senadora pelo Estado do Mato Grosso, com todas aquelas dificuldades que estamos vivendo. É claro que só temos de louvar a operação que lá aconteceu. Infelizmente, ela pegou, inclusive, pessoas do nosso Partido, no que não vemos nenhum problema. Ao contrário, dissemos, o tempo inteiro, que aqueles que têm culpa têm de ser punidos, seja quem for, da coloração partidária que for.

O Senador Leomar Quintanilha já está me olhando. As mulheres falam pouco, Senador. Há muitos homens aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – São as atribuições da Presidência. Tenho que controlar o tempo, pois há outros Senadores inscritos.

**A SRª SERYS SLHESSARENKO** (PT – MT)

– Com certeza.

Srª Ministra, V. Exª deixou bem claro – tentei até escrever para ser mais sintética – que a legislação tem de não só existir, como ser implementada – o que todo sabemos ser óbvio – por todas as instâncias de Governo, federal, estadual e municipais. Em Mato Grosso, o Governo estadual tem feito a sua parte?

Há várias declarações de entidades de Mato Grosso, apoiando e dizendo que o Governador não tem culpa no cartório e que o desmatamento autorizado, pelo menos, a parte que compete ao Governo do Estado, a Fema, tem sido feito só em cerrado. V. Exª concorda com isso? O desmatamento não é feito em floresta? Não sei se V. Exª tem esses dados de ponta e de plano. Tenho tido embates muito grandes lá por conta de termos a convicção de que esses desmata-

mentos estão acontecendo em floresta também. E é dito que não.

Quanto à história também de que o Governador Blairo Maggi planta 150 hectares de terras só em cerrado, não estou preocupada com o quanto ele planta, não estou preocupada por ele ser o maior exportador de soja individual do mundo – não é do Brasil, é do mundo. Também não estou preocupada com isso. Estou preocupada com a política dele de preservação do meio ambiente lá. Gostaria que ele estivesse aqui. Aliás, ele vem aqui para eu lhe perguntar quantas ações ele já fez, no Mato Grosso realmente em defesa do meio ambiente. Essa pergunta é para ele e não para V. Ex<sup>a</sup>.

Sr<sup>a</sup> Ministra, fiquei satisfeita com suas colocações. Infelizmente, tive de sair em alguns momentos. Certamente, V. Ex<sup>a</sup> até já respondeu a algumas questões que estou colocando.

V. Ex<sup>a</sup> se pronunciou sobre o trabalho integrado entre os vários Ministérios. Isso é fundamental. Uma das questões determinantes – pelo menos, vejo assim no meu Estado do Mato Grosso – são aquelas terras apropriadas de forma absolutamente irregular pelos grileiros, que desmatam para valer, achando que, desmatando, eles asseguram a posse. Mais de três milhões de hectares estão nas mãos de pessoas de forma absolutamente irregular. Agora, estão vendo medidas sérias do nosso Governo, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de retomada dessas terras. Com medo de que essas terras sejam retomadas, eles estão desmatando de qualquer jeito e não o fazem nem para exportar madeira nem para vendê-la, mas para queimar a madeira, para dizer que a terra está sendo produtiva, no sentido de ocupada para valer. Como fazer esse controle? Isso é muito difícil. Quando se está transportando a madeira... Mas, quando se está tentando fazer esse tipo de coisa, fica mais difícil.

Por último, em Mato Grosso, após a faxina – não vou falar dela porque o tempo urge –, que tratamento deve ser dado – e essa pergunta já foi, mais ou menos, feita... que tenho sido muito cobrada dos madeireiros que trabalham dentro da regularidade. Tenho dito que está difícil de fazer essa coisa de imediato, que teve de dar uma pausa, etc., que trabalham dentro da regularidade. Aqueles que então dentro da irregularidade quero mais é que tenham punição de todo jeito e tamanho. Agora, aqueles que estavam dentro da regularidade, principalmente pensando, Sr<sup>a</sup> Ministra, e eu também não quero a resposta agora, porque sei que é uma coisa complexa, difícil, mas que se busque alguma solução para aqueles que estavam dentro da regularidade, com vistas à preocupação que temos do desemprego dos pequeninhos que estão traba-

lhando lá. Em Mato Grosso, por aquele sertão adentro, aquelas pessoas que estão dentro da regularidade, são milhares e milhares de trabalhadores que estão sem saída, absolutamente, no meio da floresta e vão comer o quê? Porque nosso estômago não aguenta dois, três dias, imagine 30 ou 60 dias. Não sei. Eu até pensava aqui: como temos em Mato Grosso problema da piracema, que tem um salário que segura os pequeninhos por uma entressafra, não sei o que pode ser feito nessa entressafra da madeira, preocupada sempre, digo aqui, só com aqueles que estão dentro da regularidade. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador João Capiberibe

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Ministra, devo dizer que quase todos aqui temos uma identidade, somos ribeirinhos, não é, desde as cabeceiras do rio e por isso a responsabilidade da Ministra é maior porque S. Ex<sup>a</sup> tem que cuidar bem das cabeceiras para que não soframos aqui na foz. Quero dizer que admiro muito o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> desenvolve à frente do Ministério, mas que V. Ex<sup>a</sup> também é vítima das contradições das políticas de Governo. Pedi um levantamento do Banco da Amazônia S/A (Basa) e do Banco do Brasil para que me informassem sobre os créditos realizados de 1998 a 2004, e a surpresa que tive é que foram financiados 1 bilhão e 400 milhões de reais neste período e estes financiamentos foram destinados à conversão de florestas, e tirando Mato Grosso. Foi 1 bilhão e 400 milhões de reais sem o Mato Grosso. Praticamente todo esse recurso foi destinado à conversão de floresta em pasto ou monocultura e desse total apenas 18 milhões de reais foram destinados a manejo de açai, pouco menos para o cultivo de cupuaçu e 12 milhões de reais para reflorestamento.

Essa é uma contradição que precisa ser resolvida, porque o Governo de um lado busca monitorar, fiscalizar e reprimir a destruição do patrimônio ambiental, da floresta e de outro lado, incentiva, e isso é histórico. Isso já vem de muitos anos. Fiz uma proposta, entrei aqui no Senado Federal com um projeto de lei, definindo uma aplicação de 50% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que é um recurso público, é dinheiro do contribuinte, que se coloca nas mãos do Banco da Amazônia, para que 50% seja destinado à aplicação em projetos que busquem adensar a cadeia produtiva de espécies animal e vegetal da biodiversidade amazônica; financiar a cadeia produtiva da floresta desde o manejo até a produção de móveis, a indústria moveleira; financiar serviços ambientais, enfim, e 10% desse valor deve ser aplicado em pesquisa. Acho que temos pouquíssimos



mos recursos para pesquisa na Amazônia, então 10% seriam aplicados em pesquisa.

Eu gostaria de consultar à Ministra se teríamos apoio para esse projeto, para que ele tramite aqui e possamos enfim destinar algum recurso para outro modelo. Nosso problema é de modelo de desenvolvimento da Amazônia. Então, é necessário que haja crédito, haja pesquisa, haja assistência técnica, como têm outros produtos, como a soja, temos pesquisa, temos crédito, tudo. Agora, para os produtos da Amazônia não há política, então essa é uma questão.

A outra, eu gostaria de sugerir no projeto de concessão florestal, que acho que é importante dar um destino econômico à floresta, que haja a divulgação, Ministra, em tempo real, de todo o processo de manejo, desde o inventário florestal, até o consumidor. Hoje, temos a informática e a rede mundial de computadores, que pode nos permitir o absoluto acompanhamento desses projetos. Todas as vezes em que for aprovado um projeto, que isso seja divulgado em tempo real.

São essas as sugestões, porque me assusta ver se faz um esforço monumental quando sai que os índices de reflorestamento cresceram. Então, nós temos que realmente mudar o modelo de desenvolvimento, para reduzir essas contradições, tentar, pelo menos, empatar o jogo, destinando algum recurso para isso.

Finalmente, o setor florestal contribui com 4% do PIB, conforme V. Ex<sup>a</sup> acabou de nos informar e, em 2002, tinha R\$2 milhões de crédito. O que significa que o destino da floresta era sua completa destruição, pelos dados que estão aqui.

Era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Meus cumprimentos ao Senador Capiberibe pelo cumprimento do tempo regimental.

Com a palavra a Ministra Marina Silva.

**A SR<sup>a</sup> MINISTRA MARINA SILVA** – Foi preciso, não fez a curva do rio na fala, no discurso. Porque a curva demora, não é Capiberibe? Nós, amazônidas fazemos a curva do rio.

Vou colocar alguns aspectos aqui, depois vou pedir para o Dr. João Paulo colocar como foi a estruturação do processo Safra Legal.

Primeiramente, quero mencionar que o trabalho feito pela Polícia Federal foi operoso e eu o acompanhei. As pessoas que foram incluídas na noite da operação, inclusive o Diretor do Ibama, o que eu fiz foi afastá-lo, ele é um funcionário de carreira convidado pelo Dr. Marcos Barros, pela experiência que tem e pelo testemunho de que gozava e goza de seus colegas e do próprio professor Marcos Barros, que o conhecia de muitos anos e que, e fato, no caso do Dr. Hummel, foi uma surpresa para todo mundo quando ele apareceu

na lista. A Polícia Federal não indicou sua prisão pelas investigações que fez, mas o Sr. Juiz colocou o pedido da sua prisão. Como resultado, o próprio Procurador pediu que ele fosse solto. Para não ser injusta nem fazer como Pilatos, lavando a mão com o sangue desse justo, o que eu poderia fazer, mediante meus princípios de justiça, seria afastá-lo e instaurar um processo administrativo disciplinar para que ele possa, no âmbito desse PAD, fazer a sua defesa.

Nós ainda estamos aguardando o relatório que deu base ao Procurador para pedir a prisão do Dr. Hummel. Com isso, não estou acusando nem inocentando, estou aguardando as informações que, segundo consta do meu jurídico, ainda não chegaram às nossas mãos. É possível que possa ter chegado agora.

De sorte que o esforço feito no âmbito da operação, em justiça, tem que ser necessariamente reparada no âmbito da própria Justiça. A operação não se encerra com as prisões temporárias nem é apenas um passo. Ela estabelece uma série de outras conexões, por isso, estamos fazendo o convênio arribação(?). A Polícia Federal trabalha com prioridades e focos. O foco é sempre sistêmico, o que vai atacar as vértebras do processo e não ficar numa costela ou em outra. Esse tem sido o trabalho de inteligência que está se fazendo. É claro que para a instituição pública Ibama não é fácil cortar a própria carne, mas a decisão do Presidente – como infectologista que é – foi de tirar todos os tumores infectados e trabalhar estruturalmente para que novos não surjam. De sorte que é um trabalho que deve ser feito com muito cuidado, para não ocorrer com o Ibama o que ocorreu com a Sudam – jogou-se a criança junto com a água do banho. Nesse caso, tivemos todo o cuidado para que o Ibama, como instituição, e seus servidores de bem sejam tratados adequadamente.

Menciono também que o Ministério do Meio Ambiente vem fazendo um trabalho no âmbito do plano de combate ao desmatamento, e o Governo do Estado do Mato Grosso, até pelos índices, tem problemas estruturantes na implementação das suas ações. Eles dão licença para propriedades acima de 300 hectares, e o Ibama, mesmo com os problemas que hoje são de conhecimento público, dá licença abaixo de 300 hectares. Nas propriedades acima de 300 hectares, houve um aumento significativo do desmatamento. Nas propriedades abaixo de 300 hectares, houve uma diminuição importante do desmatamento. Então, esses dados serão tratados no âmbito dessa intervenção feita pelo Sr. Governador e por nós do Governo Federal, para reposicionar as ações no Mato Grosso, até porque o Estado conta com o maior investimento do Governo Federal para o seu sistema de monitoramento e a es-

truturação de seu órgão ambiental, o que deveria ser um paradigma para os outros Estados da Amazônia. Toda essa reavaliação está sendo feita pelo Governo Federal e também – tenho certeza – pelo Governo do Estado.

Uma questão é certa: punindo os culpados e continuando as investigações, não há nenhum interesse político do Ministério do Meio Ambiente de satanizar, de “vilanizar” ninguém; e também não há nenhum interesse de sacralizar ninguém. O que estamos fazendo é exatamente esse trabalho em benefício de uma política estruturante para o setor ambiental, fazendo essa ponte entre desenvolvimento e preservação ambiental.

Quanto ao Programa Safra Legal, pedirei ao Secretário de Biodiversidade e Floresta que faça uma exposição, demonstrando a base legal que o Incra, o Ibama, os produtores florestais e os assentados usaram e sobre a qual construíram esse programa, e que ressalte, nesta Casa, que temos encaminhado à Polícia Federal todas as denúncias que têm circulado nos meios de comunicação e até mesmo as denúncias apócrifas que chegam, para que, nas investigações em curso no País, essas denúncias tenham – digamos assim – uma priorização. Digo “em curso”, porque o trabalho que estamos realizando não iniciou agora, mas no começo desta gestão em relação às regiões mais críticas da Amazônia: no Estado de Rondônia; no Estado do Pará, com a Operação Faroeste; agora no Mato Grosso, com a operação Curupira, que também atingiu novamente o Estado do Pará. Portanto, esse processo vem ao longo do tempo.

Estamos encaminhando todas as providências que podem ser tomadas, inclusive investigação da Polícia Federal, assim como aquelas que tomamos ao recebermos a denúncia, em fevereiro de 2005, de que havia uso de adesivos de produtores optantes. Quando chegou essa denúncia, fizemos todo o acompanhamento de campo. Primeiramente, destinamos uma equipe para verificar a denúncia. Foi constatado que estava havendo irregularidades, e, em seguida, foi feita uma operação que culminou com a apreensão de 37 mil metros cúbicos de madeira.

Sendo assim, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama agiram com total isenção nesse processo, cumprindo com as suas atribuições, e as denúncias estão sendo investigadas pela Polícia Federal. Porém, pedirei ao Secretário João Paulo Capobianco que faça uma apresentação da estrutura do Programa Safra Legal e explique o motivo pelo qual o Incra, Ibama e os próprios produtores de bem, que não lançaram mão de subterfúgios, e os produtores estão interessados em que o Programa não venha a ser deturpado e que al-

guns segmentos não venham a criar confusão, fazendo a política do gambá – como dizia o Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Só peço ao Dr. João Paulo Capobianco que corte as curvas do rio, ou seja, seja bastante objetivo na sua exposição.

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – Ele precisará de uma boa licença e de um bom plano de estudo de impacto ambiental para poder cortar as curvas do rio.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Como sou paulista, Srª Senadora, ou seja, de um Estado onde retificaram o Rio Pinheiros e o Rio Tietê, eu vou direto. O duro é que acelera muito e, às vezes, acarreta problema de enchente. Mas espero não causar nenhuma enchente.

Essa questão é muito importante, porque o Safra Legal é a denominação dada a um processo estabelecido em 2004 para viabilizar o aproveitamento legal de madeira proveniente de desmatamentos de até três hectares em projetos de assentamento na região da Altamira.

Portanto, foi um processo no sentido de viabilizar o bom uso de recursos florestais, cuja previsão legal já existia, mas que não vinham sendo tratados de forma adequada. Ele está baseado no Código Florestal, que disciplina o uso desses recursos, numa instrução normativa bem colocada de 2002 – portanto, do Governo anterior –, que determinava como autorizar o aproveitamento, o desmatamento e o uso de madeira em áreas de até três hectares de assentamento, e, ainda, num termo de ajustamento de conduta entre o Incra e o Ibama – um TAC –, regularizando os assentamentos na região de Altamira que poderiam participar desse processo.

Por que esse processo é importante? É algo muito significativo. A região abrangida por esse projeto envolve Santarém, Anapu, Placas, Rurópolis, Uruará, Altamira e Itaituba, que o nosso Senador Flexa Ribeiro conhece tão bem. Nesses Municípios, há 121 empresas madeireiras operando na legalidade – as ilegais foram fechadas e banidas –, gerando 5.957 empregos e produzindo anualmente em torno de 735 mil metros cúbicos de madeira, o que acarreta um faturamento de US\$73 milhões/ano. Portanto, é um setor que vem operando

Esse setor sofreu um impacto muito grande em virtude das medidas adotadas pelo Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento, que, a partir de 2003, cancelou qualquer autorização de manejo em terra pública, que era feito nos Governos anteriores, por não ter base legal, e instalou um processo de fiscalização extremamente ativo na região.

Esse fato gerou um déficit bastante grande na oferta de madeira, porque, de fato, a fiscalização está funcionando. Essa situação provocou um conjunto de problemas na região e o próprio Senador Flexa Ribeiro participou de uma audiência conosco neste ano, extremamente tensa, em que as empresas sérias – que existem, operando na área – diziam que não tinham como operar. O destino seria fechar e mudar-se do local.

Então, como poderíamos, com base na lei em vigor – seria um tipo de uso ilegal de nenhum dispositivo – dar um atendimento a esse setor? O Safra Legal surgiu nesse contexto, porque junta o interesse do poder público de oferecer condições de ofertas de trabalho e renda, o interesse dos assentados, que precisam operar nas suas áreas – e têm amparo legal para isso – e o do setor madeireiro, correto e legitimamente colocado, que também precisava de oferta de madeira.

Portanto, o Safra Legal foi feito nesse sentido. Ele iniciou a sua operação em abril de 2004, com levantamento de todos os assentamentos passíveis de serem considerados, e concluiu a partir de outubro com as autorizações efetivas para que fossem realizados desmatamentos nessas áreas.

Para se ter uma idéia da complexidade do processo, do ponto de vista de potencial de legalidade, foram identificados, pelo Incra, pelo Ibama e pelos assentados, 3.094 lotes, que poderiam ser beneficiados por essa norma existente desde 2002.

No entanto, em função das análises ambientais e das restrições entre Ibama e Incra, concluiu-se que, desses três mil em 1994, apenas 2.700 poderiam, de fato, dar entrada nos pedidos. Eles deram entrada, mas apenas 1.600 – portanto, apenas metade daquilo que havia de potencialmente passível de obter esse benefício – adquiriram, de fato, a autorização, porque tive de cumprir outras exigências que não estavam devidamente cumpridas. Portanto, o processo de seleção foi extremamente rigoroso e gerou uma oferta de madeira em bases legais que pôde minimizar os impactos na região enquanto não aprovamos o Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, que deverá solucionar de forma definitiva esse problema na região.

Como o José disse, identificou-se que, no processo de aplicação disso, houve problemas, denúncias, alguns desvios e, então, o Ibama, ao tomar conhecimento disso, imediatamente elaborou um processo de investigação e de autuação que levou à apreensão de 37 mil m<sup>3</sup> em Anapu, uma das regiões onde se implementou esse projeto.

Portanto, é um processo totalmente legal, importante, que o Governo manterá, corrigindo eventuais problemas de algumas fugas do sistema de que alguns se utilizaram, porque ele garante o atendimento

de interesses dos assentados, do setor de produção de madeira legal e, ao mesmo tempo, sob o controle do Ibama e do Incra, que são os órgãos responsáveis pelo processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Dr. Capobianco.

A Ministra gostaria de tecer alguma consideração?

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – O Senador João Capiberibe havia feito algumas questões que eu acabei olvidando na minha fala, quando S. Exª disse que deveria haver transparência em relação ao plano de manejo. E, como eu sei que é interesse desta Casa, saliento que estamos trabalhando a aprovação do Projeto de Gestão de Florestas Públicas, o qual vai possibilitar essa transparência.

Uma coisa importante – só um pequeno parêntese – é que às vezes se fala do Projeto de Gestão de Florestas Públicas como se fosse a Amazônia inteira. É para apenas 3% da Amazônia, o que significa 13 milhões de ha disponíveis para o manejo florestal sustentável, mediante concessão florestal, e é um instrumento para dar suprimento de madeira com base legal e sustentável para os produtores florestais.

O arranjo do Safra Legal é um esforço do Governo Federal em dar suprimento de madeira a partir dos pequenos assentados que poderiam legalmente desmatar para suas roças 3 ha e que foi feita toda essa decantação a que se referiu o Secretário ?? e aproveitar essa madeira, conferindo uma forma de renda também para esses agricultores.

Quanto ao desvio no âmbito das apurações que já foram feitas e que já levaram à apreensão desses 37 mil m<sup>3</sup> de madeira, esse processo ainda continua em curso dentro do Ibama e, até o final deste mês, medidas administrativas e outros processos estarão em curso. Eu queria deixar isso bem claro, exatamente para evitar qualquer tipo de tergiversação em relação a um esforço inovador. Até pesquisadores, cientistas, como mencionou a Senadora Ana Júlia Carepa, consideram esse processo importante e um programa-piloto.

Um outro aspecto a que o Senador João Capiberibe fez alusão foi o da transparência. Temos hoje o Sistema DT, que é o sistema de detecção em tempo real da dinâmica das atividades predatórias, o que nos ajuda também a dar transparência porque as pessoas podem acesso a essas informações. A partir de 1º de julho, todos os planos de manejo e autorizações de exploração florestal autorizados pelo Ibama estarão na Internet, ou seja, também as pessoas estarão acompanhando, de sorte que às vezes as pessoas pegam uma parte do processo e não entendem que estruturar algo dessa natureza leva certo tempo. Posso dizer

que temos também – depois vou mandar para este Senado, um relatório sobre a questão do Sisprof que, ao contrário do que foi dito, havia sido cancelado por uma instrução normativa da Ministra Marina Silva não condiz com os fatos. Ele está sendo implementado, o sistema levou sete anos sendo trabalhado no Ministério do Meio Ambiente na gestão anterior.

Durante esses sete anos foram desenvolvidos três módulos no sistema. Quando assumimos o Governo faltavam ainda três módulos e tínhamos um prazo de cento e vinte dias para implementar o sistema como um todo e, quando ainda faltavam três módulos, e os três que foram feitos na gestão anterior levou sete anos para fazer que era para fazer o todo, mas só foi feito três. Então, quero mandar um relatório para esta Casa de que não foi cancelado coisa nenhuma. Está sendo implementado.

Os módulos que não haviam sido desenvolvidos, não haviam sido entregues pela instituição contratada à época um trabalho que o Ibama vem fazendo tanto da sua equipe interna quanto de pessoas no âmbito do Programa PPG7 estão desenvolvendo ajustes desse sistema para que ele, de fato, não se constituísse, por ser uma iniciativa boa, quero aqui reconhecer, mas se não tivesse tido os cuidados que tivemos ao início da gestão poderia se transformar em vinho novo em odre velho.

O que estamos fazendo é um esforço gigantesco para deixar vinho novo em odre novo inclusive com esses catorze anos de quadrilhas que funcionavam e estão sendo investigadas na Amazônia desmontar porque não se poderia simplesmente que se estava fazendo marco zero e tudo de irregular que aconteceu para trás está esquecido, não. Não estou dizendo que ninguém estava propondo isso. É que se não tivéssemos tido esse cuidado poderia levar isso, mas faço questão de mandar para o Presidente desta Comissão e das comissões que nos convocaram aqui todas as informações sobre esse processo inclusive também do Safra Legal porque não podemos transformar pessoas de bem, funcionários de bem, gestores de bem, empresários de bem em Barrabás.

Neste momento parece que é assim: se você tiver quem está fazendo certo e alguém que está fazendo errado só para mostrar que todos são errados as pessoas alguns gritam na praça “soltem Barrabás” e é isso que acho que a opinião pública não pode permitir, o Congresso não pode permitir e sei que os formadores de opinião não permitirão porque o que estamos fazendo é passando esse Brasil a limpo. Eu fiquei muito tocada com o trabalho da Polícia Federal que pude acompanhar de perto e, depois dessa convivência com o trabalho que eles fazem, esses jovens

concursados, os antigos que lhes dão orientação, é algo emocionante.

Ontem vocês viram a história da operação Cevada e assim é todo dia. No contato comigo eu vi um policial federal emocionado, com lágrimas quase a verter aos olhos dizer “Ministra, é a primeira vez na minha vida que vejo um processo de limpeza, de combate à corrupção em que no lugar do gestor, ficar distante, não acompanhar, eu vejo o gestor empenhado pessoalmente em fazer com que as coisas aconteçam”.

Isso tem um preço. Fica parecendo que é a corrupção, que o problema surgiu agora. É por isso que fizemos questão de trabalhar a gênese desse processo que começou em Rondônia com a operação Setembro Negro. Não gosto da adjetivação “negro”, mas enfim. Depois foi a operação Faroeste, a operação Curupira e, agora, o convênio Arribação. E por que Arribação? Por que não podemos ficar dizendo onde é que vamos investigar. Certo? Sei que tem gente que gostaria que a Polícia Federal, que a Ministra, o Presidente do Ibama saísse dizendo “olha, agora vai ser aqui, vai ser ali”. É claro que no momento que tem a operação, a cobrança muito grande da sociedade, dos formadores de opinião para que, onde tem problema, se dê uma satisfação.

Mas a Operação Arribação é exatamente para dar a idéia de que a investigação poderá pousar, no momento certo, na hora certa, com o trabalho certo, onde quer que exista corrupção, doa a quem doer, seja quem for. Porque nós ficamos sabendo que existiam pessoas de livre provimento envolvidas, pessoas de carreira envolvidas, procuradores da Advocacia Geral da União envolvidos.

O que dava para exonerar sem comprometer a operação foi exonerado. O que não era aconselhável, para não espantar a mosca, não foi feito, por orientação da Polícia Federal, sob pena de estarmos coniventes com a continuidade da roubalheira, até porque, onde desconfiaram que estava sendo investigado, queimaram o escritório do Ibama, acabando com toda a documentação, para evitar a investigação.

De sorte que eu quero aqui fazer este registro. Como Senadora da República, quero dizer que tenho orgulho do trabalho que vem sendo feito pela Polícia Federal brasileira, passando este País a limpo, em parceria com gestores públicos, com pessoas da sociedade civil, com o Ministério Público, que também fará parte do nosso convênio. E tenho certeza de que esta Casa saberá honrar este momento histórico que estamos vivendo neste País.

Não vamos transformar o Brasil em Barrabás. Vamos fazer com que o Brasil seja aquilo que ele é e me-



rece. Este é o meu entendimento, este é o meu esforço, porque sou Ministra, mas sou também Senadora.

Mas aqui não está falando a Ministra, não está falando a Senadora, aqui está falando alguém que fez empate sozinha, com Chico Mendes, com velho, com criança, combatendo esses mesmos bandidos lá no Acre. E, agora, tenho a felicidade de agradecer a Deus, porque hoje tenho a Polícia Federal, tenho o Exército, tenho a Polícia Rodoviária me ajudando a fazer os empates.

Um dia, eu já me dirigi a um acampamento do Exército, mais ou menos com 6, 7 anos de idade, para trocar galinha por jabá, porque os cassacos enjoavam de comer tanta jabá quando abriam a BR-163. E, para nós, jabá era uma grande novidade. E eu falei para a minha mãe: Vamos trocar galinha por jabá. E os cassacos fizeram essa troca. Como eles vinham da cidade, sabiam mexer com máquinas, com tratores, eu ficava encantada com aquela coisa, com aquela tecnologia que eu nem entendia.

Mas, hoje, quero agradecer a Deus, pois aquele contato faz com que hoje essa tecnologia de informação do Exército possa dar base logística para as nossas operações. E, no lugar de uma inocente troca de galinha por carne seca, eu tenho a felicidade de ver uma importante parceria para proteger a Amazônia. E isso não pode ser tarefa da Ministra, isso tem que ser uma tarefa deste País – sem fugir às responsabilidades da Ministra –, tem que ser uma tarefa dos consumidores, sem dizer que estamos culpando os consumidores, Senador. Não é isso. Mas quando comprar a sua mesa, vamos verificar se ela vem de madeira certificada, se foi manejada, se não tem trabalho escravo. Quando produzirmos o nosso alimento, vamos produzir para que ele produza vida, e para que dê continuidade à vida já existente, que é a Amazônia.

Então, quero agradecer esta Comissão, pedir desculpas pelo discurso emocionado – talvez não seja o caso –, mas ter sustentado a operação até o dia 2, avisar os meus secretários às 8 horas da noite antes da operação foi algo que gerou uma apreensão muito grande. Quero agradecer a Deus, pois está dando certo, e dizer como disse o profeta: Até aqui tem nos ajudado o Senhor; mas Deus ajuda no impossível, o possível nós temos que fazer.

E ontem esta Casa fez o seu possível aprovando a medida provisória. E há muitos possíveis que devemos fazer, e ousar com o impossível, porque, senão, vamos nos paralisar no possível. Muito obrigada.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Ministra, a avó de V. Exª era sábia. Ela já havia percebida há muito tempo que a sociedade é composta de gene boa e de gente ruim. E que bom que poderemos

assistir e participar desse movimento intenso, capitaneado pelo Ministério que V. Exª dirige, de passagem a limpo das nossas instituições. Isso realmente nos deixa felizes e satisfeitos e sabemos que este País pode dar certo, que este País dá certo. É preciso que as pessoas boas não se deixem contaminar pelas pessoas ruins, que as pessoas boas que estão nas instituições não deixem os seus trabalhos serem contaminados pelas pessoas ruins. É um belo exemplo esse que V. Exª está dando.

Ainda temos dois Srs. Senadores inscritos, eminente Ministra, o Senador Flexa Ribeiro, do Pará, e o Senador Antônio Leite, do Maranhão. Eu só gostaria de registrar que, se é verdade que o desmatamento tem uma motivação comercial, seria interessante que desenvolvessemos mecanismos para que a preservação e o reflorestamento também tivesse essa conotação de natureza comercial. Acho que assim estaríamos criando uma força de proteção ao ambiente e notadamente aos nossos biomas.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente Leomar, o Senador Antônio Leite está me solicitando a permuta da palavra e, com maior prazer, concedo a S. Exª a preferência da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha) – Então, com a palavra o Senador Antônio Leite.

**O SR. ANTÔNIO LEITE** (PMDB – MA) – Exª Ministra Marina Silva, boa tarde.

Essa pergunta tem relação com uma obra de grande importância para o Brasil, com especial atenção para o Tocantins e Maranhão. A pergunta é: Como está o estudo de impacto ambiental para a realização do Rima – Relatório de Impacto Ambiental, para que haja a liberação da licença para dar início à construção da Hidrelétrica de Estreito sobre o rio Tocantins no Maranhão?

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concluiu?

**O SR. ANTÔNIO LEITE** (PMDB – MA) – Concluí.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Essa participação realmente foi muito rápida.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Ministra Marina Silva, Secretário Capobianco, Srªs e Srs. Senadores, a curva do Tocantins do Senador Antônio Leite é curta e rápida.

Srª Ministra, é uma alegria tê-la aqui conosco, na sua Casa, e vê-la recuperada, com sua saúde restabelecida. A fragilidade que todos dizem de V. Exª e V. Exª demonstra ser uma guerreira aguerrida. Isso é importante, pela batalha que V. Exª empreende.

Acho que não há um brasileiro ou uma brasileira que não defenda a questão e a bandeira que V. Ex<sup>a</sup> empunha que é a questão do meio ambiente. Todos nós, principalmente nós amazônidas, defendemos a preservação da nossa região, e defendemos a causa ambiental. Talvez, no mérito, estamos de acordo, posamos divergir na forma. Ontem V. Ex<sup>a</sup> disse, ao final da sua exposição, que o Senado aprovou a Medida Provisória 239, e para a qual o meu Partido, o meu Líder, o meu Presidente, me designou como Relator. Fui procurado pela sua Assessoria por várias vezes, e por formação familiar, por formação de caráter, compromisso é para ser cumprido. Em todas as oportunidades de encontro que tive com a sua Assessoria tranqüilizei-a, dizendo que o meu relatório estava pronto, mantendo a aprovação da forma como veio da Câmara Federal, também por um companheiro do PSDB, companheiro combativo do nosso querido Pará, o Deputado Nisias Ribeiro.

A curva é longa, Senador Presidente Leomar Quintanilha, é do rio Xingu. Dizia que a questão não era técnica, era política. E ontem foi dada uma demonstração no Senado Federal da forma responsável como a Oposição se comporta na sua Casa. A TV Senado que leva para a sociedade brasileira a imagem e o trabalho que todos nós desenvolvemos e prestamos conta a essa sociedade do que fazemos, deu essa demonstração ontem, o Secretário Capobianco presente, como testemunha viva. Quero dizer que a Medida Provisória foi aprovada com o relatório favorável nosso, e pela forma heróica de defesa do Líder Artur Virgílio, S. Ex<sup>a</sup> foi para a tribuna, defendeu de forma destemida a aprovação da Medida Provisória. Os Senadores do PFL, isoladamente, por meio de suas lideranças, defenderam a derrubada da Medida Provisória, e ao final, Ministra, votaram a favor da Medida Provisória. O único voto contrário, do Senador César Borges, por uma questão que quero me solidarizar com S. Ex<sup>a</sup>, por uma violência praticada contra S. Ex<sup>a</sup>, a sua biografia política não merecia a violência feita pelo Governo de vetar o seu nome para a Presidência da CPMI dos Correios.

Quero lhe dizer, Ministra, que a posição dele foi anterior a esse episódio. Isso foi dado conhecimento por meio da sua assessoria parlamentar. Não tem nada a ver com a CPMI. Ele já tinha uma posição de emenda, anterior a isso. Ele apenas manteve a sua postura, que era anterior a essa questão política. O PFL, atendendo ao apelo e à manutenção do Bloco de Oposição, manteve.

V. Ex<sup>a</sup> é Senadora, é política, faça as contas. Veja o número de votos que foi dado no plenário, retire o número de votos da Oposição responsável e veja o

que aconteceria com a medida provisória. O Secretário Capobianco acompanhou e viu o andamento do processo.

Então, faça bom uso desse instrumento, Ministra. Quando V. Ex<sup>a</sup> assinar qualquer intervenção em qualquer área do Brasil, porque a medida é nacional, embora as vistas estejam voltadas para a Amazônia, talvez especialmente para o Estado do Pará, não faça uso político - não é seu pensamento, não estou fazendo prejulgamento. Lembre, ao assinar um decreto, que, na área, existem pessoas, seres humanos que vivem, há dezenas de anos, sustentando as suas famílias e que um decreto pode trazer consequências graves à sobrevivência dessas famílias. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> fará uso correto desse instrumento que o Congresso Nacional concedeu a V. Ex<sup>a</sup> e ao Governo a partir de ontem.

Estamos vivendo, Senador Leomar Quintanilha, um tempo do bem. Lamento que o nosso profeta, Senador Mão Santa, não esteja aqui, porque o Senador iria fazer citações bíblicas, como a Ministra Marina Silva acabou de fazer. Ontem, o nobre e ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães se referiu à medida provisória do bem, que foi assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. S. Ex<sup>a</sup> fez uma citação, Ministra: “Se essa é do bem, quer dizer que todas as outras foram do mal”. Não acredito que tenham sido.

Agradecendo a paciência do Presidente, objetivamente, eu queria fazer dois questionamentos a V. Ex<sup>a</sup>. Acho que essa questão do desmatamento é preocupante para todos nós.

Nobre Senadora Ana Júlia Carepa, penso que o Espírito Santo está nos iluminando aqui. Eu até tomei um susto - fiquei a olhar para o meu povo do Pará, Senador Leomar Quintanilha -: a Senadora Ana Júlia Carepa elogiou o Governador do meu Estado, o Governador Simão Jatene.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – E não é a primeira vez.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – A Senadora diz que não é a primeira vez, mas é a primeira vez que eu ouço, de corpo presente, 85% de aprovação.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Quase igual a do Presidente Lula, lá. Do Lula foi (ininteligível).

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Era preciso que a Ministra Marina Silva estivesse aqui, para que o Espírito Santo baixasse e fizesse esse elogio de corpo presente, Senador Francisco Escórcio.

Mas o que eu queria lhe perguntar, objetivamente, Ministra. Acho que temos de ter, eu lhe disse, a forma. No mérito estamos coincidentes, estamos de acordo e a forma e termos um projeto. O projeto é o zoneamen-

to econômico-ecológico. Não podemos ficar atirando a esmo, quando temos pressões externas, a verdade é essa. Toda vez que temos uma pressão externa - e não é agora do Governo Lula. Isso já vem desde governos anteriores -, toda vez que há uma pressão externa, a Amazônia... Vem um decreto. Isso é desde o tempo... Eu me lembro da Eco 92, houve decreto. Outra pressão, vem outro decreto.

Então, por que não fazer de vez um Zoneamento Econômico Ecológico? Tem área de preservação, vamos fazer. Tem área para ser explorada, vamos ter.

Então, o Governo do Estado do Pará aprovou o zoneamento econômico-ecológico por unanimidade na Assembléia Legislativa. Então, o que eu quero pedir de V. Exª é o apoio para que esse Zoneamento Econômico Ecológico seja discutido no seu Ministério, seja alterado, seja melhorado e implementado no Estado do Pará. Aí, sim, vamos ter a definição, de uma vez por todas, de como desenvolver o Estado, de como gerar emprego, de como explorar as riquezas que Deus, na sua sabedoria, deu ao nosso Estado, que são incomensuráveis, do seu solo, da sua cobertura, do seu subsolo.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, vou pedir a V. Exª que conclua, até em consideração à Ministra que já está aqui conosco sentada, atenciosamente, por quase quatro horas.

**O SR FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – É bíblico: os últimos serão os primeiros.

Sou o último e estou usando um pouco da sua paciência e da Ministra.

**O SR PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – V. Exª já excedeu em dez minutos o seu tempo.

**O SR FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Então, o que eu quero é pedir esse apoio para o zoneamento econômico-ecológico. E também gostaria de ter a sua concordância.

Concluindo, apresentei um projeto de lei aqui no Senado e quero lhe pedir o apoio para usar nas áreas alteradas, porque assim como quando se quer gerar emprego, temos de manter os empregos já existentes. Não adianta gerar empregos e perder os existentes.

Então, se a gente quer não desmatar, vamos tentar evitar recuperar o que já está desmatado. Então, o projeto que apresentei, para o qual estou pedindo apoio e que possamos discutir com a área técnica do Ministério de Meio Ambiente, é para as áreas já alteradas. Que possamos fazer uso de plantio de palmáceas e que esse plantio seja considerado como substituição de cobertura florestal nessas áreas alteradas.

Com isso, Ministra, em todo o Brasil poderíamos usar o dendê para produção do biocombustível, ou o babaçu, o açaí ou outro tipo de palmácea.

Então, que lhe pedir esse apoio para esse projeto, já há um pedido de audiência já feito ao seu gabinete.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, as suas considerações finais.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Por último, quanto a referência que o Secretário Capobianco fez da reunião. Essa reunião foi no dia 04 de fevereiro e dessa reunião, há uma Ata que está registrada em que 120 projetos de manejo sustentado, que seriam reativados, até hoje não foram respondidos.

E vamos ter problemas, Secretário Capobianco, novamente naquela região, com a interdição de estradas, que foi o que motivou essa reunião do dia 04 de fevereiro, e já estamos em junho. Terminamos a época invernal.

Eu gostaria que se pudéssemos rever a Ata e ver de que forma poderíamos responder aos empresários da região, que estão cobrando uma resposta do Ministério do Meio Ambiente da Ata que foi formalizada no dia 04 de fevereiro. Encerro e agradeço à Ministra.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Apenas um registro. É que o Senador Flexa Ribeiro, primeiro, comprovou que nós fazemos oposição responsável. Votou por unanimidade o Macrozoneamento. Ele deu uma curva no Xingu e foi lá pelo Guamá, por isso demorou um pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O Senador Flexa Ribeiro tem razão quando afirma que os Partidos de Oposição tiveram uma participação decisiva na aprovação de uma medida provisória tão importante ontem à noite, no Senado.

Ministra Marina Silva, esteve conosco no início de nossa reunião. O Senador Osmar Dias, que é um dos combativos Parlamentares desta Casa. S. Exª pediu-me que deixasse um registro para ser feito a V. Exª com relação à exposição que foi feito pelo Dr. Capobianco sobre o volume de desmatamento existente. S. Exª afirmou que nesse volume de desmatamento apresentado na Região Amazônica estão incluídos os desmatamentos que estão legalmente licenciados. Não foi separado o que há de desmatamento legalmente licenciados. A burocracia hoje existente para a obtenção do licenciamento cria uma dificuldade adicional grande a ser vencida para aqueles que querem trabalhar dentro da legalidade e da lei. Entende que se houvesse uma ação por parte do Ministério do Meio Ambiente com vistas a facilitar a legalização, a aprovação dos licenciamentos propostos, o Ministério teria como aliado aqueles que querem trabalhar dentro da legalidade contra aqueles que estão desmatando de forma ilegal. De sorte, Ministra, que com esse registro

do Senador Osmar Dias, passo a V. Ex<sup>a</sup> a palavra para a resposta dos questionamentos levantados.

**A SR<sup>a</sup> MINISTRA MARINA SILVA** – Antes de falar, o Secretário João Paulo pediu-me para esclarecer a questão dos números que não foram separados e também para explicar a reunião que o Senador Flexa acaba de mencionar. Depois, farei as minhas colocações finais.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Senador Flexa Ribeiro, na ata da reunião de fevereiro, que V. Ex<sup>a</sup> mencionou corretamente, temos 27 planos de manejo que estavam suspensos. Na reunião foi informado que 9 desses planos não poderiam ser reativados porque estavam dentro da reserva extrativista Verde para Sempre. Portanto, temos um saldo de dezoito planos. Há uma dúvida, certamente, com relação ao número de planos que deveriam ser reativados.

O Ibama, o Incra, sob a coordenação da Casa Civil, está ultimando a questão. De fato, reconhecemos que tem sido demorado. Há um esforço para resolver a questão mais rapidamente. Há interesse do Governo de resolver mais rapidamente. Existem restrições legais muito complexas que dependem de o Ministério Público concordar com essa reativação. O fato é que o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o Incra e a Casa Civil têm se reunido permanentemente. Nossa expectativa é a de que essa resposta seja dada o mais rapidamente possível, ainda nas próximas semanas, V. Ex<sup>a</sup> tem razão, está correto. Houve um compromisso, mas existem restrições que só serão superadas definitivamente com o projeto de lei de gestão das finanças públicas. A legislação brasileira não permite. Está sendo resolvido.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que no caso da área de influência da BR 163 a própria lei, que já foi aprovada na Comissão Especial do Congresso, dispõe de um artigo de transição para resolver imediatamente o problema naquela região. V. Ex<sup>a</sup> tem razão ao dizer que o problema é muito grave e tem que ser resolvido. O esforço é esse.

Irei ao seu gabinete e levarei as últimas informações da Casa Civil, juntamente com as do Incra e do Ibama. Darei a V. Ex<sup>a</sup> a posição. Tenho a expectativa de que seja resolvido muito em breve.

Com relação ao desmatamento...

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Gostaria de acrescentar que temos acompanhado a questão no sentido de buscar uma solução. Creio que a solução do Ministério Público Federal, com o fato de concordar em um termo de ajustamento de conduta, deve ser uma solução rápida.

**O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO** – Claro. Se não depois pararemos na frente. O Ministério Público

autoriza junto com o Incra e, na sequência, a ação civil pública paralisa. V. Ex<sup>a</sup> tem razão, tem que ser rápido porque o processo lá é intenso.

Com relação aos números do desmatamento, o fato é que o levantamento sobre as áreas autorizadas na Amazônia apontam para em torno de 4 mil km<sup>2</sup>. Portanto, lamentavelmente, num universo de 26.130 km<sup>2</sup>, apenas em torno de 4 mil km<sup>2</sup> foram efetivamente autorizados pelo Governo de Mato Grosso, pelo Ibama e pelo Governo do Acre. Então, embora o Senador Osmar Dias tenha razão, temos que separar isso. Aliás esta é a idéia: de que, no próximo número, já venha tudo separado. Lamentavelmente, a informação não é vantajosa, no sentido de que a maior parte seria legal. Ao contrário, a grande parte é ilegal, lamentavelmente!

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Sr<sup>a</sup> Ministra.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Ministra, sobre o assunto, por favor! Diria ao Secretário Capobianco que não há necessidade de V. S<sup>a</sup> ir ao meu gabinete. Vou estar no Ministério, na terça-feira, numa reunião com V. S<sup>a</sup> e, se a Ministra me permitir, gostaria de retomar aquela reunião do dia 4 de fevereiro, já ainda na próxima semana, porque a minha preocupação é que, como amazônida assim como a Ministra o é, temos o inverno, que está terminando, e iniciando o verão. Se não resolvermos, vamos criar uma dificuldade e perderemos esse verão. Estamos criando um processo de expectativa que gera um conflito que pode vir. Então vamos evitar isso! Vamos dar uma resposta de que não dá para esperar essa brevidade, porque tem que ser de imediato.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Interrompi, para ser mais rápida. Só gostaria de dizer que faltou uma questão só a ser respondida. Havia lido na imprensa que os recursos do Safra Legal estariam suspensos. Então, como é uma proposta muito importante, independente de ter tido um percentual pequeno de falhas, é fundamental, inclusive para contribuir para resolver esses conflitos. Aliás, veio também muito em decorrência disso, antes até desse agora, houve um conflito no final de 2003, lembra, que fechou a Transamazônica, sitiou Altamira. Quer dizer, o Safra Legal começou, em 2004, até em função dessa conflito que aconteceu no final de 2003. Então os recursos do Safra Legal estão garantidos para o Safra Legal 2005? É isso que desejaria saber. Não houve suspensão alguma?

**A SR<sup>a</sup> MINISTRA MARINA SILVA** – O programa não envolve recursos, apoio e investimento, foi um arranjo institucional, de acordo com a legislação vigente,



que envolveu o Incra, o Ibama, os produtores, sindicatos de trabalhadores rurais, os vários sindicatos de produtores, empresários, para viabilizar suprimento de madeira do corte que era possível para o desmate, até 3 hectares, nos projetos de assentamento. Mas não é um programa que envolve recursos em termos de apoio financeiro. O que envolve é um trabalho operoso no que concerne às licenças, às fiscalizações, aos problemas ligados à questão da reposição florestal que serve de base para se poderem conseguir as ATPFs. Enfim, há um conjunto de ações que é muito mais um trabalho institucional mesmo, envolvendo Incra, Ibama e os produtores e compradores da madeira. Mas não é um programa para cuja implementação há recursos.

Desejo, em primeiro lugar, agradecer muito o convite desta Comissão e também parabenizar o Senador Leomar Quintanilha, por essa dinâmica que está dando à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Penso que, no início, quando disseram que Meio Ambiente estava saindo da CAS, fiquei triste: Poxa, vão tirar Meio Ambiente da CAS? Mas estou vendo que foi muito bom, porque, agora, temos um foco maior para as questões de meio ambiente, e creio que V. Ex<sup>a</sup> esteja sabendo fazer isso como ninguém. Espero que logo estejamos aqui na audiência da Mata Atlântica, depois em outras questões ligadas ao meio ambiente, porque estamos na agenda certa, não é meio ambiente, desenvolvimento, controle, enfim defesa do consumidor. Dizer ao Senador Flexa que agradeço o seu esforço, o relatório, o trabalho que foi feito mais uma vez, quero dizer aqui, por todas as lideranças partidárias e aprovamos essa importante medida provisória.

Acho que é que quando existe uma causa que é maior do que a gente, a gente fica tão pequeno na frente dela, que todos nós somos obrigados a nos juntar para poder nos enxergarmos. E eu acho que é isso que a Amazônia suscita em cada um de nós.

Eu sempre pensei assim quando estava aqui. Graças a Deus nunca fizemos oposição por oposição na agenda ambiental. Nos oito anos do Governo que nos antecedeu, quando eram temas importantes estávamos juntos, mesmo o comungando em algumas coisas. E eu sempre digo que em cima de princípios éticos e morais duradouros é possível fazer a alianças pontuais.

A gente não precisa fazer a política do queixada o ano todo. O queixada anda sempre de bando, não é? E se o queixada-chefe entrar errado, entrar no fogo, entra todo mundo na labareda. Não é? Quem conhece a Amazônia sabe.

A gente pode fazer alianças pontuais e isso só se consegue em cima de propósitos, de conceitos, de

princípios e de valores. Eu acho que é isso que a gente fez ontem nesta Casa e a gente já fez isso várias vezes. Eu sempre me lembro do Senador Josaphat Marinho que sempre conseguia esses grandes feitos.

De sorte que hoje, como Senadora, de quando nós estávamos falando das pilastras do Plano de Combate ao Desmatamento, se não tivéssemos aprovado ontem a MP, teríamos cortado uma dessas pilastras. E eu fiquei muito feliz de vir a esta Casa no dia seguinte e poder falar do Plano por inteiro. Não do Plano faltando uma das suas pilastras. Então, quero fazer esse registro.

E quando ao uso, Senador, com certeza estaremos sendo muito cuidadosos. Até porque esse instrumento é uma espécie de Microzoneamento Ecológico Econômico antes de criar a Unidade de Conservação. Às vezes, quando você está ali exacerbado pelo tempo ou você cria, ou vai ser destruído, você sempre vai pelo caminho mais conservador. Quando você tem oportunidade de estudar, de baixar a lente, de debater com os Prefeitos, com os locais, com os pesquisadores, com os outros agentes públicos, você constrói uma melhor solução. Então, acho que o uso tem que ser exatamente como o Senhor está preocupado: cuidadoso. E ele não deve ser uma preocupação do Governo que está agora, do Governo que virá, eu acho que são processos estruturantes, foram feitos ajustes na Câmara, ficou sete meses, mesmo que tenhamos que acelerar os estudos para não ficar estudando **ad infinitum**, protelando, acho que foram ajustes importantes.

Quanto ao Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Pará, sei que foi um grande passo que aquele Estado deu. Todos os problemas, a agenda que não enfrentamos e que ainda enfrentaremos no Pará, vai requerer de todos nós esse espírito de grandeza, de reconhecer as coisas boas que estão sendo feitas de ambas as partes. E eu acho que a autoria desse grande feito virá no reconhecimento não apenas das futuras gerações, mas já está sendo reconhecido agora.

Então, eu quero mais uma vez reconhecer e fazer aqui uma paródia de um poema muito conhecido.

Ah. Estreito o nosso Senador perguntou. Desculpe-me Senador Antônio, é o Senhor perguntou sobre a licença de Estreito. O meu secretário-executivo me informou ainda há pouco, que já foi dada a licença prévia há 1 mês. Certo. Nós temos prévia, temos licença de instalação e a licença de operação.

A primeira fase nós já cumprimos, não é isso, Longoni? Já foi dada a licença prévia. Certo? E foi um esforço também do Ibama, a Diretoria de Licenciamento do Ministério, dos empreendedores, do Ministério de Minas e Energia, nesta agenda integrada que dá muito

trabalho, mas que conseguimos resultados mais duradouros para o meio ambiente e para os investidores.

Por último. Eu que talvez essa paródia não fique mal. Já no final, com tanta fome, há um momento em que passa a saturação e que se entra num estado de excelência. O jejum faz isso. Existem aqueles que se preocupam com a Amazônia sempre que sai o índice de desmatamento. Essas são pessoas e instituições boas. Existem aqueles que se preocupam várias vezes por ano; esses são muito bons. Mas existem aqueles que se preocupam e agem todos os dias, tanto nos formadores de opinião, quanto dentro das instituições públicas, dentro do Parlamento, enfim, das organizações sociais, que todos os dias militam nessa causa. Esses são imprescindíveis. Com um sistema de detecção em tempo real, todos poderão atuar todos os dias, porque a sociedade é alavancada, num determinado momento, quando sai o índice. Quem puder acompanhar, poderá dar a sua contribuição todo dia.

**O SR. JOÃO LEITE (PMDB – MA)** – Ministra, complementando, a senhora se referiu à licença prévia?

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – Isso.

**O SR. JOÃO LEITE (PMDB – MA)** – Para uma questão de melhor esclarecimento, eu diria, a quem fez o questionamento para nós, quando será a liberação dessa duas próximas licenças?

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – Eu posso pedir para o senhor entrar em contato com o pessoal do setor de licenciamento? Está aqui o Basileu, meu assessor. Não sei se o Basileu ainda está presente, mas o Dr. Cláudio Langoni está aqui, exatamente para que possa explicar, didaticamente, quais as etapas e quando elas podem ser concedidas.

A licença prévia é importante, porque assim você vai iniciar o processo, o que significa que o estudo de impacto ambiental já foi realizado, que o Ibama já concedeu, em cima do estudo de impacto ambiental, essa licença. A licença de instalação vem nas fases seguintes e a de operação quando o investimento já está concluído e você tem que fechar as comportas e, a partir daí, começar a encher o barramento.

Isso se dá de acordo com as etapas em que vão sendo cumpridos os investimentos. E cada uma delas passa por vistoria e por avaliação.

**O SR. JOÃO LEITE (PMDB – MA)** – Muito obrigado pela sua atenção.

**O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA)** – Sr. Presidente, uma questão.

**O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO)** – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, por um minuto.

**O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA)** – A fome da Ministra é igual à minha e a de todos os Senado-

res que estão aqui e corresponde à fome de todos os brasileiros que querem ver este País em desenvolvimento, a Amazônia, o povo do Pará, com geração de emprego e renda.

Quero ouvir a sua opinião, Ministra, sobre o projeto de uso nas áreas alteradas de palmácias como substituição de floresta.

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – Ainda não conheço o projeto, mas peço a V. Exª que possa discutir com o meu pessoal da área técnica. Depois podemos discutir. Inclusive eu e a Ministra Dilma Rousseff estamos trabalhando também um projeto exatamente para a recuperação de área degradada, utilizando oleaginosas para a produção do biodiesel e de outras alternativas de energia para comunidades isoladas.

Penso que, no mérito, há uma confluência de propósito, todavia temos que entrar nos detalhes para aproximar mais o nosso interesse de recuperar a área e dar atividade produtiva sustentável para os nossos pequenos produtores.

**O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA)** – Fico feliz porque novamente estamos coincidentes no mérito.

**A SRª MINISTRA MARINA SILVA** – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO)** – Esta audiência pública conjunta chega ao seu final, com um resultado altamente positivo, em razão da exposição sucinta e apropriada da Ministra e todos os seus auxiliares, oferecendo aos Srs. Senadores o conhecimento das ações oportunas que o Governo vem desenvolvendo com vistas à proteção ambiental e num momento em que o Senado, através de seus membros, dá um exemplo de elevado espírito público, ao se juntarem oposição e situação e oferecerem ao Governo um mecanismo complementar para a execução de suas ações de proteção ao meio-ambiente do nosso País.

Gostaria de agradecer a presença da Ministra Marina Silva, sempre brilhante nesta Comissão, do Dr. Cláudio Langoni, Secretário Executivo do Ministério, do Dr. Marcos Barros, Presidente do IBAMA, do Dr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas, do Dr. Carlos Vicente, Assessor Especial e da Drª Jaura Rodrigues, Assessora Parlamentar.

Antes de encerrar, passo a dar conhecimento aos membros desta Comissão sobre o recebimento dos Avisos nºs 273, 296, 328, 379, 765 e 1.770, todos de 2005, oriundos do Tribunal de Contas da União, contendo cópia do acórdão acompanhado do relatório e voto que os fundamentam.

Comunico também o recebimento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2 de 2005, de autoria do Senador João Batista Motta, relativa aos atos do

Poder Executivo do Estado do Maranhão, na condução de convênios firmados com o Governo Federal. Designo o Senador Aelton Freitas como relator prévio da matéria.

Recebemos também a Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2005, de autoria do Senador João Batista Motta, relativa à condução, pelo Poder Executivo Municipal dos convênios federais firmados entre o Município de Imperatriz, no Maranhão e o Governo Federal. Designo o Senador Aelton Freitas como relator prévio da matéria.

Agradeço a eminente Ministra e seus auxiliares e os Srs. Senadores pela presença nesta audiência pública.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 14 horas e 4 minutos.)*

**Ata da Décima Sexta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de Junho de 2005, às 14:00h, na Sala de Reuniões nº 6 da Ala Nilo Coelho, Senado Federal.**

Às 14 horas do dia 16 de junho de 2005, na sala número 06 da Ala Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores: Sérgio Guerra, Presidente da Comissão, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Flávio Arns, Siba Machado, Ana Júlia Carepa, Nezinho Alencar, Osmar Dias, Rodolpho Tourinho, Serys Shessarenko e Delcídio Amaral. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da reunião anterior que é dada como aprovada. Em Seguida, o Presidente, Senador Sérgio Guerra, esclarece que a presente reunião tem como finalidade discutir e votar as emendas desta Comissão a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A seguir, o Presidente esclarece que, dentre as dezesseis emendas apresentadas, as cinco representantes da Comissão foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, as seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 4, de 2005 – CN (Lei de Diretrizes Orçamentárias): **Emenda nº 1-CRA/2005 – Anexo V, Inciso II – item 2 – “Despesas com as ações vinculadas às subfunções: Desenvolvimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e difusão do conhecimento no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e as ações vinculadas à função Ciência e Tecnologia destinadas à pesquisa, desenvolvimento e trans-**

**ferência de tecnologia no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”;** **Emenda nº 2-CRA/2005 – Anexo V, Inciso II – item a ser incluído após o item 10 – “11: concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural (Lei nº 10.823 de 19 de dezembro de 2003 e decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004”;** **Emenda nº 3-CRA/2005 – “Desafio: 7- Reduzir as desigualdades sociais e intra-regionais com integração nas múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local. Meta/Prioridade: 7.6 Programa XXX – XXXX- Revitalização do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA”;** **Emenda nº 4-CRA/2005 – “Desafio: 9 – Melhorar a gestão e qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na promoção da educação ambiental. Meta/Prioridade: 9.3 Programa XXX – XXXX – Apoiar a Pesquisa Agropecuária em Bioenergia”;** **Emenda nº 5-CRA/2005 – Acréscimo de Meta – “Desafio: 14 – Implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável no meio rural. Prioridade: 2 – Beneficiar 71 mil famílias assentadas com infra-estrutura, assistência técnica e crédito”.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente, lavrando eu, Marcello Varella, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra – PSDB-PE) – Sras e Srs. Senadores, declaro aberta a 16ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª sessão legislativa da 52ª legislatura.

Coloco em votação a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (Pausa). Os senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas oferecidas ao Projeto de Lei nº 4, de 2005, do Congresso Nacional, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Como relator, designo o Senador Jonas Pinheiro, a quem passo a palavra.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente, Senhores Senadores. Foram apresentadas dezesseis emendas à LDO – onze de autoria do Senador Sérgio Guerra, duas de minha autoria, uma do Senador Heráclito Fortes e duas da Senadora Ana Júlia Carepa – todas elas de enorme importância para o país. Mas, como temos uma limitação no número de emendas que podem ser apresentadas, conclui favoravelmente, no

sentido de abranger as diversas regiões do país, às seguintes: uma emenda, de autoria da Senadora Ana Júlia, que tem por objeto dar infra-estrutura, assistência técnica e crédito a famílias assentadas, consolidando assim a agricultura familiar; duas emendas de minha autoria, sendo que uma refere-se ao apoio à pesquisa no âmbito do Ministério da Agricultura e a outra, destinada à inclusão da subvenção ao seguro rural. Acolho, ainda, as emendas do Senador Sérgio Guerra para revitalização do Sistema de Pesquisa Agropecuária e para apoio à pesquisa agropecuária em bionergia.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra – PSDB – PE) – Coloco, então, em discussão as emendas. (Pausa). Não havendo quem quera discutir, coloco em votação. Os Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas por unanimidade.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos e Orçamentos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a atenção dos Srs. Senadores e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

*(Levanta-se a reunião às 14h19min.)*



## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte avulso	<b>R\$ 3,70</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 178 PÁGINAS